

LEI Nº 14.123, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005
(Projeto de Lei nº 633/05, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009.

JOSÉ SERRA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de dezembro de 2005, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal e nos arts. 69, inciso X, e 137, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, estabelecendo programas, objetivos e metas da administração pública direta e indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Fazem parte desta lei os seguintes anexos:

- I - Anexo I - Diretrizes;
- II - Anexo II - Finanças Públicas;
- III - Anexo III - Metas e Prioridades;
- IV - Anexo IV - Metas Fiscais;
- V - Anexo V - Detalhamento de Diretrizes e Ações;
- VI - Anexo VI - Relatório de Audiências Públicas;
- VII - Anexo VII - Poder Legislativo.

Art. 2º Os programas e metas constantes desta lei constituem elo básico de integração entre as metas e diretrizes do Plano Diretor Estratégico, as prioridades e metas estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e as programações estabelecidas nos Orçamentos Anuais, referentes aos exercícios de 2006 a 2009.

Parágrafo único. Os valores dos programas constantes desta lei foram estabelecidos a preços correntes de 2006.

Art. 3º As estimativas de receita e de despesas dos programas constantes dos anexos desta lei, bem como suas metas anuais, foram fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites para a elaboração das leis orçamentárias anuais.

§ 1º As leis de diretrizes orçamentárias e as do orçamento anual do período 2006/2009 devem ser compatíveis com os programas e metas constantes desta lei, observado o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º As metas referidas no "caput" deste artigo norteiam as ações da Administração Municipal e correspondem a quantidades estimadas, não constituindo limites para o cumprimento dos objetivos do Plano de que trata esta lei.

Art. 4º O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à plena execução desta lei, que poderá ser revisada ou modificada, ao longo de sua vigência, em função de alterações de prioridades ou do contexto econômico, financeiro, social ou urbano.

Art. 5º As codificações dos programas constantes desta lei serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias do quadriênio 2006/2009.

Parágrafo único. Os códigos de que trata o "caput" deste artigo prevalecerão até a extinção dos programas a que são vinculados.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2006.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de dezembro de 2005, 452º da fundação de São Paulo.

JOSÉ SERRA, PREFEITO

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 28 de dezembro de 2005.

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO, Secretário do Governo Municipal.

***OBS: Os Anexos desta lei serão publicados na íntegra posteriormente.

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO I

D I R E T R I Z E S



PPA SÃO PAULO

Considerações Iniciais

Qualquer plano, seja ele local, setorial ou nacional, não pode se contentar em ser uma mera compilação de projetos, obras ou intenções. Principalmente quando se trata de um trabalho que tem por objeto o maior e mais rico município do Brasil. O que caracteriza um plano desses é a interação entre as diversas atividades consideradas e, principalmente, a complementaridade entre as ações propostas. Esta é a preocupação primordial deste Plano Plurianual (PPA), cuja importância transcende ao seu conjunto de metas, programas e orçamentos: o PPA vai além, ao proporcionar o resgate do papel planejador dos agentes públicos.

Sua subordinação ao Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº. 13.430, de 13 de setembro de 2002) e sua interação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.036, de 25 de julho de 2005) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), exige que o PPA opere um planejamento responsável, baseado na eleição dos legítimos objetivos, estratégias e políticas públicas da Administração Municipal. O que não é uma tarefa fácil. Dadas as restrições fiscais e as enormes demandas sociais reprimidas dos mais diversos setores, as escolhas são muitas vezes excludentes, o que exige do planejador um grande esforço e tirocínio para identificar as que mais forte eco encontram entre os membros da sociedade.

Cabe aos agentes municipais, assim, o desconforto de explicarem, perante os cidadãos, as razões do não atendimento pleno de suas necessidades, mesmo nos casos em que determinadas responsabilidades sejam da alçada do Estado ou da União. Isso acontece com frequência nas áreas da saúde, educação, habitação, segurança, proteção social e transportes. Daí porque o PPA deve ser entendido como um documento de caráter não apenas técnico, mas também eminentemente político -- ou seja, um compromisso entre a Prefeitura e a população, tendo a Câmara de Vereadores como chave para a sua validação social.

No caso de São Paulo, a ação da Prefeitura não se restringe apenas ao que é do seu interesse e de seus moradores. Muitas vezes, essa ação excede seu território e jurisdição, obrigando a Administração a atender a demandas vindas de outras cidades e mesmo de diferentes pontos do País. Daí, seu desempenho gerar importantes efeitos em toda a economia nacional.

Esses efeitos dão-se não apenas pelo porte específico da cidade, mas também, e principalmente, pelo fato de que sua produção física, intelectual e de serviços integra as mais diversas cadeias produtivas do País. Esse fenômeno é bem visível, por exemplo, na área de transportes. Além de manter uma infra-estrutura viária capaz de atender à sua demanda própria, as ações da Administração nessa área acabam tendo que ser dimensionadas também para fazer frente a um fluxo extraordinário de pessoas e de veículos, que vêm do interior com destino a outras cidades, aos terminais rodoviários e portuários, aos aeroportos, aos órgãos públicos estaduais e federais e outros centros de serviço. São Paulo é, de fato, local de passagem e acesso ao principal porto marítimo do País e ao aeroporto de maior movimento de todo o território nacional, constituindo-se assim no mais importante entroncamento viário do Brasil.

Em certo sentido, São Paulo é uma cidade diferente e diferenciada, com seus limites muito mais amplos do que aqueles que figuram nos mapas. É uma cidade transmunicipal, o que amplia enormemente suas características e responsabilidades.

Entretanto, cumprir com esses desígnios torna-se extremamente penoso, em função da grave situação conjuntural por que passa o Município. O exercício financeiro de 2004 encerrou-se, como foi fartamente divulgado no início do atual governo, com sérios problemas. Despesas foram realizadas sem a devida cobertura pelas disponibilidades de caixa; permitiu-se que o nível de endividamento subisse muito acima dos parâmetros técnicos e legais aceitáveis; e o sistema de

previdência dos servidores nunca foi ajustado à legislação. Tudo isso provocou uma insuportável acumulação de déficits, com atrasos no pagamento de fornecedores e no cumprimento de precatórios judiciais.

Medidas de curto prazo tiveram que ser adotadas. Implantou-se um plano para pagamento parcelado dos débitos junto a fornecedores, com base numa análise pormenorizada do orçamento de 2005. Dessa análise tirou-se a triste conclusão de que o orçamento estava superdimensionado. Foi efetuado então um ajuste, por meio do congelamento de dotações, para evitar o agravamento do déficit e para gerar os recursos necessários ao pagamento dos débitos parcelados junto aos fornecedores do Município.

O grave panorama das finanças municipais encontrado pela atual gestão resultou na imposição de severas restrições à ação governamental, numa cidade com responsabilidades nacionais, associadas às suas demandas sociais próprias e à necessidade de realização de investimentos estruturais de grandes proporções. Reverter essa situação significa enfrentar desafios e impor um forte ajuste fiscal, processo esse deflagrado desde os primeiros dias do atual governo, nas diversas frentes identificadas nos levantamentos e diagnósticos realizados. Os resultados dessa ação, no entanto, puderam ser sentidos em curto espaço de tempo.

A despeito dos graves problemas do Município, em setores cruciais, como o social, educacional, de saúde, de segurança, de trânsito e tantos outros, não se pode afirmar que São Paulo esteja desprovido de recursos. O Município apresenta um IDH de 0,841. De seus domicílios, 98,6 % contam com rede de água, 87,2% com rede de esgoto e 99,2 % com lixo coletado. Dispõe de 11.916 km de vias pavimentadas (73% do total de vias do município), e conta com 1.095.052 alunos (94,3% do público-alvo) freqüentando as escolas da rede municipal, com 698.630 só no ensino fundamental.

Porém, como em qualquer megalópole do mundo, todo o estoque disponível de capital social é insuficiente, exigindo permanentemente o acréscimo de novos equipamentos urbanos e sociais. Acrescente-se a isso o fato de São Paulo se constituir no grande referencial de oportunidades do País, atraindo migrantes que, se por um lado constituem sua riqueza cultural e referência de integração nacional, por outro acumula as obrigações decorrentes da necessidade de acolhê-los.

Esta peculiaridade se reproduz no conjunto macrometropolitano formado, em seu perímetro, pelas três metrópoles paulistas (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) e por aglomerações urbanas expressivas, como as das regiões administrativas de São José dos Campos e Sorocaba, além de outros núcleos de menor porte. Nesse conjunto, a dinâmica populacional apresenta-se sistematicamente mais intensa nas suas bordas, com taxas anuais de crescimento das metrópoles significativamente inferiores às de suas periferias. Estas, por sua vez, sempre mais carentes de capital social básico, recorrem sistematicamente às sedes para a satisfação de suas necessidades básicas de emprego, educação, saúde, transportes, segurança e outros benefícios. Como capital do Estado e município-sede de sua região metropolitana, a cidade de São Paulo é um importante ponto de convergência regional, sofrendo os impactos – positivos e negativos – do papel que desempenha. Ainda mais por se constituir na maior, mais rica e mais dinâmica cidade do País. São Paulo passa a cumprir um papel estratégico no desenvolvimento nacional.

Por outro lado, uma outra questão – esta de ordem conjuntural – se coloca: uma sucessão de gestões desastrosas comprometeu de forma profunda a disponibilidade de recursos para dar continuidade às ações necessárias à dotação do município da infraestrutura física e social nos níveis necessários. Tais recursos são fundamentais para, de um lado, reduzir as disparidades sociais gritantes, onde coabitam os moradores mais ricos do País, com portadores de miséria africana; e, de outro, integrar à realidade urbana obras megalômanas que objetivaram apenas vistosas inaugurações. São obras, na sua maioria, desprovidas de qualquer ligação com a dinâmica econômica da cidade e com a necessidade de melhorar a qualidade de vida da população.

A questão social é particularmente angustiante. Em São Paulo convivem, lado a lado, o maior e mais sofisticado centro universitário do País e precárias escolas de lata sem qualquer estrutura física ou pedagógica capaz de preparar uma criança para seu desenvolvimento pessoal e profissional; ao lado de centros de excelência mundial em saúde, vêem-se postos de atendimento incapazes de receber, com um mínimo de dignidade, pacientes pobres; vias de trânsito equivalentes às das mais sofisticadas capitais do mundo, estendem-se ao lado de trilhas cortadas por esgotos a céu aberto; a miséria dos habitantes de rua contrasta com a vida nababesca dos ricos em seus palacetes.

O principal aspecto que emerge do mais superficial diagnóstico que se faça de São Paulo é a característica assistêmica de seus equipamentos urbanos. Embora existentes e, até certo ponto, abundantes, falta neles o fator de ligação com o restante da cidade, de forma a constituir um todo integrado, harmônico e eficiente, tanto da ótica funcional quanto da econômica.

As cidades globais são os centros nervosos da parte globalizada da economia mundial. Fazem parte da lógica da globalização, que dispersa e fragmenta o processo produtivo ao redor do globo, ao mesmo tempo em que exige a concentração das funções de comando e articulação em alguns pontos estratégicos do planeta.

Exemplos de cidades globais são Londres, Nova York e Tóquio. Elas resultam do impacto espacial da globalização, na medida em que esta tende a privilegiar as regiões e áreas urbanas dotadas de vantagens comparativas na produção de bens e serviços exportáveis, e com fortes vínculos com o exterior. A seu lado existem as Cidades Mundiais. Nestas, as vantagens comparativas regionais e metropolitanas, derivadas das atividades exportadoras, deverão constituir-se no principal foco de dinamismo para as grandes metrópoles. Em especial as atividades ligadas à indústria intensiva em tecnologia, e a serviços como telemática, pesquisa e desenvolvimento (P&D), consultoria de negócios, gestão empresarial e financeira e serviços de transportes internacionais. São Paulo é hoje uma forte candidata a esta segunda categoria.

As análises urbanas contemporâneas enfatizam o caráter complementar das atribuições locais e globais das grandes cidades. A estruturação delas tem se mostrado dependente da presença de grandes projetos urbanos. E o valor estratégico desses projetos termina por promover transformações no meio urbano e regional, aumentando a atratividade e expandindo sua área de influência. Nesse sentido, tais projetos diferem substancialmente das simples ações chamadas de "melhoramentos urbanos", que na maioria das vezes respondem apenas a demandas pontuais.

Hoje, enfrentar o conflito socioespacial de uma cidade depende, entre outros fatores, da capacidade de oferecer uma eficiente infra-estrutura de telecomunicações. O que distingue uma cidade (ou metrópole) de um aglomerado urbano comum é, por exemplo, a instalação de uma eficiente rede de telefonia de fibras ópticas, um serviço especializado de tratamento de câncer, um centro de pesquisa de genética, um rico museu, uma sinfônica. Ou o enfrentamento eficiente das ameaças ambientais, decorrentes da ocupação ilegal dos mananciais. Ou ainda o encaminhamento e resolução do drama dos moradores de rua e dos cortiços, com o provimento de espaços públicos adequados a essa população.

Ao introduzir a competição em uma economia historicamente fechada e protegida, a abertura da economia impôs às empresas brasileiras, e às multinacionais que operam no Brasil, a necessidade de se atualizarem tecnologicamente, sob pena de sucumbirem na competição com concorrentes internacionais. Desencadeou-se então um processo que teve dois tipos de desdobramento. De um lado, foi altamente positivo para o País, pois permitiu a reestruturação, e, por meio dela, a sobrevivência, de forma internacionalmente competitiva, de seu principal parque produtivo. De outro, porém, provocou uma transformação radical nas relações trabalhistas e no volume de emprego gerado, com alto custo para parcelas significativas da população.

Nesse processo, ocorrido nos anos 90, a cidade de São Paulo se firmou como o centro de coordenação das multinacionais para a América Latina, em geral, e para a América do Sul, em especial, suplantando a concorrência de Rio de Janeiro e Buenos Aires. São Paulo transformou-se

num centro urbano de importância internacional, com estruturas produtivas densas e diversificadas, um parque manufatureiro parcialmente inovador, com grandes escalas de produção e grande dinamismo em suas relações internacionais. O resultado disso foi que a cidade ganhou um importante nível de competitividade e, ao mesmo tempo, expressiva capacidade de atrair novos investimentos.

Atingir os objetivos da Prefeitura em todas as áreas implica no desenvolvimento de uma característica que vem faltando a São Paulo nos últimos anos: gestão. Em outras palavras: a disponibilidade de infra e superestruturas na cidade, associada às precárias condições financeiras em que se encontra o Município, multiplicando o custo de oportunidade de qualquer investimento, tornam imperativo que, por um lado, sejam agilizados os mecanismos de alocação e gerenciamento dos escassos recursos financeiros disponíveis. E, por outro, que toda e qualquer forma de investimento tenha como norte a integração entre os diversos componentes do capital social básico já disponíveis, aumentando tanto sua utilização quanto gerando as sinergias próprias que suas complementaridades podem alavancar.

O equacionamento desses problemas é a pré-condição para o atendimento do primeiro item do Art. 8º. do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Nº. 13.430, de 13 de setembro de 2002):

“consolidar a Cidade de São Paulo como centro regional, pólo internacional, sede de atividades produtivas e geradoras de emprego e renda”.

Assim, dois aspectos norteiam a estratégia adotada neste Plano Plurianual para o próximo quadriênio do Município:

- *Um esforço de gestão, privilegiando a utilização competente e racional da estrutura já disponível, maximizando o potencial de atendimento que esta pode prestar à população;*
- *Um foco nos investimentos corretivos de integração entre os diversos equipamentos já disponíveis, integrando-os num todo sistêmico capaz de multiplicar sua capacidade geradora de bem-estar para a população.*

Observe-se que estas são premissas macro, que de forma alguma pautam as demais ações necessárias à manutenção da rota de transformação de São Paulo em Cidade Mundial.

Posto de outra forma, o que se pretende com este Plano Plurianual é a promoção de ações da própria Prefeitura, parcerias com as demais esferas de poder e com a iniciativa privada, e a mobilização da população no sentido de participar de forma ativa na identificação dos problemas e nos caminhos de suas soluções. Tudo isso, porém, sob uma perspectiva sistêmica, integrando as funções urbanas e fugindo à tentação das ações vistosas mas de resultados pouco significativos para o conjunto da comunidade.

Esta estratégia – já em desenvolvimento pela atual gestão municipal – permite ampliar os benefícios do capital social básico instalado. Como exemplo da atuação proposta, pode-se mencionar a disseminação dos recursos disponíveis em tecnologia de informação em todas as áreas de atuação das diversas esferas de poder, integrando cadastros (local, estadual e federal), compatibilizando os planos e programas dos diversos agentes (locais, estaduais e federais) e identificando lacunas que, se sanadas, potencializam o grau de utilização das cadeias de ação.

Estes recursos, conjugados com um esforço de capacitação e aperfeiçoamento dos agentes intervenientes, por si só se constituem em fator de potencialização de resultados, a partir do uso mais eficiente, efetivo e eficaz dos recursos disponíveis.

Estas considerações iniciais levam a uma estruturação das intervenções planejadas para o Município no decurso do quadriênio, de forma a, por um lado, caminhar na direção escolhida – a

consolidação de São Paulo como Cidade Mundial – dentro, porém, de parâmetros que não comprometam o processo no longo prazo, ou seja, buscando o máximo de eficiência com a alocação consciente dos escassos recursos.

Discorre-se, a seguir, sobre algumas das principais ações a serem postas em prática ao longo do período de que trata este PPA. Observe-se que as ações descritas não estão classificadas por agente responsável: é mais uma forma de caracterizar a estratégia seguida, onde a ênfase está na integração matricial, num conjunto de ações implementadas por variados agentes, num esforço de concertação que permita a criação da sinergia esperada.

Saúde

Na área da saúde, ao lado da implantação de novas unidades de porte, como a construção do hospital de M'Boi Mirim e a conclusão do de Cidade Tiradentes – compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e já sendo cumpridos com o apoio do Governo Estadual –, cumpre resgatar a capacidade de atendimento capilarizado, recuperando os postos de saúde e reequipando as UBS, regularizando o fornecimento de medicamentos, dando ênfase às ações preventivas – inclusive ampliando o Programa de Saúde da Família –, priorizando a prevenção, hierarquizando o atendimento e desafogando as unidades centrais.

Ações como estas são de baixo investimento e dependem mais de gestão. São intervenções pontuais e de remanejamento de recursos, conjugadas com a melhoria de eficiência dos demais programas já em funcionamento no município, com foco na integração e adequação dos equipamentos já existentes. Constituem, *de per se*, passo fundamental para uma melhoria significativa do padrão de atendimento à população.

Há, no entanto, importantes interfaces entre saúde e várias outras atividades, diretamente responsáveis por epidemias e doenças. Algumas têm como vetor o lixo, as águas contaminadas das enchentes, outras são decorrentes das carências de saneamento básico, da poluição atmosférica e sonora, da degradação ambiental.

Outra interface importante diz respeito ao trânsito, responsável pela maioria dos atendimentos hospitalares, nas áreas de traumatologia e ortopedia, onde a maioria das vítimas são motoqueiros. Fatores como esse ressaltam a já mencionada necessidade de uma interdependência entre as ações, onde providências num segmento são elementos determinantes do sucesso de outro, contribuindo para o objetivo maior, que é o bem-estar da comunidade.

Educação

A exemplo do que ocorre no restante do País, o problema da educação, na sua base – estrutura física e disponibilidade de profissionais – já se acha razoavelmente equacionado. Os índices de alunos matriculados são satisfatórios, assim como a estrutura física disponível, carecendo tão-somente de ações pontuais como a substituição das escolas de lata por outras de alvenaria e a implantação de novas unidades, inclusive nos CEUs, e outras, de atendimento pré-escolar, completando a rede atual, já existente.

A questão que se faz mais presente, nesta área, diz respeito, novamente, à gestão dos recursos disponíveis. Aqui, as ações mais importantes são:

- o remanejamento dos turnos;
- o reequipamento das escolas;
- a ampliação do transporte escolar;

- a intensificação do uso das instalações em atividades complementares (como aulas de reforço, atividades culturais e esportivas);
- o desenvolvimento e implantação de um projeto pedagógico integrado com o permanente aperfeiçoamento do corpo docente e diretivo das unidades educacionais, consistente e consentâneo com as novas realidades tecnológicas e profissionais, de forma a efetivamente preparar o estudante para interagir no mundo moderno.

Por outro lado, há que se atentar para a importância da educação como agente de proteção social, notadamente na infância e adolescência de risco, o que, combinada com as ações previstas nas áreas de esporte, cultura e lazer tiram essas populações da rua, reduzindo suas oportunidades de desencaminhamento. Esta interface se dá também e fundamentalmente com ações conjugadas com as áreas de segurança.

Esporte, cultura e lazer

As ações prioritárias em esporte, cultura e lazer visam fundamentalmente resgatar do abandono os equipamentos já existentes. Destacam-se os mais de 200 Centros Desportivos Municipais, 3 estádios, o Centro Olímpico, as áreas de lazer (40 clubes da cidade e 182 balneários) e as instalações esportivas já existentes nas escolas. Objetivam ainda a multiplicação de ruas e praças de lazer e, por meio de ações da própria Prefeitura, ou de parcerias com a comunidade, ONGs, empresas e empresários, adicionar orientação esportiva e cultural, de modo a atender de forma ampla (e não apenas se restringindo aos aspectos físicos e corporais) a juventude. Esse público necessita de informações técnicas e de mudança de hábitos e atitudes, principalmente os jovens em situação de risco. Tais ações devem também atingir a população de terceira idade e portadora de necessidades especiais, com a utilização de equipamentos e práticas compatíveis com suas realidades.

Há ainda que se estreitar a colaboração da Prefeitura com a indústria cultural, atividade essencial para o município, não apenas por seu valor intrínseco, mas também pelo volume de emprego e renda que gera, inclusive como segmento dinamizador do turismo.

Uma vez mais observa-se que o atendimento da comunidade deve se dar a partir de ações simples e de custo relativamente baixo, onde o bom gerenciamento dos recursos existentes pode fazer a diferença. De qualquer forma, a esses recursos podem ser facilmente acrescentadas ações no sentido de celebrar parcerias com outros agentes econômicos e sociais.

Transportes e trânsito

Como já foi mencionado, São Paulo, por suas características geopolíticas, é o mais importante entroncamento viário do País, constituindo-se em ponto de origem, destino ou passagem para as mais diversas rotas e finalidades.

Duas vertentes se abrem na questão da circulação de veículos e pessoas em São Paulo: uma, de ordem local, dependente de decisões e ações da Prefeitura; outra, de ordem externa, sujeita às determinações de outros agentes.

Na chamada vertente interna, as principais ações necessárias já se acham definidas a partir do Plano Diretor Estratégico (Lei nº. 13.430, de 13 de setembro de 2002). Para o cumprimento do ali disposto sobressai, entretanto, a necessidade premente de recuperação da CET, investindo no planejamento do trânsito e permitindo a identificação dos estrangulamentos e as decorrentes ações

corretivas e necessárias, seja de obras de maior porte – em sua maioria já previstas no PDE –, seja em ações pontuais, tais como a recuperação de sinalização, a implantação de semáforos e outros instrumentos orientadores e disciplinadores.

Somam-se a essas providências outras de maior porte, promovidas pelo Governo Municipal, como a reconfiguração do projeto do Fura-Fila, o qual passaria a cumprir importante papel social ao atender a população de grandes áreas da Zona Leste de São Paulo. Complementarmente, cumpre intensificar as gestões junto à iniciativa privada para a intensificação da construção de estacionamentos subterrâneos em locais estratégicos, aspecto crucial para qualquer remanejamento de trânsito.

Na vertente externa, as ações subordinam-se a outras esferas de decisão, cabendo à Prefeitura de São Paulo o papel de negociador, buscando implementar e acelerar as intervenções complementares sob sua responsabilidade. A obrigatoriedade dessas ações transcende aos interesses do Município, pelo aspecto propagador que essas vias apresentam em relação a toda a malha produtiva nacional.

Nesta categoria acham-se obras de grande porte, como a expansão das linhas do Metrô e da CTPM; a continuação das obras do Rodoanel e do Ferroanel; as obras das marginais, a construção do trecho final da Avenida Jacu-Pêssego e a extensão da Av. Radial Leste. Estas são intervenções que ultrapassam o mero interesse local, pelo impacto que representam nos custos globais na produção de toda a região e do País. De não menor importância são as obras da Avenida Jacu-Pêssego, via que se transformará numa linha direta de ligação entre o Aeroporto de Guarulhos e o Porto de Santos.

Para todas essas intervenções de grande porte, pode-se contar com recursos adicionais, na forma de financiamentos, pelas instituições multilaterais de crédito (BID e Bird), ou por meio de parcerias com outros financiadores, principalmente por meio das Parcerias Público-Privadas PPP.

Cabem ainda ações de negociação e gestão, como a implantação do bilhete integrado de ônibus, metrô e trem, ou a transferência dos terminais e centros de distribuição de cargas para áreas adjacentes ao Rodoanel e rodovias no entorno da capital.

Assistência e desenvolvimento social

É fato notório que o Brasil aplica volumes consideráveis de recursos nos sistemas de proteção social. É igualmente conhecida a ineficiência e baixa efetividade desses programas, pela burocracia, pelo desperdício, por desvios e outras deficiências gerenciais.

É de vital importância integrar os programas existentes no município com os demais programas em atividade – federais, estaduais, promovidos por ONGs, financiados por fundos internacionais etc. –, integrando-os e evitando duplicidade de esforços. Gasta-se muito e mal, freqüentemente direcionando (ou desviando) os benefícios em detrimento da população efetivamente carente.

Trata-se novamente da busca de resultados, muito mais a partir de integração e gestão do que de aumento de gastos. Resultados nesse sentido podem ser obtidos a partir do fortalecimento de parcerias, da qualificação da gestão de entidades – não apenas dos poderes públicos, mas também, e principalmente, das associações da sociedade civil. A gestão, responsável pelo aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos programas, depende ainda da integração, a partir de convênios e/ou outras formas de parceria, dos bancos de dados e demais informações dos vários programas em atividade.

Potencializam-se assim os resultados de ações municipais como o Programa de Proteção Social e Desenvolvimento das Famílias – PROASF; o Programa de Garantia de Renda Mínima

Municipal – Renda Mínima; o abrigamento de moradores de rua e proteção às crianças e idosos, a partir da prática de seus estatutos próprios.

Habitação, urbanização, meio ambiente

O porte do município, a dinâmica populacional caótica, ocorrida na segunda metade do século passado, e a mudança de perfil produtivo são fatores que contribuíram para a situação gravíssima em que se encontra o setor habitacional no município.

O impacto das soluções habitacionais improvisadas ou temporárias, eclodidas à margem das condições legais estabelecidas, tem como principal característica o severo impacto negativo provocado no meio ambiente a partir do desmatamento, da ocupação de áreas de risco, da ausência de saneamento básico e destinação de lixo e dejetos.

O PPA prevê a intensificação dos programas de regularização fundiária, urbanização e regularização de favelas e remoção de famílias, principalmente nas áreas de risco. Prevê ainda a reformulação dos programas de mutirões habitacionais, revitalização das áreas de baixo assentamento populacional, adensando onde isso é possível, eliminando cortiços, reformando conjuntos habitacionais, articulando com outras instâncias – federal, estadual e autarquias, notadamente a Caixa Econômica Federal – e customizando as obras, adequando-as à realidade das comunidades a que servem.

Outros tipos de obras regenerativas contemplam o recapeamento de ruas, melhoria nas calçadas, revitalização das ruas comerciais, combate à pichação, canalização de córregos, monitoramento e prevenção de enchentes, controle de inundações – inclusive no Vale do Anhangabaú - e construção de piscinões.

Especificamente no que tange ao meio ambiente, serão desenvolvidas ações no sentido de melhorar o nível de arborização da cidade, principalmente a partir da revitalização de parques e outras áreas de convivência. Também ações prioritárias serão desenvolvidas na coleta seletiva do lixo e na fiscalização da poluição, veicular e industrial, inclusive apoiando a utilização de combustíveis não-poluentes.

Considerações Finais

Conforme tratado ao longo deste tópico, o Plano Plurianual 2006-2009 do Município de São Paulo tem como estratégia o aprimoramento da gestão, permitindo a consecução de resultados mais pelo uso eficiente do capital social básico disponível do que pelos grandes investimentos.

Para que isso ocorra, é essencial um processo de fortalecimento das subprefeituras, levando o governo o mais próximo possível do cidadão. Este objetivo será atingido transformando o espaço físico do entorno das sub-prefeituras em centros cívicos e concentrando equipamentos sociais junto a elas. Essa estratégia inclui, por meio de convênios a serem celebrados com o Estado, a implantação de poupa-tempos, agregando a eles balcões de atendimento para os serviços municipais, num sistema de "poupa tempo municipal".

Finalmente, mas não menos importante, cabe mencionar o esforço – já em ação – para o resgate da capacidade de endividamento do município.

A gestão municipal primou, por mais de uma década, pelo descaso com as contas públicas, dilapidando a capacidade financeira de São Paulo em obras megalômanas e de inauguração festiva, porém sem aderência às questões econômicas e sociais efetivas da cidade.

É compromisso da atual gestão resgatar a capacidade de investimento, comprometida nas gestões anteriores pelo desrespeito aos condicionantes legais, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal, aos tetos de endividamento e às obrigatoriedades quanto à prioridade de alocação de recursos (precatórios, previdência etc.)

Assim, parte dos investimentos necessários somente será passível de implementação a partir de negociação com as demais esferas de poder (União e Estado), de soluções *ad hoc* (PPPs) e, eventualmente, de compartilhamento de responsabilidades com a iniciativa privada, mediante parcerias específicas e concessões.

Estas são as diretrizes do Plano Plurianual do Município de São Paulo para o período 2006–2009.

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO II

FINANÇAS PÚBLICAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do índice de participação do Município de São Paulo no ICMS.....	4
Tabela 2 – Evolução da Execução Orçamentária da Prefeitura de São Paulo.....	5
Tabela 3 – Evolução das Receitas da Prefeitura de São Paulo.....	7
Tabela 4 – Evolução das Despesas da Prefeitura de São Paulo.....	10
Tabela 5 – Evolução das Receitas, Despesas e do Resultado Corrente da Prefeitura de São Paulo.....	11
Tabela 6 – Evolução das Receitas, Despesas e do Resultado Orçamentário da Prefeitura de São Paulo	11
Tabela 7 – Evolução da Dívida da Prefeitura de São Paulo.....	12

FINANÇAS PÚBLICAS

1. Introdução

Quando a Constituição Federal prescreve, em seu artigo 165, que os entes da Federação devem elaborar, a cada quatro anos, um Plano Plurianual, compreendendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, para os investimentos que desejam realizar, e para os programas de duração continuada a serem mantidos ou implantados, está dizendo, simplesmente, que a sociedade espera de seus governantes que pautem sua conduta pelos critérios de eficiência, racionalidade e justiça.

O constituinte de 1988, ao interpretar os anseios dos cidadãos brasileiros, deixou claro que os recursos públicos, além de serem obtidos de forma justa, devem ser empregados segundo um processo de planejamento cuja metodologia permita identificar, qualificar e quantificar todas as demandas vindas dos mais variados segmentos da sociedade, de modo a serem organizadas e atendidas segundo as prioridades de cada setor, e observadas as limitações de natureza jurídica, técnica e financeira.

Nada mais simples para os municípios, levando-se em conta que, como entes da Federação, eles têm a garantia de recebimento de uma parcela importante da receita pública, exercendo diretamente o poder de arrecadar determinados recursos que a Constituição lhes destina, ou recebendo, da União e do Estado, parte do que lhes está reservado. Nesse ponto, a concepção de federalismo fiscal no País é bem objetiva, por especificar com clareza com quais recursos cada uma de suas instâncias pode contar.

No outro lado, o dos gastos, as incumbências do município não têm a mesma clareza, e não raro acontecem conflitos com as outras duas esferas. Fica para os agentes municipais o desconforto de se justificarem perante os cidadãos nos casos do não atendimento pleno de suas necessidades, mesmo que determinadas responsabilidades sejam da alçada do Estado ou da União. Isso acontece com certa frequência nas áreas de saúde, educação, habitação, segurança e transporte.

Por outro lado, o que deveria ser muito simples acaba se tornando complexo, pelo acúmulo de demandas não atendidas no passado, na maioria das vezes originadas por erros cometidos e por falta de planejamento.

Quando se fala do município de São Paulo, a complexidade se amplia exponencialmente, por sua grandiosidade física, demográfica, econômica e política, e por sua natureza transmunicipal, mercê de sua localização geográfica e da qualidade de capital do Estado. E por aqui, não foram poucos os erros cometidos no passado, assim como não são poucos os problemas a serem equacionados, por ter faltado um planejamento eficiente e eficaz.

Como a maior parte das soluções que a cidade está a exigir depende do aporte de recursos financeiros, é preciso que se compreenda bem em que ambiente orçamentário a gestão municipal estará assentada, e quais serão as reais possibilidades a seu alcance, dadas as restrições impostas pela realidade atual. É o que se mostrará a seguir.

2. Panorama das finanças municipais

Mesmo bem definidas as regras de distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo, em verdade a parcela destinada aos municípios – cerca de 16% da receita tributária disponível – tem-se revelado insuficiente para atender ao conjunto sempre crescente de obrigações.

No caso de São Paulo, a ação da Prefeitura não se restringe ao que é do seu interesse e de seus moradores, pois sua natureza transcende o seu território e a obriga a dar conta de demandas vindas de outras cidades, muito especialmente na área de transporte. Ou seja, a municipalidade precisa manter uma infra-estrutura capaz de atender a um fluxo adicional de pessoas e de veículos, que vêm do interior com destino a outras cidades, aos terminais rodoviários, aos aeroportos, aos órgãos públicos estaduais e federais e outros serviços.

Por isso, São Paulo é uma cidade diferente. E suas linhas limítrofes são bem mais extensas do que as que figuram nos mapas. Esta é uma cidade transmunicipal, fato que, por si só justificaria um tratamento diferenciado na destinação de recursos. Infelizmente, não é o que acontece.

Outros dois fatores merecem atenção nessa questão. Em dado momento, no passado, os municípios conquistaram uma elevação significativa de sua participação nas receitas federais, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – 22,5% do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Entretanto, a União, paralelamente, passou a criar e aumentar tributos não partilhados com Estados e Municípios, praticamente neutralizando o ganho anterior. Hoje, o FPM representa apenas 0,5% das Receitas Correntes do Município de São Paulo.

O segundo destaque refere-se à Quota-parte do ICMS, uma transferência do Estado que, por muitos anos, foi o item principal das receitas municipais. É fato que a Constituição de 1988, além de aumentar a parcela dos municípios, de 20% para 25%, e ampliar o seu campo de incidência, provocou, no início, uma expressiva melhora. Mas, no decorrer dos anos, São Paulo foi perdendo grande parte dessa vantagem, em função do processo de interiorização da indústria e de outros setores da economia, de modo que sua participação relativa vem caindo sistematicamente, num processo que ainda não se estabilizou.

De 1993 para cá, a redução do índice de participação de São Paulo já atingiu 15,3%, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Evolução do índice de participação do Município de São Paulo no ICMS		
Ano Base	Índice %	Varição Acumulada Desde 1993 (%)
2004	23,6451	-15,3
2003	23,9961	-14,1
2002	24,7520	-11,4
2001	25,1069	-10,1
2000	25,0965	-10,1
1999	26,0710	-6,6
1998	26,6809	-4,5
1997	27,4373	-1,7
1996	26,9191	-3,6
1995	25,6883	-8,0
1994	27,6397	-1,0
1993	27,9260	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado. O índice é aplicado no segundo ano após o ano base.

O índice a ser aplicado no próximo ano (23,5451%) está aquém daquele representado pela participação do município no total da população do Estado, de 28%.

Computados apenas os últimos onze anos, a perda acumulada na receita do ICMS (15,3%) corresponde a cerca de R\$ 420 milhões por ano. A título de curiosidade, o índice de participação de São Paulo no ano de 1981 era 36,6017%, ou seja, 55% superior ao atual.

Por outro lado, um fator positivo foi a criação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), que trouxe para o Município de São Paulo um

importante acréscimo de receita, pois a distribuição de seus recursos se faz de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Em 2004, a contribuição do município para o Fundo foi de R\$ 448.641 mil, e o retorno de R\$ 816.331 mil. Nesse ano, o município possuía, em sua rede, 556.489 crianças matriculadas no ensino fundamental regular, segundo o censo escolar realizado sob a responsabilidade do MEC/INEP, afora as matrículas na educação infantil (creches e pré-escolas), educação especial, educação de jovens e adultos e no ensino médio, que não entram no cômputo para fins de rateio do Fundef.

Na área de saúde, o município passou a contar com um volume maior de recursos depois que aderiu ao Sistema Único de Saúde (SUS), em 2001. Em 2004, os repasses totalizaram R\$ 843 milhões, mas vieram acompanhados de responsabilidades adicionais para a municipalidade.

O exercício de 2004 encerrou-se, como divulgado no início do atual governo, com problemas financeiros graves, ou seja, despesas realizadas sem a devida cobertura pelas disponibilidades de caixa, nível de endividamento muito acima dos parâmetros técnicos e legais aceitáveis, sistema de previdência dos servidores não ajustado à legislação e, portanto, provocando acumulação de déficits, longo atraso no cumprimento de precatórios judiciais, sem contar os débitos com os fornecedores. Medidas de curto prazo foram adotadas, e implantou-se um plano para pagamento parcelado dos débitos junto a fornecedores que, no caso de valores elevados, se estenderá até o ano de 2012.

Essas medidas foram antecedidas de uma análise pormenorizada do orçamento de 2005, concluindo-se que ele estava superdimensionado. Foi efetuado um ajuste por meio do congelamento de dotações, para evitar o agravamento do déficit e para gerar recursos necessários ao pagamento dos débitos parcelados com os fornecedores do município.

A tabela abaixo mostra como ficou o orçamento de 2005 após os ajustes realizados, cabendo lembrar que nos valores de 2004 não estão inclusos os empenhos cancelados no final daquele ano:

Tabela 2 – Evolução da Execução Orçamentária da Prefeitura de São Paulo*	
Em R\$ milhares de 2005	
Especificação	Valor
Despesa empenhada em 2002	12.321.991
Despesa empenhada em 2003	13.001.420
Despesa empenhada em 2004	14.154.393
Orçamento de 2005:	
Valor aprovado	15.200.000
Valor Congelado	2.636.439
Valor disponível para empenho	12.563.561

* Valores relativos à despesa da Administração Direta
 Fonte: Balanços gerais do município - Secretaria de Finanças.
 Deflator: IPC/FIPE

A dívida pública consolidada é um ponto de estrangulamento das finanças municipais, pelos reflexos negativos que provoca, em particular por reduzir a capacidade de investimento e de implantação ou ampliação de programas de duração continuada.

Compõe-se de uma parte representada por contratos firmados junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, por contratos de refinanciamento firmados junto ao Tesouro Nacional, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil, por parcelamentos de débitos e outra representada por precatórios judiciais posteriores a 05.05.2000, ainda pendentes de pagamento.

A dívida consolidada líquida apresentava, em 31 de dezembro de 2004, um saldo devedor de R\$ 31.558,2 milhões, que, comparada com a Receita Corrente Líquida (RCL), levava a um comprometimento de 251%, contra um limite máximo permitido de 120%.

Em 30 de abril de 2005, ocasião em que foi preparado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre do ano, a dívida consolidada líquida havia sido reduzida para R\$ 30.676,7 milhões, ou seja, 230% da RCL.

A dívida perante o Tesouro Nacional é decorrente de contratos de refinanciamento, o último celebrado em 2000, pelos quais estão consolidados praticamente 86% de toda a dívida municipal, para pagamento em 360 meses, com juros de 9% ao ano e correção monetária pelo IGP/DI.

Havia a possibilidade, conforme cláusulas do último contrato de refinanciamento, de manutenção da taxa de juros em 6%, ou elevação para 7,5%, dependendo do volume de amortizações extraordinárias que viessem a ser realizadas no prazo estipulado, novembro de 2002. Não tendo sido possível, à época, a utilização dessa faculdade, a taxa de juros elevou-se para 9% ao ano.

Como os encargos da dívida – juros e amortização – não podem exceder a 13% da Receita Líquida Real (RLR), sequer a totalidade dos juros tem sido paga, incorporando-se ao saldo devedor a parcela não quitada e agravando a situação.

Outro capítulo que representa um sério constrangimento de ordem financeira é o longo atraso no cumprimento de precatórios judiciais, cujo saldo devedor está hoje ao redor de R\$ 5.000 milhões. Existem os precatórios de natureza alimentícia, com montante de cerca de R\$ 2.500 milhões, que devem ser pagos numa só parcela, e os demais, para cujo pagamento foi aberta, pela EC 30/2000, a possibilidade de quitação em até dez parcelas anuais. Mesmo assim, os precatórios de natureza alimentícia estão atrasados desde 1998 e, com relação aos demais, apenas os décimos de 2001, 2002 e parte de 2003 foram cumpridos pela gestão antecedente.

As consequências desses atrasos para as finanças municipais são danosas, por representarem a incidência de novos e pesados encargos, prejudicando o atendimento das obrigações do município perante seus cidadãos e limitando a ação do governo nos exercícios subseqüentes.

A questão da previdência social dos servidores municipais foi, até poucos meses atrás, mais um foco gerador de déficits para o tesouro, pois mesmo obrigada pela Constituição, e pela legislação federal pertinente, a Prefeitura não havia promovido, oportunamente, os devidos ajustes em seu sistema. Ao menos agora, após iniciativa do atual governo, existe uma legislação definindo alíquotas de contribuição dos servidores e do próprio município, inclusive dos aposentados e pensionistas, perfeitamente ajustadas às regras constitucionais e legais em vigor¹.

Com as novas alíquotas de contribuição, de 11% para os funcionários e de 22% para o município, está sendo possível a obtenção, desde agosto de 2005, de uma receita adicional para o Instituto de Previdência do Município (IPREM) em torno de R\$ 163 milhões anuais. A contribuição dos aposentados e pensionistas incide somente sobre o valor que exceder o teto estabelecido para o regime geral de previdência, atualmente de R\$ 2.668,15.

Esse panorama das finanças municipais revela uma situação preocupante, mormente por implicar restrições importantes à ação governamental numa época em que as demandas sociais e a necessidade de realização de investimentos na infra-estrutura da cidade são de grandes proporções.

Reverter a situação significa enfrentar desafios e impor um forte ajuste fiscal, aliás, um processo deflagrado desde os primeiros dias do atual governo nas diversas frentes identificadas nos levantamentos e diagnósticos realizados, de modo que resultados poderão ser sentidos de forma imediata.

¹ Os ajustes na legislação previdenciária do município foram promovidos pela Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005.

3. Receitas

O município, no exercício de sua autonomia, conta, basicamente, com as receitas que arrecada diretamente, especialmente pela cobrança dos tributos que lhe foram atribuídos pela Constituição, com transferências constitucionais e legais vindas da União e do Estado, e de um conjunto de transferências destinado a atender finalidades específicas, mediante assinatura de convênios e ajustes. Pode ainda contar com receitas obtidas junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, por meio da contratação de operações de crédito.

O quadro abaixo apresenta os recursos arrecadados pela administração direta nos últimos cinco anos, pelo qual se pode ter uma visão bem ampla da estrutura e do comportamento das receitas municipais. Os valores estão expressos em milhares de reais, a preços médios de 2004.

Tabela 3 – Evolução das Receitas da Prefeitura de São Paulo*

	R\$ milhares de 2004				
RECEITAS	2000	2001	2002	2003	2004
RECEITAS CORRENTES	10.985.564	11.683.059	11.311.161	11.167.220	12.478.417
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.729.098	4.806.893	4.984.936	4.965.562	5.338.628
Impostos	4.550.820	4.614.125	4.773.640	4.608.080	4.972.475
IPTU	1.882.480	1.886.372	2.048.626	2.075.361	2.121.682
ISS	2.370.896	2.450.626	2.413.648	2.288.695	2.592.883
ITBI	297.444	277.127	311.366	244.024	257.910
Taxas	177.342	191.056	209.636	356.566	365.802
Taxas pela prestação de serviço	2.176	1.987	1.016	136.241	209.815
T. de Estudos p/ Fixação de Diretrizes	346	322	450	401	195
T. de Resíduos Sólidos Domiciliares TRSD	0	0	0	129.963	204.585
T. de Resíduos Sólidos Serv. Saúde TRSS	0	0	0	4.913	4.163
Outras	1.831	1.664	566	964	872
Taxas pelo Poder de Polícia	175.166	189.070	208.620	220.325	155.987
Contribuição de Melhoria	937	1.712	1.659	916	351
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	0	0	38.832	222.766
Contribuições Sociais	0	0	0	18	14.220
Compensação Previdenciária	0	0	0	18	14.220
Contribuições Econômicas	0	0	0	38.813	208.546
COSIP/FUNDIP	0	0	0	38.473	208.238
Compensação Fin. Royalties Prod Petróleo	0	0	0	340	308
RECEITA PATRIMONIAL	80.010	215.215	263.776	244.104	126.911
Receitas Imobiliárias	9.895	15.968	16.635	12.268	12.491
Receitas de Valores Mobiliários	70.114	199.247	247.141	220.556	101.411
Receita de Concessões e Permissões	0	0	0	0	12.296
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0	11.280	713
RECEITA INDUSTRIAL	1.179	1.281	1.180	801	455
RECEITA DE SERVIÇOS	41.206	44.928	47.936	36.998	40.983
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.617.730	4.971.459	5.042.027	5.002.595	5.814.533
Transferências Intergovernamentais	4.617.730	4.969.551	5.039.177	4.962.199	5.723.110
Transferências da União	580.848	800.241	865.905	1.021.272	1.625.254
Cota FPM	43.791	47.321	55.030	50.317	60.174
Cota ITR	397	473	1.019	572	239
Cota IOF Ouro	0	0	6	82	89
LC 87_96 ICMS	98.309	81.945	81.453	76.048	55.692
Comp Extrac Mineral	0	0	0	96	57
SUS União	14.244	139.812	217.936	398.109	840.298
FNAS	0	180	5.322	5.023	6.429
FNDE	29.169	26.761	25.040	4.700	142.130
DNAEE/Recursos Hídricos	82	126	90	116	132
IRRF	394.559	503.309	479.318	483.774	518.029
Demais Transferências da União	296	313	692	2.434	1.985
Transferências do Estado	3.321.650	3.427.766	3.377.936	3.191.021	3.281.525
Cota ICMS	2.448.681	2.469.875	2.409.444	2.308.206	2.404.467
Cota IPVA	775.945	841.516	864.253	783.921	833.509
Cota IPI Exportação	28.321	28.088	24.370	20.482	21.968

Tabela 3 – Evolução das Receitas da Prefeitura de São Paulo*

RECEITAS	R\$ milhares de 2004				
	2000	2001	2002	2003	2004
Cota Salário Educação	65.652	84.003	77.621	74.273	12.478
SUS Estado	3.051	4.284	550	0	0
FNAS	0	0	1.699	4.138	0
CIDE	0	0	0	0	9.103
Transferências Multigovernamentais	715.233	741.544	795.336	749.906	816.331
Multigov FUNDEF	715.233	741.544	795.336	749.906	816.331
Transferências de Instituições Privadas	0	1.908	2.155	10.012	0
Transferências do Exterior	0	0	696	696	1.984
Transferências de Pessoas	0	0	0	0	133
Transferências de Convênios	0	0	0	29.689	89.306
Transferências da União	0	0	0	24.050	57.686
SUS	0	0	0	210	2.811
FNDE	0	0	0	20.154	27.010
FNAS	0	0	0	759	1.393
Outras	0	0	0	2.926	26.472
Transferências do Estado	0	0	0	5.522	31.614
SUS	0	0	0	1.897	21.498
FNAS	0	0	0	3.624	10.116
Transferência dos Municípios	0	0	0	59	6
Outras Transferências de Convênios	0	0	0	59	6
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.516.342	1.643.284	971.306	878.329	934.141
Multas e Juros de Mora	654.476	528.717	459.546	484.302	496.853
Sobre tributos	63.295	64.759	61.921	67.850	55.888
Outras	591.181	463.958	397.625	416.453	440.965
Indenizações e Restituições	8.875	948	7.738	1.594	2.209
Receita da Dívida Ativa	252.860	303.393	317.933	200.284	234.213
Tributária	212.190	257.638	284.447	179.695	223.305
Outras	40.670	45.755	33.486	20.588	10.908
Receitas Correntes Diversas	600.130	810.226	186.090	192.149	200.866
RECEITAS DE CAPITAL	228.404	148.577	236.914	474.160	649.667
OPERACOES DE CREDITO	152.409	99.027	211.952	399.746	503.173
Operações de Crédito Internas	8.746	52	106.594	326.658	440.060
Operações de Crédito Externas	143.663	98.975	105.358	73.088	63.113
ALIENACAO DE BENS	0	0	592	628	575
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	0	0	0	1.770	2.686
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.262	4.075	17.954	17.097	78.135
Transferências Intergovernamentais	3.262	4.075	17.921	4.137	61.929
Transferências da União	1.228	1.220	10.747	4.137	61.929
Transferências do Estado	2.033	2.855	7.173	0	0
Transferências de Instituições Privadas	0	0	0	4.477	1.300
Transferências do Exterior	0	0	33	0	0
Transferências da União	0	0	0	8.483	14.906
SUS	0	0	0	397	5.146
Outras	0	0	0	8.087	9.760
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL (1)	72.733	45.474	6.416	54.919	65.098
TOTAL DAS RECEITAS	11.213.968	11.831.636	11.548.075	11.641.380	13.128.084

* Valores relativos à Administração Direta

Fonte: Balanços gerais do município - Secretaria de Finanças.

Deflator: IPCA

As receitas correntes apresentaram um crescimento real de 13,6%, no período 2000/2004, ou 3,2% anualmente. Como houve a criação de novos tributos municipais em 2003 (taxa de lixo e contribuição de iluminação pública) e início do aporte de recursos do SUS, esse crescimento pode ser considerado muito modesto. Sem considerar essas três rubricas, o crescimento das receitas correntes no período foi de apenas 2,1%, ou seja, 0,53% ao ano.

3.1. Impostos municipais e outras receitas próprias

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

Teve um crescimento normal no período 2000/2004, de 12,7%, correspondente a 3,04% ao ano, mas poderá apresentar melhores resultados com a adoção de medidas de aperfeiçoamento do cadastro, e de novas metodologias de controle, independentemente de mudanças na legislação.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

Registrou um crescimento de 9,4% no período, mas, levando-se em conta as mudanças na legislação federal competente, ocorrida em 2002 por meio da Lei Complementar nº 116, deveria ter apresentado um resultado mais satisfatório.

Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis (ITBI)

Tributo que reflete o comportamento do mercado imobiliário, teve redução de 13,3% no período 2000/2004, o que não deixa de ser preocupante, embora represente apenas 2,1% das receitas correntes.

Outras Receitas Correntes

Neste item, que compreende as multas, juros de mora, dívida ativa e demais receitas correntes, houve uma significativa redução, de R\$ 1.516.342 mil, no ano de 2000, para R\$ 934.141 mil em 2004, equivalente a 38%. Essa situação demandará uma análise específica para determinar as providências a serem tomadas.

3.2. Principais Repasses da União

Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Teve um crescimento importante no período 2000/2004 de 37,4%, mas representa muito pouco no conjunto das receitas correntes, apenas 0,5%.

Compensação Financeira pela Desoneração das Exportações – Lei Kandir

Essas transferências também têm uma participação modesta no conjunto das receitas correntes, tendo registrado, no mesmo período, queda de 43%.

Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retidos na Fonte

Essas retenções, mesmo referindo-se a um tributo federal, incorporam-se à receita municipal. Tiveram uma evolução positiva no período, de 31%.

Quota-parte do Salário-Educação

Após a mudança no critério de rateio introduzida a partir de 2004 pela Lei Federal nº 10.832/2003, esses repasses tiveram um forte declínio, de 81%. Em 2004 foram arrecadados apenas R\$ 12.478 mil, contra R\$ 74.273 mil do ano anterior.

3.3. Repasses do Estado

Quota-parte do ICMS

É nessa receita que está a pior notícia, pois a perda sistemática e prolongada da participação do município nesse tributo estadual, da ordem de 7,2% no período 2000-2004, se refletiu numa redução real de 1,8% das transferências de ICMS. Até o ano de 2001, o ICMS era a principal rubrica de receita do município, mas, a partir de então, e em decorrência do encolhimento do respectivo índice de participação, perdeu essa posição para o ISS, embora tenha voltado ao primeiro lugar em 2003. No ano seguinte, ficou 7,3% abaixo do ISS. Isso é preocupante, mas algumas ações poderão ser adotadas para reverter ou minorar a tendência declinante do ICMS.

Quota-parte do IPVA

Imposto estadual que incide sobre os veículos automotores destina 50% para o município. No mesmo período teve um crescimento de apenas 7,4%

3.4. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Constituído por parte das receitas municipais e estaduais, e redistribuído na proporção das matrículas de alunos no ensino fundamental, representa uma importante fonte de recursos, e cresceu 14% no período 2000/2004, correspondendo hoje a 6,5% das receitas correntes.

No bloco sobre Receitas de Capital, cujo item mais importante é, normalmente, a realização de operações de crédito, percebe-se o grau de dificuldade que o município enfrenta na atualidade, dado o comprometimento causado por seu elevado endividamento, inibindo a possibilidade de novas contratações.

4. Despesas

A despesa municipal da administração direta, cujo comportamento está retratado no quadro abaixo, é classificada em dois grandes grupos, as despesas correntes, compreendendo os gastos de manutenção das atividades a cargo do município e o pagamento dos juros da dívida pública, e as despesas de capital, referentes a investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Tabela 4 – Evolução das Despesas da Prefeitura de São Paulo*					
R\$ Milhares de 2004					
DESPESAS	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
DESPESAS CORRENTES	8.119.121	9.937.719	10.481.989	10.529.558	11.253.892
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.936.250	4.563.415	4.696.905	4.667.895	4.940.246
Pessoal Ativo	2.517.768	2.938.997	3.146.410	3.049.266	3.234.542
Aposentados/Pensionistas	1.383.805	1.427.757	1.403.770	1.373.101	1.454.857
Contribuição para entidades Fechadas de Previdência					
Salário Família	1.692	1.524	1.214	1.403	1.346
Obrigações Patronais	32.985	195.137	145.511	225.099	240.942
Outras	0	0	0	19.028	8.559
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	522.095	1.066.066	987.805	1.009.882	1.148.972
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (1)	3.660.775	4.308.239	4.797.280	4.851.780	5.164.674
Material de Consumo	224.207	370.926	298.929	249.276	263.552
Outros Serviços de Terceiros P.Jur. e P.Fis.	2.812.446	2.868.669	2.921.766	2.951.437	3.203.024
Outras Despesas Correntes	624.122	1.068.643	1.576.585	1.651.067	1.698.098
Auxílio Transporte - Auxílio Alimentação				261.109	263.927
Outras				1.389.958	1.434.171
DESPESAS DE CAPITAL	1.258.236	912.205	1.367.675	1.741.356	1.990.078
INVESTIMENTOS	955.466	552.565	1.011.180	1.354.850	1.569.208
INVERSÕES FINANCEIRAS	154.717	134.970	154.784	177.917	160.062
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	148.052	224.669	201.711	208.589	260.808
TOTAL DAS DESPESAS	9.377.357	10.849.924	11.849.664	12.270.914	13.243.970

* Valores relativos à Administração Direta
 Fonte: Balanços gerais do município – Secretaria de Finanças.
 Deflator: IPCA.

No período 2000/2004, as despesas correntes tiveram um crescimento real de 38,6%, ou 8,5% ao ano. Essa evolução, superior ao crescimento das receitas correntes no mesmo período, que foi de 13,6%, indica que houve uma redução significativa da margem para realização de investimentos e amortização da dívida.

A tabela abaixo mostra um balanço entre as receitas e despesas correntes:

Tabela 5 – Evolução das Receitas, Despesas e do Resultado Corrente da Prefeitura de São Paulo*

R\$ milhares de 2004				
Exercício	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Superavit Corrente	% do Superavit
2000	10.985.564	8.119.120	2.866.444	26
2001	11.683.059	9.937.719	1.745.340	15
2002	11.311.161	10.481.988	829.173	7
2003	11.167.220	10.529.557	637.663	6
2004	12.478.417	11.253.891	1.224.526	10

* Valores relativos à Administração Direta

Fonte: Balanços gerais do município – Secretaria de Finanças.

Deflator: IPCA.

O avanço das despesas correntes sobre as receitas correntes aparentemente diminuiu, no exercício de 2004, mas na verdade isso não aconteceu, porque nesse exercício não está registrado um conjunto de despesas efetivamente realizadas, mas que tiveram seu registro contábil cancelado.

O desafio é, portanto, reverter essa tendência mediante a adoção de medidas que, aliás, já estão sendo implantadas, de modo que se tenha, novamente, espaço razoável para a retomada dos investimentos e da amortização da dívida.

Sob o enfoque global, ou seja, consideradas todas as receitas e todas as despesas – correntes e de capital – nota-se que a acumulação de déficits orçamentários foi uma constante nos últimos três exercícios, como pode ser visto no quadro abaixo:

Tabela 6 – Evolução das Receitas, Despesas e do Resultado Orçamentário da Prefeitura de São Paulo*

R\$ milhares de 2004			
Exercício	Receitas	Despesas	Superavit/(Déficit)
2000	11.213.967	9.377.657	1.836.610
2001	11.831.634	10.849.924	981.710
2002	11.548.076	11.849.664	(301.588)
2003	11.641.324	12.270.914	(629.590)
2004	13.128.086	13.243.969	(115.883)

* Valores relativos à Administração Direta

Fonte: Balanços gerais do município – Secretaria de Finanças.

Deflator: IPCA.

Os gastos totais com pessoal, para os quais a LRF fixa um limite de 54% da Receita Corrente Líquida, no âmbito do Executivo, e de 6% no Legislativo, estiveram, nos cinco exercícios estudados, contidos nesses tetos. Somados os dois poderes, foram registrados os seguintes percentuais: 2000 = 40%, 2001 = 45%, 2002 = 45%, 2003 = 45% e 2004 = 43%. Nesses gastos estão inclusos o pagamento do pessoal ativo, respectivos encargos patronais e o pessoal inativo pago com recursos do tesouro.

Conforme já apontado no Relatório de Gestão Fiscal de 30/04/2005 do município, o percentual de gastos com pessoal na esfera do Executivo foi de 38,8% da respectiva Receita Corrente Líquida, e de 40,9% na soma dos dois poderes.

O pagamento dos juros da dívida pública consome parcela importante dos recursos municipais, tendo atingido, em 2004, o montante de R\$ 1.149 milhões na administração direta, equivalentes a 9,1% da RCL. As amortizações estiveram num patamar menor (R\$ 260,8 milhões em 2004), pois a limitação prevista no contrato de refinanciamento firmado junto ao Tesouro Nacional, em maio de 2000, de 13% da RLR, tem implicado em pagamentos, que sequer cobrem o valor dos juros, e a conseqüente elevação do saldo devedor.

Os investimentos dos dois últimos exercícios puderam ser realizados graças às operações de crédito e, principalmente, à geração de déficits orçamentários.

5. Dívida Consolidada

A dívida pública do município tornou-se, de uns anos para cá, o principal foco de problemas para as finanças municipais, em razão de uma sucessão de erros cometidos no passado, que a transformaram no maior entrave para o governo local contribuir, na parte que lhe cabe, com o desenvolvimento da cidade.

Ela possui dois grandes componentes. O primeiro, e maior, representado por contratos de empréstimos celebrados junto a instituições financeiras, e por contratos de refinanciamento firmados com o Tesouro Nacional, tendo como agente financeiro o Banco do Brasil, representam 86% de toda a dívida consolidada. Também fazem parte desse bloco alguns termos de parcelamento de dívidas, firmados perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o PASEP, que é administrado pela Caixa Econômica Federal.

O segundo componente é representado por precatórios judiciais não cumpridos nas épocas próprias, a despeito de ter havido, em duas oportunidades, em 1988 e 2000, a edição de normas constitucionais possibilitando o seu parcelamento.

O montante vencido desses precatórios é extremamente elevado. Esse fato, independentemente do que significa por si só, contribui para o agravamento do principal indicador da dívida pública, ou seja, o percentual que seu estoque representa em relação à RCL, em face da limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pois todos os precatórios posteriores a 05/05/2000, ainda em aberto, são computados para cálculo do referido limite.

No período 2000/2004, foram as seguintes as posições da dívida pública municipal:

Tabela 7 – Evolução da Dívida da Prefeitura de São Paulo*					
	R\$ milhares Dez2004				
	2000	2001	2002	2003	2004
Dívida Consolidada	20.436.761	22.922.458	27.179.429	28.302.232	31.558.159
Interna	18.571.210	20.919.910	25.425.184	26.963.654	30.432.273
Tesouro Nacional	18.372.142	19.961.794	23.779.035	24.702.442	27.113.008
Bancos	89.680	80.938	173.114	495.739	911.811
Bancos Federais	89.680	80.938	173.114	495.739	911.811
Bancos Estaduais	0	0	0	0	0
Bancos Privados	0	0	0	0	0
Outras dívidas	109.389	877.179	1.473.035	1.765.473	2.407.454
Externa	1.865.552	2.002.548	1.754.245	1.338.578	1.125.886
Dívida fluutuante	1.220.420	984.653	1.085.885	1.239.470	1.329.872
Garantias	2.869.924	70.176	39.062	79.424	67.398
Dívida consolidada	20.436.761	22.922.458	27.179.429	28.302.232	31.558.159
Ativo financeiro	137.461	994.327	824.310	28.470	0
Dívida consolidada líquida	20.299.300	21.928.131	26.355.119	28.273.763	31.558.159
% da Receita Corrente Líquida	191%	197%	231%	251%	251%

* Valores relativos à Administração Direta

Fonte: Balanços gerais do município – Secretaria de Finanças.

Deflator: IPCA.

A dívida consolidada líquida, além de situar-se em patamares muito acima dos limites legais fixados pelo Senado Federal (120% da RCL)², tem contra si o fato de o seu principal componente, o refinanciamento contratado junto ao Tesouro Nacional, ser indexado ao IGP/DI, que, comparativamente com outros índices de inflação, em particular o IPCA, conduziu a uma correção mais elevada do seu saldo devedor e, conseqüentemente, a maiores encargos com o pagamento de juros.

Só para ilustrar, veja-se que o IGP/DI teve uma variação de 85,59% no período de janeiro/2000 a agosto/2005. Nesse mesmo intervalo, o IPCA teve uma variação de 56,42%.

Simulações indicam que se fosse possível a substituição, com efeito retroativo, do IGP/DI pelo IPCA, na indexação daquele contrato, ou mesmo a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a dívida consolidada líquida poderia ser reduzida em cerca de R\$ 5 bilhões. Registre-se, por oportuno, que, considerado apenas o ano de 2005, de janeiro a agosto, o IGP/DI teve uma evolução de apenas 0,32% contra uma variação de 3,59% do IPCA.

O componente da dívida representado pelos precatórios judiciais é muito preocupante, dado o seu alto volume e por tratar-se de débitos com uma grande parcela já vencida. A eventual não solução desse quadro acabará agravando ainda mais a situação da dívida consolidada, no que respeita ao percentual máximo de comprometimento da RCL, pois os precatórios judiciais devem ser pagos, por imposição legal, de acordo com a ordem cronológica.

6. Perspectivas para o Plano Plurianual

Organizar um Plano Plurianual num ambiente de severas limitações impostas por uma situação fiscal adversa, como a descrita nos itens precedentes, foi um desafio que se impôs ao novo governo, tendo sido mobilizados todos os setores envolvidos, em particular as áreas de finanças e planejamento, para identificar as medidas que podem ser implantadas de imediato, e as que se seguirão nos médio e longo prazos.

Na verdade, ações com esse objetivo foram postas em prática desde o primeiro momento, como a readequação do orçamento de 2005 e o estabelecimento de um plano para pagamento parcelado de dívidas junto a fornecedores, em que se decidiu por um congelamento parcial de dotações orçamentárias, para evitar o agravamento da situação.

A questão da previdência social dos servidores municipais está equacionada desde a edição da Lei nº 13.973, de 12/05/2005, em que se estabeleceram novas alíquotas de contribuição, em conformidade com as regras constitucionais vigentes.

Mas será da área fiscal que virão as principais contribuições, quer pela implantação de projetos para ampliar a receita municipal, quer pela adoção de medidas que levem à redução dos gastos públicos, por meio de ações destinadas à eliminação de eventuais desperdícios, a ganhos pelo uso de novas metodologias de trabalho, pelo emprego de novas tecnologias e por mudanças na estrutura administrativa.

A Secretaria Municipal de Finanças identificou 40 ações que, se integralmente implantadas, poderão gerar uma receita adicional em torno de R\$ 8,3 bilhões entre 2005 e 2008. São projetos que se encontram na fase de detalhamento, mas alguns, como o que muda o sistema de controle do ISS de empresas supostamente sediadas em outros municípios, recentemente aprovado pela Câmara Municipal, já estão sendo executados.

Quanto às propostas da Secretaria de Finanças para o período de vigência deste Plano Plurianual, elas podem ser resumidas da seguinte forma:

² A Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, que estabelece os limites da dívida consolidada de Estados e Municípios, prevê que o montante de cada unidade federativa que excedia, na data de sua publicação, os limites fixados, deveria ser reduzido nos quinze anos subsequentes, à razão de 1/15 por ano.

- A eliminação seletiva das isenções tributárias que beneficiam segmentos ou setores não prioritários, reduzindo desta forma os constrangimentos de caixa por que passa o município, sem porém sacrificar segmentos que são objetivo da estratégia geral deste plano, com destaque para o Projeto Cidade Mundial;
- Combate permanente à sonegação e à elisão fiscal por meio de processos de fiscalização;
- Revisão da tributação sobre a propriedade, de forma a contribuir para a justiça fiscal sem, entretanto, comprometer a geração de recursos do município;
- Prosseguimento do processo de informatização dos mecanismos de arrecadação, por meio da implantação de novos sistemas e aperfeiçoamento dos já disponíveis.

A adoção dessas medidas tem por objetivo a promoção da justiça fiscal, na busca incessante da maior eficiência no sistema arrecadatório, sem sobrecarregar os segmentos que estão em dia com suas obrigações. Um sistema eficiente de fiscalização desestimula a sonegação e a elisão fiscal, na medida em que a probabilidade de punição torna-se mais alta.

Todas essas medidas, além disso, devem ser conjugadas com negociações visando aumentar a capacidade financeira do município de duas formas principais. Primeira: por meio de transferências voluntárias das outras esferas de governo (estadual e municipal) para financiar intervenções consideradas estratégicas, não apenas da ótica municipal, mas também decorrentes da condição de ser São Paulo o principal elo das cadeias produtivas do País. Segunda: por meio do aumento da capacidade de endividamento do município, de forma a permitir a tomada de novos empréstimos, tanto no âmbito nacional quanto junto aos organismos internacionais e multilaterais de crédito.

A utilização dos recursos arrecadados pelo município também sofrerá aprimoramentos, no sentido de condicionar os gastos às reais condições de caixa e também potencializar os efeitos de sua aplicação. As principais ações neste sentido se desenvolvem em parceria com a Secretaria de Planejamento, onde as ações previstas são descritas.

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO III

M E T A S E P R I O R I D A D E S

ÁREAS

Área Social: Educação, Cultura, Esportes, Saúde, Assistência, Fortalecimento da Cidadania, Trabalho, Habitação

Desenvolvimento Local e Revitalização da Cidade: Promoção do Desenvolvimento Local, Ação Centro, Revitalização de Áreas Urbanas e Revitalização de Bairros

Infra-estrutura Urbana e Meio Ambiente: Meio Ambiente, Transportes, Intervenções Urbanas, Ações Preventivas e Emergenciais

Manutenção da Cidade: Limpeza Pública, Iluminação Pública e Serviço Funerário.

Modernização da Gestão Pública: Governo Eletrônico, Processamento de Dados, Gestão Tributária e Relações Internacionais

Tribunal de Contas

Código do Programa 0331 **Descrição** Educação Infantil

Objetivo Ampliar o acesso de crianças de zero a seis anos a creches e escolas de Ensino Infantil

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		4.009.157.443	314.702.568

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação
41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Construir Escolas Municipais de Ensino Infantil para substituição de instalações	EMEIs construídas e substituídas	6	4	-	-
Realizar serviços de conservação nos equipamentos de Ensino Infantil (Subprefeituras)	Equipamentos conservados	828	838	876	920
Construir Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	EMEIs construídas	27	31	36	32
Construir Centros de Educação Infantil para substituição de instalações	CEIs construídos e substituídos	1	1	-	-
Construir Centros de Educação Infantil	CEIs construídos	34	36	38	34
Fornecer equipamentos e utensílios para a merenda escolar da Educação Infantil	EMEIs e CEIs atendidos	857	910	968	1.026
Prover o transporte de alunos da Educação Infantil	Alunos transportados	56.000	56.000	56.000	56.000
Fornecer uniformes e material escolar a alunos de Educação Infantil	Alunos atendidos	300.000	313.000	337.000	360.000
Operar e manter Centros de Educação Infantil (CEI)	CEIs operados e mantidos	338	343	350	358
Conceder bolsa-auxílio para mães de crianças de zero a um ano de idade ("Escola de Mães")	Auxílios concedidos	1.200	1.200	1.200	1.200
Operar e manter Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	EMEIs operadas e mantidas	468	495	526	562
Reformar e ampliar Escolas Municipais de Educação Infantil	EMEIs reformadas e/ou ampliadas	3	10	10	10
Manter e ampliar convênios para operação e manutenção de Centros de Educação Infantil e creches	Crianças/alunos atendidos	81.452	88.952	96.452	103.952
Repassar recursos a Associações de Pais e Mestres de Escolas (APM) de Ensino Infantil	APMs atendidas	827	851	879	907
Reformar, ampliar e adequar a acessibilidade de Centros de Educação Infantil	CEIs reformados, ampliados e/ou adequados	10	10	10	10

Código do Programa 0158 **Descrição** Ensino Fundamental

Objetivo Assegurar o acesso, a permanência e a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		5.979.293.260	392.221.611

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação
41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Construir Escolas Municipais de Ensino Fundamental	EMEFs construídas e equipadas	11	20	23	19
Repassar recursos a Associações de Pais e Mestres de Escolas (APM) de Ensino Fundamental	APMs atendidas	496	509	524	539
Fornecer uniformes e material escolar a alunos do Ensino Fundamental	Alunos atendidos	670.000	700.000	717.000	742.000
Realizar serviços de conservação nos equipamentos de Ensino Fundamental (Subprefeituras)	Equipamentos conservados	462	473	493	516
Fornecer equipamentos e utensílios para a merenda escolar do Ensino Fundamental	Escolas atendidas	482	495	510	525
Prover o transporte de alunos do Ensino Fundamental	Alunos transportados	52.400	52.400	52.400	52.400
Reformar, ampliar e adequar a acessibilidade de Escolas Municipais de Ensino Fundamental	EMEFs reformadas, ampliadas e/ou adequadas	25	40	20	20
Operar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/FNDE)	APMs atendidas	482	495	510	525
Operar e Manter as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF)	EMEFs operadas e mantidas	462	473	493	516
Premiar alunos e escolas com coleção de livros ("Lei de Concessão de Bibliotecas-Prêmio")	Escolas atendidas	476	489	504	519
Construir Escolas Municipais de Ensino Fundamental para substituição de instalações	EMEF construída e substituída	5	2	-	-

Código do Programa 0261 **Descrição** Ensino Médio

Objetivo Manter a oferta de vagas para o Ensino Médio das oito Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio do Município

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		84.436.374	17.406.979

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação
41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar serviços de conservação nos equipamentos de Ensino Fundamental e Médio (Subprefeituras)	Equipamentos conservados	8	8	8	8
Reformar e ampliar Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio	EMEFM reformada e/ou ampliada	1	1	1	1
Operar e manter Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM)	EMEFMs operadas e mantidas	8	8	8	8

Código do Programa 0301 **Descrição** Educação de Jovens e Adultos

Objetivo Assegurar educação a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade apropriada

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		94.802.358	3.723.239

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Manter classes de alfabetização de jovens e adultos (via convênios)	Alunos matriculados	184.043	184.043	184.043	184.043
Operar e manter Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) próprios e locados	CIEJAs operados e mantidos	16	18	20	20

Código do Programa 0329 **Descrição** Educação Indígena

Objetivo Manter a educação escolar indígena, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		8.001.161	955.036

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Capacitar educadores de Educação Indígena	Educadores indígenas capacitados	30	-	-	-
Operar e manter Escolas de Educação Indígena	Escolas de Educação Indígena operadas e mantidas	3	3	3	3

Código do Programa 0153 **Descrição** Educação Especial

Objetivo Assegurar a inserção e inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	107.011.235	6.752.472	113.763.707

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Capacitar educadores de Educação Especial	Educadores capacitados	100	100	100	100
Operar e manter Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI)	CEFAIs operados e mantidos	13	13	13	13
Manter convênios para atendimento de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais	Crianças e adolescentes atendidos	4.267	4.667	5.067	5.500
Operar e manter Escolas Municipais de Educação Especial (EMEE)	EMEEs operadas e mantidas	6	6	6	6
Operar e manter Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI)	SAAIs operadas e mantidas	115	148	181	212
Reformar e ampliar Escolas Municipais de Educação Especial	EMEEs reformadas e/ou ampliadas	1	1	1	1
Prover o transporte de alunos com necessidades educacionais especiais	Alunos transportados	1.460	1.460	1.460	1.460

Código do Programa 0321 **Descrição** Ensino Profissional

Objetivo Assegurar a oferta de cursos profissionalizantes de nível básico e médio visando a capacitação para o trabalho

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	15.822.260	2.220.038	18.042.298

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação
80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Operar e manter o Ensino Profissional	Alunos matriculados/ano	320	320	320	320
Operar e manter Centros Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCT)	Alunos matriculados	12.800	20.480	28.160	35.840

Código do Programa 0328 **Descrição** Ampliação do Tempo de Permanência do Aluno

Objetivo Promover a educação em tempo integral, por meio de atividades de caráter educacional, cultural, social e esportivo, visando a melhoria da qualidade da vida escolar e formação do aluno

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		322.104.175	14.028.754

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar atividades extra-curriculares de caráter educacional, cultural e esportivo, além do período regular de aulas, inseridas em horário pós-escola ("São Paulo é uma Escola")	Alunos beneficiados	200.000	350.000	400.000	400.000

Código do Programa 0332 **Descrição** Qualidade do Ensino e Formação Profissional

Objetivo Desenvolver ações de formação, promover a melhoria de qualidade do ensino e aferir o nível de aprendizagem dos alunos

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		347.407.704	4.770.774

Órgão 16 Secretaria Municipal de Educação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Formar e aperfeiçoar os profissionais de educação	Educadores capacitados	17.500	17.500	17.500	17.500
Fornecer apoio didático-pedagógico educacional para projetos desenvolvidos na escola	Unidades beneficiadas	1.288	1.350	1.400	1.500
Fornecer bolsas para monitores para auxiliar professores do primeiro ano do Ciclo I	Classes atendidas	2.050	2.050	2.050	2.050
Realizar avaliação de aproveitamento escolar dos alunos da rede municipal de educação	Alunos avaliados	700.000	700.000	700.000	700.000
Prover curso de formação inicial para educadores da rede conveniada de creches e CEIs	Educadores capacitados	600	600	610	610
Disponibilizar classes de aceleração de aprendizagem para recuperação das competências básicas do Ciclo I	Alunos atendidos	10.000	10.000	10.000	10.000

Código do Programa 0352 **Descrição** Programa Municipal de Alimentação Escolar

Objetivo Suprir necessidades nutricionais por meio do fornecimento de alimentação adequada em unidades escolares

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		1.835.058.294	0

Órgão 15 Secretaria Municipal de Gestão

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Suprir as necessidades diárias de alimentação das crianças, jovens e adultos inseridos no Programa Municipal de Alimentação Escolar	Refeições oferecidas/dia	1.074.000	1.120.192	1.153.943	1.188.225
Instituir o Plano de Saúde Preventiva do Escolar - Programa Presente e QESE	Quilos de leite em pó distribuídos/mês	2.185.060	2.279.037	2.347.704	2.417.451
Suprir as necessidades nutricionais diárias das crianças durante a permanência nas creches	Refeições oferecidas/dia	476.000	496.472	511.431	526.625

Código do Programa 0303 **Descrição** Garantia de Acesso e Permanência

Objetivo Complementar a renda de famílias que tenham filhos ou dependentes entre zero e quinze anos visando o acesso e a melhoria das condições de frequência na escola

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		879.310.543	0

Órgão 24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Complementar a renda de famílias em situação de extrema pobreza e que tenham filhos na escola	Benefícios concedidos	118.385	123.477	127.197	130.976

Código do Programa 0227 **Descrição** Promoção e Apoio de Atividades Culturais Cívicas e Turísticas

Objetivo Estimular a difusão da cultura, realizando e apoiando eventos e proporcionando auxílio financeiro a artistas

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	176.180.089	32.118.491	208.298.580

Órgão	11	Secretaria do Governo Municipal
	25	Secretaria Municipal de Cultura
	95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Subvencionar o MASP	Instituição subvencionada	1	1	1	1
Subvencionar a Fundação Magda Tagliaferro	Instituição subvencionada	1	1	1	1
Subvencionar o Museu de Arte Moderna de São Paulo	Instituição subvencionada	1	1	1	1
Subvencionar a Fundação Dorina Nowill para Cegos	Instituição subvencionada	1	1	1	1
Subvencionar a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social	Instituição subvencionada	1	1	1	1
Contribuir à Fundação Bienal de São Paulo	Instituição apoiada	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa Aquisição de Obras Artísticas	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Fomento à Dança	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Celebração dos 70 anos do Departamento de Cultura	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Fomento à Música	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Bolsas de Arte e Pesquisas para Idart (CCSP)	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Fomento à criação de Moda	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Fomento ao Cinema	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Subvencionar o Museu Lasar Segall	Instituição subvencionada	1	1	1	1
Realizar o Projeto de Catalogação Retrospectiva Biblioteca Mário de Andrade	Projeto realizado	1	1	1	1
Realizar o Projeto de Design Urbano	Projeto realizado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Mostras e Festivais	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1

Realizar o Projeto de implantação da Pinacoteca Municipal	Projeto realizado	1	-	-	-
Realizar o Projeto de Fomento ao Museu Afro-Brasil	Projeto realizado	1	1	1	1
Operar e manter os teatros que retornarão das subprefeituras	Equipamentos mantidos	7	7	7	7
Operar e manter teatros e escolas municipais de iniciação artística	Equipamentos mantidos	10	10	10	10
Operar e manter o Centro Cultural São Paulo	Equipamentos operados e mantidos	1	1	1	1
Implantar projeto de comunicação visual do Centro Cultural São Paulo	Percentual do projeto implantado	100	-	-	-
Manter o Projeto Cultural Olido Digital	Usuários atendidos	1.200	1.200	1.200	1.200
Capacitar profissionais nas áreas de restauro, construção civil e outras atividades	Pessoas capacitadas	60.000	62.581	64.466	66.381
Reformar e manter equipamentos culturais	Equipamentos reformados e mantidos	9	9	9	9
Criar novo espaço cênico para o Centro Cultural São Paulo	Percentual da obra realizado	-	40	60	-
Reformar e ampliar o Centro Cultural	Equipamento reformado e mantido	1	1	1	1
Subsidiar as entidades que promovem o carnaval paulistano	Não identificável	-	-	-	-
Operar e manter o Polo Cultural Olido	Equipamento operado e mantido	1	1	1	1
Realizar atividades de difusão e formação cultural	Atividades realizadas	300	313	322	332
Apoiar pequenos Projetos Culturais	Não identificável	-	-	-	-
Aprimorar a programação cultural	Eventos realizados	500	550	600	650
Subvencionar a Câmara Brasileira do Livro	Não identificável	-	-	-	-
Subvencionar a Sociedade Amigos da Cinemateca	Instituição subvencionada	1	1	1	1
Realizar o Festival Cultura 24 horas	Festival realizado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa Bienal/Cidade da Arte	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1
Desenvolver e implementar o Programa de Apoio a Instituições Culturais	Programa desenvolvido e implementado	1	1	1	1

Código do Programa 0306 **Descrição** Bibliotecas Municipais

Objetivo Operar, manter e adequar a infra-estrutura e o acervo das bibliotecas municipais para garantir a todos os cidadãos acesso a leitura e informação

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		18.726.195	30.635.432

Órgão 25 Secretaria Municipal de Cultura

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar atividades culturais nas Bibliotecas Municipais	Atividades realizadas	640	700	770	850
Adquirir materiais bibliográficos e assinaturas de periódicos para as bibliotecas públicas	Exemplares e periódicos adquiridos	8.717	9.092	9.366	9.645
Reformar as bibliotecas subordinadas às subprefeituras	Bibliotecas reformadas	3	3	3	3
Operar e manter o departamento e as bibliotecas	Equipamentos mantidos	12	12	12	12
Reformar e manter as "Bibliotecas-polo" e as bibliotecas especializadas	Bibliotecas mantidas	10	10	10	10
Adquirir imóvel para ampliação da Biblioteca Mário de Andrade	Prédio adquirido	1	-	-	-
Adquirir materiais bibliográficos e assinaturas de periódicos para a Biblioteca Mário de Andrade	Exemplares e periódicos adquiridos	1.500	1.650	1.800	2.000
Operar e manter a Biblioteca Mário de Andrade e Colégio São Paulo	Bibliotecas mantidas	2	2	2	2
Recuperar e manter os ônibus biblioteca	Ônibus recuperados e mantidos	5	5	5	5
Reformar e manter a Biblioteca Monteiro Lobato	Biblioteca mantida	1	1	1	1

Código do Programa 0305 **Descrição** Teatros Municipais

Objetivo Operar, manter e adequar a infra-estrutura dos teatros municipais para permitir o acesso do público a espetáculos teatrais de qualidade

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	158.448.795	208.758	158.657.553

Órgão 25 Secretaria Municipal de Cultura

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar programas artísticos no Teatro Municipal	Programações realizadas	150	158	163	173
Contratar bolsistas para Orquestra Experimental de Repertório	Bolsistas contratados	83	87	89	92
Reformar e ampliar a Escolas de Bailado e Música	Equipamentos reformados	2			
Contratar professores para Escola de Bailado e Escola de Música	Professores contratados	53	55	57	59
Contratar corpos estáveis para o Teatro Municipal	Profissionais contratados	229	239	246	253
Operar e manter o Teatro Municipal e equipamentos	Equipamentos mantidos	5	5	5	5
Apoiar projetos de pesquisas e experiências teatrais (Fomento ao Teatro)	Não identificável	-	-	-	-

Código do Programa 0307 **Descrição** Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

Objetivo Identificar, proteger e valorizar o patrimônio histórico, artístico e arqueológico

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		5.033.005	36.323.855

Órgão	25	Secretaria Municipal de Cultura
	88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural
	97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Valorizar o patrimônio histórico	Equipamentos mantidos	16	16	16	16
Sinalizar os sítios históricos	Percentual de sinalização	100	-	-	-
Restaurar e conservar imóveis históricos	Imóveis históricos restaurados e conservados	16	16	16	16
Operar e manter o sistema municipal de museus	Visitas realizadas	340.000	350.000	370.000	380.000
Preservar o patrimônio histórico	Imóveis tombados	1	3	4	5
Operar e manter o sistema municipal de arquivo	Pesquisadores atendidos	120.000	126.000	130.000	139.000
Recuperar obras e atividades no Bairro da Luz (Programa Monumenta)	Imóveis recuperados	10	-	-	-
Implantar e manter o Museu da Cultura Popular	Equipamento implantado e mantido	1	1	1	1
Recuperar e requalificar os imóveis da região da Luz	Imóveis recuperados e requalificados	3	3	3	3
Implantar e manter o Museu da Criança/Ciência	Equipamento implantado e mantido	1	1	1	1

Código do Programa 0104 **Descrição** Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Recreação

Objetivo Manter e ampliar a infra-estrutura para a oferta de programas regulares de atividades físicas, esporte, lazer, recreação, convivência e inclusão para todos os cidadãos

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	141.218.004	70.658.947	211.876.951

Órgão 19 Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação
41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Construir a cobertura da brinquedoteca do centro de convivência infantil Cora Coralina	Percentual da reforma realizado	100	-	-	-
Modernizar os núcleos de esportes, lazer e recreação	Unidades modernizadas	32	-	-	-
Implantar infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte educacional	Unidades adequadas	8	-	-	-
Fornecer bolsa-auxílio para atletas que se destacam em suas modalidades	Bolsas concedidas	150	180	200	250
Reformar o Estádio Municipal Jack Marin	Percentual da reforma realizado	100	-	-	-
Reformar o Estádio Municipal de Baisebol Mie Nishi	Percentual da reforma realizado	100	-	-	-
Reformar e adequar Centros Esportivos Educacionais de acordo com as regras de acessibilidade	Unidades adequadas	1	1	1	1
Reformar centros desportivos municipais e campos de futebol em sistemas de rodízio	Unidades reformadas	10	10	10	10
Ampliar e reformar áreas do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa	Percentual da reforma realizado	100	-	-	-
Modernizar o Centro Olímpico	Percentual da reforma realizado	100	-	-	-
Oferecer complementação educacional, após os horários de aulas, com atividades de esporte e recreação	Crianças beneficiadas	20.000	20.000	30.000	30.000
Incluir os portadores de necessidades especiais, nas turmas regulares de atividades físicas, esporte, lazer e recreação	Municipes atendidos/mês	1.500	2.000	3.000	5.000
Implantar e manter o Museu do Futebol	Equipamento implantado e mantido	1	1	1	1
Operar e manter o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu)	Equipamento operado e mantido	1	1	1	1
Operar e manter unidades esportivas (Subprefeituras)	Equipamentos operados e mantidos	41	41	41	41
Operar e manter o Estádio Municipal Mie Nishi para a prática de beisebol, sumô e gatebol	Municipes atendidos/mês	100	200	300	300
Promover a conscientização de municipes sobre a prática de atividade física regular	Municipes atendidos/mês	16.000	16.500	17.000	18.000
Propiciar a formação de atletas de alto rendimento	Atletas atendidos/mês	800	800	800	800

Implantar atividades esportivas nos centros desportivos e campos de futebol	Equipamentos esportivos contemplados	300	300	300	300
Contribuir para o desenvolvimento do indivíduo através de atividades corporais	Municípios atendidos/mês	30.000	32.000	33.000	34.000
Operar e manter o Estádio Municipal Jack Marin para a prática de futebol de jogadores de 07 a 17 anos	Municípios atendidos/mês	500	500	600	600

Código do Programa 0155 **Descrição** Eventos Esportivos, de Lazer e Recreação

Objetivo Promover, incentivar e implementar atividades e eventos de esporte, lazer e recreação, para todos os cidadãos

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	37.263.925	835.031	38.098.956

Órgão 19 Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Brinquedotecas e ônibus brincalhão -atender crianças por meio da participação em jogos e da utilização de brinquedos.	Crianças participantes	90.000	95.000	100.000	100.000
Realizar competição de futebol society para motoboys	Participantes	1.000	1.000	1.200	1.200
Realizar o Passeio Ciclístico da Primavera	Participantes	5.000	6.000	7.000	8.000
Promover o evento Super Férias em Sampa	Participantes	150.000	150.000	200.000	250.000
Realizar os Jogos da Cidade e os Jogos Escolares	Participantes	28.600	28.600	34.000	40.000
Realizar disputas de futebol e truco (categoria taxistas)	Participantes	1.200	1.500	2.000	2.500
Realizar o torneio Taça São Paulo de Futebol	Jovens participantes	4.000	4.500	5.000	6.000
Manter as "Ruas de Lazer"	Participantes	500	550	560	570
Promover o Festival Arte e Movimento	Participantes	1.000	1.000	1.000	1.000
Realizar o Torneio Circuito Sampa Skate	Jovens participantes	500	550	600	700
Realizar competições nas modalidades de natação, atletismo e judô	Participantes	3.000	3.200	3.500	4.000
Implantar a "Academia Itinerante" (ações esportivas, lazer e avaliação física nas regiões da cidade)	Participantes	300.000	350.000	400.000	450.000
Integrar socialmente cidadãos da terceira idade de diferentes regiões da Cidade	Participantes	2.500	3.000	3.000	4.000
Promover a Olimpíada de Rua - atletismo de 07 a 14 anos	Participantes	20.000	25.000	30.000	35.000

Código do Programa 0322 **Descrição** Integralidade da Atenção

Objetivo Realizar ações de prevenção, promoção e reparação da saúde e manter a infra-estrutura dos equipamentos visando a modificação do quadro epidemiológico dos habitantes da cidade

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	3.483.029.175	264.707.812	3.747.736.987

Órgão	01	02	05	06	07	08	18	41-71
	Aut. Hospital Municipal Reg. Tatuapé	Hospital do Servidor Público Municipal	Aut. Hospital Municipal Reg. Ermelino Matarazzo	Aut. Hospital Municipal Reg. Jabaquara	Aut. Hospital Municipal Reg. Campo Limpo	Aut. Hospital Municipal Reg. Central	Secretaria Municipal de Saúde	Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar serviços de conservação nos equipamentos de saúde (Subprefeituras)	Equipamentos conservados	528	553	571	577
Operar e manter hospitais, Pronto Socorros, Unidades de Pronto Atendimento e ambulatórios da Autarquia H.M.R. Jabaquara	Unidades operadas e mantidas	3	3	3	3
Operar e manter hospitais, Pronto Socorros, Unidades de Pronto Atendimento e ambulatórios do Hospital do Servidor Público Municipal	Unidade operada e mantida	1	1	1	1
Operar e manter hospitais, Pronto Socorros, Unidades de Pronto Atendimento e ambulatórios da Autarquia H.M.R. Central	Unidades operadas e mantidas	7	7	7	7
Operar e manter hospitais, Pronto Socorros, Unidades de Pronto Atendimento e ambulatórios da Autarquia H.M.R. Tatuapé	Unidades operadas e mantidas	6	6	6	7
Operar e manter hospitais, Pronto Socorros, Unidades de Pronto Atendimento e ambulatórios da Autarquia H.M.R. Ermelino Matarazzo	Unidades operadas e mantidas	7	7	7	7
Manter e ampliar o número de ambulâncias	Ambulâncias existentes	128	140	155	175
Ampliar e manter o número de bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	Bases mantidas	41	44	47	50
Implantar o monitoramento de doenças diarreicas agudas	Percentual de casos monitorados em relação aos casos notificados	100	100	100	100
Manter e ampliar as equipes do Programa Saúde da Família (PSF)	Equipes mantidas	850	965	1.080	1.200
Manter e ampliar o Pró-água - controle de qualidade da água para o consumo humano	Amostras coletadas	1.699	1.888	2.077	2.265
Abastecer unidades com materiais hospitalar, ambulatorial e odontológico	Unidades abastecidas	548	575	595	608
Operar e manter as unidades de saúde, vigilância e dengue implantadas	Unidades operadas e mantidas	548	575	595	608
Implantar as ações de vigilância sanitária de baixa e média complexidade	Percentual de estabelecimentos monitorados em relação aos sujeitos a	25	35	40	50

Implantar e manter unidades de atendimento médico ambulatorial (AMA)	Unidades implantadas e mantidas	30	30	30	30
Operar e manter Hospitais, Pronto Socorros, Unidades de Pronto Atendimento e Ambulatórios	Unidades operadas e mantidas	3	6	8	11
Dar continuidade ao programa de esterilização de cães e gatos	Animais esterelizados	74.000	74.000	74.000	74.000
Operar e manter hospitais, Pronto Socorros, Unidades de Pronto Atendimento e ambulatórios da Autarquia H.M.R. Campo Limpo	Unidades operadas e mantidas	6	6	6	6

Código do Programa 0355 **Descrição** Assistência Farmacêutica

Objetivo Proporcionar o acesso a medicamentos a toda a população

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	407.210.717	0	407.210.717

Órgão 18 Secretaria Municipal de Saúde

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Operar e manter o Programa "Remédio em Casa"	Unidades Básicas de Saúde integradas ao Programa	390	395	400	405
Manter farmácias populares	Farmácias mantidas	14	14	14	14
Operar e manter o Programa "Remédio em Casa"	Unidades Básicas de Saúde integradas ao Programa	390	395	400	405
Abastecer unidades extra-hospitalares com medicamentos (remédios nos Postos)	Unidades abastecidas	528	553	571	577
Abastecer unidades extra-hospitalares com medicamentos (remédios nos Postos)	Unidades abastecidas	528	553	571	577

Código do Programa 0323 **Descrição** Fortalecimento de Assistência à Saúde

Objetivo Expansão da rede de equipamentos visando o aumento da capacidade de assistência à saúde

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		0	1.193.627.046

Órgão 18 Secretaria Municipal de Saúde

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Construir e equipar o Hospital M'Boi Mirim	Percentual do Hospital construído e equipado	50	50	-	-
Construir e equipar o Hospital Cidade Tiradentes	Percentual do Hospital construído e equipado	100	-	-	-
Construir unidades extra-hospitalares de saúde mental	Unidades implantadas	21	14	7	7
Construir bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	Bases construídas	3	3	3	3
Construir clínicas de especialidades de alta resolução	Unidades construídas	2	2	3	3
Construir Centros de Controle de Zoonozes (CCZs)	Equipamentos construídos	1	1	1	1
Construir Unidades Básicas de Saúde	Unidades implantadas	5	5	5	-
Promover a ampliação e reforma de equipamentos de saúde	Equipamentos reformados	108	108	108	100

Código do Programa 0324 **Descrição** SUS com Qualidade

Objetivo Coordenar e regular a Gestão Plena do SUS no Município e garantir a participação social na política de saúde

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		1.982.782.970	88.054

Órgão 18 Secretaria Municipal de Saúde

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Apoiar o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Gestores de Unidades de Saúde	Não identificável	-	-	-	-
Dar continuidade à Gestão Plena	Não identificável	-	-	-	-

Código do Programa 0342 **Descrição** Reabilitação Social no Centro

Objetivo Contribuir para a redução da pobreza em distritos centrais da Cidade e para a reabilitação econômica e cultural de grupos populacionais vulneráveis da região

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	28.646.264	7.973.295	36.619.559

Órgão 24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Identificar segmentos sociais excluídos e incrementar o aproveitamento dos benefícios dos programas sociais	Percentual de realização	25	25	25	25
Incrementar a inclusão social de mulheres	Mulheres atendidas	1.000	1.043	1.074	1.106
Gerar oportunidades de trabalho e fortalecer microempreendimentos	Percentual de realização	25	25	25	25

Código do Programa 0343 **Descrição** Assistência e Desenvolvimento Social à Família-Proteção Social Básica
Objetivo Promover a emancipação e a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade social

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	682.508.003	1.784.837	684.292.840

Órgão 93 Fundo Municipal de Assistência Social

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Construir o Centro Comunitário Gleba de São Francisco	Percentual da obra realizado	100	-	-	-
Manter Núcleo de Convivência e Centros de Convivência Intergeracional	Pessoas atendidas	6.362	6.636	6.836	7.039
Manter Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher e abrigos	Pessoas atendidas	963	1.005	1.035	1.066
Elaborar laudos de assistência social para concessão ou revisão de Benefício de Proteção Continuada (BPC) para idosos e deficientes	Pessoas atendidas	960	1.001	1.031	1.062
Atender famílias domiciliadas nos setores censitários de vulnerabilidade social alta e muito alta	Famílias atendidas	51.339	54.325	55.962	57.624
Manter Núcleos de Defesa e Referência para Pessoas com Deficiência	Pessoas atendidas	2.087	2.177	2.242	2.309
Oferecer capacitação para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade no Projeto Oficina Boracéa	Pessoas atendidas	1.227	1.280	1.318	1.358
Fornecer alimentação a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social	Pessoas atendidas	50	52	54	55
Efetuar revisão dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	Benefícios revisados	31.860	33.230	34.231	35.248
Manter em funcionamento o Centro de Referência da Cidadania do Idoso	Idosos atendidos	3.240	3.379	3.481	3.585
Manter Núcleos Sócio-educativos	Pessoas atendidas	59.300	73.700	90.580	111.316
Incluir socialmente e capacitar jovens de 18 a 24 anos	Jovens atendidos	47.620	-	-	-

Código do Programa 0344 **Descrição** Assistência à Pessoa em Situação de Risco-Proteção Social e Especial
Objetivo Promover a proteção e a inclusão social de indivíduos em situação de risco pessoal e social, visando propiciar condições mínimas de acolhimento e abrigo

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	320.310.595	0	320.310.595

Órgão 93 Fundo Municipal de Assistência Social

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Atender crianças e adolescentes ameaçados de morte	Pessoas atendidas	163	170	175	180
Manter em funcionamento os Centros de Referência da Cidadania da Criança e do Adolescente	Pessoas atendidas	1.819	1.897	1.954	2.012
Retirar crianças e adolescentes do trabalho infantil	Pessoas atendidas	7.391	7.709	7.942	8.178
Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social	Pessoas atendidas	3.869	4.036	4.157	4.281
Atender crianças e adolescentes vítimas de abusos e exploração sexual	Pessoas atendidas	610	636	655	675
Manter o acompanhamento de adolescentes e famílias em cumprimento de medidas sócio-educativas	Pessoas atendidas	4.151	4.329	4.460	4.592
Manter vagas para atendimento a pessoas em situação de rua	Vagas oferecidas	9.646	10.061	10.364	10.672

Código do Programa 0118 **Descrição** Assistência Social Geral

Objetivo Integrar programas, serviços e projetos de assistência social dentro das iniciativas das várias áreas da Administração Pública e da sociedade civil para composição de rede de proteção social

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	57.664.189	1.383.375	59.047.564

Órgão 24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
 41-71 Conjunto das Subprefeituras
 93 Fundo Municipal de Assistência Social

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Adequar e implantar sistema de monitoramento e avaliação (Observatório de Política Social - UE)	Não identificável	-	-	-	-
Operar Centros de Assistência Social (Subprefeituras)	Equipamentos operados	50	50	50	50
Manter apoio administrativo ao Conselho Municipal da Assistência Social	Conselho mantido	1	1	1	1

Código do Programa 0119 **Descrição** Assistência a Criança e ao Adolescente

Objetivo Dar sustentação ao funcionamento dos Conselhos Tutelares no Município e promover parcerias com Organizações Sociais atuantes na área de atendimento à criança e ao adolescente

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		96.899.171	585.065

Órgão 41-71 Conjunto das Subprefeituras
90 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Capacitar, promover eventos e divulgar as atividades ligadas ao Conselho	Não identificável	-	-	-	-
Financiar projetos de Organizações Sociais visando ao atendimento de crianças e adolescentes	Pessoas atendidas	4.000	4.172	4.298	4.425
Viabilizar o funcionamento de Conselho(s) Tutelar(es) (Subprefeituras)	Conselho(s) viabilizado(s)	34	34	34	34

Código do Programa 0349 **Descrição** Proteção Cidadã

Objetivo Adotar políticas de proteção preventiva e comunitária por meio de ações diretas de aproximação da Guarda Civil Metropolitana com a municipalidade e de aumento do efetivo

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		513.558.414	39.312.090

Órgão 11 Secretaria do Governo Municipal

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Reformar unidades da Guarda Civil Metropolitana	Unidades reformadas	13	11	10	10
Manter inspetorias, comandos e superintendências	Unidades mantidas	47	47	47	47
Operar Centro de Formação da Guarda Civil Metropolitana	Servidores treinados	2.700	3.200	3.200	3.200
Implantar e manter sistema de telecomunicação integrando Guarda Civil Metropolitana, Polícias Militar e Civil e Bombeiros	Sistema implantado e mantido	1	1	1	1

Código do Programa 0318 **Descrição** Promoção da Cidadania

Objetivo Implantar diversas ações voltadas para grupos específicos, visando reforçar as condições de exercício da cidadania

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	31.348.677	32.451.084	63.799.761

Órgão 34 Secretaria Especial para Participação e Parceria

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar seminários, debates, cursos e atendimento ao público GLBTT	Eventos realizados	30	30	30	30
Realizar seminários, encontros, debates, encontros, cursos e campanhas	Eventos realizados	15	15	15	15
Realizar seminários, debates e cursos voltados para o público jovem	Eventos realizados	71	71	71	71
Realizar seminários, debates, encontros, cursos e campanhas voltadas às criança	Eventos realizados	30	30	30	30
Realizar seminários, encontros, debates e cursos voltados para a população de idosos	Eventos realizados	156	156	156	156
Oferecer atendimento jurídico gratuito e diferenciado às mulheres vítimas de violência	Atendimentos realizados	200	200	200	200
Realizar seminários, debates, encontros e cursos voltados à participação social	Eventos realizados	16	16	16	16
Realizar seminários, debates, encontros e cursos para a população GLBTT	Eventos realizados	50	50	50	50
Realizar seminários, debates e cursos	Eventos realizados	98	98	98	98
Realizar seminários, debates, encontros e cursos para a população feminina	Eventos realizados	5	5	5	5
Realizar cursos e palestras para mulheres desempregadas ou que atuam na economia informal	Eventos realizados	30	20	-	-
Realizar cursos de formação e capacitação para multiplicadores	Eventos realizados	16	16	16	16
Reformar a Casa-Abriço	Percentual da reforma realizado	100	-	-	-
Promover eventos de formação e capacitação nos Centros Locais de Cidadania	Eventos realizados	350	-	-	-
Realizar cursos e seminários no Observatório Local de Democracia Participativa	Eventos realizados	30	20	-	-
Realizar seminários, debates, encontros e cursos voltados à juventude	Eventos realizados	323	323	323	323

Código do Programa 0338 **Descrição** Promoção de Acessibilidade

Objetivo Conduzir ações governamentais voltadas às articulações entre os órgãos e entidades da Prefeitura e entre os diversos setores da sociedade, visando a implementação da política municipal para as pessoas com deficiência

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		873.449	39.614.906

Órgão 36 Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida
41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Desenvolver e promover eventos e palestras junto às pessoas com deficiência	Não identificável	-	-	-	-
Gerir políticas públicas e proporcionar melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	Não identificável	-	-	-	-
Propor projetos, normas e legislação sobre acessibilidade visando a completa inclusão das pessoas com deficiência	Não identificável	-	-	-	-
Promover atividades diversas para a integração das pessoas com deficiência	Não identificável	-	-	-	-
Realizar intervenções para a melhoria da acessibilidade (Subprefeituras)	Não identificável	-	-	-	-

Código do Programa 0314 **Descrição** Inclusão Digital

Objetivo Propiciar a inclusão digital por meio da manutenção de espaços de formação e capacitação da população

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		92.354.824	6.184.726

Órgão 29 Secretaria Municipal de Comunicação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Operar e manter o Telecentro Olido (Projeto CIBERNARIUM)	Unidades operadas e mantidas	1	1	1	1
Operar e manter Telecentros	Unidades operadas e mantidas	130	140	150	160
Implantar novos Telecentros	Telecentros implantados	10	10	10	10

Código do Programa 0325 **Descrição** Capacitação Profissional

Objetivo Empreender diversas políticas para melhorar as condições de empregabilidade de trabalhadores

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	94.401.106	0	94.401.106

Órgão 30 Secretaria Municipal do Trabalho

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Conceder auxílio pecuniário para jovens desempregados	Bolsas concedidas	7.703	8.034	8.277	8.522
Promover capacitação para aumento da empregabilidade	Trabalhadores capacitados	7.227	7.538	7.765	7.996
Conceder auxílios pecuniários para jovens	Bolsistas beneficiados	700	730	752	774

Código do Programa 0326 **Descrição** Desenvolvimento Territorial/Setorial

Objetivo Empreender diversas políticas para o apoio a micro e pequenos empreendedores e qualificação para a geração de emprego e renda

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	41.587.201	4.383.913	45.971.114

Órgão 30 Secretaria Municipal do Trabalho

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Conceder empréstimos aos micro e pequenos empreendimentos	Empréstimos concedidos	970	1.012	1.042	1.073
Conceder auxílio pecuniário para pessoas com mais de 40 anos	Bolsistas beneficiados	1.214	1.267	1.305	1.343
Propiciar estágio profissional com qualificação para geração de emprego e renda	Bolsas concedidas	5.050	5.267	5.426	5.587
Apoiar a criação de micro e pequenos empreendimentos sustentáveis	Não identificável	-	-	-	-

Código do Programa 0327 **Descrição** Serviços Integrados ao Trabalhador

Objetivo Propiciar infra-estrutura de atendimento ao trabalhador

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	35.385.508	4.685.068	40.070.576

Órgão 30 Secretaria Municipal do Trabalho

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Criar e manter novos Centros de Apoio ao Trabalho/Postos de Apoio ao Trabalho	Equipamentos criados e mantidos	10	10	10	10
Atender trabalhadores e micro e pequenos empresários	Atendimentos realizados	479.809	500.446	515.524	530.839

Código do Programa 0346 **Descrição** Regularização de Loteamentos Irregulares

Objetivo Regularização técnica e registrária de loteamentos irregulares e urbanização de favelas

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	0	71.749.635	71.749.635

Órgão 14 Secretaria Municipal de Habitação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Urbanização - Heliópolis	Percentual de urbanização	25	25	25	25
Regularizar loteamentos	Lotes regularizados	13.270	16.538	20.140	16.765
Urbanização - Paraisópolis	Percentual de urbanização	25	25	25	25

Código do Programa 0348 **Descrição** Produção de Soluções de Moradia

Objetivo Produção de unidades habitacionais à população de baixa renda

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	0	193.383.616	193.383.616

Órgão 91 Fundo Municipal de Habitação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Produzir habitações em mutirão	Unidades em produção	5.000	5.000	5.000	5.000
Produzir unidades habitacionais	Unidades em produção	5.000	7.000	7.000	7.000

Código do Programa 0183 **Descrição** Investimento Habitacional

Objetivo Atendimento habitacional à população de baixa renda

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		2.093.596	278.900.409

Órgão 14 Secretaria Municipal de Habitação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Atendimento habitacional à população de baixa renda	Famílias beneficiadas	13.000	15.000	13.000	9.000

Código do Programa 0111 **Descrição** Assistência a Moradores em Áreas de Risco

Objetivo Prover assistência técnica e financeira a famílias em situação de emergência/risco ou para sua realocação quando estabelecidas em frentes de obras

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		25.123.158	0

Órgão 14 Secretaria Municipal de Habitação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realocar ou remover famílias: frente de obra / risco / emergência	Famílias atendidas	423	440	453	467

Código do Programa 0337 **Descrição** Promoção de Desenvolvimento Local

Objetivo Melhorar as condições econômicas e sociais locais com a participação da comunidade

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		36.925.700	43.656.879

Órgão 41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Operar e manter equipamentos de Cultura (Subprefeituras)	Equipamentos operados e mantidos	69	69	69	69
Viabilizar o funcionamento dos Conselhos de Representantes das Subprefeituras	Conselhos viabilizados	31	31	31	31
Operar e manter unidades de Abastecimento (Subprefeituras)	Unidades operadas e mantidas	34	34	34	34

Código do Programa 0317 **Descrição** Ação Centro - BID

Objetivo Requalificar a área central da cidade por diversas intervenções urbanísticas, econômicas e sociais

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		0	792.727.397

Órgão

13	Secretaria Municipal de Planejamento
25	Secretaria Municipal da Cultura
91	Fundo Municipal de Habitação

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Oferecer vaga para inserção no programa de Moradia Progressiva	Aumento de vagas ofertadas na rede	1.800	1.800	-	-
Implantar zeladorias na região central	Zeladorias implantadas	-	6	6	-
Realizar obras de drenagem na região central	Quilômetros de galerias recuperadas ou construídas	2	2	-	-
Requalificar a rede de iluminação pública	Quilômetros de iluminação requalificada	35	15	-	-
Restaurar a Casa das Retortas	Percentual da obra realizado	100	-	-	-
Restaurar o Theatro Municipal	Percentual da obra realizado	100	-	-	-
Recuperar perímetros urbanos na área central	Percentual de recuperação de perímetros	50	50	-	-
Restaurar Casas Históricas	Edifícios restaurados	-	2	1	-
Implantar bases móveis da Guarda Civil Metropolitana	Bases móveis implantadas	4	4	-	-
Implantar sistema de monitoramento da região central	Câmeras instaladas	100	-	-	-
Reformar o Complexo Canindé	Próprio reformado	-	1	-	-
Requalificar os próprios municipais desativados	Próprios requalificados	1	-	1	-
Disponibilizar unidades habitacionais para locação social	Unidades habitacionais disponibilizadas	800	200	-	-
Formar gestores sociais	Gestores capacitados	200	500	500	450
Requalificar ruas comerciais	Ruas comerciais requalificadas	2	2	-	-
Realizar abordagens aos moradores de rua para encaminhá-los à rede de Assistência	Abordagens realizadas	120.000	120.000	120.000	120.000
Implantar o Centro de Referência do Trabalhador (CERTA)	Centro implantado	1	-	-	-

Implantar o Perímetro de Reabilitação Integrada	Perímetros implantados	1	1	-	-
Implantar Pólo Tecnológico na Região Central	Pólo implantado	-	1	-	-
Capacitar cidadãos para inserção no mercado de trabalho	Pessoas capacitadas	2.000	2.000	2.000	2.000
Restaurar a Biblioteca Mário de Andrade	Percentual da obra realizado	100	-	-	-
Requalificar o sistema viário na região central	Quilômetros de vias urbanas requalificadas	8	8	9	-
Restaurar o Palácio das Indústrias	Percentual da obra realizado	-	-	100	-
Operacionalizar a reciclagem de lixo na região central	Toneladas de lixo reciclado	-	87	87	86
Reurbanizar praças	Praças reurbanizadas	2	-	1	-
Realizar inventário do patrimônio histórico na região central	Inventário realizado	1	-	-	-
Implantar a seção Centro da Agência de Desenvolvimento	Agência implantada	-	1	-	-
Implantar circuito de compras	Circuito de compras implantado	-	1	-	-

Código do Programa 0234 **Descrição** Revitalização de Áreas Urbanas

Objetivo Incentivar a recuperação e conservação de imóveis com valor histórico

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	6.093.333	0	6.093.333

Órgão 28 Encargos Gerais do Município

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Recuperar fachadas históricas na área central de São Paulo	Não identificável	-	-	-	-

Código do Programa 0309 **Descrição** Revitalização de Bairros

Objetivo Realizar diversas intervenções na infra-estrutura urbana visando a melhoria da qualidade de vida nos bairros da cidade

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		491.293.976	321.029.185

Órgão 12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Implantar ou reformar áreas verdes na Cidade	Metros quadrados de áreas verdes implantadas/reformadas	597.219	622.905	641.673	660.736
Reparar guias e sarjetas (SMSP)	Metros lineares reparados	90.000	93.871	96.699	99.572
Tapar buracos (Subprefeituras)	Buracos tapados	477.904	498.458	513.477	528.732
Estruturação das ruas comerciais (SMSP)	Quilômetros lineares de ruas estruturadas	5	5	5	5
Corrigir valetas (SMSP)	Valetas corrigidas	197	205	212	218
Requalificar a Avenida Paulista (Sub-Sé)	Não identificável	-	-	-	-
Promover melhorias em calçadas (Subprefeituras)	Metros lineares requalificados	372.000	387.999	399.690	411.564
Reparar guias e sarjetas (Subprefeituras)	Metros lineares reparados	342.862	357.608	368.383	379.327
Tapar buracos (SMSP)	Buracos tapados	36.000	37.548	38.680	39.829
Operar e manter usinas de asfalto	Não identificável	-	-	-	-
Colocar barreiras de concreto (SMSP)	Quilômetros lineares de barreiras implantadas	4	5	5	5
Estruturação de passeios públicos (SMSP)	Metros quadrados de passeios estruturados	134	134	134	134
Pavimentar vias públicas	Quilômetros lineares de vias pavimentadas	110	115	118	122
Promover a fresagem e o recapeamento asfáltico do sistema viário municipal	Quilômetros lineares recapeados	200	209	215	221

Código do Programa 0339 **Descrição** Proteção ao Meio Ambiente e a Qualidade de Vida

Objetivo Realizar diversas ações de monitoramento, fiscalização visando a proteção aos recursos naturais

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	336.562.370	115.269.108	451.831.478

Órgão

12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
20	Secretaria Municipal de Transportes
27	Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente
41-71	Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar inspeções veiculares	Veículos inspecionados/mês	10.000	10.000	10.000	10.000
Refomar tróleibus	Veículos reformados	-	10	10	10
Fiscalizar infrações ambientais	Não identificável	-	-	-	-
Monitorar lagos	Não identificável	-	-	-	-
Implantar instrumentos ambientais do Plano Diretor Estratégico	Instrumentos implantados	3	2	2	2
Investigar áreas degradadas	Áreas investigadas	6	8	8	8
Inspeccionar veículos em uso (emissão de gases)	Não identificável	-	-	-	-
Conservar a vegetação arbórea nos passeios e outras áreas públicas	Árvores plantadas, podadas, tratadas, transplantadas	67.398	70.296	72.414	74.566
Requalificar sistema de abastecimento de água do Parque Ibirapuera	Percentual do novo modelo implantado	20	20	30	30
Criar e implantar novas Unidades de Conservação	Instrumentos de gestão implantados	-	2	2	1
Implantar praças	Praças implantadas	1	1	1	1
Criar e implantar Apa Bororé-Colônia	Instrumentos de gestão implantados	1	1	1	1
Implantar ciclovias	Quilômetros implantados	26	26	26	26
Implantar hospital veterinário	Percentual do hospital implantado	40	20	20	20
Implantar hortas comunitárias e núcleos	Hortas e núcleos implantados	256	256	256	256
Consolidar a implantação da Apa-Capivari Monos	Instrumentos de gestão implantados	2	2	2	2
Executar obras previstas no plano diretor do Ibirapuera	Percentual das obras realizado	20	20	30	30

Monitorar transporte de produtos perigosos	Vistorias realizadas	-	10	15	20
Criar e implantar parques naturais	Parques implantados	1	1	1	1
Implantar a Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura da Paz (UMA Paz)	Serviços implantados e mantidos	1	1	1	1
Implantação de Parques Lineares	Metros quadrados implantados	133.333	139.068	143.258	147.514
Recuperar lagos	Lagos recuperados	1	1	1	1
Implantar Agenda Ambiental na Administração Pública e Agenda 21 nas unidades da prefeitura	Unidades implantadas	45	45	45	45
Implantar o projeto de educação previsto no plano de arborização	Pessoas capacitadas	21.600	21.600	21.600	21.600
Ministrar cursos de formação em vegetação	Alunos atendidos	1.805	1.805	1.805	1.805
Realizar levantamento florístico em áreas verdes	Indivíduos identificados	500	500	500	500
Desenvolver educação e monitoria ambiental	Ações realizadas	4.800	9.600	9.600	9.600
Reformar parques existentes	Percentual das reformas necessárias	20	20	30	30
Implantar parques municipais	Parques implantados	7	7	8	8
Manter viveiros	Mudas produzidas/mantidas	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Recuperar áreas degradadas	Áreas recuperadas	1	1	1	1
Manejar e manter a fauna	Animais atendidos	2.500	4.000	4.000	4.000
Reformar prédio para instalar a Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura da Paz (UMA Paz)	Percentual da reforma realizado	100	-	-	-
Realizar limpeza e conservação de parques	Parques conservados	39	46	53	61
Conservar áreas verdes com gramados e vegetação ornamental	Metros quadrados conservados	53.918.029	56.236.990	57.931.410	59.652.495
Implantar o Plano Diretor de Arborização	Árvores plantadas/mantidas	197.455	205.947	212.512	218.455
Consolidar o sistema de indicadores ambientais	Percentual do sistema consolidado	43	19	19	19
Licenciar e monitorar empreendimentos	Empreendimentos monitorados e licenciados	37	38	38	39

Código do Programa 0311 **Descrição** Programas de Estudos Astronômicos

Objetivo Viabilizar o acesso da população aos planetários municipais

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	0	11.690.437	11.690.437

Órgão 27 Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Implantar exposição nos planetários	Exposições implantadas	1	1	-	-
Realizar atividades ligadas a astronomia	Pessoas atendidas	200.000	208.588	214.881	221.268

Código do Programa 0333 **Descrição** Mobilidade e Acessibilidade

Objetivo Realizar diversas intervenções no sistema viário e de transporte coletivo visando melhorar as condições de trânsito no Município

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	3.347.203.139	1.333.841.928	4.681.045.067

Órgão 20 Secretaria Municipal de Transportes
92 Fundo Mun.do Sist. dos Corredores Segregados Exclus. p/Tráfego

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Substituir os controladores semafóricos convencionais eletro-mecânicos por controladores eletrônicos	Controladores substituídos	-	1.250	500	750
Implantar projeto padrão de impacto no trânsito por conta de empreendimentos que alterem o viário local - Sistema Viário Estratégico (SVE)	Projeto padrão implantado	-	-	1	-
Implantar painel de mensagem variável	Painéis implantados	33	85	85	-
Implantar estações de transferências	Estações instaladas	-	36	36	36
Implantar outros corredores	Acréscimo de passageiros/dia	-	-	345.000	345.000
Identificar pontos críticos de acidentes	Projetos implantados	-	-	6	9
Custear as gratuidades dos estudantes usuários do sistema de transporte	Estudantes beneficiados	132.242.436	132.771.406	133.169.720	133.569.229
Implantar terminais	Acréscimo de passageiros/dia	-	189.000	190.000	267.500
Implantar o Corredor Ibirapuera - Vereador José Diniz	Acréscimo de passageiros/dia	200.000	-	-	-
Custear as gratuidades relativas à manutenção do sistema "Bilhete Único"	Passageiros beneficiados	109.246.300	109.683.285	110.012.335	110.342.372
Revitalizar as centrais de controle de túneis	Câmeras em circuito fechado revitalizadas	-	61	-	-
Revitalizar as Centrais de Tráfego em Áreas (CTA)	Cruzamentos semaforizados revitalizados	566	566	566	-
Expandir as Centrais de Tráfego em Áreas	Cruzamentos semaforizados expandidos	-	183	273	144
Implantar canal telefônico de comunicação com o usuário	Canal implantado	-	1	-	-
Implantar projeto de integração do uso do solo, transporte, trânsito e logística	Projetos implantados	-	3	2	2
Implantar o plano de racionalização de energia em semáforos (LED)	Grupos focais substituídos	-	10.000	15.000	20.000
Implantar Programa de Orientação de Tráfego (POT)	Rotas viárias	-	4	2	4
Implantar controle de acesso de veículos de carga	Praças de controle implantadas	-	1	9	10

Energizar semáforos e sinalização	Semáforos energizados	5.593	5.593	5.593	5.593
Implantar, adequar e reformar terminais	Corredores implantados, reformados e adequados	2	3	4	4
Renovar a frota da CET	Veículos substituídos	-	303	152	152
Implantar o Corredor Expresso Cidade Tiradentes	Acréscimo de passageiros/dia	-	40.000	390.000	390.000
Implantar projetos de correção de curvas perigosas	Projetos implantados	-	4	6	3
Implantar projetos de áreas, corredores e pontos críticos	Projetos implantados	11	5	2	5
Monitorar e controlar a frota	Aquisição e instalação de GPS	1.000	4.000	5.000	-
Implantar projetos de lombadas	Projetos implantados	-	547	1.226	1.226
Implantar, adequar e reformar terminais	Terminais implantados, reformados e adequados	5	16	35	39
Implantar abrigos e paradas de ônibus	Abrigos implantados	-	278	417	556
Reformar abrigos e paradas de ônibus	Abrigos reformados	337	674	842	842
Implantar medidas operacionais de melhoria do transporte e trânsito nos corredores de ônibus - Via Livre	Aumento da velocidade em quilômetros por hora	6	6	6	6
Elaborar projetos de segurança em corredores de ônibus	Projetos implantados	-	7	2	3
Revitalizar o espaço vivencial de trânsito	Equipamento revitalizado	-	-	1	-
Operar corredores viários padrão com sistema trânsito inteligente - Sistema Viário Estratégico (SVE)	Quilômetros operados	-	300	600	1.041
Promover projetos de comunicação e campanhas educativas	Campanha educativas de trânsito promovidas	-	1	1	1
Implantar projetos de sinalização	Projetos implantados	10.000	10.000	9.500	7.400
Implantar o sistema de inteligência eletrônica de controle de fluxos de veículos e pedestres, comunicação com os usuários e segurança nos terminais	Sistema informatizado	-	8	5	5

Código do Programa 0182 **Descrição** Intervenção no Sistema Viário

Objetivo Realizar intervenções no Sistema Viário Estrutural do Município visando melhorias na infra-estrutura urbana

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	104.679.827	1.708.887.102	1.813.566.929

Órgão 22 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Elaborar projetos viários para regularização e ampliação de sistemas viários	Projetos elaborados	20	10	10	10
Regularizar o viário - entorno viaduto Rubem Berta sobre Av. Bandeirantes	Pecentual de realização da obra	100	-	-	-
Conservar e manter obra de arte (viadutos)	Viadutos conservados	30	30	30	30
Reformar viadutos	Viadutos reformados	10	10	10	-
Construir a ponte sobre o canal Jurubatuba	Percentual construído	50	50	-	-
Construir a ligação Pedro Bueno - Imigrantes - (Operação Urbana Água Espraiada)	Percentual construído	-	34	33	33
Construir o terminal de ônibus integração Metrô - Largo da Batata (Operação Urbana Faria Lima)	Percentual construído	50	50	-	-
Construir a ligação viária e cicloviária Cidade Tiradentes / Estação Guaiunazes	Percentual construído	34	33	33	-
Construir a extensão sul Marginal Pinheiros - entre pontes Interlagos / Jurubatuba	Percentual construído	34	33	33	-
Concluir o trecho Marginal Tietê - Rodovia Ayrton Senna - Sistema Viário Jacú	Percentual construído	50	50	-	-
Construir a alça de acesso - Av. Roberto Marinho (Operação Urbana Água Espraiada)	Percentual construído	70	30	-	-
Reurbanizar o Largo da Batata - (Operação Urbana Faria Lima)	Percentual reurbanizado	-	34	33	33
Reurbanizar o entorno da Rua Funchal - (Operação Urbana Faria Lima)	Percentual reurbanizado	34	33	33	-
Construir a ligação viária Radial/Guaianases	Pecentual de realização da obra	60	40	-	-
Concluir a ligação Guaianazes - Itaquera - Marginal Tietê	Pecentual de realização da obra	100	-	-	-
Construir ponte - Av. Roberto Marinho (Operação Urbana Água Espraiada)	Percentual construído	50	50	-	-
Recuperar Sistema Viário Estrutural - Marginais	Pecentual de realização da obra	30	30	30	10
Construir o acesso para Mauá - Sistema Viário Jacú	Percentual construído	-	-	50	50

Construir o acesso Lino Leme - Pedro Bueno (Operação Urbana Água Espreada)	Percentual construído	40	60	-	-
Construir o Viaduto Jaraguá	Percentual de realização da obra	50	50	-	-

Código do Programa 0335 **Descrição** Integração Metropolitana

Objetivo Viabilizar o funcionamento do sistema de bilhetagem integrada

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	0	16.696	16.696

Órgão 20 Secretaria Municipal de Transportes

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Implantar o sistema integrado de transporte metropolitano	Estações da CPTM e do Metrô com bloqueios eletrônicos implantados	135	-	-	-

Código do Programa 0278 **Descrição** Prog. Canal. Cor. Impl. Vias e Recup. Amb. e Soc. Fundo Vale - PROCAV

Objetivo Realizar intervenções de combate a enchentes, implantar vias e promover a recuperação ambiental e social em fundos de vale

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	9.421.184	115.733.929	125.155.113

Órgão 22 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Obras de drenagem do Córrego Pirajussara	Percentual de realização da obra	100	-	-	-

Código do Programa 0144 **Descrição** Defesa Civil - Prevenção e Emergência

Objetivo Apoiar a logística de atuação do Corpo de Bombeiros e implantar corpos voluntários em favelas

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	80.314.024	32.679.468	112.993.492

Órgão 12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Implantar corpos voluntários de bombeiros em favelas	Unidades de corpos voluntários implantadas	3	3	4	4

Código do Programa 0308 **Descrição** Prevenção a Enchentes

Objetivo Conservar e manter a infra-estrutura urbana minimizando a possibilidade de enchentes no Município

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		202.848.371	102.394.579

Órgão 12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Promover a limpeza manual de bueiros, bocas de lobo e correlatos (Subprefeituras)	Pontos limpos	314.918	328.462	338.358	348.411
Desassorear piscinões (Subprefeituras)	Metros cúbicos desassoreados	369.906	385.815	397.440	409.247
Promover a limpeza manual de bueiros, bocas de lobo e correlatos (SMSP)	Pontos limpos	21.534	22.460	23.136	23.824
Construir e reformar galerias (SMSP)	Metros lineares construídos/reformados	1.049	1.095	1.128	1.161
Conservar galerias, córregos, canais e realizar serviços complementares do sistema de drenagem (SMSP)	Metros lineares de serviços efetivos de conservação	5.379	5.611	5.780	5.951
Promover a limpeza mecanizada de bueiros, bocas de lobo e correlatos (Subprefeituras)	Pontos limpos	107.972	112.615	116.009	119.455
Desassorear córregos, canais e galerias (Subprefeituras)	Metros cúbicos desassoreados	151.661	158.184	162.950	167.791
Conservar galerias, córregos, canais e serviços complementares do sistema de drenagem (Subprefeituras)	Metros lineares de serviços efetivos de conservação	56.513	58.944	60.720	62.524
Promover a limpeza mecanizada de bueiros, bocas de lobo e correlatos (SMSP)	Pontos limpos	7.383	7.700	7.933	8.168
Construir e reformar galerias (Subprefeituras)	Metros lineares construídos/reformados	10.457	10.907	11.236	11.569
Desassorear córregos, canais e galerias (SMSP)	Metros cúbicos desassoreados	8.271	8.626	8.886	9.150

Código do Programa 0224 **Descrição** Programa de Prevenção e Defesa Contra Inundações

Objetivo Canalização de córregos visando a prevenção de ocorrência de enchentes

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		43.622.659	371.588.867

Órgão 22 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Canalizar outros córregos	Córregos canalizados	10	10	10	10
Conservar e manter canais e galerias	Canais e galeria conservados	10	10	10	10
Canalizar o Córrego Franquinho	Pecentual de realização da obra	100	-	-	-
Elaborar projetos hidráulicos para regularização de córregos	Projetos elaborados	20	10	10	-
Canalizar o Córrego Ipiranga	Pecentual de realização da obra	60	20	20	-
Operar e manter o Centro de Gerenciamento de Emergência (CGE)	Equipamento mantido	1	1	1	1
Canalizar o Córrego Rio das Pedras	Pecentual de realização da obra	100	-	-	-

Código do Programa 0336 **Descrição** Operações Especiais

Objetivo Monitorar a ocorrência de situações de emergência e coordenar diversas áreas da Prefeitura para atuação conjunta e imediata

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		4.145.322	41.752

Órgão 12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Operar o Centro de Controle de Operações (CCO) em rede nas 31 Subprefeituras integrado ao Centro de Gerenciamento de Emergência (CGE)	CCO integrado e operado	1	1	1	1

Código do Programa 0310 **Descrição** Contenção em Áreas de Risco Geológico

Objetivo Realizar obras para minimizar a ocorrência de escorregamentos e solapamentos em áreas de encostas e margem de córregos

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		0	83.503.117

Órgão 41-71 Conjunto das Subprefeituras

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Realizar diversas obras em áreas de riscos geológicos (Subprefeituras)	Obras em áreas de risco	100	103	106	109

Código do Programa 0185 **Descrição** Limpeza Pública

Objetivo Planejamento e execução da limpeza pública e gerenciamento de resíduos sólidos

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		2.862.346.054	208.758

Órgão 23 Secretaria Municipal de Serviços

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Operar a varrição e lavagem de vias públicas	Quilômetros de vias varridas/lavadas	2.151.692	2.151.692	2.151.692	2.151.692
Coletar e transportar entulhos	Toneladas coletadas e transportadas	907.200	946.218	974.727	1.003.685
Operar a recicladora de entulho	Toneladas recicladas	128.424	133.947	137.983	142.082
Executar a varrição, lavagem, coleta e limpeza de monumentos	Equipes contratadas/dia	415	433	446	459
Operar e monitorar o Aterro Itaquera	Toneladas depositadas/dia	2.312	2.412	2.484	2.558
Manter a vigilância e monitoramento de aterros sanitários	Serviços operados e mantidos	3	3	3	3
Operar e manter a concessão dos serviços divisíveis de limpeza	Serviço contratado	1	1	1	1
Instalar e limpar as papeleiras	Papeleiras instaladas e limpas/mês	20.200	21.069	21.704	22.348
Aumentar a quantidade de material reciclado	Toneladas recicladas/dia	3.162	3.298	3.397	3.498
Coletar e transportar resíduos de varrição	Toneladas coletadas e transportadas	127.740	133.234	137.248	141.326
Implantar e operar ecopontos	Unidades implantadas e operadas	14	15	15	16

Código do Programa 0172 **Descrição** Iluminação Pública

Objetivo Estudar, planejar, programar e fiscalizar a ampliação e remodelação da Rede de Iluminação Pública da cidade

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		632.266.150	72.133.333

Órgão 99 Fundo Municipal de Iluminação Pública

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Custear o consumo de energia da Rede de Iluminação Pública	Quilowatts/hora	565.714.286	590.045.128	607.822.904	625.880.437
Manter a Rede de Iluminação Pública	Unidades de iluminação pública mantidas	156.271	161.301	166.331	168.008
Ampliar a Rede de Iluminação Pública	Unidades de iluminação pública mantidas	9.320	10.227	10.227	10.227

Código do Programa 0239 **Descrição** Serviço Funerário

Objetivo Prover os recursos necessários à operação de serviços funerários na cidade

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		145.685.888	7.088.587

Órgão 04 Serviço Funerário do Município de São Paulo

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Operar e manter cemitérios	Equipamentos operados e mantidos	32	32	32	32
Operar e manter o crematório	Equipamento operado e mantido	1	1	1	1

Código do Programa 0354 **Descrição** Governo Eletrônico

Objetivo Implantar instrumentos de gestão e racionalizar os processo de trabalho da Administração Pública

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
		82.464.857	0

Órgão 15 Secretaria Municipal de Gestão

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Dotar os órgãos da administração pública municipal de tecnologia da informação adequada para a gestão de recursos humanos, suprimentos e patrimônio	Não identificável	-	-	-	-
Desenvolver sistemas de informação e modernizar processos internos da administração pública municipal	Percentual do sistema desenvolvido	45	25	20	10

Código do Programa 0351 **Descrição** Gestão Tributária

Objetivo Aumentar a eficiência de administração dos recursos tributários e melhorar os serviços prestados aos contribuintes

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	67.845.089	91.435.912	159.281.001

Órgão 17 Secretaria Municipal de Finanças

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Integrar o Sistema de Geoprocessamento de Dados (PNAFM)	Percentual de realização	10	23	23	22
Utilizar Tecnologia da Informação (PNAFM)	Percentual de realização	10	23	23	22
Promover ações de modernização fiscal (PNAFM)	Percentual de realização	10	23	23	22
Promover a modernização administrativa da Secretaria Municipal de Finanças (PNAFM)	Percentual de realização	10	23	23	22

Código do Programa 0340 **Descrição** Sistema de Informação e Processamento de Dados

Objetivo Prover a infra-estrutura de informação e informática necessária ao desempenho das funções da Administração Municipal

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	828.040.913	264.825.320	1.092.866.233

Órgão - Demais órgãos da Prefeitura
17 Secretaria Municipal de Finanças

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Implantar Sistema Tributário Integrado (PMAT)	Percentual de realização	100	-	-	-
Implantar projetos de tecnologia da informação (PMAT)	Percentual de realização	100	-	-	-
Implantar Sistema de Geoprocessamento de Dados (PMAT)	Percentual de realização	90	10	-	-
Implantar projeto de economia de energia elétrica em escolas municipais (PMAT)	Percentual de realização	100	-	-	-
Implantar Sistema de Recursos Humanos e Suprimentos (PMAT)	Percentual de realização	100	-	-	-
Gastos em informática e sistemas de informação e processamento de dados dos diversos órgãos da Prefeitura	Não identificável	-	-	-	-

Código do Programa 0316 **Descrição** Promoção de Relações Nacionais e Internacionais

Objetivo Promover as relações nacionais e internacionais nos vários âmbitos de atuação da Prefeitura

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	2.675.616	6.172.132	8.847.748

Órgão 31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Desenvolver intercâmbios de políticas públicas entre o Município e seus parceiros	Não identificável	-	-	-	-
Coordenar a "Rede 10 - Luta Contra a Pobreza Urbana do Projeto URB-AL"	Não identificável	-	-	-	-
Apoiar e desenvolver pesquisas e projetos sobre a imigração no Município	Não identificável	-	-	-	-
Promover a Feira e Congresso Internacional de Cidades - URBIS	Não identificável	-	-	-	-

Código do Programa 0165 **Descrição** Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Objetivo Controle externo

Valor 2006-2009	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
	355.999.133	13.993.252	369.992.385

Órgão 10 Tribunal de Contas

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Metas Físicas			
		2006	2007	2008	2009
Modernização do controle externo (PROMOEX)	Percentual da modernização implementado	46	27	27	-
Realizar reformas e adaptações nas dependências do Tribunal de Contas do Município de São Paulo	Percentual das reformas/adaptações realizado	33	34	33	-

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO IV

M E T A S F I S C A I S

METAS ANUAIS 2006 - 2009

em reais mil

Discriminação	2006		2007		2008		2009	
	valor corrente	valor constante	valor corrente	valor constante	valor corrente	valor constante	valor corrente	valor constante
Receita Total	16.733.928	15.863.247	17.720.854	16.012.352	18.856.663	16.284.505	20.122.727	16.617.360
Receitas Não Financeiras (I)	16.117.612	15.278.999	17.436.460	15.755.236	18.628.200	16.087.105	19.903.390	16.436.144
Despesa Total	16.733.928	15.863.247	17.720.854	16.012.352	18.856.663	16.284.505	20.122.727	16.617.360
Despesas Não-Financeiras (II)	14.976.506	14.141.665	15.631.543	14.052.824	16.614.254	14.265.556	17.754.100	14.570.464
Resultado Primário (I - II)	1.141.106	1.137.333	1.804.917	1.702.412	2.013.946	1.821.548	2.149.290	1.865.681
Resultado Nominal	2.925.488	3.068.899	3.000.002	2.957.987	3.175.387	3.094.756	3.586.043	3.441.387
Dívida Pública Consolidada	34.575.069	34.588.136	37.701.011	37.716.968	41.014.713	41.033.040	44.750.538	44.771.596
Dívida Consolidada Líquida	32.151.422	32.357.511	35.139.546	35.303.620	38.294.178	38.377.623	41.851.319	41.790.108

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO V

DETALHAMENTO DE DIRETRIZES E AÇÕES

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Capítulo 1 - Planejamento.....	34
Capítulo 2 - Gestão.....	44
Capítulo 3 - Saúde.....	47
Capítulo 4 - Educação.....	57
Capítulo 5 - Habitação.....	66
Capítulo 6 - Assistência Social.....	76
Capítulo 7 - Infra-estrutura.....	82
Capítulo 8 - Trabalho.....	87
Capítulo 9 - Transporte.....	89
Capítulo 10 – Subprefeituras.....	97
Capítulo 11 - Serviços.....	102
Capítulo 12 - Verde e Meio Ambiente.....	106
Capítulo 13 - Cultura.....	117
Capítulo 14 - Deficientes.....	123
Capítulo 15 - Segurança.....	126
Capítulo 16 - Turismo.....	129
Capítulo 17 - Esportes.....	136
Capítulo 18 - Participação e Parcerias.....	141

LISTA DE TABELAS, QUADROS e GRÁFICOS

Introdução	
Tabela 1- Concentração das Sedes das Grandes Corporações por Estado -1998.....	6
Tabela 2- Participação da população do Município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo.....	13
Tabela 3- População e taxas de crescimento por Região Metropolitana do Estado de São Paulo - Município sede e demais municípios (por mil).....	14
Quadro 1- Número de cortiços.....	21
Tabela 4- Estabelecimentos e empregos nos vários setores.....	31
Tabela 5- Número de empresas – 2001.....	32
Tabela 6- Número de empregos – 2001.....	32
Capítulo 3 - Saúde	
Quadro 1 – Indicadores demográficos e socioeconômicos – Regionais de Saúde e Município de São Paulo....	49
Gráfico 1 – Dez principais causas de morte – Município de São Paulo - 2004.....	50
Gráfico 2 – Dez principais causas de morte no sexo masculino – Município de São Paulo - 2004.....	50
Gráfico 3 – Dez principais causas de morte no sexo feminino – Município de São Paulo - 2004.....	51
Gráfico 4 – Coeficiente de mortalidade infantil e componentes (por 1000 nv) – Município de Sao Paulo – 1999 a 2004.....	52
Tabela 1 – Indicadores.....	52
Capítulo 5 - Habitação	
Quadro 1- Necessidade Habitacionais Prioritárias.....	69
Capítulo 12 - Verde e Meio Ambiente	
Tabela 1- Novos Parques Propostos.....	116
Capítulo 16 - Turismo	
Tabela 1- Brasil – Mercado de Viagens e Turismo.....	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -Taxa Geométrica de Crescimento por Subregião na RMSP 1991/2000.....	16
Mapa 2-Taxa geométrica de crescimento 1991/2000.....	17
Mapa 3-Varição de população 1991/2000.....	17
Mapa 4-Varição de população 1991/2000.....	18
Mapa 5-Densidade populacional 1991	19
Mapa 6-Densidade populacional 2000	19
Mapa 7-Taxa de crescimento de domicílios por distritos e municípios da RMSP entre 19991 e 2000....	22
Mapa 8-Chefes com renda entre 1 e 3 salários mínimos por distrito e municípios (1991-2000).....	23
Mapa 9-Chefes com renda abaixo de 1 salário mínimo por distritos e municípios (1991-2000).....	23
Mapa 10-Porcentagem de chefes de família com superior completo na RMSP (19891-2000).....	24
Mapa11-Evolução do atendimento da rede de água por distritos e municípios (1991-2000).....	24
Mapa 12-Evolução do atendimento da rede de esgoto por distritos e municípios (1991-2000).....	25
Mapa 13-Evolução do atendimento da coleta de lixo por distritos e municípios (1991-2000).....	25
Mapa 14-Concentração de sede de empresas na RMSP (2001).....	26
Mapa 15-Hotéis, Flats e Centros de Convenção (2001).....	26
Mapa 16-Hospitais e clínicas na RMSP (2001).....	27
Mapa 17-Distribuição de equipamentos de lazer na RMSP (2001).....	27
Mapa 18-Supermercados e Hipermercados na RMSP (2004).....	28
Mapa 19-Shopping Centers e Cinemas na RMSP (2004).....	28
Mapa 20-nstituições de Ensino Superior na RMSP (2001).....	29

São Paulo, Cidade Mundial

Alguns analistas¹ tem visto as cidades de Nova York, Londres e Tóquio como um grupo superior da hierarquia dos centros urbanos e as denomina *global cities*, ou Cidades Globais. Os critérios utilizados para classificá-las foram baseados no papel que desempenham na organização da economia globalizada. Como um desdobramento desta classificação surgiu um rol de novas categorias para designar outras metrópoles e cidades que, embora não representassem um papel tão central, eram também vitais para a economia globalizada.

Dentre essas está a categoria de Cidade Mundial, que pode ser definida como uma cidade que possui os atributos indispensáveis para assegurar a inserção de uma determinada área geográfica no contexto da economia mundializada. São Paulo já desempenha este papel hoje -- e poderá desempenhá-lo de forma ainda mais eficiente, num futuro próximo.

Consolidar esse status é o grande desafio deste PPA. Para vencê-lo, é preciso atingir dois grandes objetivos concomitantes e articulados. De um lado, permitir a recuperação dos instrumentos básicos de ação do poder público, entre os quais o planejamento governamental e a adoção de práticas orçamentárias realistas. De outro, definir os marcos para a criação dos instrumentos e processos que ajudem São Paulo a cumprir seu papel estratégico no desenvolvimento nacional e internacional.

Os obstáculos para conseguir isso são grandes e numerosos. O maior deles refere-se ao orçamento da Prefeitura, que se encontra bastante comprometido. As despesas crescem a uma velocidade superior à da arrecadação, fazendo com que os resultados primários deterioresem. Deduzidas as despesas de educação, saúde, previdência social, transporte, folha de pagamento dos funcionários e o pagamento dos chamados encargos especiais, o saldo se reduz a parcos 20%, insuficientes para arcar com os gastos restantes.

Sem dúvida, o aumento do controle da arrecadação, através de mecanismos de fiscalização mais eficientes e modernos, pode ajudar. Nesse sentido, a aprovação da nova Lei do ISS para o município, com a exigência do cadastramento das empresas para prestarem serviços na cidade pode ser a oportunidade para se melhorar a eficiência arrecadatória através de aumento de controles. E sem reajustar alíquotas.

Na mesma direção, uma maior transparência na elaboração de demonstrativos, tornando-os mais simplificados e diretos, associada a uma divulgação imediata, poderá ajudar a combater excessos e desvios de gastos, facilitando a gestão de curto prazo com o aumento da eficiência.

Entretanto, apesar de necessárias, todas essas ações parecem ser insuficientes. Isso se dá, em parte, porque as limitações orçamentárias são decorrentes da desobediência quanto às regras de contabilização das despesas da gestão passada, que, contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal, deixou dívidas a vencer de curto prazo, que comprometeram o orçamento da gestão do atual Administração.

Cidades Globais e Cidades Mundiais – onde fica São Paulo

A aceleração do processo de globalização, resultante do avanço da tecnologia digital, vem mudando não só a dinâmica dos países e das empresas, mas a geografia econômica internacional. Os principais agentes desta transformação são as empresas, o capital financeiro e as cidades.

De multinacionais, muitas empresas se transformaram em globais, em grandes corporações transnacionais, que passaram a dominar crescentemente a dinâmica econômica e geográfica internacional.

¹ Saskia Sassen, *The Global City*, de 1991.

O capital financeiro, considerado por muitos o mais ágil e volátil agente da globalização, cresce a taxas espetaculares, desconhecendo fronteiras e regras locais, procurando valorizar-se onde o risco for menor e as oportunidades de lucro maiores.

As Cidades Globais foram inicialmente localizadas em países desenvolvidos, que se tornaram o núcleo físico do processo de globalização. Passaram então a desempenhar funções de centro financeiro, de sede das grandes corporações, concentrando as funções de comando e/ou coordenação das empresas multinacionais, e de base complexa das redes de serviços modernos, de padrão mundial, que servem de apoio ao processo de globalização.

Ao contrário das megacidades, que predominam nos países pobres ou em desenvolvimento, as Cidades Globais são os centros nervosos da parte globalizada da economia mundial, fazendo parte da lógica da globalização, que dispersa e fragmenta o processo produtivo ao redor do globo, ao mesmo tempo que exige a concentração das funções de comando e articulação em alguns pontos do planeta.

A crescente internacionalização dos fluxos de bens, serviços e informações dão origem à formação de uma rede mundial de metrópoles, onde são geradas e por onde transitam as decisões financeiras, mercadológicas e tecnológicas capazes de moldar os destinos da economia mundial. Os centros urbanos situados no topo da hierarquia do sistema urbano nacional são denominados Cidades Globais, que atuam como foco de irradiação das decisões tomadas em escala planetária para as demais cidades do sistema.

Ao lado delas existem as Cidades Mundiais. Nestas, as vantagens comparativas regionais e metropolitanas, derivadas das atividades exportadoras, devem constituir-se no principal foco de dinamismo para as grandes metrópoles, em especial as atividades ligadas à indústria intensiva em tecnologia e aos serviços típicos de cidades mundiais, tais como telemática, pesquisa e desenvolvimento (P&D), consultoria de negócios, gestão empresarial e financeira e serviços de transportes internacionais. São Paulo já pode ser considerada dentro desta categoria. Mas é preciso consolidar e avançar o papel de São Paulo como Cidade Global.

Tabela 1

Concentração das Sedes das Grandes Corporações por Estado -1998* (%)

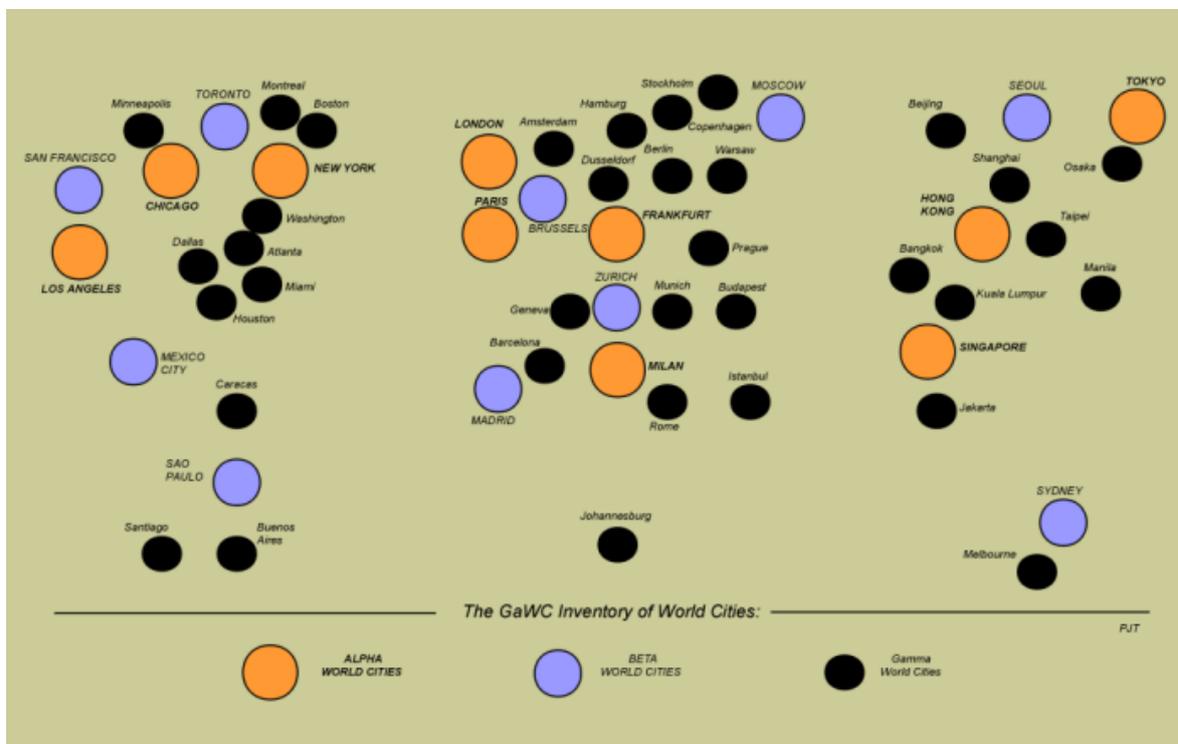
Região	CEM MAIORES EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS	CEM MAIORES EMPRESAS ESTRANGEIRAS	CEM MAIORES BANCOS PRIVADOS NACIONAIS	BANCOS ESTRANGEIROS
Metropolitana de SP	35	54	45	94
Interior de SP	3	7	0	0
RJ	18	13	22	3
RS	9	4	7	0
MG	6	7	5	0
BA	7	1	2	0
Outros Estados	22	14	19	3
TOTAL	100	100	100	100

* P r o Receita Operacional Líquida

Fonte: *Balço Anual – Gazeta Mercantil; Apud Wagner Iglecias.*

Como se sai São Paulo na análise dos impulsionadores e dos cenários? Em termos gerais muito bem. Na classificação de cidades nos três cenários sempre a metrópole paulistana está classificada entre as dez melhores cidades. O cenário onde obtém a melhor classificação é o cenário 2, onde qualidade do capital humano é chave – mas onde há certo equilíbrio dos fatores ‘custos’, ‘qualidade do capital humano’ e ‘ambiente de negócios’. Nesse cenário ocupa o 2º lugar,

logo atrás de Manila nas Filipinas. Nos outros dois cenários, o de 'custo' e o de 'tamanho de mercado' potencial, a metrópole paulistana ocupa o 9º lugar. (Note-se que nestes dois cenários os melhores lugares são ocupados por cidades asiáticas, pela cidades hindus, no 1º cenário, e pelas chinesas, no 2º cenário).



Suas características provam isso. São Paulo é, de fato, a sede das mais importantes empresas nacionais, multinacionais e transnacionais, que garantem um parque manufatureiro inovador e com escala internacional, e dos maiores centros financeiros modernos. Abriga também atividades terciárias e quaternárias de ponta. Como uma verdadeira cidade mundial, possui um dinamismo não encontrado em outras grandes metrópoles internacionais, e muito menos em cidades ainda que grandes e densamente povoadas do mundo.

A emergência de um novo ciclo urbano

É bastante evidente que a força da nova organização produtiva do capitalismo globalizado repousa na sua capacidade de atuar de forma eficaz, isto é, de buscar espalhar suas atividades -- financeiras, produtivas, de pesquisa e inovação, de divulgação e publicidade, de distribuição e comercialização -- nos espaços onde forem detectadas vantagens claras para qualquer uma de suas etapas.

Esta busca visa, entre outras coisas, baixar o custo final da mercadoria. Por isso instalou-se, em menos de duas décadas, uma lógica produtiva e uma estratégia de distribuição em escala global. Para as questões localizadas no território, os atributos mais decisivos do novo modo de operar passaram a ser a flexibilidade geográfica, a distribuição da cadeia produtiva e a concomitância de processos ditos locais e globais, onde as transformações nas relações entre tempo e espaço assumem um papel chave. São esses atributos que se tornaram centrais para o urbanismo e responsáveis pelo que se denomina de dimensão urbana da globalização.

Rompida a cadeia produtiva, cuja localização concentrada em distritos industriais suburbanos é definitivamente ultrapassada, uma longa lista de impactos começam a emergir no território urbano. Ao longo da década de 1990, os estudos mostraram que é na cidade e no território urbanizado que o fenômeno da globalização deixa transparecer a sua face mais contraditória. As primeiras observações do fenômeno deixavam claro que a fragmentação produtiva estava criando, do ponto de vista territorial, espacial e funcional, entidades urbanas específicas e freqüentemente isoladas. Em cada uma delas alojava-se uma diferente etapa ou aspecto do sistema produtivo: o aparato tecnológico, a produção, que por sua vez pode ocorrer em mais de uma localidade, a organização do estoque varejista e a comercialização.

É importante observar, porém, que a cadeia produtiva fragmentada em diferentes lugares não estava gerando, obrigatoriamente, uma rede territorial, pois a nova lógica produtiva dispensa proximidades e continuidades territoriais. Ao contrário, um atributo essencial do novo modelo produtivo é a sua capacidade de operar à distância. Completando esse quadro surge um outro atributo, quase como um corolário da fragmentação do processo produtivo, que é a intensa concentração dos agentes econômicos e financeiros que conduzem o processo.

Dessa forma, o novo modelo produtivo pode ser descrito nos seguintes termos: a economia globalizada possui -- e isso a distingue de qualquer outro momento econômico -- a capacidade de operar como uma unidade em tempo real em escala planetária.

É um modelo cujos condicionantes e exigências operacionais impõem novos padrões tecnológicos. Trata-se de um novo padrão², sustentado por uma verdadeira revolução tecnológica, no qual estão presentes a informação, o processamento e a comunicação, em uma complexa organização que se baseia, por sua vez, na lógica das redes, cuja flexibilidade é a garantia de uma permanente adaptação de todo o conjunto.

O impacto dessas transformações na vida sócio-econômica das populações, em escala mundial, traduzem-se em mudanças urbanas que não são propriamente novas, mas assumem atributos novos tendo em vista a nova escala territorial. A expansão do capitalismo globalizado está, sobretudo a partir da década de 80, traduzindo-se em alterações estruturais, incidindo em situações e escalas locais e globais, criando distâncias interclasses ainda mais profundas e complexas do que as vividas na etapa anterior do sistema capitalista.

O primeiro fenômeno a manifestar-se em escala local e mundial é a ampliação da exclusão social. A dificuldade de acesso ao trabalho domina e condiciona o conjunto. Além disso, a quebra do sistema previdenciário, que nos países onde as conquistas do *welfare state* já estavam consolidadas, mostra-se desastrosa. E o terceiro fenômeno está ligado às questões ecológicas.

Esse panorama obriga o poder público a propor políticas compensatórias, já adotadas em larga escala pelos próprios países que lideram o processo de globalização, o que confirma essa evidência.

Hoje, em todo mundo, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, busca-se com insistência detectar as características físicas, espaciais, programáticas e funcionais que evidenciem a presença deste novo ciclo urbano. Surge uma variada gama de novos atributos urbanos a começar pela dimensão populacional das cidades. De acordo com o relatório anual da Unesco para o ano de 1980, a população das cidades de mais de um milhão de habitantes cresceu, no período entre 1900 e 1975, 10 vezes; no mesmo período, a população das cidades com mais de 5 milhões multiplicou-se 20 vezes³.

Também as novas dimensões das manchas urbanas se tornaram um marco importante do novo ciclo urbano. Em 1960, existiam no mundo 64 cidades com mais de 1 milhão de habitantes; ao final dos anos 80, o número saltou para 272, atingindo em 1995 a marca de 316. E a previsão da ONU, de que 28 aglomerações teriam mais de 10 milhões de habitantes na virada do século, foi confirmada por dados do início desta década.

² Castells, Manuel "The rise of the network society". Blackwell Publishers. Cambridge.M.I.T. 1996

³ Metropolis. "Les Grandes Métropoles, acteurs du développement au XXIe siècle" Istambul juin/1996.

A denominação mais corrente para a cidade que alcançou esse patamar é *megacidade*, sendo a extensão sua mais forte característica. Os índices populacionais em geral acompanham a dimensão física. Consta-se que a dinâmica física suplanta as econômicas e as sociais. No entanto, a dimensão territorial e populacional não pode ser confundida com qualidade e, principalmente, com vitalidade urbana.

Da megacidade à cidade mundial

A análise das características de organização da megacidade deixa claro que, embora sua dimensão traduza força econômica e diversidade funcional, ela nem sempre poderá ocupar a categoria de cidade mundial. A análise dos dados mostra que a dimensão é muitas vezes uma característica essencial, mas nunca suficiente para uma cidade desempenhar de forma adequada seu papel de espaço de conexão com a rede de cidades mundialmente conectadas.

Assim, observando a cidade de São Paulo a partir dos anos 50 até o final do século XX, e principalmente neste início do XXI, podemos constatar um fenômeno que auxilia a análise de sua conjuntura atual. A história urbana e econômica nos mostra que, no momento de instalação da grande indústria, as regiões mais desenvolvidas do país competiam tendo como parâmetros decisivos os seguintes elementos: disponibilidade de energia barata; presença de grandes glebas para abrigar as plantas industriais; e um sistema rodoviário bem estruturado e conectado a um terminal portuário. Esta conjugação favoreceu o município de São Paulo na década de 1950, quando o governo federal elegeu os municípios vizinhos – o ABC paulista -- como lugar estratégico para a instalação da grande indústria nacional. Ali estavam as unidades industriais e no município sede se localizou todo o aparato e suporte para a atuação da grande indústria.

Desde a última década do século XX, o sistema econômico mundializado mostrou que a competição e o poder de atração das cidades baseia-se na mesma capacidade de ser estratégica, só que agora com novos atributos, pois as transformações no modo de produção dispensam a tríade descrita acima.

Hoje, os ingredientes que definem o caráter estratégico de uma cidade, ou de uma metrópole, estão relacionados à conjugação de novos atributos. A crescente internacionalização da economia e da cultura exige um aparato urbano constituído por novos elementos, tais como: possuir serviços avançados que garantam a possibilidade de gerar e receber informação em tempo real; possuir centros de pesquisa de ponta capazes de gerar e inovar conhecimento; oferecer um amplo rol de atividades culturais de cunho local e cosmopolita.

Entretanto, podemos acrescentar que, de acordo com o novo padrão da atividade produtiva, que impõe às metrópoles a necessidade de tornarem-se bases econômicas com bom desempenho funcional, elas devem também, simultaneamente, assumir o papel de centros privilegiados de liderança social, cultural e política para todo o País. Desta forma, atenuam-se as características que privilegiam a dimensão para enfatizar aquelas que apontam para a qualidade urbana.

É importante enfatizar ainda que será sempre do interior dessa relação - local versus global - que emergirão os paradoxos da cidade mundial, isto é, os ambíguos processos de modernização que se instalam nas metrópoles situadas nos países em desenvolvimento com forte vocação para integrar as redes globais. A nova estruturação urbana se relaciona diretamente e em todos os níveis - físico, funcional e social - com as formas assumidas pelos serviços exigidos pelos novos encargos, ditados por padrões impostos pela sua articulação à rede econômica globalizada.

A estruturação das cidades tem se mostrado dependente da presença de grandes projetos urbanos. E o valor estratégico desses projetos está alterando a capacidade de promover transformações no meio urbano e regional, aumentando a atratividade e expandindo sua área de

influência. Nesse sentido, tais projetos diferem substancialmente das ações de “melhoramentos urbanos”, que muitas vezes respondem a demandas pontuais.

A capacidade de oferecer uma eficiente infra-estrutura de telecomunicações e demonstrar capacidade de administrar com competência para enfrentar o conflito sócio-espacial é, dessa forma, decisiva. Torna-se fundamental, assim, instalar, por exemplo, uma eficiente rede de telefonia de fibras óticas; centros de excelência em tratamentos de saúde (como os oferecidos pelo Incor e os hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês), centros de pesquisa científica de ponta, além de atrativos culturais, como um rico museu e uma orquestra sinfônica de nível internacional. Também é fundamental criar condições para enfrentar as questões ambientais decorrentes da ocupação ilegal dos mananciais, encaminhar e resolver as questões relacionadas aos moradores de rua, aos cortiços, à criação de espaços públicos adequados, enfim, tudo que confere a uma cidade ou metrópole a possibilidade de integrar a rede das cidades mundiais.

A emergência de um novo ciclo urbano e a cidade de São Paulo

A força do processo de globalização, resultante do avanço da tecnologia digital, torna obrigatório repensar as políticas nacionais, regionais, estaduais e municipais. Não para uma submissão passiva ao processo, mesmo porque ele agrava as desigualdades inter-regionais e sociais. Mas, ao contrário, para viabilizar uma interação da Cidade, do Estado e do País com o mundo, que permita um crescimento sustentado e mais equânime e ajude a consolidar o Brasil como uma nação democrática e socialmente mais justa.

Após a abertura da economia e o advento do Plano Real, o Brasil passou por avanços importantes. O setor produtivo brasileiro se reestruturou de forma surpreendente. As empresas, até então familiares e muitas vezes obsoletas, renovaram-se. Em resumo, a reformulação da estrutura produtiva brasileira passou a garantir que o país continue no jogo internacional e não fique à margem, como muitos países cujas dinâmicas internas os impediram de continuar participando. Os atuais superávits comerciais que o país vem auferindo são um resultado dessa reestruturação e uma prova do dinamismo do setor produtivo brasileiro.

Em menos de dez anos o setor agrícola se transformou radicalmente, tornando-se o agronegócio mais produtivo do mundo. O setor automotivo realizou investimentos pesados, praticamente renovando todo o seu parque industrial. O País atraiu investimentos diretos externos e passou a ser a base exportadora de inúmeras empresas transnacionais.

O Brasil, de fato, mudou -- mas não a ponto de garantir a retomada de um crescimento sustentado, ou garantir a redução das desigualdades sociais. As razões disso são de diversas ordens: sucessivas crises internacionais que atingiram em menor ou maior grau as diversas economias; os erros das opções de políticas econômicas implementadas, tais como a excessiva valorização do Real (logo após o Plano e agora novamente) e a busca por metas inflacionárias muito rígidas; a recusa em se implementar qualquer tipo de política industrial; e o atraso na implementação de políticas comerciais mais ativas.

É fundamental que o Brasil complete sua reestruturação, pois só assim conseguirá uma inserção internacional menos vulnerável às vicissitudes de uma dinâmica vigorosa, porém cruel, que ao mesmo tempo em que cria riqueza em uma escala jamais vista, condena países, regiões e segmentos da sociedade a uma qualidade de vida miserável.

É preciso completar as reformas da previdência, administrativa e tributária. É preciso aumentar os investimentos em infra-estrutura, em ciência e tecnologia, em educação. Os marcos regulatórios precisam ser mais bem definidos e respeitados para poder atrair investimentos privados. Em síntese: para poder ter uma inserção mais ativa e menos vulnerável no cenário internacional o Brasil precisa ter uma porta de entrada e saída para o mundo. Uma porta moderna e

dinâmica, que dê conta das funções sofisticadas de ligar o Brasil ao mundo globalizado. Em outras palavras, o Brasil precisa de uma cidade global – e essa cidade só pode ser São Paulo.

O desenvolvimento da cidade nessa direção, no entanto, cria problemas de magnitude equivalente à grandiosidade da megalópole. Tendo sido a região que mais se industrializou no paradigma instaurado nos anos 50, de substituição de importações, São Paulo recebeu um enorme fluxo migratório que, na ausência de uma política pública de desenvolvimento urbano, levou a um crescimento caótico gerando situações de imensa precariedade para extensas camadas da população. Parcela significativa da população vive, circula e trabalha em condições inaceitáveis, incompatíveis com a riqueza gerada pela cidade.

São Paulo sofreu um processo de desconcentração da atividade industrial e uma mudança do perfil de geração de riquezas. Ao introduzir a competição em uma economia historicamente fechada e protegida, as empresas brasileiras e multinacionais tiveram que se atualizar tecnologicamente, sob pena de sucumbirem à competição internacional. Desencadeou-se então um processo que, se de um lado foi altamente positivo para o País, de outro provocou uma transformação radical nas relações trabalhistas e no volume de emprego gerado, com alto custo para grande parte da população.

Neste processo, São Paulo se firmou como o centro de coordenação das multinacionais para a América Latina e, muito especialmente, para a América do Sul, suplantando a concorrência do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Transformou-se em um centro urbano de importância internacional, com estruturas produtivas densas e diversificadas, com um parque manufatureiro parcialmente inovador, com grandes escalas de produção e com dinamismo em suas relações internacionais, o que lhe confere importante nível de competitividade e, ao mesmo tempo, importante capacidade de atração de novos investimentos.

A desconcentração da atividade industrial, no entanto, acarretou uma perda de participação industrial da cidade de São Paulo de 36% para 22% entre 1980 e 1995. Conseqüentemente, desemprego e informalidade aumentam dramaticamente. Se excluirmos da população de 10,4 milhões de habitantes as crianças (menores que 10 anos) e os idosos (acima de 70 anos), este número cai para 8,3 milhões. Como no total a cidade gera 2,4 milhões de empregos formais (que aparecem nas estatísticas) e o índice de desemprego está em média 10% (1,04 milhões de pessoas), chega-se à conclusão de que a informalidade absorve aproximadamente metade da população da cidade. O resultado disso é a deterioração social e o aumento de criminalidade.

Faz-se necessário, assim, enfrentar concomitantemente as duas realidades urbanas: responder às expectativas de funcionamento dentro do novo padrão, e promover políticas públicas e as ações que correspondem ao atendimento das demandas sociais. É uma tarefa complexa, e o volume de recursos para implementá-la escasso.

O papel da Prefeitura

São Paulo na virada do século: questões urbanas

Observando a evolução da rede metropolitana brasileira, constatamos que a partir dos anos 50 consolidou-se no País uma rede de grandes cidades onde vivem, a partir de 1990, de acordo com o IBGE, cerca de 60 milhões de pessoas. Essas cidades construíram-se dentro de padrões de crescimento que se convencionou denominar padrão periférico de crescimento. Até o início dos anos 80, esse padrão manteve-se inalterado. O crescimento urbano das áreas centrais girava em torno de 3,5% e as áreas periféricas cresciam 7%.

Ao fechar a década de 90, essa rede metropolitana tornou-se o centro dos mais importantes problemas urbanos do país. Aí se concentram os maiores índices de pobreza urbanos, representados, sobretudo pela população vivendo em condições habitacionais muito precárias.

No que diz respeito à organização territorial, funcional e espacial da metrópole, temos que nos debruçar sobre algumas questões urbanas decisivas. A primeira emana dos dados disponíveis sobre qualidade de vida.

Urbanização sem cidade - Ao longo de cinco décadas produziu-se em São Paulo um processo denominado urbanização sem cidade, muito presente nas áreas periféricas. Esse conceito define o processo de expansão territorial cuja principal característica é a formação de territórios urbanos, sem os atributos essenciais da organização física espacial da cidade. A precariedade está presente em todos os níveis, o que justifica a denominação de universo marginal cunhado nos anos 60. Hoje, com o teor e a abrangência de carências acumuladas associado ao perfil da nova etapa da economia mundializada, esse território passou a ser denominado território da exclusão.

A cidade sobre a cidade - A segunda questão é resultante da imperiosa necessidade de fazer uma cidade sobre a cidade. Isto é, a substituição de um crescimento exclusivamente centrífugo, característico do modelo descrito pelo conceito urbanização sem cidade, por novas modalidades centrípetas com forte impacto em setores urbanos estruturados e consolidados. A ampliação e a modernização do sistema viário, do transporte público de massa, dissociado de planos mais abrangentes, tem sido responsável por rupturas e descontinuidades ainda não equacionadas.

A cidade metropolitana - A terceira está relacionada ao reconhecimento da existência de um território cujas características criaram uma entidade que pode ser chamada de cidade metropolitana. Esse território é marcado pela grande concentração de:

- a) instituições político-administrativas (sedes de governo municipal e estadual);
- b) instituições e serviços especializados de porte metropolitano (hospitais, universidades, bolsas, sedes de empresas, etc);
- c) equipamentos culturais (cinemas, teatros, museus, salas de concerto, galerias de arte, etc);
- d) centros de consumo especializado e transporte público diferenciado, mais abundante e de melhor qualidade.

Atualmente, esse setor começa a concentrar também serviços de telecomunicações e telefonia ótica. Sua configuração atual envolve a parte central do Município de São Paulo, a área que se convencionou chamar "entre rios", isto é, da avenida marginal do rio Tietê à avenida marginal do rio Pinheiros.

A presença da cidade metropolitana, onde as vantagens da vida moderna concentram-se de forma clara, implica reconhecer a existência de um ou mais setores isolados de menor dinamismo urbano. Se, no passado, o modelo de crescimento metropolitano baseado no binômio centro/periferia descrevia plenamente o modelo de ocupação do território metropolitano, a nova dicotomia, que também possui uma inquestionável base social, é mais complexa e de menor visibilidade. Estão presentes na cidade metropolitana grupos sociais distintos vivendo relações espaciais novas.

Mobilidade e acesso - A quarta questão está associada à nova configuração do município, às suas características físicas, espaciais e funcionais e à mobilidade e a acessibilidade intra – urbana. A heterogeneidade do espaço construído obriga a rever os princípios da mobilidade, pois não se trata apenas de alcançar pontos distantes, mas, sobretudo de alcançar lugares específicos, centrais ou periféricos, disseminados no território do município sede e no metropolitano. Uma eficiente rede de transporte público, capaz de assumir a nova lógica de distribuição da população

metropolitana, deve ter como princípio que a mobilidade une lugares e não apenas pontos longínquos.

Assim, a mobilidade é um princípio e não uma resultante do processo de metropolização. Sua participação na estruturação da metrópole deve tornar-se efetiva. As dinâmicas urbanas do espaço dos lugares têm na mobilidade e na acessibilidade seus mais fortes condicionantes.

Conflitos sócioambientais - A quinta questão está associada aos conflitos sócio-ambientais resultantes dos processos de expansão urbana que afetam a área de proteção aos mananciais de abastecimento. A estrutura territorial continua sendo marcada e definida pelos bairros formados pelos assentamentos populares ilegais – loteamentos, favelas e cortiços.

A excessiva extensão da mancha urbana e o papel inexpressivo dos instrumentos tradicionais de planejamento urbano frente a essa dinâmica são faces da realidade que ainda regem o processo. A evolução das políticas públicas e de gestão desse território precariamente constituído criou uma forma peculiar de construir cidade, sem planos ou projetos urbanos e sem grandes investimentos públicos ou privados. Esse perfil de crescimento, originado no período de industrialização intensa, sobretudo a partir dos anos 1950, permaneceu como modelo e se agravou ao alcançar seus limites físicos nas áreas de proteção ambiental. Desde a década de 1980, essas características mencionadas se acentuaram, e o crescimento das periferias aponta para um novo contexto, em que se exacerbaram os contrastes e ampliaram os problemas ambiental-urbanos, ainda que tenham se tornado objeto de políticas públicas. Do mesmo modo, a construção pública de conjuntos habitacionais de interesse social na periferia reforçou aspectos de exclusão social e urbana da população pobre.

Caracterização do Município de São Paulo

São Paulo é o município-sede da Região Metropolitana de São Paulo e um importante ponto de convergência regional, sofrendo os impactos – positivos e negativos – do papel que desempenha. Seu território urbanizado se estende por 870km². Sua área total, de 1.512km², tem 36% de seu território, (547km²), dentro da Área de Proteção aos Mananciais, portanto com controles de ocupação extremamente rigorosos, e historicamente desobedecidos. Embora desde os anos 50 o município venha perdendo participação no conjunto da população metropolitana, devido ao próprio desenvolvimento urbano da região, São Paulo concentra o maior e mais expressivo número de habitantes metropolitanos, 10,4 milhões, ou 58,2% do total de 17,8 milhões de habitantes da RMSP (ver tabela nº2).

Tabela 2

Participação da população do Município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo						
População	1950	1960	1970	1980	1991	2000
MSP	2198096	3824102	5978977	8475380	9646185	10406166
RMSP	2696031	4905421	8172542	12575655	15452537	17878703
MSP /RMSP	81,53%	77,96%	73,16%	67,40%	62,42%	58,20%

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000).

A partir da década de 80, a dispersão de população e atividades no território introduziram uma forma nucleada geralmente em urbanizações fechadas, usos urbanos em zonas rurais, sem a formação de vilas ou cidades. Consolidaram-se grandes aglomerações urbanas, que adquiriam o status de novas regiões metropolitanas no Estado, (a de Campinas e da Baixada Santista). E reforçaram a crescente importância da cidade de São Paulo como centro nessa nova conjuntura.

Essas novas formas da urbanização e suas dinâmicas repercutem intensamente na organização funcional do território, impactando a região e o município e agravando problemas de infra-estrutura e saneamento básico, de circulação e oferta de transporte público, repercutindo também na manutenção e proteção dos recursos naturais e várzeas urbanizadas.

Expansão urbana e crescimento das periferias

Na década de 90, a redução nas taxas de crescimento dos municípios- sede das regiões metropolitanas, e o crescimento das periferias, tornam-se um fenômeno generalizado nas metrópoles brasileiras. No Estado de São Paulo a discrepância dessa relação é significativa: na região metropolitana de São Paulo o município-sede São Paulo cresceu a taxas de 0,8% a.a., enquanto os demais municípios cresceram a taxas medias de 2,9% a.a.; na região metropolitana de Campinas, os valores foram 1,5% a.a. no município-sede contra 3,3% a.a. nos demais municípios. E na Baixada Santista encontramos taxas negativas no município de Santos: -0,3% a.a. contra 3,1% a.a. nos demais municípios.

Evidentemente, em cada um desses contextos essa relação assume aspectos distintos, ainda que em todas elas a questão da expansão urbana predatória estabeleça o denominador comum da dificuldade de acesso da população de menores recursos à moradia (ver tabela 3).

Região	População		TGCA
	1991	2000	91-2000
São Paulo	15445	17878	1,6%
Município Sede	9646	10406	0,8%
Demais Municípios	5799	7472	2,9%
Campinas	1779	2215	2,5%
Município Sede	848	968	1,5%
Demais Municípios	931	1247	3,3%
Baixada Santista	1232	1474	2,0%
Município Sede	429	418	-0,3%
Demais Municípios	803	1057	3,1%

Fonte: IBGE (1991, 2000).

Nesse contexto, para o planejamento municipal, ganham relevâncias, por um lado os condicionantes, impostos pela instalação dos diferentes sistemas de infra-estrutura regional que dependem de soluções que extrapolam limites municipais e se equacionam na escala regional. E, por outro, as novas formas assumidas pela urbanização difusa que tem como características marcantes, por um lado, a dispersão de usos urbanos no território, e por outro, mudanças no padrão produtivo. São motores desse processo: a multiplicação de urbanizações fechadas na forma de condomínios, dando novos usos –residenciais ou de comércio e serviços - a antigas zonas rurais; a reprodução de loteamentos ilegais nas periferias metropolitanas colocando em risco áreas frágeis com proteção ambiental; as transformações na qualidade do emprego; a concentração significativa da oferta de empregos qualificados no centro expandido do município de São Paulo.

O padrão periférico de urbanização foi responsável pela configuração dos processos de expansão urbana no município e na metrópole: os loteamentos ilegais, irregulares ou clandestinos, imprimiram à periferia do município um de seus atributos mais característicos, a precariedade,

expressa na insuficiência de equipamentos sociais e de infra-estrutura e que sempre diferenciou esses setores da cidade de outros.

Embora alguns indicadores apontem para melhorias generalizadas – como a universalização do abastecimento de água no município e um aumento do número de domicílios ligados à rede de esgoto, as condições de vida nessas regiões é problemática e encontra-se agravada em áreas de mananciais. Verifica-se a multiplicação de loteamentos ilegais e favelas em áreas impróprias à urbanização descontrolada.

São Paulo tem 36% de seu território (547 km²) situado em área de proteção aos mananciais, isto é, nos no entorno das represas Billings e Guarapiranga. Os distritos do município inseridos nessa área tiveram um crescimento populacional expressivo. Destacam-se Capão Redondo (24,4%, com crescimento em números absolutos de população de 47.296 habitantes); Grajaú (72,1%, com 139.682 novos habitantes); Jardim Ângela (37,8%, com 67.432); e Parelheiros (85,0%, com 47.242). Em seu conjunto configuram situações urbanas de precariedade extrema, e confirmam a ampliação do conflito sócio-ambiental consolidado nessas áreas. Essa região é responsável pelo fornecimento de parcelas significativas da água consumida na região metropolitana.

Esse paradoxo da urbanização contemporânea coloca para o governo municipal alguns desafios, a começar pelo maior, que é o de definir políticas e ações que atendam às necessidades de modernização do território, para que a cidade possa alcançar um desempenho econômico à altura de seu importante papel regional e nacional. Outros desafios são de promover a requalificação urbanística nos bairros populares, a urbanização de favelas e o repovoamento dos bairros centrais, acompanhado de ações que visem a melhoria dos setores urbanos onde predominam os cortiços.

Do ponto de vista do funcionamento adequado da estrutura viária que dá suporte à urbanização e ao funcionamento cotidiano da cidade, São Paulo depende, no momento, da modernização do sistema de conexões regionais que atravessam a cidade. É preciso racionalizar os fluxos de passagem que cruzam setores importantes de seu centro expandido e que se sobrepõem ao intenso tráfego que tem origem nas dinâmicas urbanas internas à própria cidade. Esta interferência negativa gera disfunções que interferem nas condições de vida na cidade, ao mesmo tempo em que geram disfunções e deseconomias que afetam uma região mais ampla.

A viabilização das grandes infra-estruturas viárias de alcance regional demanda recursos públicos originários em mais de uma instância de governo, dada a escala dos investimentos e a difícil situação econômica em que se encontra a prefeitura, já mencionada.

É o caso dos investimentos necessários para viabilizar a construção do Rodoanel, ou a extensão do Metro, ou mesmo para viabilizar novas conexões viárias intermunicipais estratégicas como é o caso da conclusão da avenida Jacu Pêssego na zona leste do município de São Paulo, que ligará o município a Guarulhos no sentido norte, e ao ABC no sentido sul, ou finalizar outras ligações como a avenida Águas Espraiadas ou as melhorias na avenida dos Bandeirantes, foco dos inúmeros problemas que a população da cidade enfrenta diariamente.

Esta característica de sua inserção metropolitana aponta para a necessidade da política de desenvolvimento urbano do município, e, portanto das ações de governo que dela resultem, se pautarem tanto pelos condicionantes dos fluxos regionais, quanto pelas demandas que emergem da vida cotidiana nos diferentes bairros da cidade.

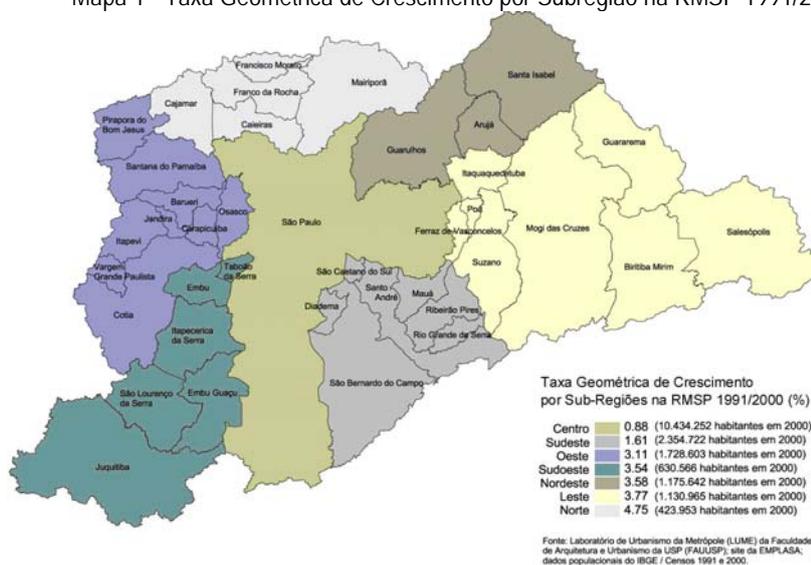
Assim sendo, as novas formas assumidas pelo processo de urbanização contemporâneo, que tem na dispersão territorial uma característica marcante da constituição dos novos espaços urbanizados, afetam diretamente o território municipal, fato comprovado pelos dados recentes que confirmam a perda de população nos distritos municipais dos bairros centrais e do centro expandido, e o crescimento vertiginoso nos distritos periféricos.

Dinâmicas intraurbanas do município de São Paulo

Os fenômenos de expansão urbana na região metropolitana de São Paulo na década de 90⁴ apresentam o acirramento de fatores que vinham se delineando desde a década de 80 - como significativas e crescentes taxas médias de crescimento populacional nos municípios da periferia metropolitana, em contrapartida a taxas médias decrescentes no município sede.

O Mapa 1 indica o número de habitantes e a taxa de crescimento média por sub-região⁵ da RMSP, representando conjuntos de municípios. Lembrando que a região cresceu a taxas médias de 1,66% aa, observa-se, entretanto que, com as exceções da sub-região centro (São Paulo) e da sub-região sudeste, que cresceram abaixo da média metropolitana, todas as outras sub-regiões tiveram um crescimento superior a ela, oscilando na faixa entre 3% e 5% aa.

Mapa 1 - Taxa Geométrica de Crescimento por Subregião na RMSP 1991/2000

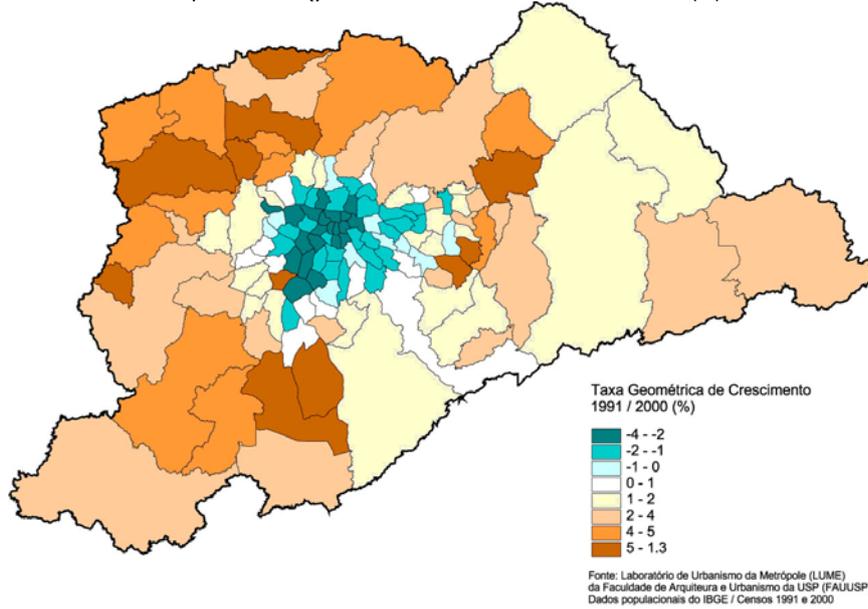


Este movimento indica que espaços regionais consolidados e mais antigos, como os mencionados acima, estão em processo de perda de população, e municípios periféricos ainda em processo de consolidação estão ganhando população expressivamente. O mesmo movimento acontece no município-sede SÃO PAULO, conforme veremos adiante, onde distritos periféricos estão recebendo contingentes populacionais significativos, enquanto distritos mais centrais e estruturados do ponto de vista de infra-estrutura e serviços têm perdas populacionais relevantes, conforme se pode observar nos Mapas 2, 3 e 4.

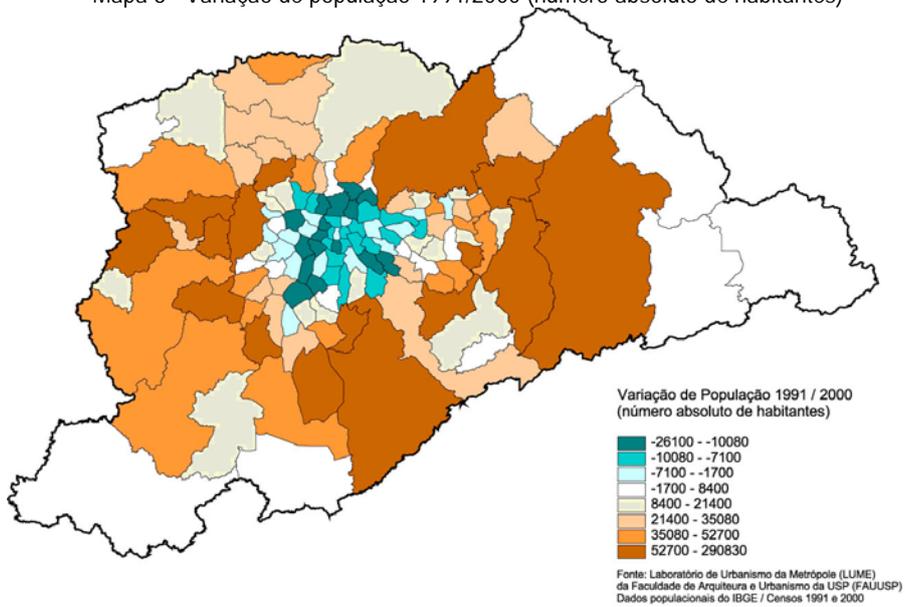
⁴ Ver tabela nº 2 - Participação da população do Município de São Paulo na Região Metropolitana de São Paulo e tabela nº 3 - População, densidade de ocupação, taxa geométrica de crescimento e crescimento absoluto no período 1980 e 2000 por distritos do município de São Paulo.

⁵ Sub-regiões definidas pela EMLPASA 2000.

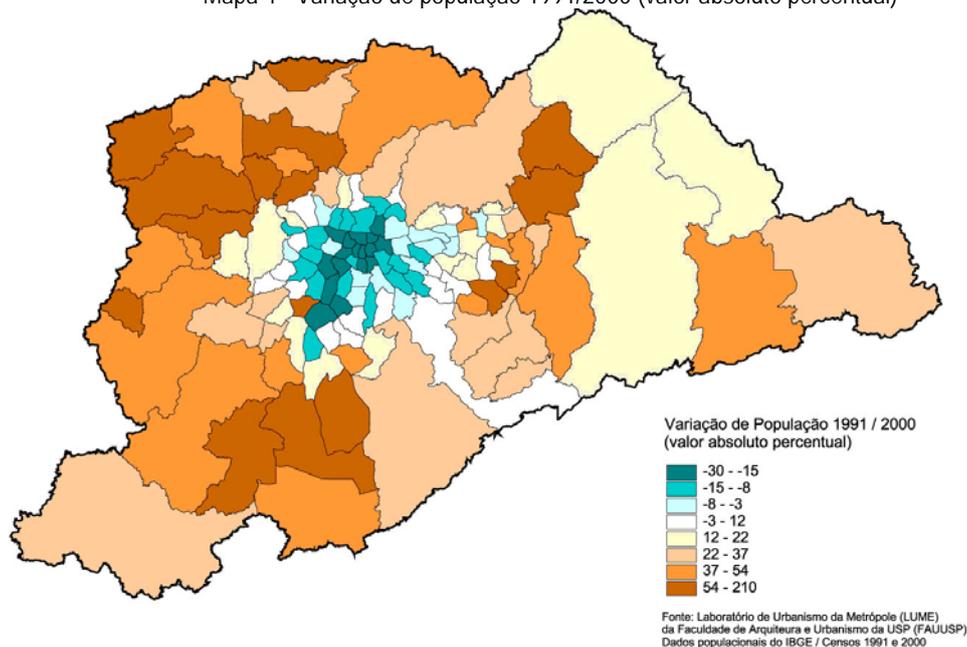
Mapa 2 - Taxa geométrica de crescimento 1991/2000 (%)



Mapa 3 - Variação de população 1991/2000 (número absoluto de habitantes)



Mapa 4 - Variação de população 1991/2000 (valor absoluto percentual)



Este processo tem como resultante, por um lado o "*declínio e a atrofia dos bairros centrais*" e, por outro, "*a propagação essencialmente difusa e ilimitada da mancha urbana metropolitana*".

Aspectos da dinâmica de transformação em curso no espaço metropolitano apontam para movimentos que devem merecer atenção das políticas públicas no sentido de atenuar e reverter seus efeitos nocivos.

O deslocamento das denominadas funções centrais originais do centro histórico do município, iniciado nos anos 50 para a Avenida Paulista, e posteriormente no sentido sudoeste da capital, alcançando a marginal do rio Pinheiros⁶, teve como consequência o abandono de importante patrimônio edificado. Em contrapartida, novas áreas foram abertas, recebendo investimentos públicos a reboque dos investimentos privados, provocando um movimento gradativo de esvaziamento populacional, inicialmente nos "bairros centrais"⁷, localizados nos distritos que contornam o centro histórico, processo que hoje alcança os distritos municipais do "centro expandido" e outros a ele adjacentes.

Estes deslocamentos de atividades centrais (financeiras, de comércio e serviços) e moradias tiveram como propulsores empreendimentos imobiliários capazes de atender às novas demandas e programas urbanos. Os dados do censo 2000 confirmam esse movimento: 53 dos 96 distritos do município de São Paulo estão perdendo moradores. Trata-se de distritos localizados na região estruturada da metrópole, no centro expandido e nos distritos adjacentes entre os rios Pinheiros e Tietê. Como parte do mesmo processo, nos 43 distritos periféricos restantes, ocorreu o oposto, um acréscimo significativo de moradores em regiões carentes de infra-estrutura e serviços públicos.

Entretanto, é importante diferenciar os processos que resultaram no abandono dos bairros centrais no passado, e a sua conseqüente redução populacional, do que está ocorrendo no presente nos outros espaços mencionados. Os bairros centrais sofreram processo de estagnação e de desinteresse pelo mercado imobiliário, ao contrário do que ocorre nos distritos do centro

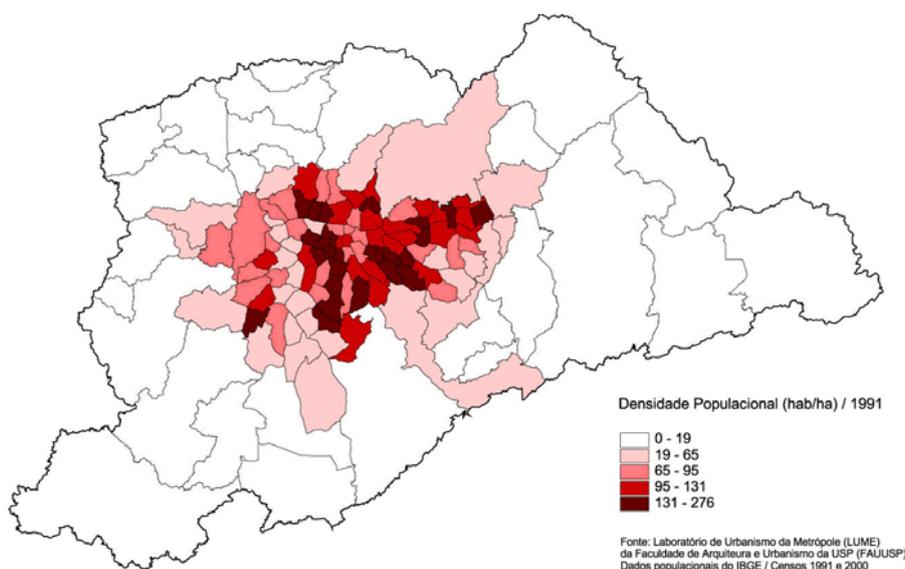
⁶ Na direção da Av. Paulista, Av. Faria Lima e nas últimas décadas para a marginal Pinheiros, Av. Berrini e Verbo Divino.

⁷ Os "bairros centrais" constituem o primeiro anel de bairros que envolvem o centro histórico (Mooca, Cambuci, Belém, Pari, Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, Liberdade). Ver GROSTEIN, Marta Dora, MEYER, Regina Maria Proserpi. "O Paradoxo dos Bairros Centrais". Revista URBS, São Paulo: Associação Viva o Centro, 18: 18-21, setembro/outubro, 2000.

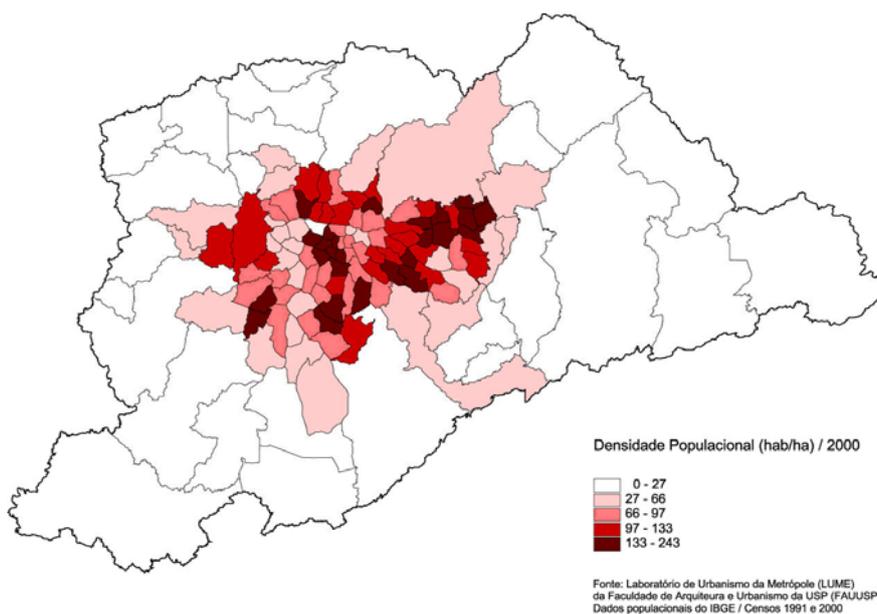
expandido e outros adjacentes, que estão em processo de transformação intensa de seus espaços, com substituição do estoque construído de casas unifamiliares por edifícios verticais (residenciais e de serviços), e conseqüente redução da densidade de ocupação⁸.

É o que se verifica em bairros situados nos distritos de Moema, Morumbi, Itaim Bibi, Campo Belo, entre outros. Em Moema, a densidade passou de 86 hab/ha para 79 hab/ha; no Morumbi, de 35 hab/ha para 30 hab/ha; no Itaim Bibi, passa de 109 hab/ha para 82 hab/ha; e no Campo Belo, de 89 hab/ha para 76 hab/ha. Assim, podemos concluir que em grande parte dos distritos consolidados do município de São Paulo, em processo de transformação, verificam-se simultaneamente a perda de população, a dinâmica imobiliária e a diminuição da densidade de ocupação. Isto ocorre em função da tipologia dos empreendimentos e da legislação em vigor.

Mapa 5 - Densidade populacional (hab/ha) 1991



Mapa 6 - Densidade populacional (hab/ha) 2000



⁸ Ver Mapa 5 e Mapa 6.

Em contraponto, e como parte do mesmo processo, as periferias metropolitanas estão ganhando população, pela difusão do padrão periférico de urbanização, e pela dispersão dos processos de verticalização residencial para população de renda média e média baixa. Entre os distritos periféricos do município de São Paulo que mantiveram índices elevados de crescimento demográfico na última década, podemos citar, entre outros, Ananguera (13,38% aa), Cidade Tiradentes (7,89% aa) e Iguatemi (6,08% aa).

Na área de proteção aos mananciais ao sul, nas bacias Billings e Guarapiranga, o crescimento populacional se mantém em relação a décadas anteriores, mas com algumas peculiaridades: os distritos de ocupação mais antiga tiveram índices de crescimento mais baixos em relação aos verificados nos extremos do município, como Cidade Ademar (0,59% aa), Cidade Dutra (1,40 % aa), e Jardim São Luis (1,77% aa).

Já nas áreas de ocupação mais recente, os índices de crescimento foram expressivos, como no Grajaú (6,22% aa), Parelheiros (7,07% aa), Pedreira (4,47% aa), Jardim Ângela (3,63% aa), Marsilac (3,83% aa) e Capão Redondo (2,46% aa). O crescimento da população variou em números absolutos em 209,7% no distrito Ananguera, 98,02% em Cidade Tiradentes, 84,98% em Parelheiros, 70,14% em Iguatemi e 72,09% em Grajaú, entre outros. Os distritos que mais ganharam população foram Grajaú, que teve sua população aumentada em 140 mil habitantes, Cidade Tiradentes, em mais 94 mil, Jardim Ângela, mais 67 mil e Jaraguá mais 53 mil habitantes.

A face visível desta dinâmica de distribuição da população na cidade e na metrópole está relacionada à precariedade e ao estado de abandono que pode ser verificado tanto no centro histórico e nos bairros centrais, quanto nas periferias metropolitanas. Esta irracionalidade descrita está produzindo uma ocupação urbana devastadora, cujos principais traços são o desperdício de significativas parcelas de solo urbano plenamente equipado de infra-estrutura básica e, por outro lado, uma avassaladora destruição de recursos naturais.

É nesse contexto, e dentro das estratégias de sobrevivência da população de baixa renda, que é possível explicar o padrão metropolitano de expansão e a sua vertente mais conflituosa, a expansão urbana ilegal sobre as áreas ambientalmente frágeis e protegidas, exatamente aquelas da qual dependemos para a produção de água necessária para a sobrevivência das populações metropolitanas - áreas onde a vegetação, a instalação de infra-estrutura adequada, a reserva florestal, a preservação das várzeas e das matas ciliares tem papel determinante.

Pesquisa recente realizada no município de São Paulo informa a existência de 1.160.590 pessoas vivendo nas 2.018 favelas existentes. Indica também que, na década de 1990, a população favelada cresceu a taxas superiores às da população do município 2,97% contra 0,88% ao ano, respectivamente. E que a esse crescimento correspondeu tanto um aumento de 24% na área total das favelas (de 24,7km² para 30,6 km²), quanto um aumento na densidade média de ocupação, que subiu de 360 para 380 hab./ha.

É muito importante sublinhar que a pesquisa mencionada verificou, para a década de 1990, um importante processo de favelização no município de São Paulo – embora a taxas menores que a dos “setores subnormais” do IBGE (3,7% ao ano) –, onde surgiram 464 novas concentrações de barracos sob viadutos e pontes, nos morros, em áreas de proteção aos mananciais e terrenos baldios, públicos e privados, geralmente nos distritos periféricos.

São os distritos extremos da cidade que registraram a maior extensão de área ocupada por favelas. Foram eles: Grajaú (3.460 km²), Jardim Ângela (2.258 km²), Capão Redondo (1.788 km²), Jardim São Luis (1.342 km²), Cidade Ademar (1.141 km²), e Brasilândia (1.093 km²), Sacomã (1.032 km²), Lajeado (1.026 km²), Sapopemba (1.025 km²) e Vila Jacuí (1.002 km²). Tal fenômeno criou um cinturão de pobreza extrema que funciona como uma fronteira urbana de precariedade que precisa ser equacionada pelo poder público.

Ao mesmo tempo se acentua o processo de dispersão de favelas nos municípios metropolitanos. O seu crescimento expressivo na última década confirma a dimensão e o

agravamento do problema habitacional, além de retratar com precisão a “periferização” do crescimento na RMSP.

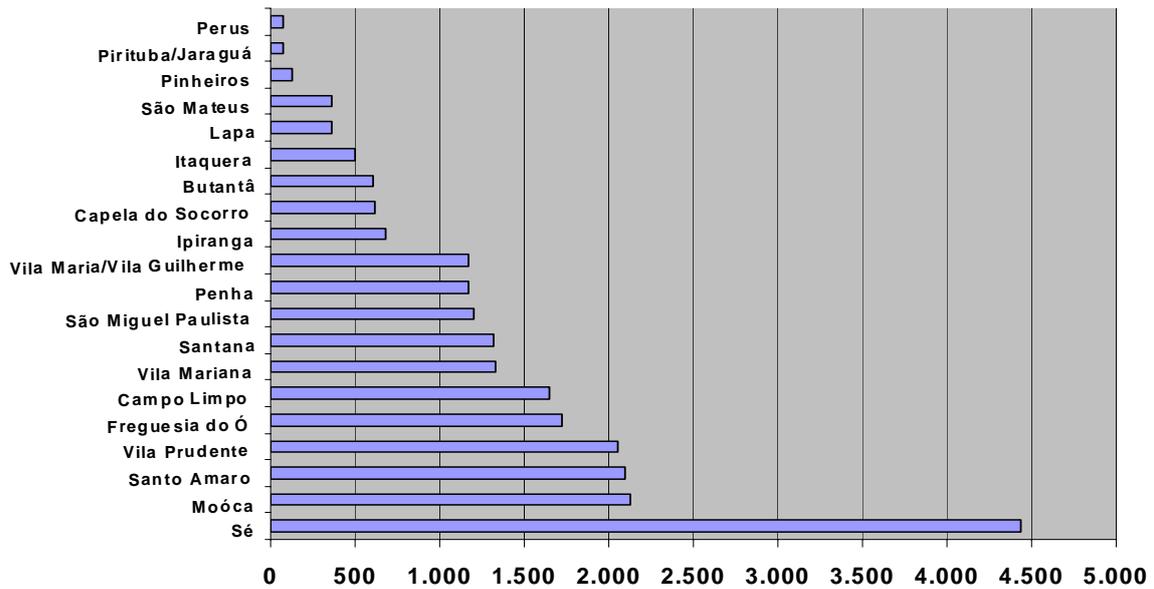
O diagnóstico que subsidiou a proposta do Plano Diretor de 1991 chama a atenção para o fato que, ao contrário das favelas que foram quantificadas periodicamente em censos decenais, a situação dos imóveis encortiçados é de difícil mensuração, na medida em que se oculta por trás de outras categorias utilizadas no recenseamento geral. Segundo o censo de 1980, um indicador do agravamento do problema é o fato que houve um aumento de 69% do número de domicílios de aluguel entre 1970-1980, sendo que, no mesmo período, os imóveis de um só cômodo representaram um incremento de 156%, fator indicativo do incremento dos imóveis encortiçados.

Pesquisa por amostragem realizada em 1997⁹ possibilitou conhecer a magnitude do problema do cortiço na capital: 595.110 pessoas, quase 6% da população paulistana, vivendo em 23.688 imóveis encortiçados, distribuídos conforme indicação no Quadro 1 e Gráfico correspondente a seguir apresentados.

Quadro 1	
Cortiços	FIPE
Administração Regional	Nº cortiços
Sé	4.441
Moóca	2.132
Santo Amaro	2.096
Vila Prudente	2.048
Freguesia do Ó	1.720
Campo Limpo	1.653
Vila Mariana	1.327
Santana	1.323
São Miguel Paulista	1.203
Penha	1.171
V.Maria/V. Guilherme	1.167
Ipiranga	681
Capela do Socorro	622
Butantã	606
Itaquera	497
Lapa	364
São Mateus	361
Pinheiros	127
Pirituba/Jaraguá	78
Perus	73

⁹ Fundação Instituto de Pesquisa Econômica FIPE, 1994 e 1997

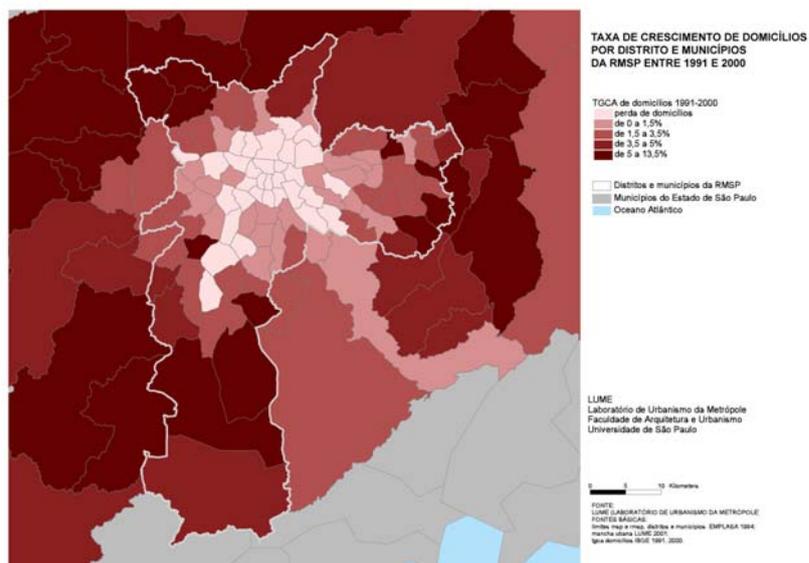
Incidência de Cortiços por Administração Regional - FIPE 1994/87



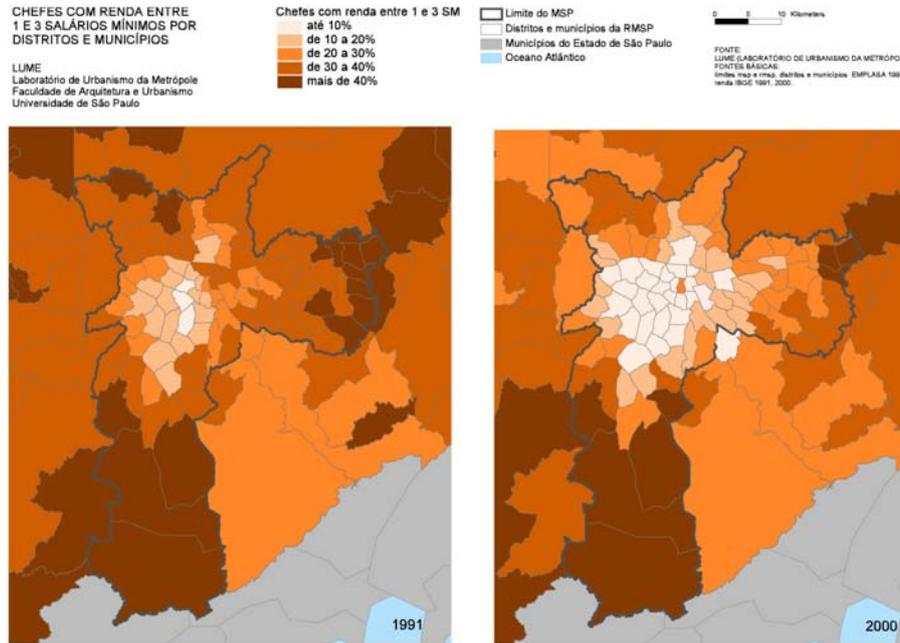
Cartografia crítica do município

Mapa 7 - Taxa de crescimento de domicílios por distritos e municípios da RMSP entre 1991 e 2000.

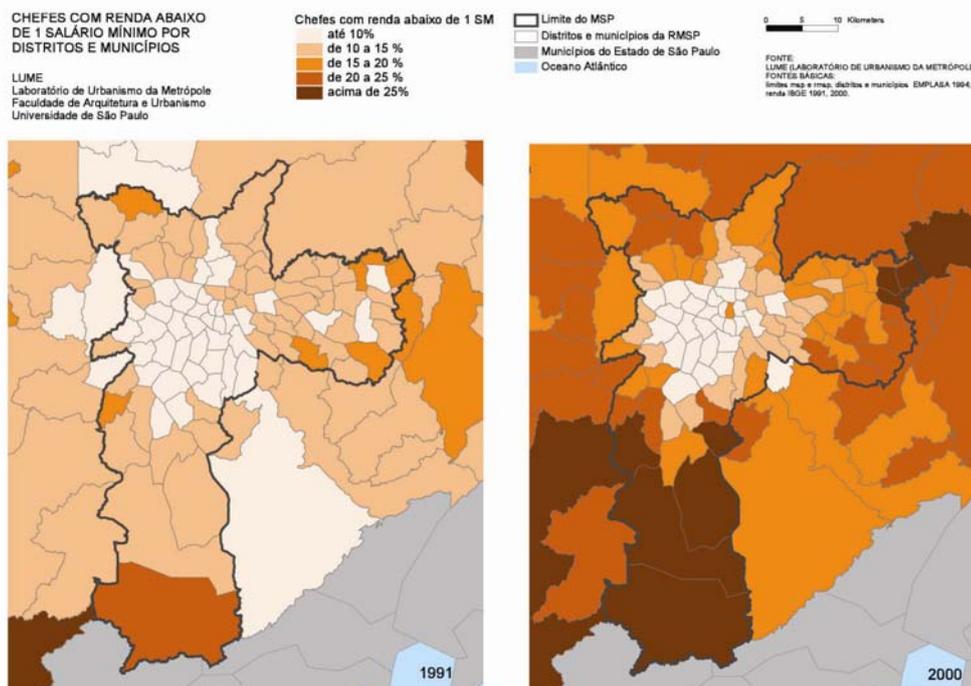
Nos distritos mais centrais do município houve perda ou crescimento muito baixo do número de domicílios, enquanto os distritos mais periféricos apresentaram as maiores taxas geométricas de crescimento de número de domicílios, como Parelheiros, Grajaú e Vila Andrade (Zona Sul), Anhanguera, Perus e Jaraguá (Zona Norte), Vila Jacuí, Lajeado, Cidade Tiradentes e Iguatemi (Zona Leste).



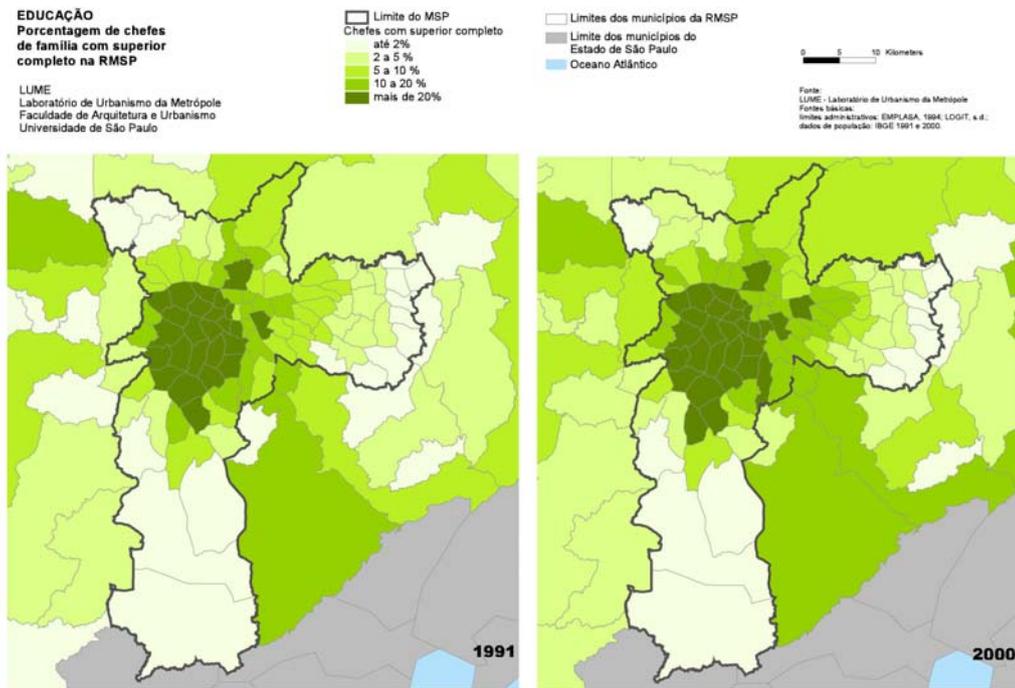
Mapa 8 - Chefes com renda entre 1 e 3 salários mínimos por distrito e municípios (1991-2000)
 Os distritos mais centrais do município de São Paulo tiveram redução da proporção de chefes de família com renda entre 1 e 3 salários mínimos, o que pode indicar um enobrecimento dessas áreas, em especial os distritos do chamado “vetor sudoeste” do MSP.



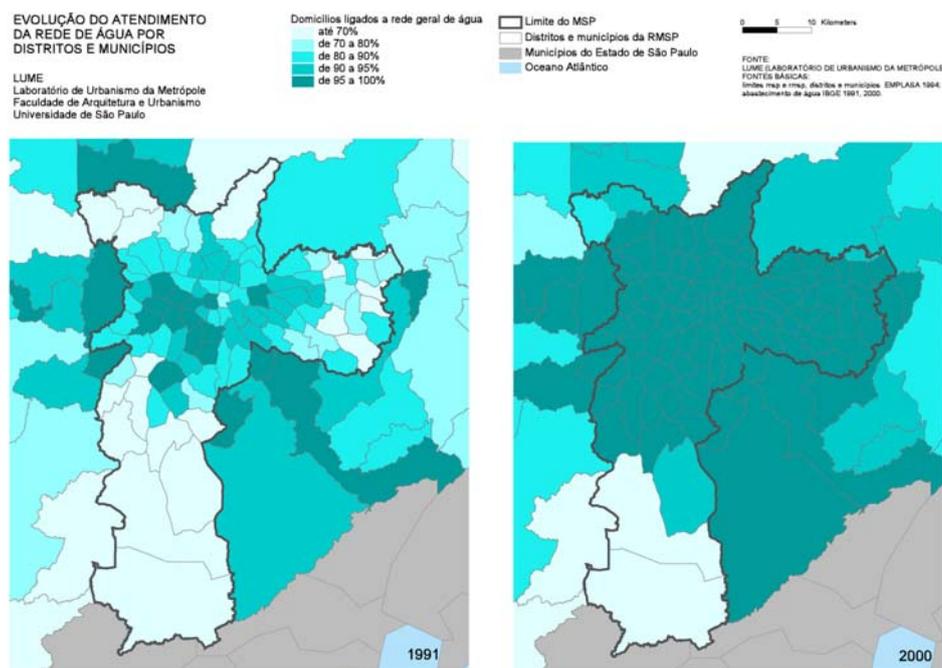
Mapa 9 - Chefes com renda abaixo de 1 salário mínimo por distritos e municípios (1991-2000)
 O mapa revela o crescimento relativo de chefes de família com renda baixíssima em quase a totalidade dos distritos do MSP e dos outros municípios da RMSP, o que indicaria um empobrecimento geral da RMSP.



Mapa 10 - Porcentagem de chefes de família com superior completo na RMSP (19891-2000)
 As porcentagens de grau superior no montante de chefes de família variaram pouco na década de 1990, com contínua concentração no vetor sudoeste no MSP.

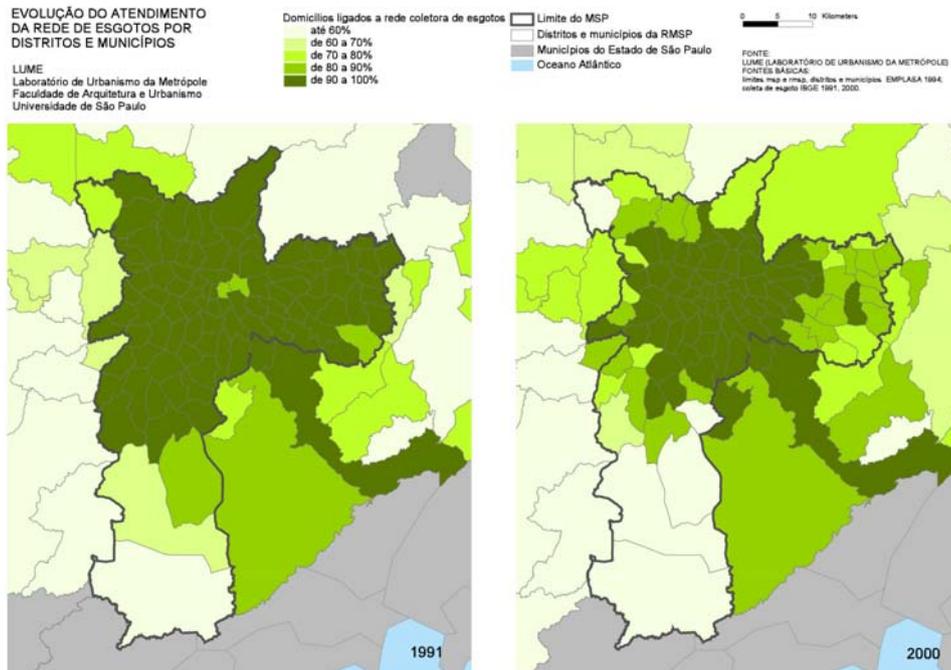


Mapa 11 - Evolução do atendimento da rede de água por distritos e municípios (1991-2000)
 A cartografia mostra como atendimento da rede de água atingiu quase que plenamente a área urbanizada do MSP e dos municípios vizinhos.



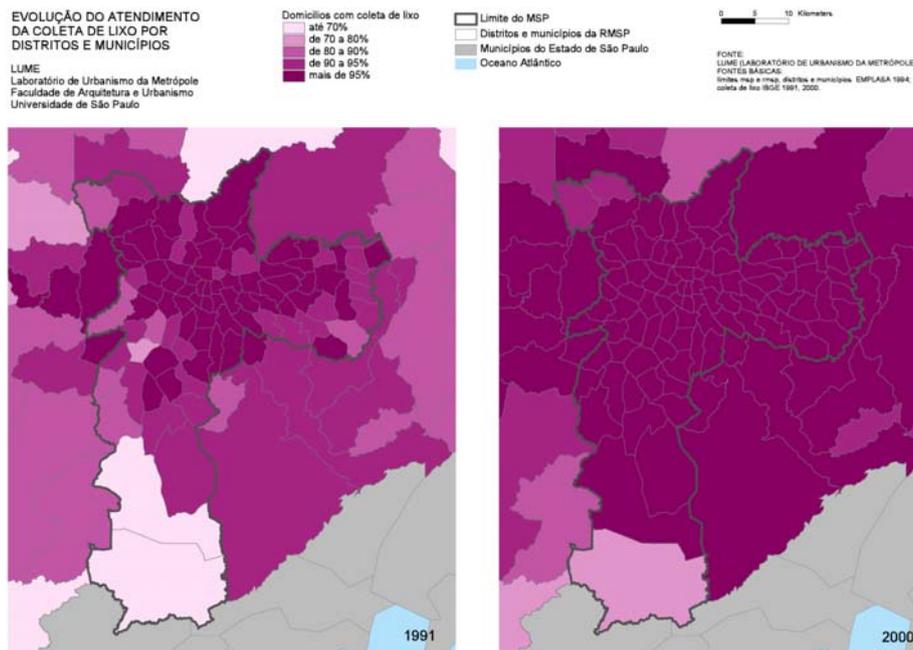
Mapa 12 - Evolução do atendimento da rede de esgoto por distritos e municípios (1991-2000)

Nas áreas mais centrais do MSP a porcentagem de domicílios atendidos pela rede de esgoto não apresentou variação, mas nas áreas mais periféricas houve diminuição da proporção de domicílios integrados à rede. Tal fato indica que os novos domicílios criados nesses distritos (em especial Jardim Ângela, Vila Andrade, Capão Redondo, Jaguaré, São Domingos, Vila Guilherme, Jardim Helena, Iguatemi e São Rafael) não foram ligados à rede coletora existente.



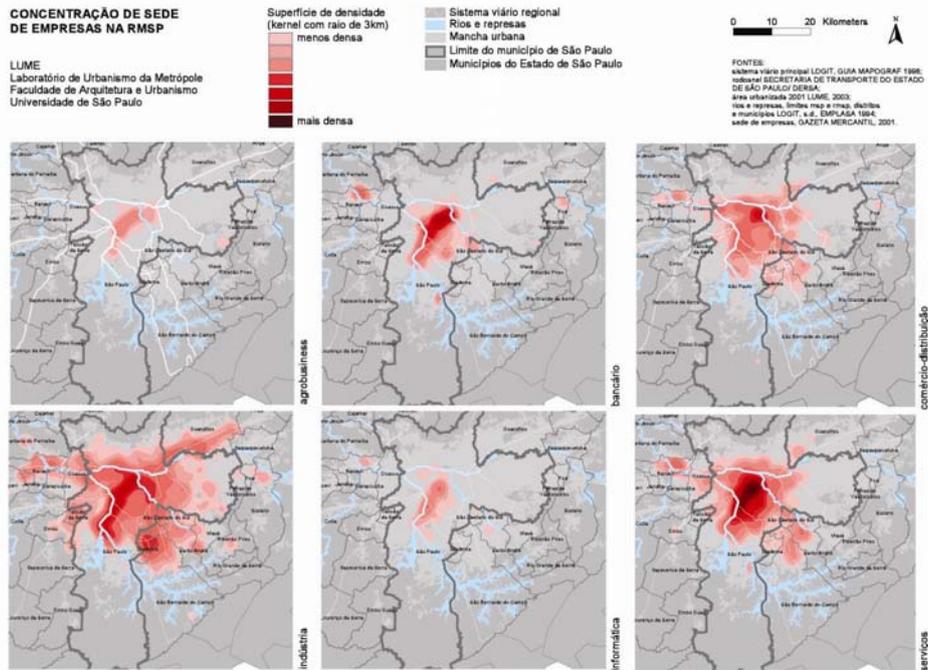
Mapa 13 - Evolução do atendimento da coleta de lixo por distritos e municípios (1991-2000)

Os mapas indicam uma universalização significativa da presença da coleta de lixo no MSP, com índices maiores que 95% em quase toda a área urbanizada da cidade.



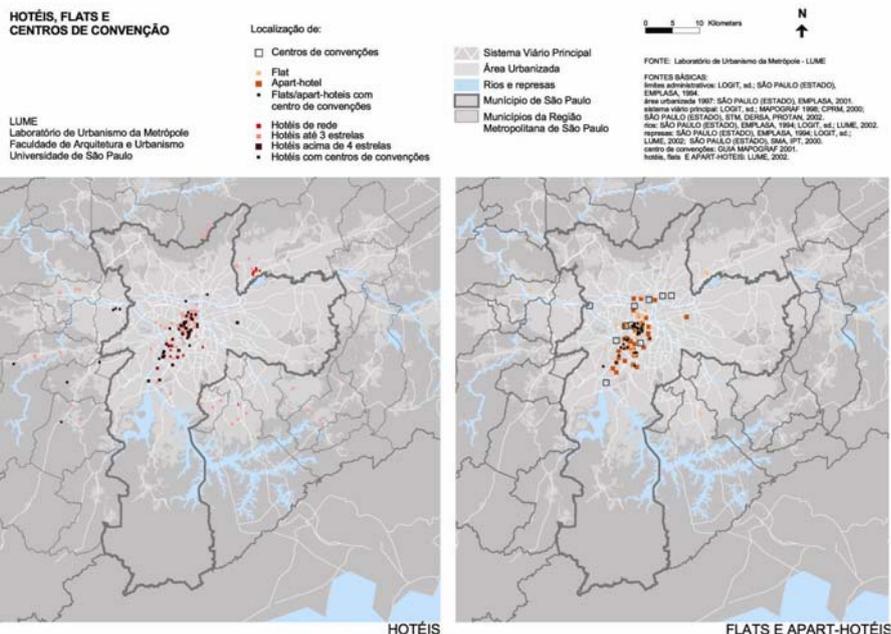
Mapa 14 - Concentração de sede de empresas na RMSP (2001)

As empresas de agrobusiness, informática e o setor bancário apresentam tendência a concentrar suas sedes na porção sudoeste do município de São Paulo, enquanto as empresas dos ramos de comércio-distribuição, serviços e indústria ocupam o território de forma mais espalhada, mantendo uma concentração no centro expandido e na zona sul do município de São Paulo, assim como nos municípios do ABCD, Osasco, Barueri e Guarulhos.



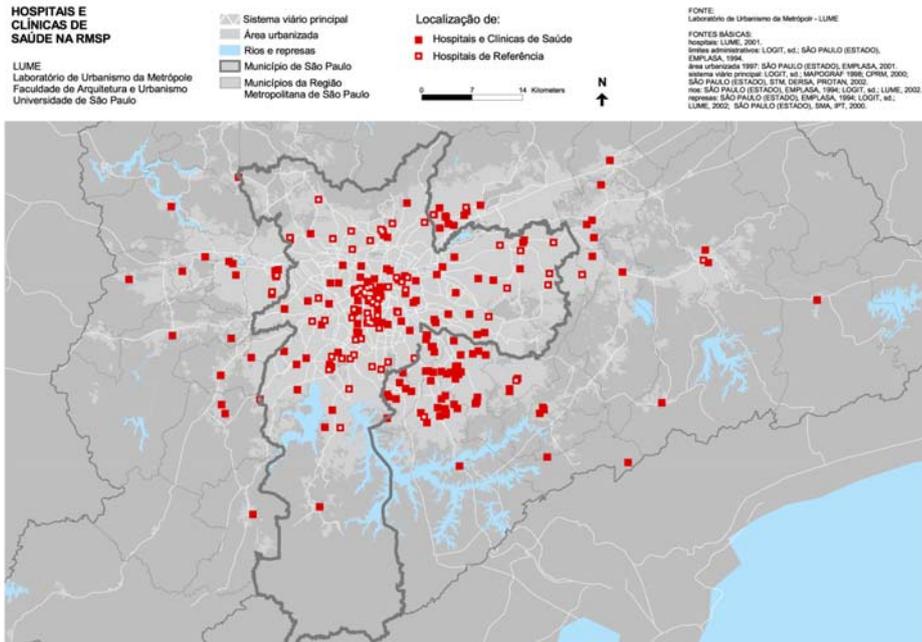
Mapa 15 - Hotéis, Flats e Centros de Convenção (2001)

É nítida no município de São Paulo uma forte concentração de equipamentos de hospedagem no eixo iniciado na área central (Subprefeitura Sé) e que se estende ao longo dos distritos Jardim Paulista, Pinheiros, Moema, Vila Mariana, Itaim Bibi e Santo Amaro. Vale destacar, como região fora desse eixo, o centro de Guarulhos e áreas próximas ao Aeroporto Internacional André Franco Montoro (Cumbica).



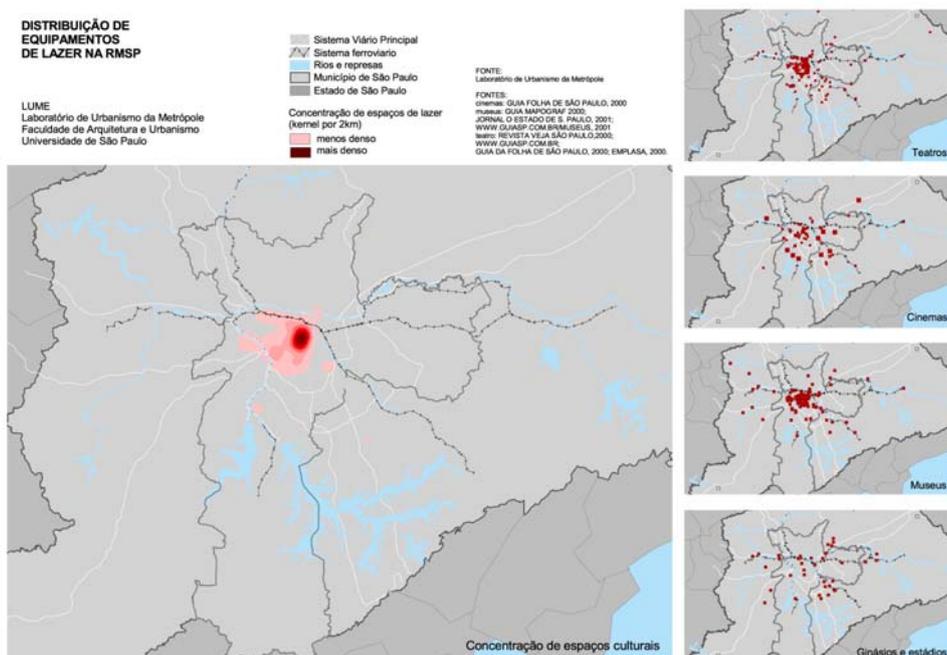
Mapa 16 - Hospitais e clínicas na RMSP (2001)

O mapa indica que existem diversas áreas de urbanização consolidada com pouca oferta de equipamentos de saúde no município de São Paulo, como as Subprefeituras da Lapa, Vila Maria / Vila Guilherme, Ipiranga, Penha, Campo Limpo e Cidade Ademar.



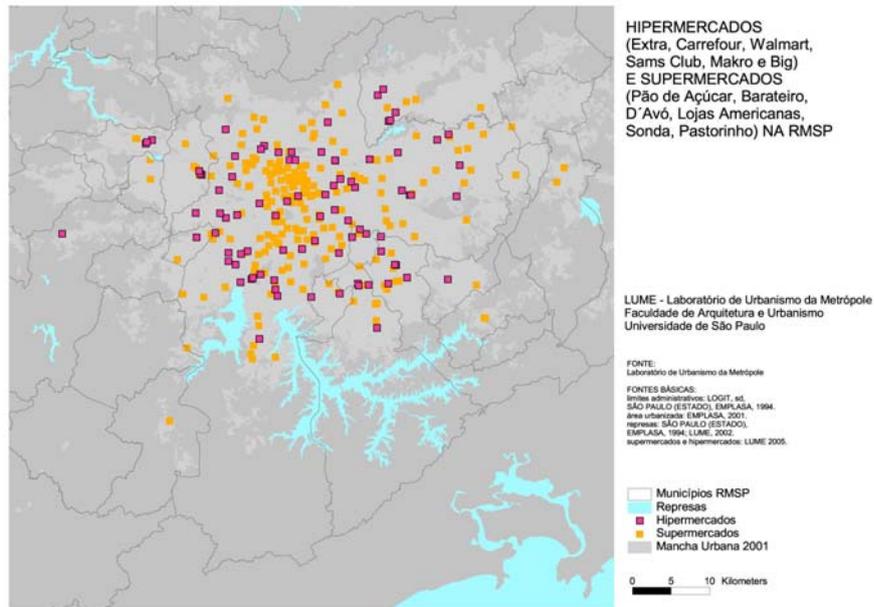
Mapa 17 - Distribuição de equipamentos de lazer na RMSP (2001)

A presença de museus e teatros na RMSP concentra-se no centro expandido do município de São Paulo, excetuando-se sua porção a leste do Rio Tamanduateí. Já a presença de cinemas, mesmo que concentrada no chamado “vetor sudoeste”, encontra-se espalhada nas áreas mais periféricas devido aos complexos Multiplex de cinemas dos shopping centers que se disseminaram no território paulistano nos anos 90. Os espaços esportivos da RMSP (ginásios e estádios) não apresentam padrões de concentração.



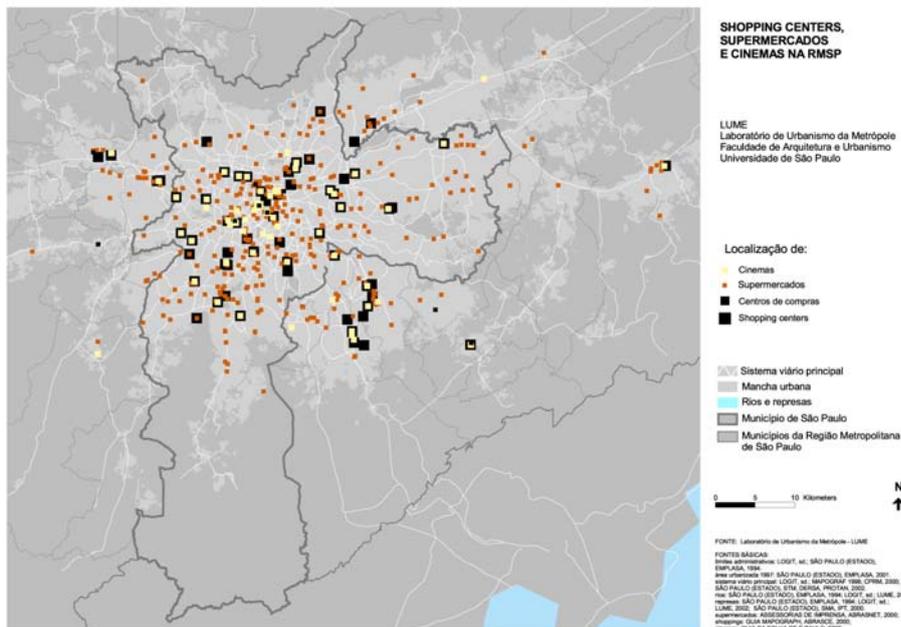
Mapa 18 - Supermercados e Hipermercados na RMSP (2004)

Os supermercados espalham-se praticamente por toda a área urbanizada da RMSP, com algumas regiões menos atendidas nas porções mais distantes das zonas leste, norte e sul do MSP. Já os hipermercados tendem a se localizar fora do centro expandido do município, devido à oferta de grandes glebas (em especial antigas instalações industriais) junto a amplas acessibilidades viárias (novas avenidas de fundo de vale, em sua maioria).



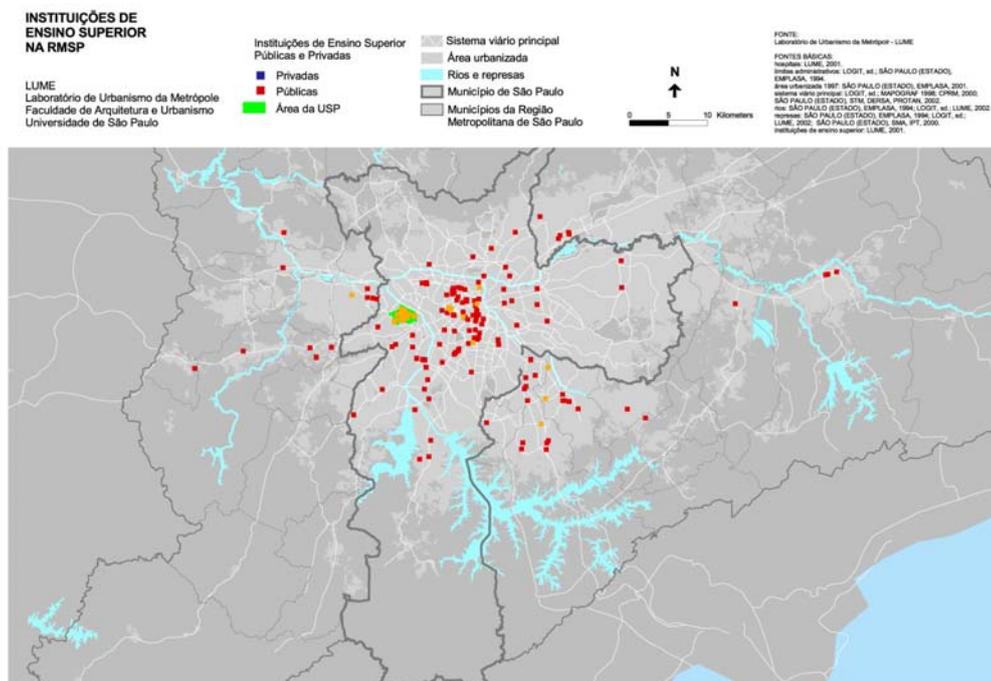
Mapa 19 - Shopping Centers e Cinemas na RMSP (2004)

O mapa indica que os cinemas existentes nas áreas mais periféricas do município de São Paulo estão inseridos nos shopping centers aí instalados, e que os cinemas de rua concentram-se no Centro, região da avenida Paulista e Rua Augusta, além dos bairros de Pinheiros, Vila Mariana e Itaim Bibi.



Mapa 20 - Instituições de Ensino Superior na RMSP (2001)

O município de São Paulo concentra as Instituições de Ensino Superior na RMSP, tanto públicas quanto privadas, e possui em seu território pólos universitários como a área central, a região da avenida Paulista, o eixo da linha Azul do Metrô da estação Liberdade à Santa Cruz, além da Cidade Universitária da USP.



As Parcerias Público-Privada

Demandas de toda natureza, decorrentes do crescimento explosivo e desordenado da cidade de São Paulo, além da dramática limitação orçamentária existente, impõem uma mudança do papel do Estado. Nesse sentido, a utilização das Parcerias Público Privada pode viabilizar novos investimentos, diminuindo a necessidade de participação do Poder Público em ações indispensáveis para garantir o desenvolvimento urbano, e liberá-lo para outras, nas quais sua presença é intransferível.. Este instrumento é um mecanismo que visa estimular a participação do setor privado em projetos de infra-estrutura, e consiste na contratação de investimento ou serviço de interesse público em que o setor privado participa com capital, como empreendedor, e o setor público como concedente e remunerador parcial do serviço. Essa cooperação visa construir, renovar ou explorar uma infra-estrutura ou fornecimento de um serviço. Com as PPP, além da redução de custos, a Prefeitura pode obter receitas de novas fontes, que não seriam possíveis no método tradicional de oferta de serviços. Exemplo disso é a apropriação da valorização imobiliária de áreas beneficiadas com investimentos de interesse público.

As PPP podem ser usadas nos mais variados serviços como manutenção de vias públicas (as marginais, com a implantação do pedágio, por exemplo), no serviço de transporte, na comercialização de espaços para estacionamentos públicos/privados e outros.

São características das PPP: i) a duração da relação entre os parceiros; ii) o modo de financiamento do projeto; iii) o papel dos parceiros na definição, concepção, realização, aplicação e financiamento; e iv) na distribuição de riscos.

Além de ser um instrumento mais flexível que o mecanismo de concessão tradicionalmente usado no País, as PPP viabilizam a construção de uma infra-estrutura mais barata, eficiente e em menor prazo, permitindo a eliminação de gargalos e atraindo novos investimentos. Nessas parcerias, o setor privado entra com o capital e recebe, em contrapartida, o direito de exploração do serviço. Com isso, os serviços são prestados com garantia de qualidade e sem risco de interrupção, e o orçamento público pode ser alavancado em benefício da sociedade local. Ao governo cabe o papel do controle do investimento, a fiscalização da qualidade do serviço prestado e a complementação periódica de recursos, quando necessário.

A economia de São Paulo - indústrias

São Paulo é a quarta metrópole do mundo em termos populacionais, ficando logo abaixo de Tóquio, Cidade do México e Nova York. Com uma população de 10,8 milhões de habitantes, que representa 28% do total do Estado de São Paulo, a cidade é sozinha responsável por 35% do PIB estadual, equivalente a 8% do PIB nacional, gerando um PIB *per capita* de US\$ 3.592 em 2003, enquanto o PIB *per capita* nacional foi de US\$ 2.789.

A cidade tem uma área de 1.509 km², quase toda urbanizada. Possui 3.039.104 domicílios, com uma média de 3,43 moradores por domicílio. Deste total, 98,7% dispõem de rede de água, 87,2% de rede de esgoto e 99,2% tem lixo coletado. Possui também 2.018 favelas, nas quais residem 1.160.590 pessoas, que representam 11,1% do total da população da cidade (esse índice cresce a 3% ao ano). O IDHM é 0,841, o que a coloca em 63º lugar no ranking mundial.

Sua economia está concentrada na área de serviços e comércio, que representam juntos quase 70% da riqueza gerada na cidade, e 52% do valor adicionado dos serviços no Estado. A indústria tem uma participação de 26,4%, representando 28% do valor adicionado do total estadual. O restante da economia está distribuído entre a construção civil e outras atividades.

Os dados de composição do PIB apontam para uma certa desindustrialização, e sugerem que o setor de serviços será o de maior peso na sua economia, impactando positivamente o seu comércio.

Apesar de a participação da indústria ter perdido espaço na cidade, a Região Metropolitana ainda é responsável por boa parte da produção industrial do Estado, sediando dois terços de sua indústria química, (com destaque para a farmacêutica); 72% da fabricação de equipamentos de informática (Barueri); 70% da produção de material elétrico; e 64% da produção automobilística (ABC, que responde sozinho por mais de 50% da produção do setor no Estado).

São Paulo concentra ainda 60% da indústria de confecções e vestuário do Estado, o que mostra o quanto a moda é uma atividade importante na economia do município, principalmente no que se refere a emprego. E 90% da indústria de edição, impressão e reprodução de gravações, além de abrigar a sede de alguns dos maiores jornais e editoras do país.

Apesar da redução do número de unidades fabris no município, esse setor ainda concentra muitas de suas sedes, sendo, portanto, centro de decisões empresariais, além de ter se tornado o centro financeiro do País. Estão em São Paulo, 50% das 350 maiores empresas privadas do país e quase 20% das maiores estatais.

Entretanto, se é verdade que a indústria tem procurado sair de São Paulo, não é menos verdade que a sua localização de destino tem sido, em grande parte, no seu entorno, com destaque para as regiões metropolitanas de Campinas e São José dos Campos, que gravitam na órbita da Capital, usufruindo o seu dinamismo, infra-estrutura e liderança.

Os PIBs regionais só começaram a ser medidos à partir de 1999, sendo portanto de difícil avaliação a dimensão dos diversos setores da economia antes desse momento. Mas o

fortalecimento da indústria nos arredores da cidade, e a consolidação do peso dos serviços na Capital, indicam a vocação do município e o forte vínculo com as regiões metropolitanas.

Não é por outro motivo que em São Paulo estão sediadas as principais confederações de classes empresariais, comerciais e financeiras, como a Fiesp, Ciesp, Febraban e cerca de 40 câmaras de negócios, como a Amcham-SP (Câmara Americana de Comércio de São Paulo), a segunda maior câmara americana de comércio do mundo, além da Bolsa de Valores de São Paulo, a maior da América Latina, e da BM&F – Bolsa Mercantil e de Futuros, única no Brasil.

Se somarmos o aspecto cultural da cidade, temos os ingredientes que já fazem de São Paulo um ponto de encontro para empresários de todo o mundo. O número de congressos e o aumento do turismo, já indicam esta realidade. A cidade é sede do maior número de eventos por ano no Brasil (70 mil), com um público estimado de 15 milhões de pessoas, boa parte de residentes de fora do município. Estes eventos vão de pequenas reuniões a grandes exposições, congressos, seminários temáticos, feiras nacionais e internacionais, carnaval, Fórmula I, Mostra Internacional de Cinema, festivais, Semana Internacional de Moda, entre outros. A cidade possui mais de 240.000m² de espaço útil para feiras, como o Parque do Anhembi, Expo Center Norte, Centro de Convenções Rebouças e outros.

Na tabela abaixo o número de estabelecimentos dos vários setores e empregos gerados.

Tabela 4							
Estabelecimentos e empregos nos vários setores							
Município de São Paulo							
Indústria		Comércio		Serviços		Construção Civil	
Estab	Empregos	Estab	Empregos	Estab	Empregos	Estab	Empregos
77.342	467.988	252.164	520.808	304.872	1.234.460	21.907	140.427

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA

Os serviços: empresas e empregos

Este tem sido o setor econômico mais dinâmico da cidade de São Paulo, representando parcela importante da formação de sua riqueza. Aqui se encontra a força que dá importância ao município. Foi a partir da expansão e diversificação do setor terciário que a cidade assumiu a posição da principal metrópole brasileira, e aspira agora a se transformar em uma metrópole internacional.

Diferentemente de outras regiões, boa parte dos investimentos gerados é direcionada para desenvolvimento de conhecimento, com agregação de novos produtos e serviços, exigindo, portanto, em boa parte dos seus postos de emprego, mão de obra altamente qualificada. O impacto dessas transformações aumentou o grau da centralização das decisões empresariais na cidade.

Com a ampliação do processo de terceirização, a partir de meados da década de 90, começaram a ser montados médios e pequenos negócios na órbita do universo das grandes empresas, interligando-se na dinâmica do crescimento da cidade. Para atender a este núcleo dinâmico da economia, vai se ampliando o número de estabelecimentos e proliferando novos tipos de serviços, com a implantação de atividades como: redes de assistência técnica aos produtos de alta tecnologia, telemática; pesquisa e desenvolvimento (P&D); consultoria de negócios; consultorias de gestão empresarial e financeira; educação à distancia; cursos diversos; *call centers*; *motoboys*; e outros, além de qualificação de pessoal para atendimento em hotéis, flats, e demais serviços necessários ao andamento da cidade.

Números da Secretaria Municipal do Planejamento indicam que 74% dos empregos gerados no município são referentes a este setor, incluindo o comércio. Em 2001, existiam 659.840

estabelecimentos na cidade. Deste total, 499.228 (76%) estavam na área de serviços (ver Tabela 5).

Tabela 5	
Número de empresas - 2001	
Sub-setor	Nº de empresas
Utilidade Pública	1.323
Comércio	252.164
Ensino	11.999
Médico, Odontológico, Veterinário	34.437
Administração	89.074
Instituições Financeiras	11.529
Transportes e Comunicação	25.056
Alojamento, alimentação, manutenção	71.460
Administração Pública	2.186
Total	499.228

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA

Se tirarmos da amostra a Administração Pública, constatamos que a grande maioria das empresas é de médio e pequeno porte. Apenas 1.387 delas têm mais de 500 funcionários, o que significa apenas 0,3% dos estabelecimentos da amostra já ajustada. As empresas que possuem entre 100 e 499 funcionários somam 4.348 (0,9%). Empresas com 10 a 99 funcionários somam 66.995, representando 13% da amostra ajustada. A grande concentração se encontra nos estabelecimentos que têm de 1 a 9 funcionários, com 369.559 unidades, que correspondem a 74% do total ajustado. Existem ainda 56.939 empresas, 11% da amostra ajustada, que não possuem nenhum funcionário, ou seja, são administradas pelo proprietário.

Em 2001, último ano pesquisado, estas empresas geravam quase 2,6 milhões de empregos, conforme tabela abaixo.

Tabela 6	
Número de empregos - 2001	
Sub-setor	Nº de empresas
Utilidade Pública	28.715
Comércio	520.808
Ensino	118.014
Médico, Odontológico, Veterinário	116.167
Administração	405.802
Instituições Financeiras	139.065
Transportes e Comunicação	192.047
Alojamento, alimentação, manutenção	258.270
Administração Pública	811.601
Total	2.590.489

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA

Se, a exemplo do que fizemos acima com o número de empresas, fizermos a mesma abertura das empresas de setor de serviço por geração de empregos, retirando da amostra as empresas da Administração Pública, constatamos que o equilíbrio é bem maior. Do total, 406.285 (23%) dos trabalhadores estão em empresas com mais de 500 funcionários. As que empregam entre 10 a 99 funcionários geram 36,5% do total dos empregos (648.835); as empresas que possuem entre 1 a 9 funcionários empregam 397.327 pessoas (22%). E os estabelecimentos com 100 a 499 funcionários representam 18,5% do total.

Dentro do setor de serviços estão incluídas as instituições financeiras. Atualmente, a maioria das sedes dos bancos nacionais está no município de São Paulo, transformando-o em centro importante de decisões, pela concentração de capitais.

Segundo análise da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), 52% de todo valor adicionado dos serviços no Estado, se encontra na capital. Os serviços e comércio concentram-se no centro (20,6%). As regiões Leste e Sudoeste estão em segundo lugar com 13% cada uma. Na região Sudoeste a concentração maior é de comércio e serviços do tipo vertical, enquanto na Leste predomina o comércio e serviços horizontais. Se somarmos as regiões Centro e Sudoeste chegamos a 64% do total do município no uso para comércio e serviços, o que transforma estas regiões em grandes pólos geradores de emprego no setor terciário.

Considerações finais

A economia paulistana tem um vínculo profundo com a política econômica implementada pelo Governo Federal. O crescimento e a melhoria das condições do município dependem, em grande parte, de decisões tomadas no âmbito federal, às quais o município não tem acesso.

Apesar de ser potencialmente um pólo de desenvolvimento para o País, a cidade não pode exercer este papel à revelia da política macroeconômica, quer concorde ou não com ela.

São Paulo não tem conseguido exercer plenamente seu potencial, em função das opções de política econômica federais. Estas, resultando em baixas taxas de crescimento, concomitantes com pesada carga tributária, têm gerado conseqüências dramáticas para a cidade de São Paulo. Com sua economia sustentada pelo setor terciário, a cidade assiste o crescimento da informalização no mercado de trabalho, o que dificulta ainda mais o crescimento da renda real do paulistano.

O impacto da política federal também tem sido dramático do ponto de vista da infraestrutura da cidade de São Paulo. A consolidação e permanência de São Paulo como Cidade Mundial depende da existência de uma infra-estrutura de comunicação, transportes e telecomunicações de padrão internacional. Estradas, portos e aeroportos modernos, qualidade do ambiente urbano, são fatores de competitividade, condições *essenciais* para São Paulo poder desempenhar o papel de grande centro de negócios internacionais, de forma a integrar o Brasil ao capitalismo internacional.

A disponibilidade de energia, saneamento, transporte e comunicação dependem de investimentos vultuosos, com os quais o governo municipal não tem condições de arcar sozinho. É preciso estabelecer parcerias com o Estado, o Governo Federal e o setor privado. Mas, para isso, é preciso que o governo federal tenha a necessária consciência da importância de São Paulo para um projeto de desenvolvimento de longo prazo para o País. E para que a iniciativa privada participe desse processo, é decisiva a existência de uma regulação forte e confiável, atribuição precípua do poder central.

Fica clara, portanto, a interdependência dos avanços da cidade com os avanços do país. Do crescimento de um, depende a evolução e consolidação do outro. Nesse sentido, preocupam os fatos apontados acima e que desviam os novos investimentos para outras regiões do mundo, principalmente, para a região Asiática, em particular para a China e mais recentemente para a Índia.

C a p í t u l o 1

Planejamento

Gestão

Saúde

Educação

Habitação

Assistência Social

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

O Sistema de Planejamento e a Articulação de Políticas

1. Considerações Iniciais

O objetivo último da gestão de um município é prover seus cidadãos dos instrumentos que garantam sua qualidade de vida, ou seja, promovam seu bem-estar. Do ponto de vista operacional, cada segmento do governo tem sua visão específica e suas obrigações precípua com os objetivos afeitos à sua instituição – pontuais, focadas. À Secretaria de Saúde cabem as ações de saúde, à de Meio Ambiente as questões ambientais, à de Transporte a circulação da população e assim por diante.

As questões reais, entretanto, não se submetem a organogramas meramente organizacionais, cuja finalidade é exclusivamente gerencial. Exigem para sua solução o esforço conjunto de vários integrantes desta estrutura: a saúde é afetada por problemas relacionados ao saneamento básico e ao meio ambiente, o transporte depende de obras, e assim por diante.

Há, então, que estabelecer uma coordenação das ações dos diversos agentes, de forma a integrá-las, criando uma concertação harmônica dirigida a um fim comum: o bem-estar da população.

Dentro dessa perspectiva, constituiu-se um Sistema de Planejamento para o Município, encabeçado pela Secretaria de Planejamento. De um órgão voltado basicamente para o planejamento urbano, a Secretaria se transformou numa entidade capacitada a fazer frente às prementes necessidades da cidade, incluindo entre suas prerrogativas a tarefa fundamental de elaborar e executar o orçamento da cidade. Foi uma decisão sábia e apropriada, pois não se pode falar seriamente em planejar o desenvolvimento de uma cidade sem levar em consideração as condições financeiras em que isso será feito. Hoje, a Secretaria possui em mãos os instrumentos necessários para coordenar as ações oficiais em direção à consecução de seus objetivos.

Sem que haja qualquer tipo de hierarquia quanto à sua importância, as ações do governo podem ser classificadas em duas categorias:

- Ações de visibilidade direta, como geração de renda, transporte, lazer: são aquelas percebidas diretamente pelas pessoas pelo efeito que têm sobre seu bem-estar.
- Ações de visibilidade indireta, como infraestrutura, segurança, saúde, educação, meio ambiente: são aquelas que apenas apresentam visibilidade no momento em que, sendo necessárias, são percebidas pela sociedade como insuficientes ou insatisfatórias.

Ou seja: o atendimento das últimas são condições necessárias à geração do bem-estar da população, enquanto as primeiras são as condições suficientes. A função principal da Secretaria Municipal de Planejamento é, então, a articulação e integração dessas ações, fundamento estratégico para a realização dos objetivos enunciados neste PPA.

Dentro da mencionada configuração do plano de evolução do município de São Paulo – notadamente em sua pretensão de configurar-se como Cidade Mundial – destaca-se o aspecto gerencial: seu sucesso se dá a partir da articulação e integração das ações, de forma a constituir o todo que, este sim, é capaz de gerar o bem-estar da população.

Este aspecto, associado à carência de recursos para novos investimentos no município, leva à necessidade premente de cercar as ações de cuidados no sentido de maximizar seus efeitos, o que somente pode ser obtido a partir do desenvolvimento de três ações fundamentais: coordenação, monitoramento e avaliação.

Por outro lado, a SEMPLA é a gestora da Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002, que instituiu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE) como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no município. A partir da realidade do Município de São Paulo, o PDE estabeleceu ações estratégicas cujas metas deveriam ser revistas em 2006, observando as diretrizes definidas para o horizonte de 2012, devendo as metas ser incorporadas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual para implantação, conforme dispõe o artigo 263 do PDE.

O PDE, em seu artigo 294, estabeleceu que a sua primeira revisão dovesse ser feita para a inserção dos Planos Regionais das Subprefeituras (PRE). Em decorrência dessa obrigatoriedade, os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras foram instituídos pela Lei 13.885, de 24 de agosto de 2004. Esses planos complementam as ações e metas do PDE, de modo a atender às peculiaridades de cada região, e às necessidades e opções da população que nela reside ou trabalha.

Tendo em vista que a cidade é um organismo vivo, que sofre transformações no tempo, o artigo 293 do PDE estabeleceu a obrigatoriedade de sua revisão, pelo Executivo, em 2006, para adequar as ações estratégicas nele previstas às disponibilidades de recursos, sem deixar de observar as diretrizes do horizonte de 2012. E podendo inclusive acrescentar áreas passíveis de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

Cabe ainda à SEMPLA definir as prioridades e acompanhar *pari-passu* as ações delas decorrentes, assegurando sua efetiva realização, na qualidade e prazo previstos. Por outro lado, o porte de São Paulo e as implicações que qualquer ação desenvolvida no âmbito municipal têm, não apenas na economia local, mas também na regional e mesmo nacional, tornam imperativo uma ação forte de interface com as demais esferas de poder – estadual e federal.

É por meio da visão global das carências, potencialidades e estratégias globais do município – informações concentradas na SEMPLA – que devem ser desenvolvidas as gestões de apoio, parcerias e integração com estas instâncias de poder, num esforço de influenciar as decisões daquelas instâncias, de forma a garantir sua compatibilidade com os direcionamentos dados pelo poder local.

Finalmente, cabe à SEMPLA, se não a elaboração, pelo menos a orientação na preparação de estudos estratégicos visando o longo prazo, atentando para as grandes tendências mundiais que possam representar oportunidades ou ameaças ao desenvolvimento econômico e social de São Paulo. Esses estudos se constituem no balizamento primordial para as decisões de curto e médio prazo, de forma a permitir a inserção cada vez maior da economia local no cenário global.

2 Ações

2.1 O Sistema de Planejamento Municipal

Do acima exposto, cabe à SEMPLA a função-meio do estabelecimento de prioridades, sua coordenação e o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelos organismos responsáveis pelas ações de ponta, ou seja, a implementação do proposto neste PPA.

Dada a desarticulação entre os organismos do município, cabe a implantação de um sistema de acompanhamento de suas ações, que envolva pelo menos os seguintes passos:

1. Desenvolvimento de um sistema de planejamento integrado, ágil e consistente, que leve em conta os instrumentos legais previstos (Plano Diretor, LDO, LOA, PPA e outros), porém caracterizando e adaptando esses instrumentos de forma a transformá-los num instrumento vivo

- de planejamento. A dinâmica dos fatos exige a permanente atualização – sem a perda dos rumos básicos traçados – das ações necessárias à consecução dos objetivos colimados;
2. Desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento permanente das ações previstas no sistema de planejamento, de forma a identificar as carências e os descompassos em tempo hábil para permitir as apropriadas ações corretivas. Implantar o sistema de “biópsia”, ou seja, diagnosticar o mal antes que seja irremediável – aí sim constatado pela “autópsia”, prática atualmente comum;
 3. Produção de indicadores de desempenho, tanto na implantação de novos projetos quanto de atuação nas ações rotineiras e nos programas de duração continuada;
 4. Desenvolvimento de um modelo de monitoramento permanente dos planos e programas, de forma a mantê-los vivos, contemporâneos e úteis à sociedade.

2.2. Projetos Urbanos e Operações Urbanas

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo estabeleceu nove novas áreas de operações urbanas (Diagonal Sul, Diagonal Norte, Carandiru/Vila Maria, Rio Verde/Jacu-Pêssego, Vila Leopoldina/Jaguará, Vila Sônia, Celso Garcia, Santo Amaro e Amador Bueno), além das quatro já existentes e previstas em lei: Faria Lima, Água Branca, Centro e Águas Espraiadas.

Os projetos das novas Operações Urbanas propõem e descrevem quais alterações poderão vir a ser efetivamente implantadas, por meio de obras realizadas pelo setor público e pelos agentes econômicos privados. Estas operações não foram localizadas de forma arbitrária: foram determinadas pelo Plano Diretor e pelos Planos Regionais.

As propostas das Operações Urbanas, que levam em consideração as questões apontadas como os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, e a utilização da outorga onerosa, são de responsabilidade da SEMPLA. A responsabilidade de implantação e gestão das Operações Urbanas é da Empresa Municipal de Urbanização - Emurb.

As marginais dos rios Tietê e Pinheiros são elementos cruciais da rede de vias estruturais do município destinada à circulação e aos transportes, e cumprem o papel de interligar e conectar os diversos bairros entre si, o município com os demais municípios da região e com o resto do País. Intervenções específicas devem ser estabelecidas visando a regulamentação de utilização destas vias para o transporte público e privado.

Diversas ações sistemáticas estão em curso no sentido de dar condições à municipalidade de projetar o futuro e atuar sobre ele, direcionando e arbitrando as grandes questões do desenvolvimento urbano. Neste contexto a SEMPLA, em sua área urbanística, trabalha com as seguintes diretrizes:

- Estabelecer Projetos Urbanos Estruturadores com o intuito de promover equidade nas diversas regiões da cidade, respeitando as características locais (históricas, socio-econômicas, urbanísticas e ambientais), buscando o desenvolvimento equilibrado e valorizando a identidade dos diferentes bairros da cidade.
- Desenvolver estudos e projetos visando a implementação de Projetos Estratégicos, Projetos Urbanos Regionais, Operações Urbanas previstas e outros, de acordo com o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – 2002.
- Propor a utilização de instrumentos urbanísticos existentes, bem como de novos instrumentos que possibilitem a implementação das políticas urbanas formuladas, viabilizem os Projetos Estratégicos elaborados e estimulem a parceria entre o poder público e a iniciativa privada, promovendo a inclusão social e a geração de emprego.

- Participar sistematicamente da concepção e elaboração de propostas relativas ao Sistema Viário e ao Sistema de Transportes Públicos pelo papel estruturador e transformador que eles desempenham no espaço da cidade.
- Estabelecer políticas de intervenção no espaço público por meio de ações coordenadas que compatibilizem propostas dos núcleos de ação local e projetos dos setores público e privado, envolvendo a administração pública, a comunidade técnica e a população.
- Desenvolver estudos e projetos urbanos visando a reformulação e continuidade da implementação da Operação Urbana Água Branca, tendo em vista o Projeto vencedor do Concurso Bairro Novo, e elaboração de EIA-Rima e EIV.
- Desenvolver estudos e projetos urbanos (no âmbito de projetos básicos) para a implantação das intervenções urbanísticas previstas para as seguintes áreas:

Operação Urbana Vila Sônia, devendo ser priorizadas as seguintes intervenções: Parque Linear do Córrego da Água Podre, Requalificação Urbanística e Viária das Avenidas Francisco Morato e Eliseu de Almeida, Conexão Viária Norte-Sul com implantação de túnel sob o Parque da Previdência, Intervenções Urbanas nos pólos Vila Sônia e Vital Brasil, a serem implantadas com a participação das secretarias de Transporte, Serviços, Infra-Estrutura, Habitação, Verde e Meio Ambiente, Subprefeitura do Butantã e Companhia do Metro, pela SEMPLA.

Operação Urbana Carandiru - Vila Maria, devendo ser priorizadas as seguintes intervenções: Recuperação do Parque da Vila Guilherme e das instalações da Sociedade Paulista de Trote; melhoria das condições físicas e ambientais, com a criação de Caminhos Verdes, ao longo das avenidas Brás Leme, Cruzeiro do Sul, Luís Dumont Villares, Zaki Narchi, Maria Cândida, São Quirino e Nadir Figueiredo; criação de Parques Lineares ao longo dos córregos Carajás e da Divisa; adequação do sistema de drenagem da região; prolongamento da Avenida Brás Leme, até ligar-se com a Avenida General Ataliba Leonel; Binário Rua Maria Cândida – Rua Chico Pontes, a ser implantado com a participação de outras secretarias, subprefeituras de Santana e Vila Maria - Vila Guilherme, CET e Governo do Estado, a partir de diretrizes definidas na Operação.

Operação Urbana Vila Leopoldina, devendo ser priorizadas as seguintes intervenções: eixo de Adensamento Pólo Jaguaré; implantação de transposição do rio Tietê, pelo prolongamento da Av. Dr. Gastão Vidigal, unindo-a às Avs. Domingos de Souza Marques e Manuel Monteiro de Araújo (Vila Jaguara); implantação de transposição do rio Pinheiros, pelo prolongamento da Av. Escola Politécnica sobre o rio, em ligação com a Av. das Nações Unidas nos dois sentidos de direção; deslocamento da via de trânsito local da Av. Nações Unidas até próximo à linha da CPTM e projeto de área verde na área remanescente; eixo de adensamento pólo Vila Leopoldina – Parque São Domingos; equipamentos esportivos (Cidade do Tênis); binário viário Av. Imperatriz Leopoldina - Rua Carlos Weber; criação de Parque Municipal (Usina de Compostagem Leopoldina); descanalização dos córregos ao longo da Rua Hayden e da Av. Alexandre Mackenzie; abertura de via ao longo da faixa da Linha de Transmissão (Jaguaré), a ser implantada com a participação das Subprefeituras de Pinheiros e Lapa, SMT, SIS, SIURB, SEHAB, SVMA e Governo do Estado.

Operação Urbana Tiquatira, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo na área ao longo da Av. Tiquatira, com a contratação de Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística, elaboração de EIA-Rima e EIV, contratação de minuta de lei e de maquete.

Operação Urbana Celso Garcia, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo e melhorias na paisagem urbana na área ao longo da Av. Celso Garcia, com a contratação de

Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística, elaboração de EIA-Rima e EIV, contratação de minuta de lei e de maquete.

Operação Urbana Diagonal Norte, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo na área ao longo do eixo ferroviário norte, desde Pirituba até a região da Luz, especialmente nas áreas de Pirituba, Jaraguá, Lapa e Bom Retiro, com a contratação de Plano-Referência de Intervenção e Ordenação Urbanística, elaboração de EIA-Rima e EIV, contratação de minuta de lei e de maquete.

Operação Urbana Diagonal Sul, estimulando novos padrões de uso e ocupação do solo na área ao longo do eixo ferroviário sul, desde a região da Luz até a divisa com o Município de São Caetano do Sul, com a participação de Emurb, SMT, SIS, SIURB, SEHAB, SVMMA, Fepasa e Governo do Estado. Estes projetos têm o apoio institucional e financeiro do BID/Programa Ação Centro, com compromisso da municipalidade em implementá-los para posteriormente ser ressarcida.

2.3 Revisão do Plano Diretor Estratégico

O trabalho de revisão do PDE prevê:

- a revisão das ações estratégicas e das metas definidas no PDE (Lei 13.430-2002) e no PRE das Subprefeituras (Lei 13.885- 2004), para fazerem parte do Projeto de Lei do PPA;
- o aprimoramento dos conceitos e das diretrizes estabelecidas nos diferentes instrumentos das leis citadas;
- a identificação de possíveis inconsistências, contradições ou omissões;
- a proposta de acréscimos e alterações de instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, visando a elaboração de Projeto de Lei a ser enviado à Câmara em 2006, atendendo ao disposto no artigo 293 da Lei 13.430-2002.

Cabe à SEMPLA a coordenação dos trabalhos de que trata o artigo 293 da Lei 13.430-2002 e da Lei 13.885-2004, que estabeleceu normas complementares ao PDE, num esforço conjunto de todos os órgãos e empresas municipais, devendo os trabalhos se realizar até dezembro de 2006.

A SEMPLA, em conjunto com as demais secretarias e subprefeituras cuidará dos temas gerais que se referem ao Município como um todo, e de interfaces com as questões específicas de cada subprefeitura, seu meio físico, população, infra-estrutura e condições de uso e ocupação do solo.

Os trabalhos consistem num conjunto de revisões de temas gerais e específicos das leis 13.430-2002 e 13.885-2004, notadamente os procedimentos relacionados com os instrumentos de política urbana, em especial as Operações Urbanas Consorciadas, as Áreas de Intervenção Urbana e a Disciplina e Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo. Eles serão desenvolvidos de forma a promover a reflexão sobre conceitos e propostas, envolvendo interesses de várias subprefeituras, e também as metas referentes a projetos e obras de interesse local e metropolitano que possam ser incorporadas à revisão dos textos legais.

A SEMPLA, que em conjunto com os demais órgãos da Prefeitura, levantará os elementos para subsidiar a elaboração do PPA 2006 a 2009, procedeu ao levantamento de programas e ações prioritárias e dos projetos e obras com recursos e financiamentos já previstos.

Dos elementos estruturadores do PDE foram priorizados:

- Rede Hídrica Ambiental
 - Programa de Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade, compreendendo, dentre outras, as seguintes ações: implantação de áreas verdes, proteção de mananciais e recuperação ambiental, parques lineares, parques e sistema cicloviário.
 - Programa de prevenção e defesa contra inundações, compreendendo, dentre outras ações, a construção de reservatórios e piscinões, e obras de emergência para combate a enchentes.
 - Programa de canalização de córregos e implementação de vias e recuperação ambiental e social de fundo de vale – PROCAV, compreendendo obras de canalização de córregos, conservação e manutenção de canais e galerias, envolvendo inclusive remoção de famílias situadas em áreas de risco, com conseqüente produção de habitação de interesse social – HIS.

- Rede Viária e de Transportes Coletivo
 - Programa de Mobilidade e Acessibilidade;
 - Programa de Infra-estrutura de Transporte ColetivoNesses programas destacam-se as seguintes ações: implantação e adequações de obras de infra-estrutura do Sistema de Transporte (passa-rápido e vias livres), implantação de soluções para pontos críticos de segurança e fluidez, tecnologias operacionais e compensações tarifárias.

Deve-se salientar que os projetos, obras e ações constantes do PPA farão parte da revisão do PDE, inclusive dos anos meta, tendo em vista as justificativas, prioridades e critérios estabelecidos pelas subprefeituras e secretarias pertinentes.

2.4 Articulação de políticas e gestão de projetos complexos

Em decorrência de suas características de articuladora dos demais órgãos municipais e de principal interface com as entidades externas ao município, caberá à SEMPLA a gestão de projetos multissetoriais, coordenando sua implementação e articulando a coordenação das instituições envolvidas na sua implementação.

A região do Centro

O Centro de São Paulo representa um importante pólo para toda a região metropolitana, dada a importância de suas atividades econômicas, em especial no tocante a comércio e serviços. Ele se caracteriza pela grande circulação de pessoas, atraídas pela possibilidade de realizar compras em seus bolsões comerciais, como a Zona Cerealista (dentro dela, em especial, o Mercado Municipal), a região da rua Santa Efigênia, ruas do Gasômetro, 25 de Março, José Paulino e outras. Lazer e cultura também têm presença marcante no Centro, com destaque para os teatros e cinemas, o histórico Theatro Municipal, a Pinacoteca do Estado, a Sala São Paulo, e parques, como o Jardim da Luz.

Apesar do papel irradiador que exerce no contexto metropolitano e mesmo estadual, nas últimas décadas vem se verificando uma queda na qualidade de vida de seus usuários e empobrecimento de seus moradores. As principais razões disso são a deterioração do espaço físico (público e privado), a presença crescente do comércio ambulante, de moradores de rua, mendicância e marginalidade, que dão ao espaço urbano um aspecto de violência e degradação.

A reversão desse quadro tem sido objeto de preocupação de autoridades públicas e organizações de representantes da sociedade civil que atuam no Centro. A Prefeitura de São Paulo está realizando um extenso conjunto de projetos e atividades para induzir a mobilização das forças econômicas e sociais no sentido da recuperação e requalificação de toda a região central, aqui entendidos os Distritos da Sé e República e os diversos bairros que os circundam. Os recursos de empréstimo contraído junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) serão associados à contrapartida em recursos do Tesouro Municipal para realizar tal empreendimento.

É crucial que seja valorizada a dinâmica econômica e social da área central. De um lado, para que esse setor da cidade, que já dispõe de infra-estrutura urbana constituída, tenha ocupação comercial, de serviços e residenciais. De outro lado, para evitar que se deteriorem as condições econômicas, intensificando a degradação do tecido social e a instalação de zonas controladas pela marginalidade.

A requalificação do Centro e de seu entorno deve partir de uma compreensão sobre sua dinâmica espacial e econômica. Historicamente, o Centro abrigou tipos variados de atividades econômicas. A região do Bom Retiro, juntamente com os distritos vizinhos do Brás e Pari, formalmente pertencentes à Subprefeitura da Mooca, foram núcleos de industrialização, mantendo, ainda hoje, indústrias têxteis e confecções, bem como a convivência de colônias de imigrantes – sírio-libaneses, judeus, italianos, coreanos, chineses e, mais recentemente, peruanos e bolivianos. Esses bairros se caracterizam também como espaços residenciais de população de perfil socioeconômico mais baixo, onde se registra ainda um certo esvaziamento.

Os distritos de Bela Vista, Santa Cecília e Consolação concentram setores de atividade econômica mais dinâmicos, com perfil mais próximo das regiões que lhes são contíguas, como Pinheiros, Avenida Paulista, Jardins e Vila Mariana.

O centro histórico, compreendendo Sé e República, sediou, durante muito tempo, as principais agências financeiras, serviços públicos ligados à área jurídica e comércio varejista. No entanto, ao longo das últimas décadas, essas atividades sofreram um processo de migração para novas áreas de expansão imobiliária, primeiramente a região da Avenida Paulista e, posteriormente, da Luis Carlos Berrini e Vila Nova Conceição. Esse fenômeno contribuiu para a deterioração das condições urbanas e econômicas do Centro Histórico, influenciando também na degradação dos bairros circunvizinhos.

A recuperação da área central demanda iniciativas com a composição de ações públicas e privadas de formas e naturezas diversas. O papel dos investimentos públicos é sinalizar e articular uma nova realidade para estimular os investimentos privados, minimizando seus riscos, seja no que concerne aos empreendimentos imobiliários, seja no que toca aos empreendimentos nos setores de comércio e serviços. Nesse sentido, ressalta-se o papel do poder público em disponibilizar um conjunto de instrumentos relativos ao planejamento urbano, e de ações de requalificação do espaço, indispensáveis para gerar um clima de confiança na recuperação de áreas degradadas, garantindo a sustentabilidade dos investimentos realizados.

A requalificação do Centro foi subdividida em três grandes espaços, conformando áreas caracterizadas por realidades específicas e potencialidades de naturezas distintas. Os vetores foram definidos como: Luz/Roosevelt (Vetor Oeste), Vale do Anhangabaú (Vetor Central) e Parque D. Pedro II (Vetor Leste).

O Vetor Leste é o mais complexo, dada sua situação de degradação e a configuração viária ali existente. Nesse vetor estão previstas intervenções de recuperação no Palácio das Indústrias, na Casa das Retortas e na Rua do Gasômetro. A recuperação e ocupação do Edifício São Vito será realizada visando a sustentabilidade econômica e social do empreendimento. O Vetor Central, do Vale do Anhangabaú, recebeu expressivos benefícios ao longo das diversas gestões municipais, caracterizando-se por ser o principal espaço público da região central. As intervenções do tipo zeladoria urbana, ordenamento do comércio informal, reciclagem do lixo, conservação de vias e mobiliário urbano serão as de maior relevo.

O Vektor Oeste sofrerá as intervenções de maior porte, por três motivos. Em primeiro lugar, é o que dispõe de maior quantidade de áreas que se encontram em processo de requalificação, podendo dar uma resposta muito efetiva ao estímulo proporcionado pela municipalidade. Em segundo lugar, porque neste vetor já foram realizados investimentos de grande porte pelo poder público, especialmente na região da Estação da Luz. Por fim, dentro do perímetro deste vetor, uma área em estado de extrema degradação merece grande atenção da municipalidade, porque apenas pela dinâmica do mercado privado ela jamais terá recuperação.

As intervenções nesse vetor irão desde o mobiliário urbano e as alterações do viário, até a construção de um plano urbanístico para a região. Ao Projeto de Lei de Incentivos Fiscais, recentemente proposto à Câmara Municipal, se associarão diversas iniciativas de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à alteração da configuração de ocupação da área. A recuperação da qualidade urbana será composta de diversas intervenções no campo da segurança e da presença da assistência social nas ruas. A Nova Luz substituirá a antiga Cracolândia, por meio de uma intervenção urbanística do estilo da realizada em grandes cidades européias.

A partir do pólo representado pelo Vektor Oeste, uma série de intervenções nos distritos Sé e República, além de outros pontos dos distritos da região central, serão realizadas. A implementação de uma Agência de Desenvolvimento para a Cidade de São Paulo, contemplando inicialmente a atuação voltada para a região central, terá como objetivo a criação de mecanismos de articulação com o setor privado para facilitar o desenvolvimento de projetos que consolidem São Paulo como uma cidade global, garantindo e reforçando seu dinamismo econômico.

A implementação de um Pólo Tecnológico na área central tem por objetivo reforçar a diversidade econômica, estimulando a presença de atividades empresariais intensivas em tecnologia e inovação, atraindo mão-de-obra qualificada e especializada. Espera-se produzir as condições motivadoras para que se instalem na região centros nacionais e globais de P&D, promovendo, também, o adensamento de segmentos intensivos em C&T e Inovação, vindo a constituir *clusters*. A geração de renda e emprego na Sé e na República deverá promover a dinamização da função residencial para todas as áreas do seu entorno.

O Programa Ação Centro destina-se, ainda, a criar condições de suporte para as ações de manutenção e requalificação do espaço público e de monumentos deteriorados, e de requalificação de edificações. Essas ações terão como foco principal o resgate dos elementos qualificadores do Centro e a viabilização de seu uso no contexto da dinamização da região. Deste modo, as ações de valorização do patrimônio histórico e conservação do meio ambiente estarão integradas à reformulação das condições de aprovação de projetos e à estruturação de zeladorias regionais que viabilizem a adequada manutenção de todos os serviços prestados pela municipalidade.

A intervenção direta na requalificação de espaços públicos compreende obras de reforma nas praças da Sé, República e Roosevelt; projetos especiais para algumas ruas comerciais do centro, com destaque para a Rua do Gasômetro; adequação da iluminação pública para melhorar a segurança nas ruas centrais; restauro do Teatro Municipal, com a ampliação do palco, restauro da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e de outros imóveis de interesse histórico.

No campo da infra-estrutura urbana, duas grandes intervenções estão previstas. A primeira é o manejo hídrico e o controle de inundações na bacia do Anhangabaú, onde já foram registradas enchentes de grande porte. A segunda é relativa à melhoria de transporte e às condições de acesso e circulação na área central, representadas pelos projetos de obras viárias na chamada rótula, que circunda o centro, e na contra-rótula, que faz a circulação no sentido contrário e de forma mais afastada.

A implantação das mudanças no Centro, dotadas de monitoramento informatizado e melhorias funcionais, será o primeiro passo do Sistema Viário Estratégico, que objetiva uma ampla requalificação das condições de transporte do Município de São Paulo.

No que concerne à questão social, as ações de acolhida a moradores de rua compõem um amplo projeto de Presença Social nas Ruas. A qualificação da rede de atendimento da Assistência Social completa o trabalho de acolhimento com a utilização de políticas de reinserção dos moradores de rua em atividades econômicas. No campo da qualificação profissional, diversas ações serão realizadas com foco na qualificação de trabalhadores voltada para as atividades em expansão na área central, especialmente as incentivadas e as tidas como mais apropriadas para a região.

A Zona Leste

A Zona Leste de São Paulo caracteriza-se por concentrar um imenso contingente populacional, por sua localização e intenso inter-relacionamento com outros municípios da Região Metropolitana, e pela baixa geração de emprego. Apesar de estar situada no eixo leste da cidade, em direção a uma região em expansão, o Vale do Paraíba, a região não tem tido o desenvolvimento econômico esperado. É primordialmente uma região dormitório, e que por isso mesmo gera grandes e insatisfeitas demandas de transporte, em direção às regiões da cidade, e cidades vizinhas.

A Zona Leste tem sido objeto de inúmeras atenções dos poderes públicos, seja por parte da Prefeitura, seja do Governo do Estado. Essas ações têm objetivado re-qualificar a região, incentivando a criação de empregos na região, melhorando os transportes dentro da ZL e nas suas ligações com as outras regiões da cidade, oferecendo possibilidades de melhoria na qualificação e empregabilidade dos seus habitantes, e permitindo uma ampla regularização e dinamização da ocupação urbana.

A Prefeitura de São Paulo tem focado suas ações em algumas áreas específicas. A criação de empregos na região será incentivada, com a dinamização e reavaliação da lei de incentivos fiscais seletivos (Lei 13.833- 20/04). Com esse mecanismo será possível, em primeiro lugar, manter os empregos da região, ameaçados pela guerra fiscal com os municípios vizinhos. Será possível, além disso, criar novos empregos, por meio de uma maior seletividade, e conseqüentemente maior incentivo nos benefícios oferecidos.

O transporte na região também é prioridade para este período, pois reduzirá os gargalos no sistema viário e incrementará os transportes públicos. O projeto denominado originalmente de Fura-Fila passou por uma profunda reconceituação, e será implementado com um alcance geográfico muito maior do que o projeto original, atingindo o extremo leste-sul da cidade, apresentando novas perspectivas para a Cidade Tiradentes e seus habitantes, bem como aos bairros vizinhos. A interligação da Radial Leste com sua extensão na direção do extremo leste, e a conclusão da Av. Nova Trabalhadores, antiga Av. Jacu-Pêssego, estabelecendo uma nova relação com Guarulhos, Mauá e Santo André, introduzirão novos elementos que afetarão radicalmente a dinâmica da Zona Leste. Por fim, a Operação Urbana Jacu-Rio Verde (13.872-2004), destinada a alavancar as melhorias urbanas da região, será reavaliada e adequada à região, de maneira a apresentar soluções mais eficazes para as questões de urbanização e ocupação do solo.

C a p í t u l o 2

Planejamento

Gestão

Saúde

Educação

Habitação

Assistência Social

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

1 DIAGNÓSTICO

As transformações pelas quais o País tem passado, no contexto das mudanças mundiais, redesenham as atribuições dos poderes públicos, suas relações com o setor privado e com os cidadãos. Nesse cenário, os avanços das tecnologias da informação e comunicação abriram enormes possibilidades para a Administração, internamente e nas suas relações com os cidadãos. São Paulo não ficou imune a essas transformações.

Para encaminhar soluções adequadas, o Estado Brasileiro, em qualquer em qualquer uma de suas três esferas constitucionais, vem abandonando o seu papel de produtor de bens e serviços, historicamente assumido em decorrência de um modelo de crescimento que já não corresponde às necessidades atuais.

Não é diferente no âmbito municipal: a globalização, a reorganização da economia, as inovações nas tecnologias da informação e da comunicação afetam os entes municipais, embora não retirem deles seu papel fundamental na vida pública.

Entretanto, a ausência de informações sistematizadas e de instrumentos de planejamento de médio e longo prazo acaba se tornando um fator limitador da capacidade de gerar estratégias de enfrentamento de situações adversas. O que revela a necessidade de definição de um novo modelo de gestão e de parcerias municipais para a implementação de políticas de gestão de pessoas nas áreas gerencial, técnica e tecnológica.

2 AÇÕES

Nesse contexto, a proposta da Secretaria Municipal de Gestão - SMG para o PPA 2006-2009 reflete a magnitude das tarefas que lhe foram conferidas e a necessidade de construir um novo modelo de gestão, que seja consolidado e aperfeiçoado ao longo do tempo. Essa proposta pode ser assim resumida:

- Coordenar e gerir Sistemas de Informações Estratégicas, de modo a ampliar a capacidade de decisão dos gerentes municipais; assegurar a coordenação das ações governamentais; disponibilizar indicadores que permitam avaliar a qualidade da gestão pública municipal; permitir o conhecimento e o controle público das ações de governo, valendo-se das ações do Governo Eletrônico como um dos instrumentos para alcançar tais resultados;
- Criar condições para o fortalecimento institucional da gestão, de maneira permanente, propondo novas formas de estruturação dos órgãos municipais, bem como de organização e prestação dos serviços públicos, de modo a: reduzir custos dos serviços prestados pela Administração Municipal; obter a contínua melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais; dinamizar os processos de trabalho; instituir estruturas ágeis, flexíveis, eficientes e eficazes;
- Conceber, implantar e gerir o Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário, com o objetivo de permitir o controle, gerenciamento e monitoramento do uso dos próprios municípios;
- Formular e gerir a Política Estratégica de Gestão de Pessoas, de forma a estabelecer e desenvolver a profissionalização e a capacitação continuada dos servidores municipais; atrair talentos para o serviço público de modo permanente e constante; garantir a instituição de sistemas adequados de carreiras, funções, avaliação de desempenho e de remuneração; readequar continuamente o quadro de servidores, tendo em vista a evolução tecnológica e os padrões estabelecidos para a prestação de serviços municipais; aprimorar as relações de trabalho na Prefeitura, coordenando as negociações e o diálogo com os servidores municipais e suas entidades representativas; promover a saúde do servidor municipal, perseguindo

- adequada qualidade de vida no trabalho; lutar pelo estabelecimento do Código de Ética do Servidor-Cidadão; implantar sistema informatizado e desconcentrado de gestão de pessoas;
- Estabelecer e gerir Sistemas Estratégicos de Logística, Suprimentos e Contratos, incluindo o Programa de Alimentação Escolar, com a definição de regras e padrões para a realização de compras e contratações, pelos órgãos municipais; assegurar a melhoria da qualidade dos bens adquiridos e serviços contratados; reduzir custos com logística e distribuição; identificar e estabelecer níveis adequados de desempenho, propondo, quando necessário, ações corretivas e de melhoria.

Este é o mote central da proposta para o PPA 2006-2009 da Secretaria Municipal de Gestão, que busca a implementação de um novo modelo de gestão, em função, de um lado, do esgotamento do modelo existente, com seu viés burocrático focado nas atividades meio e sem definição de prioridades; e de outro, pela ausência de um acompanhamento de resultados a partir de metas claramente estabelecidas. Trata-se de um modelo ultrapassado e que, em última instância, não atende às necessidades de respostas de uma sociedade moderna – além de comprometer as atividades públicas.

A modernização, embora não se caracterize como uma etapa inusitada da vida administrativa pública, não pode ser alcançada de súbito, nem acontecer por mera edição de decretos e outras normas, ou pela simples determinação superior. Trata-se de um processo contínuo e paulatino, que, iniciado, deve responder às transformações do meio social e responder às expectativas da sociedade.

C a p í t u l o 3

Planejamento

Gestão

Saúde

Educação

Habitação

Assistência Social

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O Município de São Paulo experimentou um deletério processo de desorganização do setor saúde, consubstanciado na implantação do PAS. Incompatível com as normas constitucionais e as diretivas do Sistema Único de Saúde, o PAS foi desmontado já na Administração de Marta Suplicy, recuperando os conceitos de universalidade e integralidade para as políticas públicas da cidade. A atual Administração completará a reconstrução do SUS no município, de modo a proporcionar saúde de qualidade para a população.

A construção do SUS num município como São Paulo tem características singulares em relação ao resto do País. De um lado, porque diversos sistemas de saúde acabam funcionando sobrepostos. A necessidade de coordenação entre os distintos sistemas, notadamente as universidades, as instituições estaduais e a estrutura municipal, coloca-se como ponto crucial para que o conjunto do sistema ganhe maior eficiência e incremente a capacidade de atendimento. No mesmo sentido, a falta de clareza com respeito à divisão de atribuições entre as esferas de governo frente aos níveis de assistência impediu que a hierarquização do sistema propiciasse ganhos de racionalidade. Além disso, por concentrar serviços de maior complexidade tecnológica, a cidade se responsabiliza pelo atendimento da demanda de outros Municípios, do Estado de São Paulo e mesmo de outras Unidades da Federação.

A forma de operação do SUS numa cidade como São Paulo, de outro lado, tem formas muito específicas. Embora os seguros e planos de saúde tenham grande peso, estimado em 47,2% (Pesquisa CEInfo-SMS-PMSP de 2004) de cobertura para a população paulistana, a utilização de serviços é extremamente diferenciada por segmentos. O Inquérito de Saúde realizado na Cidade de São Paulo por meio de convênio da SMS com a FSP-USP (ISA-Capital) revelou utilização dos serviços de saúde SUS variando de 70,7% para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil até 11,9% para consultas odontológicas. Analisaram-se ainda os usos dos serviços de saúde SUS para realização do pré-natal (63,3%), parto (63,4%), problemas de saúde nos últimos 15 dias (59,5%), internações nos últimos 12 meses (44,5%) e realização de exames preventivos de câncer do colo uterino (52,3%), câncer de mama (37,5%) e próstata (25,5%).

As dimensões da rede de saúde situada no município e o peso das demandas de usuários de fora da cidade podem ser compreendidas por meio dos números do sistema. Dos 179 hospitais da cidade (29.105 leitos), 76 realizam atendimentos pelo SUS (16.198 leitos). Sendo que os demais integram o sub-sistema privado. A rede pública produziu, em 2004, quase 593.000 internações, das quais 13% atenderam a municípios de outras cidades.

No que toca à rede ambulatorial do SUS, as 386 Unidades Básicas de Saúde (UBS) dão, tradicionalmente, suporte à Atenção Básica no município. Esta rede produziu, em 2004, 7,9 milhões de consultas médicas em nível básico. A transição ao modelo de Saúde da Família foi iniciada em 2001, mas atravessou expressivas dificuldades durante sua execução. Dentre as UBS, 176 contam com pelo menos uma equipe de Saúde da Família. Esta estratégia de reorganização do SUS a partir da atenção básica, lançada pelo Ministério da Saúde ainda na década passada, atinge uma parcela de pouco mais de 21% da população do município, sendo operada em parceria com 13 organizações governamentais e não governamentais, que são responsáveis pelas 685 equipes em atividade.

A atenção à saúde num município como São Paulo é impactada pela forte demanda por atendimento especializado. A rede ambulatorial, o SUS conta com 133 serviços de especialidades médico-odontológicas (Ambulatório de Especialidades Médicas, Centros de Apoio Psico-Sociais, Centro de Referência de DST/AIDS, Centros de Especialidades Odontológicas, dentre outros). Estes serviços têm crucial importância na retaguarda às Unidades Básicas de Saúde, de forma a impedir excessos de demanda junto à rede hospitalar e capacidade de articulação entre as UBS e o sistema de saúde.

Este conjunto de elementos acaba por se traduzir numa atenção à saúde caracterizada pela heterogeneidade ainda mais marcada que a registrada a nível nacional. Ao mesmo tempo que procedimentos de altíssimo custo e complexidade são realizados pelo SUS, tanto para populações de alta como de baixa renda, diversos procedimentos simplesmente não são realizados por deficiências no sistema. Estabelece-se assim, um sistema marcado por descontinuidades e problemas operacionais. A construção de um aparato regulador para coordenar ações e estabelecer as formas de acesso ao sistema é elemento crucial para o desenvolvimento do SUS.

Para se alcançar este nível de organização e na busca da atenção integral, estabeleceu-se o desenvolvimento de um sistema de regulação médica, com 5 Centrais Regionais de Regulação responsáveis por um território/população, além da Central Municipal, em conjugação de esforços com a Secretaria Estadual de Saúde.

As características da demanda por assistência à saúde apresentam profunda diversidade, dado que ainda persistem os agravos típicos de más condições de saneamento básico e debilidades derivadas da situação nutricional. É importante ressaltar o crescimento da população idosa (60 anos e mais) que, em 1991, representava 8% do total. Em 2000, este percentual se elevou a 9,3%, sendo que, na estimativa realizada pela Fundação SEADE para 2005 já se eleva a 10,1%, totalizando mais de um milhão de habitantes nesta faixa etária.

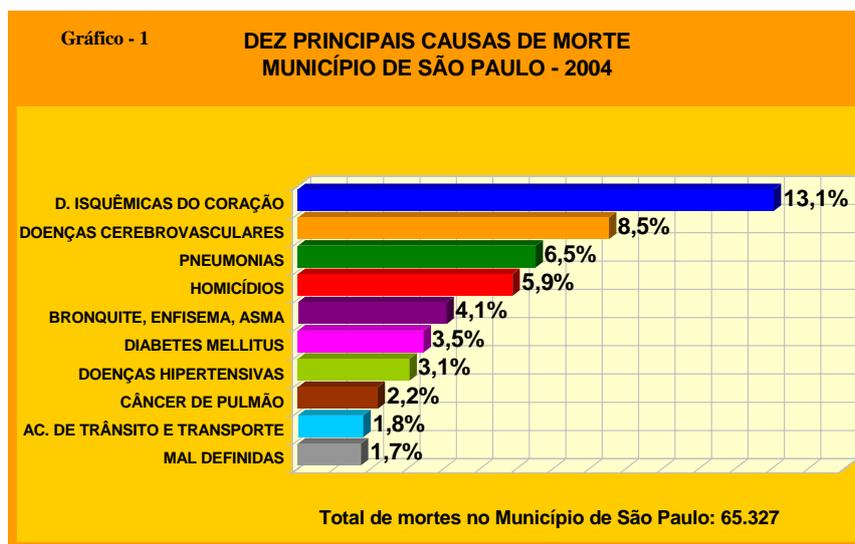
A heterogeneidade das condições de saúde da população pode ser aferida, também, numa abordagem espacial. Considerando as cinco Regionais de Saúde da Cidade os indicadores sociais estão sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1

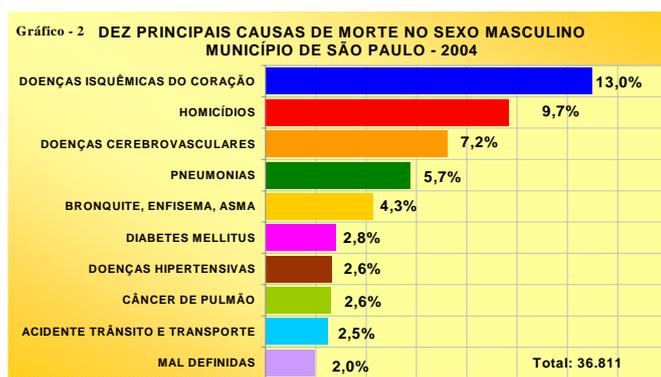
Indicadores demográficos e socioeconômicos – Regionais de Saúde e Município de São Paulo							
Indicador	Ano	Centro-Oeste	Leste	Norte	Sudeste	Sul	Município
Nº de Habitantes	2.004	1.244.456	2.396.940	2.136.977	2.499.294	2.402.093	10.679.760
Taxa de crescimento populacional (% ao ano)	1996/2004	-1,03%	2,02%	1,01%	0,00	1,02%	1,01%
% de Crianças < 10 anos	2004	11,4	20,1	16,7	13,8	19,3	16,7
% de Adolescentes (10 e 19 anos)	2004	12,4	17,9	15,9	14,4	17,4	15,9
% de Idosos > 60 anos	2004	15,7	6,3	10,4	13,7	6,3	10,0
Taxa Bruta de Natalidade (por 1.000 hab)	2004	16,0	17,8	17,3	14,9	19,1	17,2
Taxa Bruta de Mortalidade (por 1.000 hab)	2004	7,5	4,8	6,6	7,3	4,7	6,1
% da População que não possui Plano ou Convênio de saúde	2000	39,2	62,7	54,1	48,4	58,9	53,8
% de Abastecimento de água com rede no(s) cômodo(s)	2000	99,0	97,3	97,9	99,0	94,7	97,6
% de Coleta de Esgoto em Rede	2000	96,7	84,1	89,4	95,0	71,9	87,2
% Lixo coletado por serviço de limpeza	2000	97,4	98,4	97,4	98,7	94,4	97,3
% Chefes de família com menos de 3 anos de estudo	2000	8,5	23,3	17,9	14,3	23,4	17,2
% Chefes de Família com 12 ou mais anos de estudo	2000	43,8	5,4	14,3	23,7	11,9	19,5
% População com renda familiar < R\$ 400,00	2000	21,5	43,3	32,8	28,0	40,9	35,3
% População com renda familiar > R\$ 2.660,00	2000	7,7	1,1	3,0	4,7	2,2	3,4

1.2 Morbimortalidade

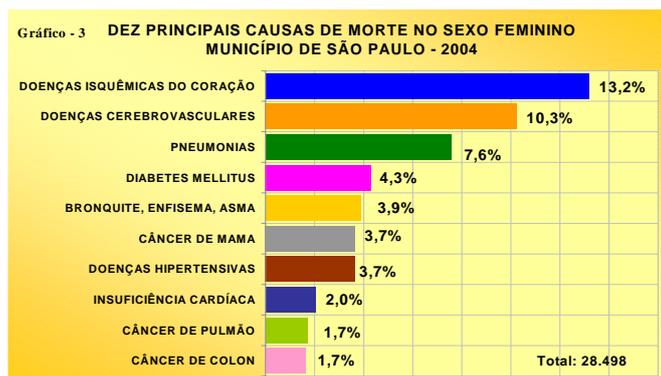
A Cidade de São Paulo convive com um perfil de morbimortalidade complexo. Há predomínio das mortes por doenças crônicas não transmissíveis, sendo que, em 2004, as doenças isquêmicas do coração representaram 13,1% do total de óbitos de residentes; as doenças cerebrovasculares 8,5%; as Pneumonias 6,5%; os homicídios 5,9% e o conjunto das doenças pulmonares obstrutivas crônicas 4,1%.(Gráfico - 1)



Quando observamos o perfil das causas de morte segundo sexo em 2004, entre os homens (Gráfico 2), os homicídios ocuparam a segunda posição na ordenação de causas de morte, respondendo por 9,7% dos óbitos. Em primeiro lugar registrou-se as doenças isquêmicas do coração (13%) e em terceiro, as cerebrovasculares (7,2%).



Para as mulheres (Gráfico 3), entre as principais causas de morte em 2004, predominaram as doenças crônicas não-transmissíveis, destacando-se as doenças isquêmicas do coração (13,2%), as doenças cerebrovasculares 10,3% e as pneumonias com 7,6%. Além dessas, destaca-se como quarta causa de morte o Diabetes Mellitus (4,3%) e o câncer de mama como sexta (3,7%).

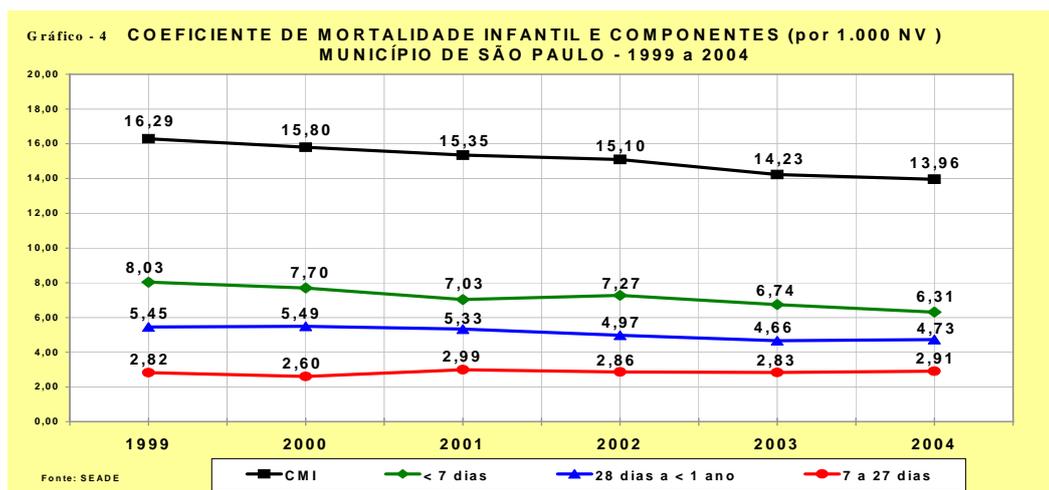


Quanto às doenças transmissíveis, a mortalidade mostra uma redução importante nos seus níveis na Cidade, em especial aquelas preveníveis por vacinação e melhoria no saneamento básico. Apesar desta redução a cidade apresenta números expressivos de doenças infecciosas. A tuberculose pulmonar bacilífera mostrou em 2004 um coeficiente de incidência de 30,2 por 100.000 habitantes o que representa mais de 3.200 casos novos da doença. O coeficiente de detecção de hanseníase no ano foi de 0,3/10000 habitantes. Foram detectados 350 casos de hanseníase em 2004 mantendo níveis semelhantes aos de anos anteriores. A dengue apresentou queda no número anual de 760 em 2003 para 10 casos autóctones em 2004. O coeficiente de incidência de sífilis congênita foi de 2,1 / 1000 nascidos vivos refletindo a ocorrência de 379 casos e indicando níveis muitos elevados desde 1999. Em relação a AIDS; a tendência de queda da mortalidade é verificada desde 1997, mantendo-se em 2004, com redução do número de mortes em relação ao ano anterior de 9,2%. A incidência da doença acompanha a tendência de queda.

1.3 Mortalidade Infantil e Materna

No perfil atual da mortalidade infantil observa-se o predomínio das causas relacionadas à gestação, parto e pós-parto imediato. Em 2004, 65,7% das mortes em menores de 1 ano na cidade de São Paulo ocorreram antes do primeiro mês de vida e cerca de 45,0% na primeira semana de vida.

A tendência da mortalidade infantil na cidade é de queda (**Gráfico 4**). No período mais recente a queda parece se relacionar mais diretamente com as intervenções de assistência à saúde materno-infantil, em especial à assistência ao parto e aos cuidados intensivos ao recém-nascido e ao prematuro, contribuindo para redução do componente neonatal (óbitos de 0 a 27 dias), em especial o precoce (0 a 7 dias). O coeficiente de mortalidade infantil diminuiu entre 2000 e 2004, de 15,8 para 13,96 por 1000 nascidos vivos, respectivamente.



Dados sobre nascimentos vivos na cidade mostram que a natalidade encontra-se estável nos últimos 3 anos. Ressalta-se, no entanto, em 2004 a alta proporção (9,5%) de recém-nascidos com baixo peso ao nascer e de gestantes adolescentes (14,8%). A proporção de cesárea como tipo de parto vem crescendo chegando a valores próximos a 50%. A proporção de adequação quantitativa do Pré-Natal vem apresentando ascensão chegando em 2004 com 65% de gestantes apresentando 7 ou mais consultas de pré-natal.

A razão de mortalidade materna mantém níveis elevados, superiores a 40,0/100.000 nascidos vivos na cidade em anos recentes. A criação dos Comitês de Prevenção das Mortes Maternas é estratégia incorporada com objetivo de investigar, estabelecer causas e intervir visando a redução do problema.

Tabela 1

INDICADOR	2000	2001	2002	2003*	2004*
Razão de mortalidade materna (por 100.000 NV).	54,5	55,1	53,4	43,6	52,2

* Para 2003 e 2004 os dados são preliminares e sujeitos à revisão.

Fonte: Comitê de Mortalidade Materna do Município de São Paulo

1.4 Acidentes e Violência

As mortes no trânsito vêm apresentando queda na cidade tendo reduzido para menos da metade entre 1991 e 2004. Entre as mortes no trânsito destacam-se os atropelamentos, responsáveis por cerca de 50% do total de mortes por acidentes de trânsito na capital paulista em 2004.

As mortes por homicídio no Município de São Paulo tem apresentado queda nos últimos 3 anos (em 2001 registraram 5.990 óbitos e em 2004 foram 3.848, com queda de 35,75%). Entre os homens (adolescentes e adultos jovens), os homicídios ocuparam a segunda posição na ordenação das causas de morte, respondendo por 9,7% dos óbitos. Chama a atenção que as faixas etárias mais atingidas sejam de 15 a 19 anos (dos 3848 óbitos por homicídio, 37 ocorreram entre 10 a 14 anos e 626 entre 15 a 19 anos, totalizando 663 óbitos ou seja, 17,2%) e 20 a 29 anos (com 1609 óbitos, 41,81%). Para a faixa etária de 10 à 19 anos, em 2004, foram registrados 663 óbitos por homicídio, representando 71,4% do total de óbitos por causas externas nesta faixa etária (929 óbitos).

Outro agravo importante é o alcoolismo que provoca diretamente cerca de 1.200 mortes por ano na cidade de São Paulo constituindo-se num grave problema tanto pelas suas conseqüências diretas na saúde, quanto pelos diversos problemas na vida em sociedade. Estudos mostram que as pessoas que abusam ou dependem do álcool são vítimas ou agentes mais comuns de acidentes de trânsito, homicídios e outras formas de violência. O impacto social gerado por distúrbios do comportamento, absenteísmo, desemprego, entre outros, sugere a necessidade de uma ação articulada entre os serviços de saúde pública e a sociedade.

No entanto, deve-se atentar para o número muito mais expressivo de lesões não fatais e agravos psíquicos decorrentes da violência que demandam assistência e são subregistrados nos sistemas de informação de forma sistemática. Dentre esses, destaca-se a violência doméstica e a sexual, que são de abordagem difícil, pois, além de afetar mulheres, crianças em idade precoce e/ou idosos, muitas vezes é ocultado pelo próprio medo da vítima ameaçada.

Enfrentar o problema da violência na cidade é um desafio complexo que demanda iniciativas integradas entre setores e níveis de governo. Há necessidade da efetiva implantação do Plano Nacional de Segurança Pública, sua complementação com planos executivos e de igual abrangência nos níveis estadual e municipal, além da participação ativa da sociedade civil.

2 DIRETRIZES

A Secretaria Municipal de saúde tendo em vista a consolidação do SUS na cidade de São Paulo, estabeleceu as seguintes diretrizes para o Plano Plurianual: 2006-2009:

1. Redução da mortalidade infantil e materna mediante o reforço da capacidade de atendimento da atenção básica e da rede hospitalar
2. Incremento do Programa de Saúde da Família, como estratégia de potencialização da resolutividade da Atenção Básica
3. Disponibilização de medicamentos mediante novas formas de organização da assistência farmacêutica
4. Maior integração com as atividades desenvolvidas pela Secretaria Estadual e pelas demais instituições públicas e
5. Ampliação do acesso de pacientes crônicos ao tratamento, mediante incremento da capacidade de atendimento especializado
6. Aprimoramento da gestão do sistema, mediante estruturação de redes hierarquizadas entre os níveis de assistência e as esferas de governo
7. Melhoria da qualidade do atendimento à população e dos serviços de saúde em geral, especialmente mediante a conscientização e desenvolvimentos dos Recursos Humanos
8. Reforço das mudanças gerenciais e de sistemas de informação e regulação

3 PROGRAMAS

Para dar curso às diretrizes estabelecidas para o quadriênio 2006-2009 quatro grandes programas foram constituídos: a) integralidade da atenção; b) assistência farmacêutica; c) fortalecimento da assistência à saúde: d) SUS com Qualidade.

3.1 Integralidade da Atenção à Saúde

Integralidade da Atenção à Saúde é a maneira de especificar uma abordagem que contemple, de forma conjunta, as ações de promoção, prevenção, atendimento e reabilitação, tanto no que toca a indivíduos quanto no que tange aos contextos comunitários, sempre com o fim de reduzir os agravos à saúde.

Os eixos para estruturar as ações são a ampliação e implementação da estratégia de Saúde da Família, a atenção diferenciada a portadores de doenças crônicas, ampliação da atenção em saúde bucal, otimização dos recursos da atenção pré-hospitalar e hospitalar e o reforço da humanização dos serviços.

Cuidar Sempre: As condições crônicas têm papel importante na morbi-mortalidade do município de São Paulo, englobam doenças e agravos não transmissíveis (Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Doenças cardiovasculares), doenças transmissíveis com evolução prolongada (HIV-AIDS, hepatite, tuberculose, hanseníase), transtornos mentais e, deficiências físicas e estruturais permanentes. O aumento progressivo da população de idosos reforça a necessidade de estruturar o sistema de saúde com enfoque no cuidado contínuo, controle de agravos, prevenção de complicações, reabilitação e promoção de alteração de hábitos de vida.

Mãe Paulistana: Com o objetivo de reduzir a morbi-mortalidade materna e neonatal aprimorar as práticas assistenciais tendo como prioridades: facilitar o acesso e garantir qualidade à assistência ao pré-natal, parto, puerpério e ao recém nascido, identificar e realizar acompanhamento especializado a gestações de alto risco, capacitar a equipe de profissionais de saúde e implantar protocolos de assistência.

Unidades de Assistência Médica Ambulatorial – AMA: Com o objetivo de ampliar o acesso a atendimento médico não agendado a portadores de patologias de baixa complexidade nas áreas de clínica médica, pediatria e cirurgia geral /ginecologia, implementar 30 serviços de atendimento ambulatorial que serão instalados em Unidades Básicas de Saúde e Pronto Socorros isolados, definidos segundo avaliação de demanda e que têm área física compatível. Estes serviços funcionarão das 7 às 19 horas, de segunda-feira a sábado.

As principais ações previstas são:

- Aumentar a cobertura vacinal de Hepatite B e Poliomielite em menores de 1 ano de idade para 95%
- Aumentar a taxa de cura de hanseníase e tuberculose
- Implementar o programa de controle de roedores
- Implantar 120 Serviços de Assistência Domiciliar na Atenção Básica
- Reduzir a mortalidade infantil de 13,89 por 1.000 nascidos vivos para 11 por 1.000 nascidos vivos
- Reduzir a razão de mortalidade materna de 43,6 por 100.000 nascidos vivos para 37 por 100.000 nascidos vivos
- Aumentar a proporção de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal de 65,5 % para 80 % das gestantes acompanhadas
- Implementar 30 Unidades de Atendimento Médico Ambulatorial (AMA)
- Aumentar o nº de equipes de Saúde da Família para 1.200
- Implantar Equipes de Saúde Bucal em 50 Unidades com Programa de Saúde da Família
- Reduzir a taxa de cesáreas de 49,2% para 35% nos hospitais municipais
- Implantar projeto Hospital de Braços Abertos nos hospitais municipais
- Ampliar as bases do SAMU de 38 para 50
- Aumentar o nº de ambulâncias em atividade de 128 para 175

3.2 Assistência Farmacêutica

O acesso ao medicamento é, sem dúvida, um elo indispensável da assistência à saúde. Seu desenvolvimento ficou, nos últimos anos, bem aquém do avanço da assistência em geral. Cabe, portanto, aumentar o acesso aos medicamentos, o que implica implementar todo o ciclo técnico-científico e logístico da Assistência Farmacêutica, com a finalidade de apoiar as ações de saúde. Serão desenvolvidas atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos, elaboração de protocolos de utilização de medicamentos e orientação dos usuários quanto ao uso de fármacos.

Remédio no Posto: Assegurar o acesso à população aos medicamentos padronizados, por meio do abastecimento regular das unidades da rede municipal de saúde, conforme as especificidades dos serviços que a compõe.

Programa Remédio em Casa: Implantar em 100% das Unidades Básicas de Saúde o para portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes cadastrados e acompanhados nas unidades, de acordo com o protocolo.

Principais ações:

- Assegurar abastecimento regular de medicamentos padronizados nas unidades da rede .
- Assegurar abastecimento regular de medicamentos para pacientes com diabetes e hipertensão arterial em 100% das unidades básicas de saúde
- Implantar a dispensação de medicamentos básicos nos Hospitais, Prontos Socorros e Pronto Atendimentos municipais para garantir a medicação pós-alta.

3.3 Fortalecimento da Assistência à Saúde

Realizar a manutenção e expansão da rede de equipamentos de saúde nos vários níveis de complexidade com o objetivo de ampliar o acesso, a qualidade e a eficiência da atenção prestada tendo como base a regionalização, a discriminação positiva das populações mais vulneráveis, a demanda potencial, e o planejamento ascendente das ações.

Principais ações:

- Construir 4 novos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ)
- Construir 15 novas Unidades Básicas de Saúde (UBS)
- Construir / implantar 13 novos Centros de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS Adulto)
- Construir / implantar 7 novos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS Álcool e Drogas)
- Construir / implantar 7 novos Centros de Atenção Psicossocial infantil / adolescente (CAPS Infantil / adolescente)
- Construção / implantar 12 bases do SAMU
- Reformar 392 Unidades de Saúde da rede municipal
- Reformar os 15 hospitais municipais
- Reformar 12 Pronto-socorros municipais

- Reformar 5 pronto-atendimentos
- Construir e equipar 10 Ambulatórios de Especialidades de Alta Resolução
- Implantar 11 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)
- Construir e implantar o Hospital de M'Boi Mirim
- Construir e implantar o Hospital de Cidade Tiradentes

3.4 SUS Com Qualidade

Aprimorar a qualidade da atenção prestada por meio da integração do sistema de saúde, aperfeiçoamento da gestão, formação e capacitação de Recursos Humanos, incorporação de tecnologia em saúde, acompanhamento e avaliação sistemática dos serviços, com a participação ativa do controle social.

Implementar o Sistema de regulação do Município, tendo como objeto as consultas de especialidades, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), leitos de internação e urgência-emergência pré e inter-hospitalar.

Saúde de Braços Abertos Implementar ações, programas e práticas assistenciais que promovam uma cultura de cuidado, participação e diálogo envolvendo usuários, profissionais, familiares, gerentes e gestores.

A Humanização da assistência pressupõe a garantia de acesso, a abordagem integral a saúde, o atendimento de boa qualidade, o trabalho realizado em equipe por profissionais motivados e capacitados de uma rede de serviços de saúde integrada.

Isto significa o aumento de Leitos de especialidade clínica (SUS) regulados através da Central de Leitos de 21% para 50%; 1^{as} consultas de especialidades reguladas através das Centrais Municipais de Regulação de 46% para 60% e aumento significativo de Certificação de Qualidade de serviços da rede própria.

Principais ações:

- Capacitação e desenvolvimento de 70% dos profissionais de nível superior, médio e técnico da Secretaria Municipal de Saúde
- Aprimorar o Sistema de Regulação do Município das consultas de especialidade, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), leitos e urgência/emergência inter-hospitalar
- Implementar Serviços de Atenção aos Usuários (SAU) em todas as unidades de saúde

C a p í t u l o 4

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1 Introdução

Dentre os múltiplos desafios a serem enfrentados pela Administração Municipal nos próximos anos, as melhorias na qualidade e no acesso à educação pública despontam como prioridades.

Particularmente numa sociedade como a brasileira, marcada pela heterogeneidade, a educação é um fator capaz de promover a coesão social. Além de resultados em termos de aprendizagem propriamente dita, os sistemas educacionais podem ajudar na redução das disparidades, criando possibilidades individuais de inserção na sociedade, associadas ao pertencimento a grupos socialmente menos favorecidos, definidos por condições de raça, gênero, perfil socioeconômico da família e outros.

Constata-se que o grande esforço de universalização do ensino fundamental e de expansão do ensino médio, que se assistiu no País na última década, gerou significativos resultados em termos de acesso à educação básica, com 96% das crianças de 7 a 14 anos freqüentando a escola. Esse sucesso, entretanto, não foi acompanhado da melhoria na qualidade do ensino e no desempenho dos alunos. Os resultados das avaliações de rendimento escolar indicam a necessidade de adoção de medidas urgentes que visem a assegurar melhorias no aproveitamento, apontando soluções para os problemas detectados.

No Estado de São Paulo, os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) mostram que a maioria dos alunos da rede pública vem sistematicamente apresentando desempenho crítico, em geral, e, em especial, nas disciplinas de português e matemática. Os resultados obtidos em 2003 mostram que, nessas duas matérias, 45,6% e 63,2% dos alunos, respectivamente, encontravam-se em situação difícil.

O Município de São Paulo reproduz as dificuldades vividas no plano nacional no que diz respeito ao estabelecimento de uma educação pública, universal, de qualidade. A construção de uma trajetória nesse sentido, e a busca de resultados positivos no curto prazo, definem a proposta de atuação na área educacional explicitada neste Plano Plurianual.

2 A situação atual

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo conta com 1.512 escolas, distribuídas em 13 Coordenadorias de Educação. São 459 Escolas de Ensino Fundamental (EMEF), 8 Escolas de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM), 6 Escolas de Educação Especial (EMEE), 14 Centros Integrados de Jovens e Adultos (CIEJA), 2 Centros Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCT), 464 Escolas de Educação Infantil (EMEI), 334 Centros de Educação Infantil (CEI -Direto), 222 Centros de Educação Infantil Conveniados (CEI-Conveniado), e 3 Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI).

São aproximadamente 1,1 milhão de alunos, 52% deles matriculados no Ensino Fundamental, 34% na Educação Infantil, 13% na Educação de Jovens e Adultos e 1% no Ensino Médio. O atendimento a eles é feito por cerca de 70 mil funcionários, 75% deles profissionais do magistério.

Nas escolas de ensino fundamental, médio e de educação infantil, há 572 salas de leitura. Estão em funcionamento 470 laboratórios de informática educativa nas escolas de ensino fundamental, médio, educação especial e nos Centros Integrados de Jovens e Adultos (CIEJA). Outros 56 laboratórios estão em funcionamento nas escolas de Educação Infantil. Há 153 salas de apoio pedagógico, com professores designados. Esses profissionais têm a função de planejar e realizar atividades de apoio aos professores, em conjunto com os coordenadores pedagógicos,

para o atendimento de alunos do ensino fundamental com dificuldades de aprendizagem, bem como atuar junto aos próprios alunos.

O fato de contar com a vinculação de 31% dos recursos de impostos arrecadados e transferidos ao Município, com uma rede de escolas bem estruturada e um quadro de profissionais do magistério de bom nível de formação, contribui para a implementação de uma proposta de trabalho de qualidade.

Já com relação aos principais desafios com que se depara a Rede Municipal de Ensino, destacam-se a necessidade de ampliação do atendimento na educação infantil, e a melhoria da qualidade em todos os segmentos, especialmente no ensino fundamental. Esses dois pontos desdobram-se em um amplo conjunto de programas, que estruturam o plano de trabalho apresentado.

Com relação ao ensino fundamental, a principal dificuldade é a falta de qualidade da rede de escolas: a universalização do ensino fundamental no município vem sendo garantida pelas escolas públicas estaduais e municipais, e 70% das pertencentes à Prefeitura vêm funcionando em três turnos diurnos. A quantidade de alunos por turma é também muito grande, na maior parte das regiões do município, prejudicando o trabalho pedagógico e os seus resultados.

Tais informações indicam a necessidade de racionalização do atendimento e ampliação da rede municipal, bem como a reorganização e a integração do atendimento das duas redes públicas, a estadual e a municipal. Já com relação aos aspectos mais diretamente ligados ao pedagógico, a proposta de trabalho em implantação centraliza a atuação sobre as competências de leitura e escrita.

3 Programas e ações

Visando assegurar o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, a atuação da Secretaria Municipal da Educação está pautada na ampliação e melhoria das condições de oferta em todos os segmentos de responsabilidade do município, no aproveitamento do potencial formativo existente e disperso pela cidade, e na valorização dos profissionais da educação, de forma a criar as possibilidades para a melhoria dos resultados educacionais e garantir oportunidades de inclusão de crianças, jovens e adultos.

Os Programas e ações da Secretaria estruturam-se de forma a incorporar os principais eixos definidos para cada uma das dimensões consideradas: a administrativa, a pedagógica e a de ampliação do atendimento aos alunos no pré e pós-turno e nos finais de semana.

3.1 Dimensão administrativa

Com relação à dimensão administrativa, os principais eixos definem-se da seguinte maneira: pela autonomia das escolas; pela criação das condições de bom funcionamento (infra-estrutura física, equipamentos e pessoal); e pela ampliação da rede municipal (própria e conveniada).

O fortalecimento da unidade escolar e a ampliação de sua autonomia pressupõem a definição de uma lógica de funcionamento da rede que tenha a escola como o centro da ação. A perspectiva é de ampliação do poder de decisão da escola, da sua integração com a comunidade e da possibilidade de controle social por parte da comunidade local.

Entende-se que o fortalecimento do papel social da escola seja essencial para que ela possa oferecer uma educação escolar que contribua efetivamente para o desenvolvimento pessoal

de cada aluno, e permita a construção de seus projetos de vida na complexa sociedade em que vivemos.

Para tanto, especial atenção é dada à integração das redes municipal e estadual de ensino. Face à complexidade da demanda e à dimensão das duas redes no município, a atuação conjunta é essencial para a racionalização do atendimento, possibilitando a redução dos turnos intermediários, da quantidade de alunos por turma e de deslocamentos de alunos.

No que diz respeito à ampliação do atendimento, o grande desafio refere-se à educação infantil. Como esse segmento é muito diferenciado, considera-se a existência de três faixas etárias com características de atendimento distintas: a primeira compreende crianças de 0 e 1 ano; a segunda, a crianças de 2 e 3 anos; e a terceira, a crianças com 4, 5 e 6 anos.

O acesso à primeira série do ensino fundamental se dá quando a criança completa 7 anos. Com relação às crianças de 4 a 6 anos, o atendimento realizado no município já atende a demanda, estando de acordo com as metas definidas no Plano Nacional de Educação. Com relação à faixa etária de 2 a 3 anos, o atendimento é realizado em creches da própria administração municipal e nas conveniadas.

A expansão do atendimento no ritmo e intensidade necessários para suprir a carência de vagas, exigirá a intensificação na realização de convênios. Nessa perspectiva, cabe à Secretaria Municipal da Educação a clara definição de padrões de atendimento, de instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação das atividades e das instituições conveniadas.

Já com relação às crianças na faixa de 0 a 1 ano, essa será feita também por intermédio da intensificação das parcerias com empresas, pela via do cumprimento do estabelecido na CLT, em seu artigo 389, §1º, e nas convenções coletivas das categorias trabalhistas, bem como pelo estímulo a soluções locais, especialmente pela via de convênios, respeitando proximidades com local de moradia ou de trabalho, tempo de permanência no trabalho e outras.

No ensino fundamental, além da racionalização da utilização da rede física existente, com a substituição da totalidade das escolas e classes metálicas, estão previstas construções de novas escolas. O objetivo disso é extinguir os turnos intermediários, reduzir a quantidade de alunos por turma e atender as crianças em escolas próximas às suas casas. Melhorias nas instalações e equipamentos das escolas estão também previstas.

A racionalização da utilização da rede tem como um de seus componentes a maximização da proximidade da escola do local de residência dos alunos, o que remete à questão do transporte escolar. Aqui também a situação é crítica. Na perspectiva de descentralização, a racionalização da rede de escolas municipais associa-se à descentralização do transporte escolar, com vistas a imprimir uma lógica local à questão do transporte de alunos, favorecendo a visibilidade e o controle social sobre os serviços prestados.

Também no segmento de educação de jovens e adultos trabalha-se com a expansão do atendimento vinculada à melhoria da qualidade, compreendida pela perspectiva da aprendizagem formal e da preparação dos jovens e adultos para o trabalho. A reformulação dos cursos privilegia a inserção de conteúdos e práticas pedagógicas que propiciem uma formação orientada nesse sentido, bem como a articulação com cursos profissionalizantes, de nível básico, ofertados por instituições públicas e privadas.

3.2 Dimensão pedagógica

Com relação à dimensão pedagógica, o desafio é fazer com que as ações implementadas no sistema cheguem às salas de aula e alterem a relação entre ensino e aprendizagem. Entende-se que, para que as transformações nas escolas se consolidem em práticas coerentes, é necessário que as ações de formação apóiem diretamente os professores na sua atuação na sala

de aula, canalizando as concepções educacionais discutidas e as competências profissionais trabalhadas para a garantia de melhores condições de aprendizagem aos alunos.

Parte-se da constatação de que há na rede profissionais e recursos disponíveis para implementar uma proposta de trabalho de qualidade, para ampliar a competência em leitura e escrita dos alunos.

Nesse sentido, colocam-se como metas:

- Consolidar a organização e funcionamento da rede como espaço de autoria na formação continuada e produção do conhecimento didático.
- Alfabetizar todos os alunos do 2º ano do Ciclo I em diante.

Na educação infantil, a prioridade é dada por “focar o cuidar, o educar e a cultura da infância, como eixos nos fazeres cotidianos dos CEIs e EMEIs”.

Com base no reconhecimento de que o processo de descentralização e de autonomização das escolas seja acompanhado de ampliação das responsabilidades administrativas, assume-se e reitera-se a dimensão pedagógica como aquela que articula a gestão escolar. E é com base nesse reconhecimento que também as ações e projetos da Diretoria de Orientação Técnica da Secretaria Municipal da Educação (DOT/SME) reorientam-se de forma a serem incorporados nos projetos pedagógicos das unidades educacionais.

No que se refere aos processos de formação, assumem-se as unidades educacionais como centrais, de forma coerente com a diretriz de fortalecimento das escolas. Isso significa que a formação de professores é definida e planejada a partir das necessidades reais de cada unidade escolar, o que se realiza com base no trabalho conjunto com as 13 Coordenadorias de Educação.

Os principais projetos desenvolvidos por DOT/SME organizam-se segundo a estrutura da diretoria, que é composta por um núcleo - Círculo de Leitura e Escrita; e três divisões: de Ensino Fundamental, Médio e Educação Especial; de Educação infantil; e de Educação de Jovens e Adultos.

3.2.1 Círculo de Leitura e Escrita

Esse Núcleo é responsável pela coesão das propostas de formação de leitura e escrita, definidas como prioridade da Secretaria e que permeiam a atuação das Divisões de Ensino Fundamental e Médio e de Educação de Jovens e Adultos. Seguem-se os principais projetos e atividades do núcleo.

- ***Gestão Pedagógica – ler e escrever na escola***

Os objetivos são dados por: (i) fortalecer a rede; (ii) criar condições institucionais favoráveis à aprendizagem da leitura e da escrita; e (iii) melhorar os resultados da aprendizagem da leitura e da escrita.

Trata-se de proposta de formação que se apóia na integração dos atores envolvidos, suas necessidades e expectativas e, portanto, não consiste de modelos prontos. Dados seus objetivos de formação de leitores e escritores competentes, volta-se ao ensino fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Estruturam-se as ações por meio de adesão, tanto da Coordenadoria de Educação quanto das escolas, e no caso destas últimas envolve a participação completa da equipe pedagógica: diretor, coordenadores pedagógicos e supervisores que as acompanham. As ações de formação

se desenvolvem nas coordenadorias de educação, que constituem equipes escolares que se responsabilizam pelas condições de formar alunos escritores e leitores competentes.

A proposta prevê a participação de todas as escolas, porém o processo de implantação é gradual, por depender de adesão, e o processo é realizado em grupos de trabalho com no máximo dez escolas, que podem ocorrer em paralelo ou sucessivamente.

- ***SOS OSL – Orientadores das Salas de Leitura***

Tem por objetivos: (i) tornar a sala de leitura um espaço mais organizado e melhor aproveitado; (ii) potencializar a formação de leitores dentro da escola.

A ação constitui-se de oficinas com os professores habilitados em planejar e realizar atividades nas salas de leitura das escolas. Tem o caráter de realização de atividades práticas, discussões e aprendizagem de procedimentos para potencializar a formação de leitores dentro da escola.

Visa contribuir para o fortalecimento das práticas desses professores, e parte da constatação de que a maioria das escolas tem uma sala de leitura composta por um acervo de boa qualidade, e conta com professores habilitados a utilizá-las.

- ***Por dentro da sala de aula***

Esta ação tem por objetivo apoiar as equipes DOT das Coordenadorias responsáveis pelo trabalho de leitura e escrita, na perspectiva de constituir e formar equipes de formadores. Trata-se de atividade de suporte do Círculo de Leitura e Escrita às equipes de DOT nas coordenadorias, fornecendo subsídios didáticos e metodológicos para o trabalho de formação desenvolvido por essas equipes junto aos professores da rede.

3.2.2 Ensino fundamental, médio e educação especial

Esta Divisão tem como finalidade de: articular, acompanhar e avaliar os projetos e programas que compõem as ações do Ensino Fundamental e médio junto às coordenadorias e escolas; contribuir para o debate e reflexão sobre a cultura institucional presente na rede, em favor da aprendizagem dos alunos e transformação da escola em um ambiente de aprendizagem permanente para todos os seus segmentos; acompanhar o trabalho realizado nas coordenadorias, contribuindo para a formação de formadores; produzir documentos norteadores da implementação das políticas da SME para o Ensino Fundamental e Médio.

Dentre as ações em desenvolvimento, as prioritárias associam-se ao desenvolvimento da competência leitora e escritora no Ciclo II, acreditando que outras ações, como o Educom e o Mão na Massa possam também contribuir para a aprendizagem dos alunos. Segue-se uma breve descrição desses programas.

- ***Desenvolvendo a competência leitora e escritora no Ciclo II***

Tem por objetivo melhorar a competência leitora e escritora dos alunos do ciclo II do Ensino Fundamental. Estrutura-se de forma a definir e realizar ações de formação junto às equipes

DOT das Coordenadorias de Educação, na perspectiva de constituir e formar equipes de formadores que, por sua vez, atuarão junto às equipes das escolas. Para tanto, compreende duas etapas: a primeira, de diagnóstico; a segunda, envolvendo ações de formação propriamente ditas. Além disso, inclui a oferta de cursos opcionais a professores voltados a discutir as orientações didáticas das práticas de leitura e escrita nas diferentes áreas do conhecimento.

- ***Mão na Massa – iniciação científica no Ciclo I***

Este projeto vem sendo implementado na rede desde 2001, e é fruto de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação, a Academia Brasileira de Ciências e o Consulado Francês em São Paulo. Tem por objetivo a construção de conceitos e procedimentos científicos a partir de metodologia investigativa. Visa também ao desenvolvimento da comunicação oral e escrita.

Atualmente, o projeto é desenvolvido em 40 escolas. O objetivo da Secretaria é garantir a continuidade do projeto e desenvolver instrumentos e mecanismos de acompanhamento e avaliação nas escolas participantes, para definir as condições para a sua ampliação para outras coordenadorias e escolas. Para tanto, as ações de formação dos professores e equipes estão sendo continuadas.

- ***Nas ondas do Rádio-Educom***

O projeto foi implantado na rede entre 2001 e 2004. As equipes das 455 escolas de Ensino Fundamental e Médio passaram por formação em Edu-comunicação, e 244 delas receberam equipamentos (uma estação de rádio e 10 caixas receptoras). O projeto contribui como mais um aliado para o desenvolvimento da competência escritora, leitora e a oralidade de crianças e jovens.

O projeto será continuado e incrementado, envolvendo a formação de equipes DOT das Coordenadorias de Educação, coordenadores pedagógicos das escolas e alunos. As atividades destinam-se essencialmente a escolas que ainda não iniciaram os projetos e àquelas que desejam aprofundá-lo. Estão previstas compras de novos equipamentos para as escolas, bem como remanejamentos das que não pretendem utilizá-los.

3.2.3 Divisão de Educação Infantil

Esta divisão tem entre suas propostas atuar na formação continuada de gestores pedagógicos das EMEIs e CEIs (diretores e coordenadores pedagógicos) e das Coordenadorias de Educação (supervisores e demais educadores), focando a otimização dos tempos e espaços de aprendizagem e o educar e cuidar, de forma indissociável, tendo a cultura da infância como pressuposto básico.

3.2.4 Divisão de Educação de Jovens e Adultos

Esta divisão é responsável pelo atendimento dos jovens acima de 15 anos e adultos das escolas de Ensino Fundamental, dos CIEJAs (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), MOVA (Movimento de Alfabetização) e CMCT (Centro Municipal de Capacitação e Treinamento). Apesar de atender o mesmo público, as ofertas na rede são diversificadas: a EJA

atende a escolaridade completa do Ensino Fundamental (Ciclos I e II); o MOVA, alfabetização inicial; os CIEJAs, a formação do Ensino Fundamental complementada com o ensino profissionalizante básico; e o CMCT, somente a educação profissional de nível básico.

As ações compreendem todos os segmentos, particularmente aquelas de formação voltadas à EJA, nos Ciclos I e II, e estão atreladas à proposta sobre ler e escrever assumida para o ensino fundamental.

3.3 Dimensão de ampliação do atendimento

Com relação à dimensão de ampliação do atendimento aos alunos no pré e pós-turno e nos finais de semana, o programa São Paulo é uma Escola que articula o conjunto das ações desencadeadas pela Secretaria Municipal da Educação.

O programa tem por objetivo geral organizar as oportunidades de inclusão de crianças, jovens e adultos no contraturno da escola, numa perspectiva educativa que compreende as práticas pedagógicas, culturais e sociais, por meio de atividades significativas e relevantes nas escolas e nos espaços públicos da cidade, que se torna educadora, fortalecendo a Escola Pública em seu papel fundamental de promover e assegurar a educação de qualidade para todos. Destina-se a alunos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio das escolas da rede pública municipal, cujas famílias tenham aderido ao Programa.

O Programa São Paulo é uma Escola que parte da constatação de que a cidade tem excepcional potencial formativo, que pode ser mobilizado, complementando as atividades realizadas nas escolas, de forma a realizar um trabalho pedagógico consistente. No âmbito desse programa, a Secretaria Municipal de Educação organizará gradualmente a realização desse potencial, proporcionando aos alunos a oportunidade de usufruir das condições que propiciem vivências diversificadas, ampliando as possibilidades de formação oferecidas pela escola.

As atividades implementadas no âmbito do programa seguem as diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e vinculam-se aos projetos pedagógicos da escola, partindo do princípio de que o conhecimento se constrói numa perspectiva sócio-histórica, que inclui aspectos culturais e psicológicos, e supõe a interação entre os indivíduos que participam do processo formativo. A implementação do programa pressupõe, portanto, o estabelecimento de fortes vínculos interdisciplinares, propiciados pelas vivências diversificadas, e a efetivação de um modelo participativo na rede de ensino, definido a partir do engajamento de instituições públicas, não governamentais e privadas, bem como de cidadãos. Em essência, trata-se de organizar ações que ampliem o tempo e o espaço das crianças e jovens sob o estímulo da escola, e de setores da comunidade a ela engajados, nos objetivos de formação.

O programa abrange três dimensões: organização da vida escolar dos estudantes; de ações culturais e esportivas; e de ações promotoras de saúde.

Na sua primeira dimensão, a de organização da vida escolar dos estudantes, o programa favorece a implementação de uma concepção de educação integral, envolvendo ações pedagógicas referidas a atividades de reforço, recuperação paralela e orientação para o desenvolvimento de hábitos de estudo, com ênfase nas atividades de leitura e escrita. Inclui também ações na área de informática, tendo como um de seus objetivos principais propiciar a inclusão digital, essencial no processo formativo dos cidadãos. Atividades artísticas e na área de educação física, orientadas por professores da rede municipal, incluem-se nessa dimensão.

Na dimensão de organização de ações culturais e esportivas, as atividades programadas e inseridas no projeto da escola podem se estender para outros espaços, além do escolar, onde se

organizem atividades sociocomunitárias que contribuam para o desenvolvimento de crianças e jovens.

Na dimensão da saúde e educação, trabalha-se com o conceito de Escola Promotora de Saúde: é aquela que tem uma visão integral da criança e do jovem, em seu ambiente familiar e social, e que fomenta o seu desenvolvimento saudável, promovendo relações construtivas e harmônicas. Essa escola promove atitudes para a saúde, conta com instalações adequadas e atmosfera psicológica positiva para a aprendizagem, estimulando a autonomia, criatividade e participação dos alunos e da comunidade escolar.

As ações a serem desenvolvidas são:

- De detecção de situações de risco à saúde;
- Na área de saúde bucal;
- Na área de saúde mental;
- Na área de desenvolvimento da linguagem;
- De proteção ou prevenção auditiva;
- Voltadas para a inclusão de pessoas com deficiências;
- Sobre temas de saúde tais como: educação sexual e prevenção de DST/AIDS, prevenção ao uso de drogas, ao uso abusivo de álcool e tabaco, prevenção da gravidez na adolescência, cuidados com a própria saúde, violência e saúde, e acolhimento e inclusão de pessoas com deficiência ou sofrimento mental.

Grande parte das condições prévias necessárias para a implantação do programa já foram realizadas, incluindo: a normatização das condições para a celebração de convênios da Secretaria com ONGs, fundações, institutos e associações para o desenvolvimento de atividades dentro do programa; a regulamentação do repasse de recursos para as Associações de Pais e Mestres, para a implementação dos projetos e atividades no âmbito do programa. O processo de capacitação para professores e para educadores comunitários já foi iniciado, e diversos projetos vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria, com o intuito de organizar um conjunto de atividades que compõem o programa. Cabe a cada escola a estruturação de projetos no âmbito do programa, com a programação das atividades a serem desenvolvidas, bem como a sua implementação.

Projetos específicos apoiados na utilização de equipamentos públicos, visando a agilizar a implantação do Programa e levando em conta características específicas de cada região, vêm sendo implementados pela Secretaria. Dentre eles, destacam-se:

- Sambódromo – nesse espaço organizam-se oficinas culturais, esportivas, de línguas estrangeiras e atividades de acompanhamento escolar.
- Balneários – nos 24 balneários distribuídos pela cidade organizam-se atividades de práticas esportivas.
- Centros Educacionais Unificados (CEU) – as instalações dos CEUs favorecem a implementação do programa nessas escolas e também naquelas de seu entorno. A formas de organização das oficinas desenvolvidas nesses espaços seguem os procedimentos adotados para o Sambódromo.
- O Centro Pode Ser Uma Sala de Aula – integra-se ao Projeto de Revitalização do Centro e ocorre sob a coordenação da Subprefeitura da Sé, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e apoio de outros parceiros. Garante o acesso dos alunos das escolas municipais ao patrimônio cultural do centro da cidade, numa perspectiva de enriquecimento cultural, articulando conteúdos de história, geografia, ciências da natureza e meio ambiente.
- Ibirapuera – Assim como em outros parques da cidade, este projeto ocorre sob a supervisão da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e desenvolve atividades culturais, esportivas e de meio ambiente para as escolas de seu entorno. No caso específico do Projeto Ibirapuera, incluem-se atividades no Museu Afro Brasil, Museu de Arte Moderna (MAM) e Pavilhão da Bienal.

C a p í t u l o 5

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1 Diagnóstico

1.1 Introdução

O objetivo central da política de habitação é a universalização do acesso à moradia, direito estabelecido na Constituição Brasileira.

Soluções diversificadas para atender às necessidades habitacionais da população são bastante conhecidas. Resta, porém, oferecer alternativas adequadas às aspirações e condições socioeconômicas das famílias, para que o déficit e as necessidades habitacionais sejam progressivamente eliminados.

Os programas, nesse sentido, precisam ter caráter permanente e suas condições de acesso devem ser democratizadas com equidade. O tratamento a ser dado aos beneficiários, do ponto de vista econômico e social, ou quanto à atribuição de prioridades de atendimento, deve garantir direitos e deveres iguais para grupos homogêneos da população. Além disso, os programas e projetos devem ser acompanhados, monitorados e ter seus resultados técnicos, econômicos, sociais e operacionais avaliados de forma profissional, sem permitir que fatores externos distorçam seus resultados.

A renda insuficiente para adquirir ou alugar habitações adequadas, e a falta de oferta, pelo poder público, de habitações acessíveis às famílias mais pobres, são as causas mais importantes do déficit habitacional. Essa situação resulta de uma combinação básica de dois fatores:

Renda x Custos da moradia - 22% da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza. A renda disponível é gasta em alimentação, nada restando para o pagamento das despesas e serviços da habitação. O alto custo da terra disponível e da habitação, e o financiamento insuficiente, geralmente direcionado às famílias de renda média, explicam o grande número de famílias vivendo em assentamentos informais e em moradias ilegais e precárias;

A falta de direcionamento das ações públicas - Os recursos do Orçamento Geral da União, que de fato são os únicos direcionados para os programas de urbanização de sub-habitações, ainda representam pouco mais de 2% do total de R\$ 42,5 bilhões do SFH e recursos da Caixa Econômica Federal. Mesmo considerando que 70% dos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) venham a atender famílias de até 5 salários mínimos, pode-se constatar que somente 11% dos recursos do sistema atual, controlados pela esfera federal, são direcionados para as faixas mais carentes.

1.2 O diagnóstico atual

Pode-se afirmar que os problemas se concentram na falta de gestão adequada e de um sistema de informações a ser compartilhado com todos os atores participantes da cadeia produtiva da habitação de interesse social, mais do que na falta de recursos.

O orçamento da Caixa Econômica Federal, no item habitação, e especialmente para a população de baixa renda, nunca é realizado, sobrando recursos para serem aplicados nos anos subsequentes. O Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado em 1999 para aplicar, em 2 anos, R\$ 3 bilhões de reais para atender famílias de até 4 salários mínimos, encontra-se no 6º ano de vida, com saldo de recursos, e redirecionado para renda de até 6 salários mínimos.

1.3 A revitalização do Centro

O Plano de Revitalização do Centro da Cidade de São Paulo, que abrange um conjunto de ações, inclui o Plano de Habitação e deve orientar o dimensionamento e a aplicação dos programas habitacionais que podem ser viabilizados para esta região.

São grandes as disponibilidades de áreas e, sobretudo, edifícios desocupados na região central: prédios a serem reformados ou adaptados com mudança de uso, construções deterioradas que podem ser substituídas por edifícios residenciais, regiões com baixa densidade populacional, todos constituem possibilidades para o provimento de alternativas de moradia. A existência de mais de 40 mil unidades habitacionais vagas na região, sem levar em conta as moradias de uso ocasional, é fator importante na articulação dos programas de financiamento e ações com o mercado privado.

A proximidade com sistemas de transportes, de infra-estrutura urbana e comercial, de equipamentos de uso coletivo, ao lado do equilíbrio na diversidade de usos das demais construções, são fatores igualmente relevantes na definição e viabilização de projetos habitacionais, com vistas a compatibilizar o perfil da população a que se dirigem os empreendimentos, com os usos mais predominantes dos diferentes trechos de intervenção no centro da cidade.

As instalações do judiciário, do funcionalismo público estadual e municipal, dos trabalhadores da área financeira, da rede hoteleira, dos restaurantes, dos equipamentos de educação e cultura, do comércio e do sistema de segurança, são exemplos de setores que oferecem grande volume de empregos e podem ter soluções de moradia compatíveis com suas necessidades, ofertadas nos programas habitacionais propostos.

Para que a produção e a ocupação habitacional, associada ao processo de revitalização, tenha maior velocidade, será determinante aumentar a capacidade de integração dos investimentos públicos e privados, com as sincronias necessárias, ao lado da ação pró-ativa dos organismos governamentais para a aprovação dos planos e projetos.

1.4 O conceito de moradia e a integração das ações públicas

Condições diferenciadas de financiamento, subsídio e recursos a fundo perdido têm sido utilizadas para atender a famílias em soluções habitacionais diversificadas, por vezes altamente subsidiadas, por falta de critérios de seleção e de formas de adjudicação.

A oferta de alternativas de moradia deve ocorrer em conformidade com a capacidade das pessoas e famílias de disporem de renda para custear as despesas decorrentes do tipo de solução ofertada. O custo de produção destas alternativas, e o custo de manutenção na pós-ocupação, precisam ser compatíveis com a capacidade do poder público e das fontes de recursos disponíveis, em função da dimensão da demanda e da velocidade desejada para o atendimento.

Para uma parcela da população que não dispõe de condições socioeconômicas para aquisição, é preciso que a área da habitação produza soluções de moradia sintonizadas com a área da assistência social, que deve gerir as unidades e pessoas atendidas. Por isso, a moradia deverá ter o seu conceito ampliado, abrangendo desde o abrigo temporário para atendimento imediato da população em situação de rua, até a habitação individualizada, alugada ou adquirida, que servirá de moradia permanente para a família.

Assim, deverá ser viabilizada a produção de novos equipamentos de abrigamento e moradia transitória, com tipologias que considerem as necessidades das pessoas em função da situação em que se encontram. Devem ser construídos albergues gerais, com quartos e banheiros

coletivos, ou especializados, para grupos reduzidos, onde serão tratados casos de dependência química e distúrbios mentais. Ou então, sistemas de pensionato, abrigos coletivos, acomodações para um número reduzido de pessoas, com pagamento simbólico, com permanência semanal ou mensal, para pessoas sós ou famílias, que devem constituir o segundo estágio do processo de atendimento. E também moradias transitórias, dotadas de acomodações mais individualizadas, para pessoas e famílias, com pagamentos módicos incluindo contas de água, energia e outros custos, conforme o caso, com prazo de ocupação limitado, constituem-se o terceiro e último estágio para a autonomia do sistema de abrigamento social.

2. As propostas e desafios para a Cidade de São Paulo

As necessidades habitacionais prioritárias estão representadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Necessidades Habitacionais Prioritárias					
Indicadores	Favela	Loteamentos Irregulares de Baixa Renda	Conjuntos Habitacionais	Cortiço	Moradores de Rua
População	1.160.597	1.062.158	89.760	38.512	8.706
Domicílios	291.983	283.476	24.000	14.617	3.212
Habitantes por Domicílio	3.97	3.74	3.74	2.63	2.71

Fonte: Plano Municipal de Habitação

O atendimento a essas necessidades habitacionais é um grande desafio. Mas ele poderá ser enfrentado com a parceria dos agentes promotores públicos nos três níveis de governo, e com a iniciativa privada, por meio de programas estratégicos de ação.

2.1 Objetivos estratégicos de ação

Os seguintes objetivos estratégicos foram articulados e detalhados para pautar a política habitacional a ser implementada na atual gestão da Secretaria de Habitação:

- a) **Implantação de sistemas de informações habitacionais** Implantar um sistema integrado com os bancos de dados originários dos cadastros de demanda e oferta habitacional – pública e privada - no município.
 - Estruturar um Banco de Dados com mecanismos que integrem as informações cadastrais dos diversos órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos, bem como da indústria da construção.
 - Diagnosticar detalhadamente o perfil dos imóveis vagos no município de São Paulo.
- b) **Implantação de um sistema de controle e avaliação**
 - Acompanhar e avaliar todas as ações e programas da política habitacional, no sentido de reorientar as suas diretrizes.
- c) **Crítérios de seleção e classificação de beneficiários**
 - Fixar critérios de seleção transparentes e democráticos, de acordo com os programas a serem promovidos pela Prefeitura e pelos diversos órgãos promotores no município.
- d) **Instituição de um cadastro de terrenos**

- Criar um cadastro de terrenos de propriedade da COHAB-SP, ou da Municipalidade (bens dominiais), e das empresas públicas e companhias municipais, bem como com informações relativas a terrenos remanescentes de desapropriações ou de operações urbanas promovidas pelo Município ou pelo Estado, no sentido de aumentar as opções de terrenos (localização e demais características) para as alternativas de programas habitacionais a serem implementadas;
 - Identificar e cadastrar terrenos de propriedade da iniciativa privada, com características adequadas ao desenvolvimento de programas habitacionais, no sentido de promover sua utilização diretamente, em parceria ou utilizando os instrumentos do Estatuto da Cidade.
- e) Implantação de novos empreendimentos habitacionais**
- Priorizar a ação em terrenos que (i) sejam remanescentes de conjuntos habitacionais já executados; (ii) de propriedade da COHAB-SP, administrados por HABI e os bens dominiais do município; (iii) remanescentes de desapropriações de obras públicas, com características para programas habitacionais; (iv) com disponibilidade de infra-estrutura, ou passíveis de extensão de redes; (v) que estejam localizados em regiões objeto de intervenção urbana, áreas degradadas, ou próximas a favelas e outras formas de assentamentos precários; e (vi) que estejam em áreas de baixa densidade populacional e próxima a eixos de transportes públicos.
- f) Provimento de soluções de moradias progressivas**
- Desenvolver programas habitacionais promovidos de forma integrada pela Secretaria da Habitação, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e demais secretarias municipais e estaduais, no sentido de dar soluções de abrigo às pessoas instaladas em moradias precárias (cortiços, prédios invadidos, favelas, barracos e outras formas de sub-habitação), pessoas em trânsito pela cidade e em evolução social, sem renda para aquisição de habitação autônoma, mesmo que fortemente subsidiada.
 - Localizar empreendimentos em regiões estratégicas do município, para atendimento a necessidades da demanda nos distritos e subprefeituras onde elas realmente ocorrem.
- g) Agilização da aprovação e regularização dos empreendimentos habitacionais**
- Agilizar e desburocratizar os procedimentos de aprovação de novos loteamentos e empreendimentos habitacionais, e priorizar os programas de regularização dos empreendimentos já implantados.
 - Ampliar o uso da Internet e Intranet para possibilitar a descentralização dos serviços da municipalidade via subprefeituras ou mesmo via Internet.
- h) Melhoria da qualidade das obras físicas**
- Definir as formas de execução das obras de acordo com as diversas modalidades de programas oferecidos, com a adoção de procedimentos de controle de qualidade de obras e serviços contratados, por meio de um Programa de Qualidade para Projetos, Obras e Serviços Habitacionais.
- i) Apropriação dos custos e atribuição dos valores de pagamento**
- Contabilizar todos os custos diretos e indiretos incidentes em cada empreendimento, por programa, projeto e operação, especificando-se os recursos envolvidos por fonte e por beneficiário final;
 - Segregar e tornar transparentes os custos incidentes e não incidentes no valor a ser repassado às famílias, e conseqüentemente a ser assumido pelos demais parceiros no empreendimento habitacional.
- j) Alternativas de comercialização e outras formas de ocupação da moradia**
- Estabelecer condições e formas diversificadas de ocupação da moradia, com a possibilidade de promover a mobilidade da população beneficiada de acordo com suas aspirações e condições socioeconômicas.
 - Estudar formas de utilização de parcela do estoque de imóveis vagos no município, na forma de locação, condomínios, pensões, repúblicas ou outras formas de ocupação.

k) Sistemas de financiamento, locação e/ou pagamento de serviços da moradia.

- Rever as condições de financiamento do Fundo Municipal de Habitação, alinhado às condições dos financiamentos concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação e pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado - CDHU.
- Fixar os parâmetros e condições de pagamento das demais formas de ocupação da moradia: locação, leasing, permissão de uso, hospedagem etc.

l) Aplicação de política de subsídios

- Definir os parâmetros para que o subsídio seja sempre explícito e tenha seu valor fixado de acordo com o programa, tipo e valor da unidade habitacional e forma de adjudicação. O financiamento deverá ser sempre pessoal e intransferível, variando de acordo com a renda familiar dos beneficiários, e será parametrizado para todas as alternativas de moradia ofertadas.

m) Ação em favelas e outras formas de degradadas

- Priorizar a manutenção das famílias no próprio local da favela, por meio de projetos de urbanização e verticalização das favelas. Em caso de remoção por obra pública, emergência social ou insalubridade, priorizar soluções habitacionais que mantenham as famílias na região onde está situada a moradia atual.

n) Incentivo à iniciativa privada no Programa de Revitalização do Centro

- Induzir o processo de construção, reforma e/ou recuperação de prédios vagos, com oferta de projetos pré-aprovados, financiamento assegurado, demanda pré-selecionada, com concessão de vantagens fiscais e incentivos do Plano Diretor.
- Estimular a ocupação e destinação habitacional para o estoque de imóveis vagos, com condições imediatas de uso.

o) Desenvolvimento institucional/capacitação técnica e operacional

- Aperfeiçoar e instrumentalizar os setores de atendimento ao público, com vistas a melhorar o atendimento ao usuário público e a racionalização dos processos de trabalho internos.

2.2 Propostas de programas e Projetos Estratégicos

2.2.1 Programa de Provisão de Moradia

Programa de Produção de Habitações – COHAB

Objetiva promover conjuntos habitacionais de interesse social, em terrenos adquiridos ou do patrimônio do município, para serem financiados às famílias demandatárias dos demais programas, segundo critérios de prioridade a serem estabelecidos.

Os recursos serão de fontes de financiamento oficiais nacionais (programas da Caixa, BNDES), estaduais (ICMS), municipais (Fundo Municipal de Habitação - FMH, Orçamento do Município ou Companhia Metropolitana de Habitação – Cohab) ou de organismos internacionais. A participação do FMH será sempre em contrapartida a estes recursos, exigindo-se uma participação mínima dos beneficiários, conforme sua condição socioeconômica e do programa habitacional.

Programa Carta de Crédito

Objetiva complementar as demais ações de provisão de moradias, permitindo que determinadas categorias sociais ou funcionais possam aceder à moradia: funcionários públicos e policiais, por exemplo, nas modalidades de (i) construção de imóvel novo; (ii) reforma, ampliação e melhoria da habitação; e (iii) aquisição de imóvel usado. Pretende também ampliar os efeitos do

Programa Estadual CDHU/Nossa Caixa já existente, como apoio ao Programa de Melhorias Habitacionais/Urbanização integrada de Favelas. Buscar-se-á impulsionar a reforma de moradias populares em terrenos legalizados ou em processos de legalização, tornando-as menos insalubres.

– Os recursos das diversas fontes serão orientados para programas: (i) com situação fundiária regularizada ou regularizável (FMH, Caixa, CDHU etc.) ou (ii) para situações de atendimento via verba para solução de moradia, definida pela própria família (verba de atendimento etc.).

– Serão priorizados os terrenos de propriedade da COHAB, remanescentes de conjuntos habitacionais já implantados.

Programa Mutirão

– Objetiva prover financiamento de materiais para a construção em regime de autoconstrução ou de mutirão, por associações de moradores, em bairros estratégicos da cidade e prioritariamente nas ZEIS.

– Estimular o associativismo e a autogestão do empreendimento, feito com etapas da construção contratadas e com sistemas pré-fabricados. A escala de produção deve ser controlada, os projetos de arquitetura devem ser de qualidade e adaptados a cada comunidade.

– É essencial que a escala de intervenção seja pequena no canteiro e no bairro, com volumes controlados de recursos a serem repassados.

2.2.2 Programas de Melhorias Habitacionais e Urbanas

Programa Áreas de Risco

– Objetiva atender as famílias que moram em áreas de risco, identificadas pelos órgãos da Defesa Civil, priorizando uma atuação integrada nesses loteamentos, quando possível, com obras de recuperação urbana e ambiental. Esse projeto deverá identificar a construção de conjuntos habitacionais pela Cohab, adaptados ao perfil das famílias, ou ainda a concessão de cartas de crédito ou fiança locatícia.

Urbanização integrada de favelas

– Objetiva intervir nos núcleos habitacionais irregulares (favelas, loteamentos) com o objetivo de promover operações integradas com projetos de melhorias, reformas, urbanização, desfavelamento, reassentamento e de projetos sociais de inclusão social.

– Projetos associados: espaços culturais (centros de cultura); parques e praças; educação ambiental.

2.2.3 Programas de regularização urbanística e fundiária

Regularização de loteamentos

– Promover a regularização de loteamentos com a oferta de soluções alternativas à população moradora em situação precária ou de risco (autofocalização). Divulgar a relação de loteamentos em site ou no Portal da Habitação, e especialmente nas subprefeituras (praças de atendimento).

Regularização dos empreendimentos da COHAB e SEHAB

– Promover a regularização dos empreendimentos – conjuntos e mutirões -, para possibilitar a entrega dos contratos, escrituras definitivas ou termos de uso, quando for o caso.

2.2.4 Programas de requalificação urbana e ambiental

Programa Mananciais

Objetiva atuar nos bolsões de moradia de baixa renda, prioritariamente nas bacias dos reservatórios Guarapiranga e Billings, por meio de Projetos Urbanos Integrados:

- Prioridade aos bairros com forte mobilização social, com saneamento básico já instalado, com ações do Ministério Público e que apresentem perspectivas de regularização urbanística no novo marco legal dos mananciais.
- Programa em parceria com os governo do Estado e Federal, e Banco Mundial.

Programa Revitalização do Centro

Objetiva ampliar as ações em andamento para dotar os bairros centrais da capital, e em especial a área Sé-República, de habitação e serviços de qualidade, dada a oferta abundante de infra-estrutura.

2.2.5 Programa de Atuação em Cortiços

Revisar e ampliar as ações em andamento, por meio de maior parceria com o Estado e a CDHU, fixando critérios de seleção das melhores oportunidades para a reforma de casarões/edifícios e construção de prédios novos em pequena escala (recuperação de quarteirões/bairros). Programas associados, a serem ofertados de acordo com as condições socioeconômicas da população beneficiária: (i) Fiança Locatícia para a baixa renda; (ii) Carta de Crédito para aquisição de imóveis de baixo custo; (iii) Locação social; (iv) moradia transitória; e (v) bolsa aluguel.

2.2.6 Programa de Incentivo à Iniciativa Privada

- Promover o incentivo à iniciativa privada para a construção, reforma e requalificação de imóveis para o setor de classe média e média baixa (no Centro e Centro Expandido). Realizar oferta pública de imóveis passíveis de serem enquadrados no programa, com alternativas de projetos de reforma/requalificação pré-aprovados pela SEHAB, e financiamento para as obras e ao beneficiário garantidos, e com a demanda pré-selecionada, além de contar com as vantagens do Plano Diretor Integrado;
- Estimular o aproveitamento de imóveis vagos na cidade, para uso habitacional em curto prazo.

2.2.7 Recuperação Física dos Conjuntos da COHAB e SEHAB

Promover ações de recuperação dos imóveis, áreas condominiais, comerciais, áreas verdes, livres e de lazer dos conjuntos habitacionais da COHAB e SEHAB. O Programa pretende, por meio de um diagnóstico participativo, mobilizar vários agentes da comunidade, da iniciativa privada e do terceiro setor para, em conjunto com as subprefeituras e demais secretarias municipais, incrementar as condições de vida e de sociabilidade dos moradores.

2.2.8 Programas de moradia social

Moradias Transitórias

- Implementar programas habitacionais de caráter social (albergues, abrigos, hospedagens sociais, moradias provisórias, moradias para idosos) para atendimento a demandas específicas na cidade: pessoas em situação de rua, moradores em cortiços, prédios invadidos, favelas, barracos e outras formas de sub-habitação, pessoas em trânsito pela cidade e em evolução social que não têm condições socioeconômicas de serem atendidas em habitação individualizada, ou que a moradia definitiva não se constitui solução (para a pessoa ou família).
- As moradias progressivas deverão ser viabilizadas por meio de ações e projetos integrados entre os diversos órgãos diretamente envolvidos com a moradia no município: SEHAB / HABI, COHAB, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e as subprefeituras. O atendimento das famílias ou pessoas em cada uma das soluções ofertadas dar-se-á segundo critérios a serem estabelecidos de comum acordo com esses órgãos, levando-se em conta sua atual situação de moradia.

2.2.9 Locação Social / Bolsa Aluguel

Atender famílias – em imóveis públicos ou de propriedade particular - para as quais a moradia adquirida não se constitui solução no momento do atendimento, ou que a locação ou bolsa aluguel seja alternativa transitória para uma futura solução individual definitiva. Os imóveis para locação poderão ser administrados por entidades ou ONGs conveniadas, e contar com recursos de diversos programas de financiamento, nacionais (CDHU/PAC) e internacionais (BID), ou mesmo com recursos do FMH, ou do orçamento municipal.

2.2.10 Programas de apoio institucional

Cadastro de áreas e imóveis vagos

- Identificar áreas passíveis de aquisição para a produção de novos empreendimentos habitacionais, em regiões onde a demanda habitacional assim indicar, e em localidades dotadas de infra-estrutura e onde o transporte público seja eficiente.
- É desejável que as aquisições sejam feitas de comum acordo com as secretarias municipais, no sentido de se antecipar a obras públicas que possam vir a valorizar os terrenos e impossibilitar sua aquisição para a implementação de habitações populares.
- Inclui-se nesse programa a disponibilização de imóveis particulares, vagos ou sub-ocupados, em execução pelo município (dívida ativa), e que possam vir a ser negociados pelos valores dos débitos junto ao município.

2.2.11 Sistema de informações habitacionais: banco de dados de demanda e oferta habitacional

- Implementar o Banco de Dados da Demanda por habitação e por financiamento habitacional, para orientar as políticas públicas – dos diversos níveis de governo – e dar maiores informações ao setor privado e financeiro na quantificação e qualificação da demanda habitacional especializada no Município.
- Implementar o Banco de Dados de Oferta Habitacional, um CadMut do município, para que possa ser conhecida a população atendida pelos diversos agentes promotores habitacionais,

públicos e privados, que concedem financiamentos e atendimentos habitacionais – tanto em caráter provisório como definitivo - no município.

- Integrar os dados deste sistema ao Banco de Dados do Cidadão, sistema elaborado e administrado pela Prodam e que necessita ser integrado com os demais sistemas de informação municipais.

2.2.12 Portal da Habitação/Internet

- Promover a integração das ações e a troca de informações entre todos os níveis do setor público e privado, para atender às demandas da população sobre os serviços de habitação popular no município.
- O portal dará informações ao cidadão no que se refere a todos os aspectos que envolvam a moradia, desde a relação de loteamentos – regulares e irregulares ou em regularização , plantas, dúvidas, financiamentos, orientações técnicas, seus direitos e deveres e onde buscar orientações para os diversos assuntos relacionados com a habitação.

2.2.13 Plantas Populares

Difundir em todas as subprefeituras do município um Banco de Projetos de Plantas Populares e planilhas de materiais de construção, pré-aprovados pelos órgãos municipais, estaduais e agentes financiadores, para agilizar e incrementar a regularidade da autoconstrução. Para as moradias econômicas, os alvarás poderão ser concedidos via Internet, juntamente com todas as orientações.

2.2.14 Escritório da Habitação – Projeto Rondon Urbano

Estabelecer convênios e parcerias com as faculdades de arquitetura, engenharia e da área social, para selecionar e qualificar estudantes que possam prestar assistência técnica na promoção de projetos habitacionais. Participarão na elaboração de alternativas de projetos de plantas populares, do levantamento de imóveis vagos no Centro, acompanharão os programas de mutirão, autoconstrução, projetos de urbanização integrada de favelas, além dos programas de recuperação de conjuntos da COHAB e outras ações a serem organizadas.

2.2.15 Balcão integrado de aprovação de projetos

Criar, no âmbito da SEHAB, instância de aprovação integrada de projetos habitacionais, com a finalidade de agilizar os procedimentos de aprovação dos empreendimentos habitacionais, com a participação dos órgãos municipais e estaduais – Grapohab Municipal -, com aperfeiçoamento da modalidade de aprovação de plantas pela Internet.

2.2.16 Conselho de Desenvolvimento Metropolitano

Incentivar a constituição do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, previsto pela Lei 760/94, e estabelecer uma Agenda Metropolitana da Habitação, com atribuições claras da Cohab-SP – que é uma companhia de âmbito metropolitano - e dos municípios da região, e suas empresas de habitação, em especial, para uma política de aquisição de terras e de execução de obras e serviços de infra-estrutura.

C a p í t u l o 6

Planejamento

Gestão

Saúde

Educação

Habitação

Assistência Social

Infra-estrutura

Trabalho

Transporte

Subprefeituras

Serviços

Verde e Meio Ambiente

Cultura

Deficientes

Segurança

Turismo

Esportes

Participação e Parcerias

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Governo do Município de São Paulo vem promovendo uma acelerada transformação do perfil de sua intervenção na área de assistência social. Estão sendo fixados objetivos de longo prazo que procuram, de forma sintonizada com a política nacional e seus princípios organizativos, promover a consolidação de um sistema municipal de proteção social, sustentável e compatível com os desafios múltiplos e complexos existentes na metrópole paulista: incluir socialmente a população em situação de risco e vulnerabilidade extrema; consolidar a intervenção pública na área de assistência social como um direito cidadão; promover o desenvolvimento social na cidade, de forma integrada com a ação de outras esferas de governo e secretarias do município.

Persegue-se a minimização ou eliminação daqueles traços estruturais que marcaram no passado a trajetória de intervenção pública nesse setor: a visão caritativa, a fragmentação ou o caráter pontual das ações, o viés assistencialista e residual das políticas, programas e projetos, e a utilização da estrutura prestadora de serviços para finalidades clientelistas num país marcado pela profunda desigualdade socioeconômica, expressa na apropriação concentrada da renda e na existência de, pelo menos, as seguintes barreiras:

- ao emprego, concretizada na escassa oferta de postos de trabalho e na ausência de qualificação para os postos existentes.
- a bens e serviços essenciais nas áreas de saúde, habitação, cultura e a uma educação de qualidade.

Nesse contexto, o grande desafio é consagrar direitos universais da cidadania e criar, no interior da organização do Estado, de forma articulada com a sociedade, caminhos reais e efetivos que permitam construir formas avançadas de proteção dos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Por isso mesmo, constituiu um importante marco a definição de um Sistema Nacional de Assistência Social – SUAS, com eixos estruturadores claros e princípios organizativos articulados por uma política nacional de assistência social, formalmente definida e baseada na concepção de que a proteção desses segmentos vulneráveis envolveria, de forma tão integrada quanto possível, as três dimensões básicas de efetivação ao direito de cidadania: acesso à renda, segurança alimentar e assistência social.

2 PROGRAMAS E AÇÕES

2.1 A política de assistência e desenvolvimento social do município

O município de São Paulo vem participando do esforço nacional de construção de bases mais consistentes, estáveis e sistêmicas para o SUAS. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) foi reformulada. Foram elaborados e fixados eixos estratégicos de intervenção e objetivos condizentes com uma missão institucional complexa e ambiciosa: incluir socialmente os vulneráveis; consolidar direitos sociais tornando-os efetivos; contribuir de forma planejada para o desenvolvimento da cidade, criando mecanismos de integração entre o campo econômico e o social.

Dois focos centrais nucleiam a ação da SMADS:

Proteção básica: ações visando a melhoria contínua das condições de inserção econômica, social e cultural das famílias em grave situação de vulnerabilidade e risco social, procurando respeitar, também, os seus vínculos comunitários e territoriais. Predomina a atenção para grupos sociais situados na periferia da cidade;

- Proteção especial: ações priorizando o atendimento integral para grupos sociais e pessoas localizadas notadamente no centro da Capital, que vivenciam as situações de risco e vulnerabilidade previstas na Norma Operacional Básica – NOB.

Conceitualmente, a SMADS está transitando de uma situação típica do assistencialismo tradicional – onde indivíduos e grupos são objeto de ações pontuais por instituições independentes ou autônomas e desconectadas – para uma nova situação onde deve predominar uma proteção efetiva de prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais. Nesta, considera-se a integração e o fortalecimento dos vínculos familiares e territoriais; o acesso aos bens e serviços essenciais e a necessidade de criação de oportunidades de emancipação socioeconômica. Nessa concepção, torna-se imprescindível um alto grau de coordenação e integração de políticas, programas e projetos.

Concomitantemente, a proteção especial, também fortalecida, deverá estar voltada para indivíduos e grupos sociais que, em virtude da operação continuada de mecanismos de exclusão social, ou derivados da própria natureza dos problemas que vivenciam, ficam, temporária ou definitivamente, fora do raio de ação da proteção básica. É importante notar que essa transição tem como princípio orientador o fato de que uma efetiva proteção social básica deve minimizar o número de situações que devem ser objeto da proteção especial.

Para que esse princípio orientador seja efetivado torna-se necessário implantar mecanismos de modernização da SMADS em todas as suas áreas de atuação. Neste sentido, está em curso um processo de reordenamento estratégico da Secretaria, visando criar um ambiente organizacional que favoreça a coordenação, articulação e integração de ações, tanto no plano interno quanto com as demais secretarias municipais e órgãos dos governos estadual e federal.

A partir das finalidades de longo prazo da Secretaria, definiram-se eixos estratégicos essenciais para a sua viabilização e objetivos e metas de curto e médio prazos, que foram vinculados a ações e programas consistentemente desenhados. Finalmente, está sendo estruturado um conjunto de estudos e pesquisas destinados a parametrizar a ação da SMADS e viabilizar o sistemático monitoramento e avaliação dos resultados alcançados, em termos de sua eficácia.

Estão assim sendo criadas condições de viabilização de um sistema de assistência e desenvolvimento social resolutivo, decorrência das dimensões do problema de proteção social no município de São Paulo: as informações contidas no Censo de 2000 apontaram para a existência de 337 mil famílias em situações de alta vulnerabilidade social, a grande maioria moradora nos bairros mais periféricos da cidade, totalizando 1.345.000 pessoas, o equivalente a 13% da população paulistana. Ao mesmo tempo, nos bairros mais centrais, revelava-se a urgência de responder às necessidades da parcela da população encontrada em diferentes situações de rua.

Enfrentar tal desafio exigiu a estruturação de programas para combinar de forma coordenada, articulada e integrada os mecanismos da proteção básica e especial, bem como a intervenção intersetorial e intergovernamental. O recurso às organizações da sociedade civil também não foi esquecido. Tais organizações, em razão de suas especialidades, conhecimentos acumulados e presença em áreas geográficas não abrangidas pelas redes públicas, são consideradas ao mesmo tempo parceiros e instrumentos privilegiados para execução das políticas.

2.2 Atenção às famílias através do PROASF

Diante da complexidade da tarefa foram estruturados programas amplos, tais como o Programa de Proteção Social e Desenvolvimento das Famílias - PROASF, para reformular e fortalecer a proteção básica e outras ações integradas, e assim dar mais efetividade à proteção especial. Por meio do PROASF pretende-se incluir socialmente a população nas situações mais críticas, fortalecendo o núcleo familiar e criando condições progressivas para sua emancipação socioeconômica. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos:

- Articular e integrar programas, projetos, serviços e benefícios da SMADS;
- Assegurar atendimento socioeducativo às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda – federal, estadual e municipal - que residam prioritariamente nos setores censitários de alta e muito alta vulnerabilidade;
- Identificar e cadastrar as famílias em situação de vulnerabilidade para a inclusão no PROASF, visando articular o acesso delas à rede de serviços públicos;
- Desenvolver as diferentes capacidades dos integrantes das famílias, propiciando ganhos de autonomia e melhoria sustentável da qualidade de vida;
- Sistematizar e divulgar metodologias e instrumentos de trabalho com as famílias;
- Monitorar e avaliar os resultados.

A partir dessa iniciativa, e com a sua gradual articulação com os programas de transferência de renda, é possível começar a planejar a oferta de serviços, bens e transferências monetárias, de forma a alcançar níveis progressivos de transformação na condição de vida das famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

O Município de São Paulo já dispõe de informações precisas e confiáveis dos bairros de concentração das famílias em situação difícil, principalmente na periferia, identificando os grupos sociais prioritários e direcionando as intervenções. Foram identificados setores censitários com perfis socioeconômicos e de vida familiar semelhantes, fornecendo uma escala clara para a priorização das intervenções: famílias domiciliadas em setores de vulnerabilidade alta e muito alta. Tornou-se então possível planejar um novo formato de operacionalização de políticas e programas, visando tornar mais consistente seu processo de implementação.

Nesse novo formato buscou-se:

- estabelecer critérios claros de elegibilidade das famílias;
- criar um Cadastro Único das Famílias em Situações de Vulnerabilidade Social, para uso de toda a Prefeitura;
- planejar a ampliação ordenada e progressiva das ações do PROASF;
- estabelecer mecanismos de cooperação e integração da SEADS com as outras secretarias de interface para a articulação intersetorial de programas;
- organizar parcerias com organizações não-governamentais para formar uma rede consistente de proteção social básica na periferia da cidade;
- monitorar e avaliar a situação das famílias, a partir de metodologia desenvolvida pela SMADS e implantada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas Supervisões de Assistência Social das Subprefeituras, e pela rede de organizações não-governamentais conveniada com o programa;
- capacitar, de forma contínua, a rede própria e conveniada para garantir uma ação uniforme de implantação do PROASF.

Em síntese, no período 2006-2009, por meio do PROASF, se implantará gradualmente uma proteção social básica organizada a partir de três eixos orientadores:

- fortalecimento da vida em família;
- fortalecimento de relações que favoreçam a inserção das famílias na vida em comunidade, a constituição de redes de apoio e a viabilização de empreendimentos colaborativos comunitários;
- capacitação das famílias e das comunidades para exercer seus direitos básicos de cidadania, dentre os quais se destaca o de acesso a bens e serviços públicos.

2.3 Ações destinadas a indivíduos e grupos sociais demandantes de Proteção Especial

O segundo foco de atenção da Secretaria está voltado para criar condições prioritárias para atender crianças, adolescentes, adultos e idosos que, por motivos diversos, se encontram em situação de altíssimo risco, apartadas de núcleos familiares consolidados por diferentes motivos, ou submetidas a uma situação de violação de direitos.

A rede municipal de atendimento a esses indivíduos e grupos envolve, além de intervenções destinadas a solucionar situações especiais de risco decorrentes de calamidades públicas ou outras situações emergenciais, um complexo de serviços, através do qual é realizada uma enorme variedade de intervenções, tais como:

- Proteção social especial a crianças, adolescentes e jovens;
- Vigilância e proteção social especial a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
- O mesmo para crianças e adolescentes vítimas de abusos;
- O mesmo para adolescentes em medidas socioeducativas;
- Centro de referência da Cidadania da Criança e do Adolescente;
- Vigilância e proteção social especial a crianças e adolescentes ameaçados de morte;
- Proteção e defesa da cidadania à população em situação de rua.

Tradicionalmente, esses grupos vêm ocupando o Centro da cidade, por ali encontrarem oportunidades econômicas e sociais de inserção, e por existir uma rede de atendimento mais abrangente e aparelhada para enfrentar tais situações.

A SMADS pretende, ao escolher como um dos focos prioritários da sua ação a criança e o adolescente em situação de rua, articular proteção especial com proteção básica, para:

- oferecer condições de retorno, permanência e bom desempenho escolar;
- gerenciar mensalmente o repasse da Bolsa Criança Cidadã ou outros benefícios de transferência de renda às famílias;
- inserir crianças e adolescentes em atividades socioeducativas no período complementar ao da escola;
- possibilitar o acesso à rede de proteção social às crianças e adolescentes egressos do trabalho;
- proporcionar apoio e orientação aos responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e egressas do trabalho;
- promover e ampliar a sinergia das ações, potencializando seus resultados pela mobilização e integração de parceiros, para a gestão integrada e compartilhada do PETI na cidade de São Paulo;
- desenvolver estratégias de comunicação para obter apoios de atores sociais relevantes; manter a motivação dos agentes implementadores; aumentar o nível de conhecimento da sociedade paulistana sobre o tema;
- monitorar e avaliar a implementação do programa e seus resultados, criando mecanismos para a correção de problemas e ajustando melhor a intervenção para a realização das metas planejadas.

Outras iniciativas da SMADS se inserem no campo da proteção especial dos adultos em situação de rua, também com a mesma perspectiva do São Paulo Protege Suas Crianças, ou seja:

- criar sinergias por meio da articulação de iniciativas que mobilizam o conjunto da rede da SMADS, voltada para esse tipo de proteção e de outros organismos do poder público e da sociedade organizada;
- partir de diagnósticos precisos da situação de grupos sociais em situação de alto risco social, criando a possibilidade de estabelecer objetivos e metas realistas para a minimização ou eliminação desses riscos;
- construir canais de comunicação e, se possível, de coordenação entre a proteção especial e a básica, criando condições de resolução de problemas nos dois níveis de assistência;
- reservar gradualmente à proteção somente aquelas situações que não podem ser resolvidas no médio e longo prazos, pela proteção básica, por estarem referidas a aspectos que devem ser objeto exclusivo de uma proteção especial.

C a p í t u l o 7

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

Diagnóstico

A Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras (SIURB) tem por finalidade racionalizar a ocupação e utilização da infra-estrutura instalada e por instalar, assegurando a equidade na distribuição territorial na cidade de São Paulo.

Para que a cidade seja dotada de uma infra-estrutura capaz de fazer frente às necessidades, que surgem ao longo do seu processo histórico de crescimento econômico e urbano, é preciso que as análises e implementação de programas sejam direcionadas para a quantificação e qualificação das demandas. Isso é feito por meio da realização de projetos de engenharia que: fundamentem as ações pontuais concomitantes com a implantação de políticas públicas; contemplem a cidade com um sistema viário urbano para abrigar de forma eficiente os fluxos de pessoas, bens e de serviços; e de um sistema de drenagem urbana suficiente para resolver o problema da absorção de águas pluviais.

Essas ações são pautadas não só no âmbito das micro, mas também das macrorregiões do município, considerando aspectos de proteção ambiental, de melhoria da qualidade de vida e de ocupação e uso do solo, em consonância com os objetivos do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Tais atividades podem ser inseridas numa das quatro principais linhas de atuação da secretaria, que visam a melhoria de desempenho dos sistemas de infra-estrutura, conforme descritas a seguir:

Sistema viário: a primeira linha de atuação visa garantir a acessibilidade permanente de todas as regiões do Estado de São Paulo e do País à Cidade de São Paulo, com condições de fluidez e segurança de tráfego em toda a sua área urbana, bem como proporcionar ao conjunto de agentes econômicos, e aos munícipes, condições de circulação fácil na rede principal e capilar da cidade.

Estruturas: dotar a cidade de uma malha de obras estruturais que garantam a extensão da circulação viária, mantendo os conjuntos existentes e realizando intervenções que garantam a expansão da capilaridade da rede.

Pavimentação: desenvolver e implementar programas de pavimentação que dotem a cidade, com qualidade urbanística, de acessibilidade aos logradouros oficiais dotados de infra-estrutura urbana, equipamentos e serviços públicos.

Drenagem: desenvolver e implementar programas de drenagem, considerando o estudo da bacia hidrográfica envolvida, com intervenções locais que complementem as ações desenvolvidas para o conjunto de cursos de água existentes nas micro e macrorregiões respeitando a absorção, a retenção e o escoamento de águas pluviais.

Face ao conjunto inerente de demandas e obras necessárias para dotar e revitalizar a infra-estrutura da cidade de São Paulo, a SIURB tem que atentar ao conjunto de inter-relações no âmbito da metrópole em que a cidade de São Paulo está inserida. Assim, a implementação de programas e ações deve ser alvo de uma definição das prioridades que contemple a interligação dos sistemas de rede metro-viária, rodoviário, acesso das rodovias estaduais e federais, todos componentes inerentes da trama viária metropolitana. E, principalmente, contemporizar o gerenciamento dos recursos hídricos da Bacia do Rio Tietê, no que tange em especial os afluentes que cruzam a cidade.

Outro segmento de atuação da SIURB, e que demandará grande integração com os outros agentes e executores de políticas públicas, é o programa de revitalização da área central, que proporcionará por si só reflexos em toda a municipalidade e na região metropolitana de São Paulo.

O Plano Plurianual – Ações Programadas

Frente aos desafios e demandas hoje identificadas e seguindo as metas regionais na Lei Municipal 13.430, de 13 de setembro de 2002, que promulgou o Plano Diretor Estratégico e estabelece o Sistema de Planejamento e Gestão e Desenvolvimento Urbano, a SIURB elaborou metas focalizadas em diversos setores de atuação, todas visando a melhoria de desempenho dos sistemas de infra-estrutura da cidade.

Inseridas no Plano Plurianual 2006-2009, as ações da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras contemplam os seguintes programas:

- Programa de Intervenção no Sistema Viário;
- Programa de Prevenção e Defesa Contra Inundações e
- Programa de Canalização de Córregos e Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale (PROCAV – GEPROCAV)

Cada um desses programas é estruturado num conjunto de ações, separados em metas pontuais que correspondem à implantação de uma obra ou um conjunto de obras com alocação de recursos previstos para o período de 2006 a 2009.

O **Programa de Intervenção no Sistema Viário** prevê a realização de ações voltadas à manutenção da malha viária já existente, bem como à expansão da rede principal e capilar que garanta a boa circulação de pessoas e do transporte de bens necessários à vida econômica da cidade, tanto no âmbito local como na interligação com os sistemas viários da região Metropolitana da Grande São Paulo, em especial o Rodoanel.

Outro conjunto de intervenções do programa visa proporcionar a complementaridade do sistema viário ao metro-viário implantando pelo Governo do Estado de São Paulo, ligando as artérias existentes no viário local à rede de transporte metro-ferroviário de passageiros, criando novos pólos de aglutinação de vias que supram de passageiros este modal de transporte existente.

Para que a cidade obtenha uma maior sinergia das ações de recuperação e expansão do sistema viário, os projetos viários estão sendo desenvolvidos tendo como premissa a gestão integrada entre demandas pontuais e as que afetam o sistema viário como um todo, buscando assim um caráter de complementaridade de ações, eliminando pontos críticos locais com a obtenção de uma melhoria global da circulação do sistema municipal, em conjunto com toda a malha existente no metropolitano.

Para a melhoria do sistema viário da cidade, a SIURB está realizando um trabalho conjunto com outras Secretarias, em especial a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras e a Secretaria Municipal de Transportes, para implantar ações conjuntas. Dentre estas, conta-se a melhoria e recuperação de 10% (1.600 km) da malha viária total, incluindo neste item as principais vias da cidade, que incluem as vias marginais e as outras que compõem o minianel viário. Com esta ação a cidade experimentará uma melhoria significativa nas condições de circulação existente.

São parte também deste programa a expansão e recuperação das Marginais do Tietê e do Rio Pinheiros, a implantação do corredor de cargas da Avenida dos Bandeirantes, a ligação do complexo Jacu-Pêssego com outros sistemas já existentes, a ligação da Avenida Roberto Marinho

com o sistema Anchieta-Imigrantes e com a Marginal Pinheiros, a complementação da Radial Leste, entre outras ações.

Quanto à integração a outros programas em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo, são relevantes, dada a complexidade da malha viária, as ações de revitalização da área central da cidade, alvo de programa integrado específico entre áreas, não só no sistema viário, mas também no de drenagem urbana.

A manutenção da malha viária existente é fator preponderante neste programa, com a implementação de ações que visam a recuperação e reforço de pontes e viadutos existentes, bem como de túneis, garantindo a contínua ligação de conjuntos viários de regiões da cidade, e mantendo a segurança e fluidez do tráfego que hoje concorre nessas obras de arte.

Dotar a cidade de intervenções no sistema viário que proporcionem a recuperação do conjunto existente, e agregar novos conjuntos neste sistema, tem como resultado final a recuperação de inversões para os munícipes e agentes econômicos, em maior eficiência de toda a malha e melhoria na condições de vida e bem-estar urbano.

O **Programa de Prevenção e Defesa Contra Inundações**, concomitante com o **Programa de Canalização de Córregos e Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale (PROCAV-GEPROCAV)**, contem ações para dotar a cidade de infraestrutura que minimize, ou até elimine, os impactos das inundações, considerando os impactos inerentes à gestão ambiental e proporcionando a recuperação de áreas degradadas pelo uso não disciplinado das cabeceiras e várzeas dos córregos, riachos e rios.

Além das interferências diretas na calha dos córregos, riachos e ribeirões, é parte integrante também destes programas, em determinados casos, a urbanização das margens, com a pavimentação ou até a construção de parques lineares, conforme especificado em projetos.

Para a obtenção de resultados efetivos no conjunto de intervenções existentes ou necessárias, é parte do conjunto de ações deste Plano Plurianual, pela SIURB, o estudo das bacias e sub-bacias hidrográficas do município. Estes estudos visam identificar o conjunto de ações com viabilidade técnica, que proporcionem os melhores resultados não somente em intervenções pontuais, mas em toda bacia em questão.

Frente ao grande conjunto de ações a serem implementadas, é obrigatória a interação com outras Secretarias, novamente a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras e as 31 Subprefeituras, pois é necessário efetivar as atividades para a união de esforços que minimizem o problema das inundações, cabendo à SIURB grandes intervenções nas bacias e sub-bacias, intervenções estas que proporcionem novos sistemas de drenagem, bem como a manutenção estrutural dos canais e galerias já existentes, além da limpeza dos sistemas de córregos, canais, galerias, bocas de lobo e dos piscinões.

Fazem parte dos programas aqui analisados um conjunto de obras já em curso, e de outras a serem incorporadas ao longo do período de 2006 a 2009. Dentre elas podem ser destacadas a Drenagem da Bacia do Córrego Aricanduva e parte de seus afluentes, a finalização das obras do Córrego Ipiranga, o Córrego Jaboticabal, o Córrego Pirajussara, o Córrego Verde, Riacho dos Machados, Córrego Guaraú, Córrego Franquinho, Córrego Águas Espriadas, dentre outros córregos, riachos e ribeirões que compõem parte das bacias hidrográficas da cidade.

Quanto ao conjunto de ações voltadas à revitalização do espaço do Centro da Cidade, estão previstas neste plano as intervenções necessárias no sistema de drenagem do Vale do Anhangabaú.

Para os piscinões, é necessário implementar novos reservatórios, que devem considerar não só os volumes de retenção de águas pluviais para a sub-bacia hidrográfica em questão, como também os impactos para a bacia nos quais estão inseridos, de forma a complementar o conjunto de ações do **Programa Estadual de Combate às Inundações do Governo do Estado de São Paulo**, coordenado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), empresa vinculada à Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento.

Deve ser aqui salientado que neste Plano Plurianual estão contidas, também, outras ações que permitirão à SIURB qualificar a sua estrutura para atender às necessidades e demandas inerentes às suas atribuições, destacando o Programa de Informatização e o Programa de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da SIURB.

C a p í t u l o 8

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

DIAGNÓSTICO

A Secretaria Municipal do Trabalho (SMTrab) definiu o seu papel e dimensionou seu espectro de atuação e as maneiras pelas quais deverão ser coordenadas as suas ações nos próximos anos. Suas principais metas podem ser sintetizadas da seguinte forma: promover oportunidades para a inserção econômica dos cidadãos, qualificando a ocupação e gerando renda na cidade de São Paulo, a partir da mobilização coordenada de agentes da sociedade e da prestação de serviços integrados, com vistas ao impulsionamento do desenvolvimento local.

AÇÕES

A priorização dos objetivos compõe a estratégia da Secretaria, pois coloca em primeiro lugar a consolidação da política municipal de trabalho enquanto vetor de inserção econômica e de promoção do desenvolvimento local. Assim, a proposta da SMTrab para o Plano Plurianual 2006-2009 congrega os seguintes programas:

- **Capacitação Profissional** por meio do aperfeiçoamento do trabalhador, visando a promoção de sua competência para aumento de sua empregabilidade. Encontram-se também aí inseridas medidas como a introdução da Bolsa Trabalho, que representa uma concessão de auxílio pecuniário para jovens e estudantes de cursos pré-vestibulares;
- **Serviços Integrados ao Trabalhador** como os Centros do Cidadão, visando o atendimento integrado dos beneficiários da política municipal do trabalho, e o alcance de melhores resultados nos serviços prestados; esses serviços podem permitir a recolocação do trabalhador ou seu encaminhamento para cursos de reciclagem ou de aperfeiçoamento;
- **Desenvolvimento Territorial/Setorial** através de programas de microcrédito, fomento a projetos locais, às cadeias produtivas, apoio às micro e pequenas empresas, e ações como a Operação Trabalho e o Começar de Novo, reorientando os instrumentos das políticas públicas do trabalho para a realidade e as potencialidades do mercado.

C a p í t u l o 9

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1 Diagnóstico

A Secretaria Municipal de Transportes organiza as suas ações constitucionais com a missão de dotar a cidade de São Paulo de um sistema moderno de transporte que contribua para a realização de metas de mobilidade, qualidade de vida e integração urbana e metropolitana, em consonância com os objetivos do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

O programa de mobilidade e acessibilidade urbana visa garantir o atendimento da necessidade de deslocamentos diários das pessoas e do transporte de bens necessários à vida econômica da cidade.

A peça principal do programa consiste na abordagem de qualificação da parcela estratégica do sistema viário, que abriga a maior parte dos fluxos de veículos privados ou públicos, embora seja uma parte reduzida da rede de vias da cidade. O tratamento a ser dado a este viário principal combina ações de trânsito, de transporte coletivo e de urbanismo, obtendo o máximo de eficiência de fluxos por meio de acompanhamento permanente, de modo a ter um reflexo sobre todo sistema de circulação municipal.

As ações do programa de mobilidade contemplam também regras de fluidez e segurança, assim como o procedimento de fiscalização e educação de trânsito.

As ações de transporte, voltadas mais especificamente para a melhoria da qualidade de vida, formam um programa composto de medidas de qualificação, considerando os aspectos ambientais associados aos veículos, energia de tração e à própria ocupação e uso do solo relacionados aos programas governamentais de proteção do ambiente.

A par das ações mencionadas, há uma série de iniciativas que se referem ao âmbito da metrópole em que o município está inserido e, portanto, na sua condição de protagonista do maior aglomerado urbano brasileiro. Como tal, ele deve participar da definição das prioridades dos sistemas em implantação, tais como a rede metro-ferroviária e o rodoanel, sistemas que provocam intensos reflexos sobre a vida da cidade, assim como outros elementos significativos da trama metropolitana.

No outro extremo da escala de intervenção há uma série de medidas que fazem parte de um programa específico para a área central da cidade. Por sua própria natureza esse programa apresenta reflexos em um raio mais abrangente, além de se constituir em poderoso elemento de identidade.

1.1 O Plano Plurianual de Transporte Municipal

Como todas as grandes cidades, no limiar deste novo século, São Paulo é uma cidade de fluxos de redes, seja de transporte, de informação ou de trocas, tanto no nível local como no nacional e no internacional.

No município de São Paulo realizam-se, diariamente, 15 milhões de viagens motorizadas, repartidas aproximadamente em montantes equivalentes entre os sistemas de transporte coletivo (rede metro-ferroviária inclusive) e os transportes individuais - basicamente automóveis particulares e, com menor peso, motocicletas, táxis e bicicletas. Entretanto, a exemplo do que acontece em outras grandes metrópoles latino-americanas, São Paulo conheceu, nas últimas décadas, uma redução da mobilidade de sua população, como conseqüência do agravamento das condições socioeconômicas e das condições internas de circulação.

Tomando como indicador aproximado de mobilidade urbana as viagens urbanas diárias per capita, em São Paulo, nas duas últimas décadas do século passado, tal índice, em lugar de apresentar crescimento, caiu de 1,5 para 1,23. Portanto é de responsabilidade da sociedade e do

governo a criação de condições que assegurem a mobilidade e encorajem a exploração do potencial econômico da cidade.

Define a Constituição Brasileira (Artigos 22, 25, 30 e 175) que o transporte coletivo é um serviço público de caráter essencial, prestado diretamente ou por concessão, de responsabilidade dos municípios, e dos estados, quando entre municípios. Quanto ao trânsito, a Constituição define que o estabelecimento de normas é competência da União. No entanto, por se tratar de matéria de interesse local, pode o município suplementar a legislação federal e, quanto ao estabelecimento e implantação de educação para segurança do trânsito, é competência comum dos governos federal, estaduais e municipais (Artigos 22, 23 e 30). Quanto à política de desenvolvimento urbano, a Constituição torna obrigatória a adoção de plano diretor aprovado pela Câmara Municipal (Artigo 182).

1.2 O Plano Diretor Estratégico

A Lei Municipal 13.430, de 13 de setembro de 2002, que promulgou o Plano Diretor Estratégico, estabelece o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano, no qual estão contempladas as metas de mobilidade e organização urbana, equidade social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Nas diretrizes para a política de circulação viária e de transportes (Art. 83, Inciso I) é definida a orientação de articulação de todos os meios de transporte, para que operem em uma rede única, de alcance metropolitano, integrada física e operacionalmente. É indicada também, entre as diretrizes mais gerais, a necessidade de compatibilizar os efeitos indutores dos investimentos, na circulação viária e nos transportes, com a requalificação dos espaços urbanos.

Para melhor atender às diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, a Prefeitura pensa o futuro da cidade como estratégia de ação, de modo a encurtar a distância entre o futuro desejável e o presente. Além de gestor dos serviços essenciais, o Prefeito é coordenador dos projetos estruturantes de hoje, que vão definir a fisionomia e o dinamismo da cidade no futuro. Como tal, ele é um articulador das alianças necessárias para consolidar São Paulo como cidade mundial.

Para se firmar na posição de capital empresarial e cultural da América do Sul, São Paulo adota uma estratégia de reforço de seus atrativos e mitigação dos problemas que possam afastar dela os centros de decisão das grandes empresas e os produtores de cultura. É no contexto dessa estratégia que a prefeitura planeja integrar suas ações sobre os aspectos determinantes da qualidade de vida na cidade: a urbanização dos bairros, infra-estrutura viária e de transporte, gestão dos recursos hídricos, conservação ambiental, segurança, saúde, educação e lazer.

2 Ações gerais da Secretaria de Transportes

O Plano Plurianual de Transporte e Circulação Urbana é constituído pelos seguintes programas:

- Mobilidade e acessibilidade urbana
- Qualidade de vida e proteção ambiental
- Integração Metropolitana
- Ação Centro

Cada programa engloba um conjunto de ações do governo, identificadas por metas correspondentes a serviços e obras resultantes do dispêndio dos recursos previstos para o período de 2006 a 2009.

Estão agrupadas no programa de mobilidade e acessibilidade urbana todas as atividades da Secretaria Municipal de Transportes relativas ao gerenciamento e investimentos, que caracterizam a sua responsabilidade permanente como gestora dos serviços e obras municipais relativas a esta atividade.

O programa de qualidade de vida e proteção ambiental agrega atividades relativas à proteção do meio ambiente e qualidade do sítio urbano, cujos resultados são compartilhados com outras secretarias da administração municipal.

Da mesma forma, o programa de ação metropolitana refere-se a sistemas de âmbito metropolitano, como a rede metro-ferroviária, o rodoanel, a localização de rodoviárias e aeroportos, e a futura hidrovía do Rio Tietê, operando nos limites da região metropolitana.

O Programa Ação Centro, embora também relativo à diretriz de mobilidade urbana, tem sua especificidade justificada pelo fato de combinar um projeto de micro-acessibilidade com características urbanísticas, com um projeto de circulação com efeitos sobre toda a rede de transporte coletivo.

Há ainda ações no âmbito organizacional das agências encarregadas da gestão e operação dos sistemas de transporte, que visam aprimorar os recursos humanos, tecnológicos e administrativos necessários para o cumprimento de suas tarefas. Como estas dimensões abrangem todas as unidades dinâmicas da administração municipal, para sua apreciação unitária no Plano Plurianual, estão configuradas em três programas:

1. Suporte administrativo
2. Processamento de dados
3. Fortalecimento institucional e melhoria da gestão, com a indicação da estimativa de suas respectivas dotações orçamentárias.

Vale lembrar ainda que existem recursos extra-orçamentários provenientes de remuneração de serviços e de contribuições, a fundo perdido, de agências de fomento, a serem considerados no desdobramento dos programas de ação. Estes desdobramentos, por sua vez, podem merecer destaques pelo seu significado e por seus efeitos, mesmo quando não envolvam recursos expressivos. São como que bandeiras da mobilidade, pela maneira como são vistos e anunciados pelos órgãos de informação.

A seguir, são apresentadas as iniciativas que ultrapassam a duração de um ano fiscal.

3 Sistema Viário Estratégico

A cidade de São Paulo, com uma população que ultrapassa 10 milhões de habitantes, possui uma frota de aproximadamente 5,8 milhões de veículos. Recebe ainda significativo volume de veículos de outras regiões do País, do Estado e, em especial, dos demais municípios da área metropolitana. O desequilíbrio entre o fluxo de veículos e a capacidade viária tem feito crescer a escassez dos espaços de circulação, e os congestionamentos, por conseguinte, vêm aumentando significativamente a perda de tempo no trânsito e no transporte.

O sistema viário paulistano é composto por cerca de 15.500 quilômetros de vias expressas, arteriais, coletoras e locais. Pressupõe-se que, mesmo sem a implantação de novas vias, se 10% desse viário (1.500 km) for restaurado e mantido em condições adequadas, o trânsito da cidade experimentará uma melhora significativa.

Esse conjunto de vias, definido como o Viário Estratégico de São Paulo, será objeto de uma gestão integrada que objetiva, simultaneamente, fluidez e segurança. Este conjunto inclui todos os corredores de transporte coletivo com tratamento preferencial de circulação, e receberá o seguinte tratamento: correção geométrica; pavimento compatível com seu uso; calçadas com tratamento adequado, em relação aos equipamentos urbanos e segurança de pedestres; manutenção de sinalização e de pavimento com rotinas especiais de caráter preventivo e corretivo; sinalização horizontal, vertical e semaforica, painéis eletrônicos de mensagem variável, circuito de TV e fiscalização eletrônica, concebidos dentro dos padrões do chamado trânsito inteligente; programa de comunicação incluindo, também, serviço de informação das condições de trânsito ao público em geral, além de programas e campanhas educativas para a população; agentes operacionais treinados e periodicamente reciclados. A implantação do Viário Estratégico será feita em etapas, segundo critérios objetivos de prioridade.

4 Garantia do rodízio municipal

Uma das formas para a obtenção de índices aceitáveis de fluidez no trânsito, no saturado sistema viário da cidade, é o controle de demanda de veículos particulares. A chamada Operação Rodízio foi instituída em outubro de 1997, quando a frota de veículos da capital era de 4,7 milhões, com o objetivo de redistribuir os fluxos de tráfego para horários em que a malha viária apresentava menores índices de utilização. Teoricamente, a operação retirava das ruas, nos horários de pico, 20% da frota circulante, ou seja, cerca de um milhão de veículos. Passados sete anos, constata-se que o crescimento da frota da cidade, atualmente de 5,8 milhões, já superou o número de veículos originalmente fora de circulação. Com isso, o formato atual da Operação Rodízio vem apresentando sinais de esgotamento de sua eficiência. Como resultado, notam-se altos índices de saturação no sistema viário, diante da impossibilidade de sua expansão, seja pelo custo, seja pela constatação de que toda expansão é consumida pela demanda reprimida.

Diante desse quadro, foram desenvolvidos estudos que conduzissem à adoção de medidas para proporcionar melhores condições de mobilidade para a população, garantindo o direito de ir e vir, buscando um melhor desempenho no sistema viário e melhoria na qualidade de vida. Entretanto, o exame das medidas de aperfeiçoamento, cotejado com as alternativas técnicas que foram avaliadas, mostrou que nenhuma alcançaria o mesmo resultado que pode ser obtido se exigido o efetivo cumprimento das regras estabelecidas. Em vista disso, optou-se por efetivar o reforço de detecção de infrações, pela adoção de formas tecnológicas modernas de registro e controle do uso da via fora das condições autorizadas, como medida preliminar para o estudo de novas alternativas de gestão da demanda.

5 Reorganização do sistema de transporte coletivo

O Sistema de Transporte Coletivo da Cidade de São Paulo transporta, em um dia útil, cerca de 8,1 milhões de passageiros, sendo 5,2 milhões na concessão e 2,9 milhões na permissão. Para tanto, envolve aproximadamente 15.000 veículos, que operam 1.327 linhas.

A situação atual apresenta, além da sobreposição de linhas, várias disfunções, tais como: eixos sobrecarregados, ônibus vazios à medida que chegam ao Centro, frota inadequada para grandes demandas, falta de regularidade e grandes intervalos entre veículos. Tal irracionalidade gera ineficiências que aumentam o custo total do sistema, o que é pago sempre pela população, seja por meio de tarifas, seja por meio de impostos.

O programa de reorganização do sistema de transporte coletivo em curso obedece às diretrizes da legislação municipal específica para o setor e tem como objetivos racionalizar o uso das vias, especialmente onde existem corredores de ônibus implantados, estabelecer custos operacionais compatíveis com as fontes de recursos existentes, e favorecer a adoção de técnicas ambientalmente amigáveis.

As rotas de ônibus serão remanejadas, conforme o previsto no plano de transporte em áreas operacionais com troncalização de linhas em excesso e alimentação de linhas estruturais por linhas locais.

6 Integração tarifária ônibus-metrô-CPTM

O sistema de transporte coletivo público do município tem seu sistema de arrecadação baseado na utilização da moderna bilhetagem eletrônica, que permite uma grande flexibilidade na adoção de políticas tarifárias. O sistema municipal utiliza, atualmente, um sistema de tarifas que possibilita a adoção de mais de uma linha de ônibus municipal durante o período de duas horas. Na região metropolitana vigora, desde 1976, uma política de integração entre os ônibus municipais e a rede metro-ferroviária. Entretanto, essa facilidade, baseada na utilização de bilhetes magnéticos, quase caiu em desuso.

Entendimentos com o governo estadual prevêem a possibilidade de adoção do chamado Bilhete Único nos sistemas de transporte sobre trilhos da Região Metropolitana de São Paulo, até o final de 2005. Espera-se que a possibilidade de utilizar mais de uma linha de ônibus municipal, associado aos serviços metro-ferroviários, permita reativar a integração entre estes serviços, como etapa para futuras integrações com os ônibus metropolitanos e de outros municípios. Estima-se que a implementação do projeto beneficiará aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, que utilizam freqüentemente ou de forma esporádica os sistemas de transporte no município.

7 Operação logística de carga

Administrar as necessidades de mobilidade geral da população é mais que uma questão de trânsito, uma vez que engloba a gestão do fluxo de riquezas que circula e cruza a segunda maior economia do País, centro consumidor e produtor de bens e serviços.

Um dos grandes desafios do planejamento de trânsito é a conciliação das soluções para os problemas gerais de trânsito, com a necessidade de abastecimento e escoamento da produção da cidade, tendo em vista a importância estratégica do transporte de mercadorias para a sua economia.

A gestão dos diversos tipos de fluxos (os rodoviários de passagem, os que abastecem e levam os bens de produção industrial e os de distribuição urbana), exige, além de uma regulamentação clara, a intermediação dos interesses e conflitos entre os diversos agentes envolvidos na movimentação de bens e na utilização do sistema viário municipal.

A orientação dada visa orientar e reordenar os fluxos ao longo do dia, para melhor aproveitar o sistema viário existente, ocupando-o também nos horários de ociosidade, especialmente no período noturno, com a transferência de parte das viagens de mercadorias para esses intervalos, dependendo da especificidade de cada setor.

A adoção de medidas que conduzam os agentes do setor a desenvolver práticas de logística será associada a intervenções físicas no sistema viário municipal, onde há grande movimento de veículos de carga, como na Avenida Bandeirantes e na Marginal do Tietê.

Os objetivos da proposta são: a obtenção de maior eficiência ao setor, com a redução dos tempos gastos nos trajetos; a utilização adequada, pelo tráfego de passagem do sistema viário estrutural; e a utilização da capacidade viária urbana em períodos de menor atividade.

8 Corredor expresso Cidade Tiradentes

Uma das formas mais eficientes de melhorar as condições de transporte e do trânsito na cidade é a implantação de corredores exclusivos para o transporte público. O programa em curso no município, que já conta com nove corredores dessa natureza, prevê a implantação do Corredor Cidade Tiradentes, em direção à Zona Leste, que não dispõe ainda deste tipo de instalação.

O projeto abrange o trecho das obras paralisadas do antigo projeto de VLP, que será transformado nos primeiros 8 km do Corredor Expresso Pq. D. Pedro – Cidade Tiradentes.

A área de influência do Corredor é a região Sudeste, contemplando as seguintes subprefeituras e distritos: Cidade Tiradentes (Cidade Tiradentes), São Mateus (Iguatemi, São Rafael e São Mateus), Vila Prudente/Sapopemba (Sapopemba, São Lucas e Vila Prudente) e Mooca (Água Rasa).

Esse corredor, com a extensão total de 31,8 km, irá beneficiar uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes, com taxas de crescimento populacional negativas nos bairros mais próximos ao Centro (Água Rasa, Vila Prudente e São Lucas) e positivas (algumas muito altas) nos bairros mais distantes. O Corredor Expresso Parque D. Pedro – Cidade Tiradentes atenderá a uma demanda estimada em 350 mil a 400 mil passageiros por dia.

A este projeto se seguirá um novo corredor para a Região Leste, pela Av. Celso Garcia, estudos de muitos outros, que possibilitem ligações anelares para contrabalançar a tradicional estrutura radio-concêntrica das vias da cidade.

9 Rótula e contra-rótula

O programa de ação Centro tem nos projetos de rótula e contra-rótula sua expressão viária. Seu objetivo principal é garantir a micro-acessibilidade na área central por coletivos e pedestres, sem que seja afetada a acessibilidade atual por transporte individual. A rótula estabelece uma nova articulação das linhas de ônibus da cidade, como parte do programa de reorganização do sistema de transporte coletivo. Na contra-rótula, a utilização prevista para o transporte público será menor e maior o atendimento à circulação geral de veículos que atravessam a área central. Os investimentos deste programa serão feitos por etapas, de modo a minimizar a intensidade dos possíveis efeitos de perturbação durante o período de implantação.

10 Trânsito inteligente

Os novos recursos da informática e telemática permitem atuar na operação e gestão do tráfego urbano em tempo real. O programa de trânsito inteligente visa consolidar e expandir o monitoramento eletrônico com base nas Centrais de Tráfego em Áreas, onde atuam operadores dos

sistemas centralizados de controle semafórico. Com o desenvolvimento desses recursos será possível monitorar o tráfego em vias de fluxo contínuo, como a Marginal Tietê, com controle de acesso nas entradas, bem como o desenvolvimento de sistemas de informação e apoio aos deslocamentos dos usuários das vias. Como parte desse conjunto, e de implantação mais imediata, está em curso a adoção da identificação automática de veículos, que permite o controle de acesso a áreas saturadas, fiscalização de infrações, localização de veículos e orientação de rotas.

C a p í t u l o 1 0

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP) é constituída pelo Gabinete do Secretário, pela Superintendência de Usina de Asfalto – SPUA e pelas 31 Subprefeituras. O Gabinete tem como atribuição precípua a coordenação das atividades das subprefeituras que, por sua vez, devem se constituir na instância regional da administração direta.

Por serem a representação local do poder do Prefeito, as subprefeituras devem facilitar a participação da população e a articulação intersetorial dos diversos serviços que a Administração Municipal presta na região. Por esta razão, além dos Programas próprios e tradicionais de zeladoria e de ordenamento da cidade, a SMSP participa de vários outros programas, de várias secretarias, com projetos e atividades próprios. Por fim, a Usina de Asfalto, anteriormente paralisada, retomou nesta gestão sua capacidade de produção de massa asfáltica que serve de apoio a importantes atividades da SMSP.

Em vista da importância da cidade de São Paulo no contexto internacional, e dos novos papéis que se impõem à sua administração como cidade mundial, cabe à SMSP a implementação de programas de ação fundamentais à gestão do prefeito José Serra. Visando transformar São Paulo em uma cidade moderna e segura, capaz de garantir aos seus habitantes e aos seus visitantes serviços públicos que se traduzam em comodidade e conforto, tanto para o desenvolvimento do trabalho como para a manutenção da atratividade da cidade, o grande desafio da Prefeitura de São Paulo é manter empresas e serviços já estabelecidos na cidade. Este desafio deve ser enfrentado por intermédio do fornecimento da infra-estrutura necessária, da conservação da infra-estrutura já existente e da re-urbanização de parte da cidade, a ser levada aos locais mais longínquos do município, e do combate à pobreza.

Assim, podemos vislumbrar a ação da SMSP em quatro funções principais:

1. A primeira é a zeladoria da cidade, isto é, a manutenção física de vias, logradouros, áreas verdes, equipamentos de drenagem e outros bens públicos.
2. A segunda é o ordenamento da cidade, assim entendida a expedição de alvarás, licenças, permissões e autorizações relativas a uso e ocupação do solo e espaços públicos, além de sua fiscalização.
3. Outra importante função da SMSP é a facilitação da participação da sociedade, por intermédio dos diversos conselhos já previstos legalmente, os quais as subprefeituras devem viabilizar e operar.
4. Finalmente, outra função das subprefeituras é a articulação intersetorial dos diversos serviços e obras da Administração Municipal que operam na região.

A prática da descentralização administrativa, por intermédio das subprefeituras, tornou-se um imperativo de gestão, devido às dimensões territoriais e à enorme diversidade entre as regiões da Cidade de São Paulo, cujas demandas à Prefeitura são mais facilmente percebidas e melhor atendidas por autoridades locais.

A nomeação de subprefeitos com comprovada experiência administrativa e comprometidos com uma visão moderna e responsável de gestão, demonstra concretamente esta crença na descentralização para a melhoria da eficiência na ação pública. De fato, alguns programas, projetos e atividades, propostos no Plano Plurianual – PPA, são de responsabilidade exclusiva das subprefeituras e devem ser levadas a cabo descentralizadamente.

2 PROGRAMAS DE AÇÃO

2.1 Prevenção a Enchentes

O programa de prevenção a enchentes tem como objetivo minimizar a possibilidade de inundações na cidade, por intermédio de ações preventivas de manutenção ou limpeza dos equipamentos de drenagem, ou mesmo pela realização de pequenas obras.

As ações previstas para essa prevenção são: limpeza e desassoreamento de bocas de lobo, ramais, galerias, córregos e piscinões; conservação estrutural de galerias de águas pluviais até o diâmetro de 1,50m; projetos e obras para eliminação de pontos de alagamento; projetos e obras de contenção localizada de margens de córregos; canalização de córregos; projetos e obras para eliminação de pontos de erosão; coleta de entulho; e criação de áreas de lazer ao longo de margens reurbanizadas de córregos.

2.2 Revitalização de Bairros

Com o objetivo de tornar os bairros adequados à sua utilização e agradáveis à população, este programa pretende reestruturar, pavimentar e recapear vias e logradouros públicos locais, bem como disciplinar a utilização de bens públicos disponíveis à população, inclusive das áreas de proteção aos mananciais.

No primeiro grupo de ações, juntamente com o recapeamento do sistema viário municipal, e com a pavimentação asfáltica de vias locais, pretende-se também tapar buracos, reparar guias e sarjetas, corrigir valetas (sarjetão), colocar barreiras de concreto, implantar ou reformar áreas verdes, estruturar e padronizar passeios públicos e requalificar ruas comerciais em parceria com a iniciativa privada. A construção das barreiras de concreto visa aumentar a segurança dos usuários de veículos, reduzindo o número de acidentes.

Em conjunto com as Secretarias de Transporte e Infra-estrutura, serão recuperados cerca de 1.200km da malha viária da cidade, incluindo o mini-anel viário, formado pelas avenidas marginais dos rios Pinheiros e Tietê, dos Bandeirantes, Visconde de Taunay, Tancredo Neves, Juntas Provisórias, Anhaia Melo e Salim Farah Maluf. E quanto à pavimentação, a meta é atingir 400 km de vias locais.

Para isto é fundamental a atuação da Superintendência das Usinas de Asfalto – SPUA que, com a retomada da produção de massa asfáltica em 2005, passa a ser peça-chave na viabilização dessas metas. Pretende-se ainda adquirir, construir, ampliar, reformar e re-estruturar outras usinas de asfalto, seguindo um plano de localização estratégica para provisão racional da massa nas diversas regiões da cidade.

No segundo grupo de ações, estão as operações que visam o disciplinamento do uso e ocupação do solo, em particular do espaço público urbano. Podemos citar as operações de silêncio urbano – Psiu, o cadastramento ou recadastramento de ambulantes, as ações de combate à pichação, a fiscalização de anúncios publicitários e propaganda temporária, e a fiscalização permanente das áreas de proteção aos mananciais, entre outras ações.

2.3 Promoção de Desenvolvimento Local

Este programa tem como objetivo melhorar as condições econômicas e sociais locais, por intermédio da participação de diversos setores da comunidade no planejamento local, e da reforma, operação e manutenção de alguns equipamentos das subprefeituras (de abastecimento, cultura e esportes).

Na primeira linha de ações está a viabilização e operação dos conselhos de representantes das subprefeituras, como o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – CMPU e o Conselho Municipal de Habitação - CMH, a coordenação da revisão dos Planos Regionais Estratégicos até julho de 2006, a discussão e elaboração dos planos de bairros, e a realização de outros eventos nas subprefeituras.

Pretende-se que as subprefeituras atuem como indutoras do desenvolvimento local, implementando políticas públicas a partir das vocações regionais e dos interesses manifestos pela população.

Na segunda linha de ações estão as reformas e ampliações de equipamentos de abastecimento, equipamentos de cultura, centros desportivos municipais - CDM e equipamentos esportivos em sistema de rodízio, assim como da operação e manutenção dos equipamentos de cultura e unidades de abastecimento e de esportes. Com isto, em alguns casos, as subprefeituras passam a ter uma ação efetiva em áreas não tradicionais de sua ação, e, em outros, agem em coordenação com as respectivas secretarias municipais. Em ambos os casos, pretende-se maior proximidade do cidadão.

2.4 Contenções em áreas de risco geológico

Este programa tem como público alvo a população residente em áreas de risco, definidas em trabalho elaborado pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. Tem por objetivo minimizar a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos (escorregamentos e solapamentos) em áreas de encostas e margens de córregos, com a execução de obras e serviços.

Foram estimados valores gerais por subprefeitura para a execução das intervenções em setores de risco alto e muito alto. Estas obras e serviços deverão ser priorizados pelas subprefeituras de acordo com o orçamento disponível para o período. As intervenções devem ser iniciadas com a realização de um projeto executivo elaborado ou contratado pela própria subprefeitura, possibilitando a adoção da melhor solução técnica e econômica.

2.5 Operações Especiais

O objetivo deste programa é a consolidação do Centro de Controle Operacional, visando minimizar os transtornos aos munícipes, em situações críticas e emergenciais, que possam ocorrer na cidade, por intermédio da coordenação entre diversos órgãos da administração pública, fazendo com que as informações fluam de forma rápida, objetiva e precisa para subsidiar as ações.

Pretende-se que a informação flua o mais rápida e fielmente possível entre os diversos órgãos envolvidos no controle de emergências: Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE),

Defesa Civil, Subprefeituras, Guarda Civil, Secretaria de Infra-estrutura, SAS, Centro de Engenharia de Tráfego, concessionárias de serviços públicos, órgãos de segurança pública e de saúde.

2.6 Interação com as diversas Secretarias

No PPA estão previstas, também, ações de programas gerais a todas as secretarias, como o Programa de Suporte Administrativo, o Programa de Fortalecimento e Melhoria de Gestão e o Programa de Sistemas de Informações e Processamento de Dados. Particularmente relacionado à informática, estão previstas as atividades de aquisição de materiais, equipamentos e serviços de informática, de informatização da fiscalização e de aperfeiçoamento das praças de atendimento ao cidadão. Estas atividades merecem serem destacadas, dada a importância que trazem na melhoria da gestão pública da Secretaria, em particular das subprefeituras, na possibilidade de melhorar na fiscalização e, principalmente, dar atendimento mais condigno aos cidadãos.

A SMSP participa também, com atividades ou projetos sob sua responsabilidade, nos seguintes programas de ação de outras secretarias municipais:

1. Assistência Social Geral – operação dos Centros Regionais de Assistência Social – CRAS.
2. Assistência à Criança e ao Adolescente – viabilização e operação dos Conselhos Tutelares de Assistência à Criança e ao Adolescente.
3. Defesa Civil – implantação das Brigadas de Incêndio em favelas.
4. Limpeza Pública – prestação de serviços de limpeza urbana.
5. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida – realização de obras de melhoria de acessibilidade nas subprefeituras.
6. Qualidade de Vida e Proteção ao Meio Ambiente – conservação de áreas verdes e vegetação arbórea.
7. Manutenção dos Equipamentos de Educação - EF – conservação de escolas do Ensino Fundamental.
8. Manutenção dos Equipamentos de Educação - EI – conservação de escolas do Ensino Infantil.
9. Manutenção dos Equipamentos de Educação – EFM – conservação de escolas do Ensino Fundamental e Médio.
10. Manutenção dos Equipamentos de Saúde – conservação de Unidades de Saúde.

C a p í t u l o 1 1

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

DIAGNÓSTICO

A cidade de São Paulo tem passado por mudanças de diversas ordens, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura e prestação de serviços à população. Com o crescimento rápido em tão pouco tempo, com a escassez de recursos e precárias formas de gerenciamento e controle, a cidade deixou de proporcionar de forma completa serviços como iluminação pública, coleta de lixo urbana, reciclagem e outros.

Nesse sentido, a Secretaria de Serviços englobou no PPA os programas que impactarão diretamente nos grandes problemas apresentados. É imperioso que o setor público proporcione e gerencie os serviços de sua responsabilidade de maneira transparente e com efetivo controle por parte das organizações da sociedade civil.

AÇÕES

Dentro desse contexto, diante da urgência das demandas e precárias condições em que se encontram os serviços de limpeza urbana e iluminação pública, a atual administração criou a Secretaria Municipal de Serviços, por meio do Decreto n.º 45.683, de 1.º de janeiro. Estão sob sua responsabilidade a administração, o gerenciamento e a implantação de políticas públicas que supram a carência de iluminação pública, a limpeza urbana, os serviços de abastecimento da municipalidade e o serviço funerário.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A prestação dos serviços de iluminação, atribuídos ao poder público, necessitam atender a todo o conjunto da população, proporcionando segurança, cidadania e melhoria do conforto urbano. Sendo assim, a atual gestão constatou a necessidade de tornar a prestação deste tipo de serviço, tanto na manutenção da rede existente como na sua expansão, mais eficiente para a população. Para obter esta melhoria, algumas medidas foram adotadas no intuito de corrigir o sistema como um todo, proporcionando uma redução do número de reclamações na execução dos serviços de manutenção, e tornando-os mais ágeis. Além disso, é de preocupação da SES a melhoria na performance da rede instalada, por meio do Programa RELUZ, visando a redução do consumo de energia elétrica e a melhoria da luminosidade nas áreas instaladas, com a substituição das atuais lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio.

Defrontando as grandes demandas acumuladas pela instalação de serviços públicos nas regiões periféricas da cidade, em especial a instalação de pontos de iluminação pública em vias, vielas e acessos a bairros e comunidades, a Secretaria criou um programa especial para este Plano Plurianual, prevendo a instalação de 40.000 novos pontos de luz na cidade, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP.

LIMPEZA URBANA

A Limpeza Urbana é um serviço prioritário para a municipalidade, pois envolve aspectos efetivos de saneamento básico, ligados ao equilíbrio do meio ambiente, e padrões de urbanização adequados às populações. A qualidade desse serviço resulta em inclusão social.

O devido tratamento à questão da geração de resíduos é fato preponderante no desenvolvimento da sociedade moderna, tendo este assunto como um vértice da preservação das condições ambientais atuais, não só para as gerações atuais mas para as futuras. Todas as políticas e ações tomadas pelo poder público e pela sociedade devem buscar a reversão dos níveis atuais de degradação dos recursos ambientais e proporcionar o devido tratamento e destinação final dos resíduos.

Dada a complexidade da cidade de São Paulo, não só pelo seu tamanho, mas pelas suas grandes diferenças socioculturais de sua população, tratar do assunto "lixo" envolve um conjunto de ações e políticas públicas, para garantir a acessibilidade e qualidade de todo o sistema.

A Secretaria de Serviços, por meio do Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb), administra os serviços prestados na cidade de São Paulo, como coleta de resíduos de saúde, domiciliares e seletivos, varrição de vias públicas, lavagem de monumentos e escadarias e remoção de entulho. O Limpurb também gerencia os contratos de operação de aterros e transbordos de inertes, e os contratos de concessão.

A coleta do lixo, tanto o orgânico como o seletivo, tem que buscar alternativas no seu trato, resultando em forte incremento nas políticas de controle de seu destino, e de incentivos à reciclagem, por meio da criação de grandes núcleos de reciclagem.

Um problema enfrentado pela municipalidade há vários anos é o volume de entulho jogado de maneira ilegal nas vias públicas, somado ao grande número de caçambas irregulares que estão espalhadas pela cidade. Para equacionar este grave problema dos detritos inertes, o Limpurb tem um programa de fiscalização que precisa ser intensificado na sua execução. Além disso, a SES, reconhecendo a complexidade dos agentes envolvidos no problema, pretende criar uma nova dinâmica para a regulamentação das caçambas.

Com estes esforços na melhoria da fiscalização e condições de transporte e desbordo do entulho gerado, o poder público poderá regulamentar o destino final desses detritos. Atendendo à Resolução n.º 307/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), as prefeituras precisam incentivar a iniciativa privada a investir em Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos de construção civil (ATT). Frente a essas exigências, e considerando que a municipalidade deve tratar do coletivo, a SES tem um programa específico para regularizar e incentivar a criação das ATT's.

Para dar correta destinação a pequenos volumes de entulho, grandes objetos e resíduos recicláveis, o município de São Paulo, de acordo com a Resolução n.º 307/02 do Conama, tem como política a ser implementada e universalizada aumentar os chamados Ecopontos, que consistem em locais de entrega voluntária de pequenos volumes de entulho, grandes objetos e resíduos recicláveis. É intenção do programa aumentar o número de unidades, uma para cada distrito do município.

ABASTECIMENTO

É papel da gestão pública também garantir livre acesso da população ao abastecimento de gêneros. Para conseguir isso, é preciso criar condições para a revitalização dos mercados regionais. Uma das tarefas da Secretaria é exatamente reformar as unidades de abastecimento existentes, por meio de ações em parceria com as subprefeituras, promovendo uma renovação

completa não só de todos os mercados regionais, como também do seu entorno, permitindo uma nova composição da economia local.

Deve ser aqui salientado que neste Plano Plurianual estão contidas, também, outras ações que permitirão à SES requalificar sua estrutura para atender às necessidades e demandas inerentes às suas atribuições. Destaca-se aqui a criação do Programa de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da secretaria.

CONCLUSÃO

Dessa forma, diante do cenário apresentado, com um esforço de gestão privilegiando a utilização competente e racional da estrutura já disponível, e maximizando o potencial de atendimento, a Secretaria Municipal de Serviços pretende atuar, durante a execução deste Plano Plurianual, executando programas e ações que proporcionem à população um retorno efetivo nas demandas dos serviços de infra-estrutura urbana.

C a p í t u l o 1 2

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1. Diagnóstico

1.1 A ocupação do solo

As condições socioambientais hoje existentes na cidade resultam da interação, ao longo da história, das dinâmicas urbanas, representadas pelas de ordem socioeconômica, demográfica e de ocupação do território. Todas elas condicionaram a forma de apropriação do espaço e dos recursos naturais e influenciam, ainda, o futuro e a sustentabilidade da metrópole.

Desde as décadas de 60 e 70, intensifica-se a expansão da mancha urbana em direção às áreas periféricas, independente das limitações e potencialidades de seu sítio natural. Ocupam-se indiscriminadamente os fundos de vales e terrenos suscetíveis à erosão e com altas declividades. Remanescentes de mata atlântica são suprimidos e inicia-se a ocupação em áreas de mananciais de abastecimento, vitais para a sobrevivência da metrópole. Em contrapartida, acentuam-se as demandas por água, energia, transporte, saneamento e habitação.

As dificuldades de acesso à moradia impelem a população, cada vez maior, à adoção de soluções-problema, como favelas, cortiços, invasões e parcelamentos clandestinos. A década de 70 é marcada pelo incremento da população favelada, que passa de 1,1% em 1973 para 5,2% do total da população, em 1980.

A atividade industrial, até então a predominante na metrópole, associada ao aumento da circulação de veículos movidos a combustíveis fósseis, provocam os primeiros sinais de pressão e de alterações significativas na qualidade do ar.

A partir da segunda metade da década de 70, inicia-se o declínio das taxas de crescimento demográfico, fortemente influenciado pelo processo de desconcentração industrial e pela queda das taxas de natalidade. Áreas específicas da cidade, tradicionalmente com perfil industrial, como a Lapa, Mooca, Pari, Brás e Ipiranga, passam a sofrer com a desconcentração da atividade e a apresentar sinais de degradação urbanística. O mesmo acontece com as áreas centrais.

Nas décadas posteriores, o setor de serviços passa a contribuir cada vez mais para a economia da cidade. No início da década de 90, o setor era responsável por cerca de 29,7% dos empregos formais, valor muito próximo ao da indústria, com 29,4%. Já em 2000, esses valores se alteram para 38% e 20%, respectivamente.

Não obstante a redução do crescimento populacional, nas décadas de 80 e 90, o processo de expansão da área urbanizada continua de forma acelerada, seja por condomínios de alto padrão, em municípios limítrofes, como por exemplo no caso de Alphaville, quer por autoconstrução na periferia. Esta expansão passa a ser acompanhada por um processo de esvaziamento das áreas centrais e pericentrais, melhor providas de infra-estrutura, processo que continua até os dias de hoje.

Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento populacional situou-se em 0,9% a.a. e, segundo estimativas, vem decrescendo ainda mais no período de 2001 a 2004, com valores estimados em torno de 0,6% a.a. Entre 1980 e 2000, cerca de 2/3 dos distritos da cidade, do total de 96, apresentaram taxas negativas de crescimento populacional. Entretanto, os distritos restantes, todos situados em áreas periféricas, evidenciaram um movimento inverso, com crescimento de até 13% a.a.. Entre esses distritos contam-se os de Anhangüera e Jaraguá, na Zona Noroeste, Grajaú e Parelheiros, na Zona Sul e Iguatemi e Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade.

Estes números comprovam a persistência do processo de migração interna da população, em direção às áreas periféricas, contribuindo para o agravamento da situação

ambiental de São Paulo, já que nessas regiões localizam-se os últimos redutos ambientais: remanescentes de mata, áreas permeáveis, biodiversidade e mananciais de abastecimento.

A grande maioria dos mais de 10,4 milhões de habitantes da cidade convive diariamente com graves problemas socioambientais, de difícil reversão, tais como a poluição de seus recursos hídricos e mananciais de abastecimento; enchentes; episódios críticos de poluição do ar; áreas contaminadas; desmatamento e supressão contínua da cobertura vegetal, escassa ainda existente; e impermeabilização do solo, entre outros problemas.

Cerca de 28% da população, ou seja, 3 milhões de pessoas, vivem em condições precárias de habitação, nos 1.241 loteamentos irregulares e nas 2.018 favelas existentes (PMSP, 2004). Só em áreas de mananciais, dentro dos limites do município, vivem 420 mil pessoas em favelas e loteamentos clandestinos.

Em 2001, a cidade apresentava 305 áreas de enchentes e 284 com ocorrências de deslizamento de encosta. Segundo levantamento realizado pelo IPT para a Secretaria Municipal de Subprefeituras, em 2003, 137,5 mil pessoas vivem em 192 áreas de favelas, com risco de serem atingidas por processos de deslizamento.

Por outro lado, 33% do município ainda é coberto por vegetação, sendo 21% por maciços florestais significativos, localizados nos distritos periféricos, onde estão submetidos a intensa pressão para a ocupação urbana. Entre os principais, estão: Engenheiro Marsilac (que concentra 45% de toda a vegetação nativa), Parelheiros, Grajaú, Jaçanã-Tremembé e Perus, entre outros. Esse processo de ocupação desordenado vem levando à supressão contínua da vegetação. Entre 1991 e 2000, foram suprimidos 5.340 hectares de cobertura vegetal (SVMA, 2004).

A redução da cobertura vegetal, ao longo do processo de ocupação do território paulistano, vem condicionando uma série de fatores ambientais, diretamente relacionados com a qualidade urbano-ambiental da metrópole. Além de alterações significativas da paisagem e a perda da biodiversidade, condiciona também o controle de enchentes, seja pelo aumento das áreas sujeitas a erosão, e conseqüente assoreamento das drenagens, seja pelo aumento da área impermeável.

Observa-se também uma íntima relação entre fatores microclimáticos e a cobertura vegetal. Estudos da SVMA apontam a existência de diferenças de temperatura de quase 10° C entre regiões da cidade com presença ou ausência de vegetação.

Nesse contexto, a existência de parques urbanos e outras unidades de conservação é de fundamental importância para a metrópole. Existem hoje 47 parques municipais, sendo 32 totalmente implantados e os demais em fase de implantação. Mas a cidade ainda sofre com a carência de novas áreas para a implantação de parques e outras áreas verdes públicas, visto que a ocupação irregular onera duplamente o estoque de terrenos públicos destinados a esse fim. Isso acontece por força da ocupação dessas áreas por favelas, ou pela não destinação – que é obrigatória - de áreas pelo loteador clandestino, uma vez que, para ele, quanto maior for o número de lotes à venda, maior será o lucro final.

1.2 A poluição do ar

Apesar de a qualidade do ar ter melhorado na última década, segundo dados das estações de monitoramento de ar da Cetesb, os maiores contribuintes para o aumento da poluição continuam sendo os veículos automotores, que, entre automóveis, motos, caminhões e ônibus, atingiam quase 5 milhões de unidades em 2002.

O uso do transporte individual pela população paulistana vem crescendo sistematicamente, passando de 18,9% em 1977, para 30,4% em 1987, e atingindo 34,3% em 2002. Neste último ano, apenas 30% da população utilizava o transporte coletivo, e 37% andava a pé. Dentre os automóveis particulares, 78% são movidos a gasolina e 70% da frota tem fabricação anterior a 1997.

Como consequência disso temos um agravamento da saúde da população, principalmente no inverno, especialmente entre idosos e crianças, que são os que mais sofrem com os efeitos da poluição do ar. São registradas cerca de 12 mil internações/ano por doenças causadas pela má qualidade do ar. No período de 2000 a 2002, observou-se um aumento de cerca de 40% na incidência de asma e bronquite em crianças com idade inferior a cinco anos.

1.3 Os resíduos sólidos

A gestão dos resíduos sólidos - domésticos, hospitalares, industriais ou oriundos da construção civil - constitui-se em um grande desafio para a Administração Municipal, considerando os volumes gerados, superiores a 10 mil toneladas/dia, contando-se apenas o lixo domiciliar. O comprometimento da vida útil dos dois aterros existentes, São João e Bandeirantes, bem como a ausência de áreas para a implantação de novos depósitos, agravam o quadro existente. E contribui ainda para isso o grande número de locais com descarga clandestina de resíduos, alguns situados em áreas próximas aos mananciais.

1.4 O papel da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

Alia-se a este grave panorama de degradação ambiental, a degradação das condições socioeconômicas da população. Degradação esta caracterizada pelo aumento da pobreza, conforme dados do aumento da desigualdade de renda, no período de 1991 a 2000, quando o Índice de Gini variou de 0,56 para 0,62. Os dados de exclusão social e do IDH-Municipal apontam que, à medida que se caminha para a periferia, os valores pioram sensivelmente, aumentando o risco de comprometimento dos recursos naturais.

Os padrões desiguais de qualidade socioambiental da metrópole, associados às novas demandas, sejam elas oriundas do ordenamento jurídico, do panorama internacional - a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Rio/92, Rio+10 de 2002, Joanesburgo/África do Sul e a vigência do Protocolo de Kioto, em 2005) - ou do papel de cidade mundial que São Paulo desempenha desde a última década, passam a exigir da SVMA uma atuação bem distinta da época de sua criação, em 1993, extrapolando o seu papel de simples zeladoria dos parques municipais.

2. Ações da Secretaria

A atual administração está implementando um novo modelo de gestão ambiental da cidade, considerando as realidades locais e as especificidades das diversas regiões, sob o prisma de três diretrizes fundamentais:

2.1. Eleição de prioridades

Foram definidos 6 eixos programáticos - ar, água, solo, áreas verdes, ecoeconomia e cultura da paz -, que se desdobram em 12 projetos prioritários, transformadores das políticas ambientais para o Município de São Paulo. Os projetos serão implementados em 40 ações prioritárias, que deverão nortear todo o trabalho da Secretaria. Cada eixo terá um gerente-articulador para implementar, acompanhar, avaliar e propor mudanças de rumo para cada uma das ações escolhidas como prioritárias.

Os projetos e atividades inseridos no Programa de Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade de Vida foram pautados na busca de um modelo de cidade sustentável, tanto do ponto de vista social como ambiental, tendo como pressuposto básico a necessidade de implementação de políticas de inclusão ambiental, que gerem renda/trabalho e preservação/recuperação do meio ambiente, seja ele construído ou natural.

2.2. Descentralização: reestruturação e desconcentração da SVMA

A Secretaria adotará também um modelo de desconcentração, democratização e descentralização de algumas de suas atividades por meio da busca incessante de compartilhamento, com a participação de outros órgãos públicos e da sociedade organizada.

Compartilhando com as subprefeituras e outros órgãos municipais a co-responsabilidade de gerir as questões ambientais no município de São Paulo, a Secretaria estará contribuindo para um movimento institucional de aperfeiçoamento gerencial, que permitirá um comprometimento maior de todas as instâncias da Prefeitura e da sociedade com os objetivos definidos.

A instalação progressiva de quatro núcleos de gestão descentralizada, cada qual com um coordenador, e com pessoal das diferentes áreas da SVMA, atuando de modo regionalizado, é peça fundamental no processo de aproximação da SVMA com as demais instâncias: as subprefeituras, e demais órgãos públicos municipais e estaduais comprometidos com a proteção ao meio ambiente, e a própria sociedade civil.

Outras decisões, tomadas pela Secretaria, têm a finalidade de flexibilizar a gestão do meio ambiente, trazendo agilidade e eficiência administrativa. São elas: a reformulação da Assessoria Jurídica; a criação de um grupo de articuladores junto à Assessoria Técnica, para cada eixo prioritário; a criação da Câmara de Compensação Ambiental, com a efetiva participação dos departamentos e do Gabinete; a mudança do modelo de gestão orçamentária, reduzindo de quatro para uma unidade orçamentária, e transformando as mais de 45 dotações em apenas 8.

2.3. Municipalização: fortalecendo o Sistema Nacional de Meio Ambiente

Desde agosto de 1981, o Brasil tem uma Política Nacional de Meio Ambiente, ditado pela Lei Federal nº 6938, que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Sistema Nacional de Informações Ambientais (Sinima). Seu objetivo geral é o de dotar o País de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

O Sisnama preconiza a participação do Estado e da Sociedade na formulação das diretrizes para a Gestão Ambiental, em espaços específicos de negociação. São os Conselhos de Meio Ambiente Nacional, Estaduais e Municipais. Além disso, para reforçar suas características

sistêmicas, estabelece como necessária a complementaridade das instâncias federativas de decisão – União, Estados e Municípios. Com isso, atende ao que preconiza o Artigo 23 da Constituição de 1988, que estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no combate à poluição, em qualquer de suas formas.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente apoiará o fortalecimento da Comissão Tripartite Estadual e as estratégias por ela apontadas para a implantação do Sisnama. Para isso, propõe que, de imediato, enquanto não se regula o Artigo 23 da Constituição Federal, seja feito um convênio com o Estado, para que, desde já, o município desempenhe ações de fiscalização e licenciamento, até agora feitas pelos órgãos técnicos do Estado.

3. Programas e ações

O Plano Plurianual 2006/2009, e a proposta orçamentária para 2006 da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, abarcam cinco programas. Três deles são comuns a toda a Administração Municipal: Programa de Suporte Administrativo, Programa de Fortalecimento Institucional e Melhoria da Gestão e Programa de Informação e Processamento de Dados. O quarto, Programa de Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade de Vida, liderado por esta Secretaria, também tem caráter intersecretarial.

Ações no campo do Meio Ambiente também serão executadas no programa Ação Centro, no qual estão previstas atividades nas áreas de arborização, sistema de gestão ambiental e educação ambiental, sob a coordenação da Emurb.

3.1. Proteção ao Meio Ambiente e à Qualidade de Vida

Dada a amplitude e magnitude dos problemas ambientais existentes, e a necessidade de intervenções do Poder Público, propõe-se um programa abrangente visando minimizar, recuperar e preservar o meio ambiente e a qualidade de vida, em um modelo de sustentabilidade socioambiental para a cidade.

Este programa atende ao novo quadro jurídico-institucional condicionado pela edição da Lei de Crimes Ambientais, exigindo plena atuação da SVMA/Decont, no exercício de seu poder de polícia administrativa, para coibir e prevenir agressões ambientais em todo o território municipal. O programa incorpora ações de caráter transformador de hábitos e padrões, que visam alcançar novos paradigmas e modificar modelos de gestão, quer da administração pública ou da iniciativa privada, adequando-os ao contexto da sustentabilidade. Na área de transporte, com a adoção de veículos menos poluentes e o incentivo a outras modalidades, com ênfase ao não motorizado. Na gestão da administração pública, com programas de redução de consumo e mudanças de hábitos, e com a adoção de novas formas de educação e disseminação de conhecimento.

Objetivos

Esse programa tem os seguintes objetivos principais:

- Promoção à proteção dos recursos naturais, garantindo a qualidade ambiental do Município de São Paulo;
- Promoção do equilíbrio da paisagem e do meio físico ambiente;
- Implementação da Política de Gestão do Sistema de Áreas Verdes, propondo a criação de novos parques urbanos e demais áreas verdes;

- Criação e gestão de Unidades de Conservação (Parques Naturais, Áreas de Proteção Ambiental e demais unidades de conservação);
- Preservação e conservação da biodiversidade no município, por meio da observação e registro da flora e da fauna, bem como o acompanhamento médico-veterinário;
- Administração, preservação, conservação e manejo de parques e seus equipamentos;
- Implementação da APA Capivari-Monos;
- Projeto e gerenciamento de obras e serviços de construção civil e ajardinamento para viveiros, parques, praças, jardins e demais logradouros públicos;
- Produção de mudas ornamentais e arbóreas para uso da administração pública;
- Estímulo ao reflorestamento e arborização urbana, com fins ecológicos e paisagísticos, no âmbito do Município de São Paulo;
- Fiscalização de atividades poluidoras e causadoras de degradação ambiental (desmatamento, descarga clandestina de resíduos, movimento de terra irregular, entre outras);
- Fiscalização da área de Mananciais (Billings e Guarapiranga), com ênfase na APA Capivari-Monos, e promoção de ações necessárias para a implementação de usos compatíveis em Áreas de Proteção de Mananciais;
- Fiscalização e controle de emissão da frota de veículos automotores;
- Implementação de Política Municipal de Redução das emissões de gases de efeito estufa;
- Implementação de Política Municipal de Incentivo ao Transporte Não Motorizado, com implantação de ciclovias, cicloredes etc;
- Recuperação ambiental de áreas degradadas;
- Gerenciamento e revitalização de áreas contaminadas;
- Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;
- Monitoramento da qualidade das águas superficiais do Município (lagos dos parques e córregos);
- Estabelecimento das diretrizes e de plano de recuperação dos antigos aterros (lixões) desativados;
- Análise e monitoramento dos planos de atendimento emergenciais relacionados com transporte de produtos perigosos;
- Implantação de novos cadastros e manutenção dos existentes;
- Monitoramento e fiscalização das antenas de rádio base (ERBs), emissoras de radiações não ionizantes;
- Licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local;
- Exame técnico de EIA ou RAP apresentados para licenciamento no órgão ambiental estadual - manifestação do órgão ambiental municipal nos termos previstos no Artigo 5º da Resolução CONAMA 237/97;
- Análise de Relatórios de Impacto de Vizinhança – RIVI;
- Monitoramento e acompanhamento de empreendimentos licenciados;
- Consolidação do Sistema de Informações Ambientais;
- Implementação de instrumentos ambientais e programas previstos no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Diretores Regionais;
- Diagnóstico das condições da qualidade ambiental do Município de São Paulo e alimentação de indicadores ambientais;
- Elaboração e publicação do Relatório da Qualidade do Meio Ambiente do MSP – RQMA;
- Promover a participação popular, por meio do CADES, de sua descentralização em 31 Subprefeituras e das consolidações dos Conselhos Gestores;
- Promover a Cultura de Paz na cidade;

- Fortalecimento da implementação da Agenda-21, elaborada em 1996;
- Inserção da variável ambiental nas políticas setoriais da PMSP;
- Implementação de padrões de produção e consumo sustentáveis;
- Planejar e executar atividades científicas, culturais e educacionais no campo da Astronomia;
- Operação dos Planetários do Ibirapuera e do Parque do Carmo;
- Informar, conscientizar e educar diferentes públicos sobre a qualidade ambiental do município.

3.2. Público-alvo

O público-alvo do programa é bastante diversificado e abrangente, Compõe-se de simples munícipes sensibilizados pelas atividades de educação ambiental, passando pelos servidores municipais, usuários de parques municipais - que podem atingir em um final de semana mais de 500 mil pessoas –, pelos proprietários de veículos automotores (mais de 4 milhões), até a totalidade da população da cidade, a ser beneficiada pelos resultados de ações de controle e melhoria da qualidade do ar.

Estudo, diagnóstico, fiscalização e monitoramentos ambientais

Esta ação abrange atividades já em desenvolvimento pelas diversas unidades de SVMA, integrando ações rotineiras de controle ambiental, tais como a fiscalização e o licenciamento ambiental, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar o planejamento ambiental, a gestão das áreas verdes e das unidades de conservação, e a recuperação/reabilitação de áreas degradadas e contaminadas.

Objetivos

- Operacionalização de posturas administrativas e sistema de multas ambientais;
- Formação de cadastro de infratores ambientais;
- Processos administrativos de apuração de infrações ambientais;
- Auditoria Ambiental dos empreendimentos licenciados pela SVMA;
- Realização de campanhas mensais de coleta e análise de parâmetros físico-químicos e microbiológicos, priorizando-se o Lago do Ibirapuera;
- Valoração de danos ambientais;
- Cadastro de áreas degradadas por subprefeitura, priorizando a Zona Leste e as áreas de mananciais;
- Investigação de áreas suspeitas e/ou contaminadas;
- Elaboração e implantação de diretrizes para recuperação de áreas municipais e particulares degradadas/contaminadas, em cooperação com as subprefeituras;
- Análise e deliberação dos Planos de Atendimento Emergencial, contidos nos processos de Requerimento de Licença Especial de Trânsito de Produtos Perigosos, referentes aos transportadores que circulam no município de São Paulo;
- Gerenciamento da implantação e operação do Programa de Inspeção e Manutenção Veicular IM;

- Consolidação do Sistema de Informações Ambientais;
- Elaboração do Diagnóstico Ambiental do município e edição do Relatório de Qualidade Ambiental – RQMA;
- Instituição do Zoneamento Ambiental do Município de São Paulo, atendendo ao Artigo 248 da Lei nº 13.430/2002 do Plano Diretor Estratégico;
- Elaboração de Parâmetro Ambiental para Planejamento e Regulamentação – FQA, que subsidiará o Zoneamento Ambiental;
- Elaboração de estudo de viabilidade de implantação de novas Unidades de Conservação no município;

Manutenção e Conservação de Áreas Verdes

Esta ação abrange diversas atividades já em desenvolvimento pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes da SVMA, integrando ações rotineiras visando a conservação e melhoria dos aspectos ambientais dos Parques Públicos Municipais da cidade, o manejo da fauna e flora e a melhoria da qualidade ambiental, por meio da implantação de arborização urbana.

Objetivos

- Manutenção e conservação dos parques municipais;
- Implementação do Plano Diretor do Parque Ibirapuera;
- Produção de mudas de espécies herbáceas e arbustivas e de mudas de espécies arbóreas para atendimento da demanda da municipalidade;
- Aumento da biodiversidade das espécies;
- Plantio de espécies arbóreas, no âmbito do Plano Diretor de Arborização;
- Recuperação e reabilitação de animais silvestres;
- Levantamento da fauna e flora dos parques e demais áreas da cidade;
- Manutenção e controle da fauna de animais silvestres e do acervo dos parques;
- Diagnóstico e proposição de programas de proteção e recuperação da biodiversidade da fauna;
- Subsídios dos programas de soltura e reintrodução de animais silvestres em seu local de origem.

Educação Ambiental

Objetivos

- Dar diretrizes aos trabalhos de Educação Ambiental dos Núcleos de Gestão Descentralizada;
- Implementação da Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Paz – UMA-PAZ;
- Criação da Política Municipal de Educação Ambiental;
- Atendimento das demandas da SVMA em relação à Educação Ambiental em programas/projetos institucionais;
- Implantação da monitoria ambiental nos parques;

- Participação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, estimulando sua implantação nas propriedades municipais;
- Fomento à criação de Núcleos de Arborização das Subprefeituras
- Atendimento das parcerias com outras secretarias municipais (SME, SMC e SMS);
- Gerenciamento de Banco de Dados sobre Educação Ambiental no município;
- Disseminação do Diagnóstico Ambiental do Município de São Paulo para incorporação das propostas e recomendações às políticas públicas locais;
- Atividades e ações dos Planetários do Ibirapuera e do Carmo e da Escola Municipal de Astrofísica;
- Formação de jardineiros e paisagistas.

Construção, Reforma e Ampliação das Unidades da SVMA

Objetivos

- Manutenção das edificações, playground, estares, infra-estrutura, sanitários, cercamento e brinquedos nos parques existentes;
- Reforma do prédio para instalar a Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Paz;
- Execução das obras previstas no Plano Diretor do Parque Ibirapuera;
- Requalificação do sistema de abastecimento de água do Parque Ibirapuera;
- Restauro das estufas e ripados do Viveiro Manequinho Lopes e reforma do seu sistema de abastecimento de água e da rede coletora de esgoto;
- Restauro do ripado e instalação de bancada de tubetes, assim como reparo do sistema de drenagem do Viveiro de Cotia;
- Viveiro do Anhangüera: reativação para produção de árvores nativas;
- Viveiro do Carmo: reparo na cobertura do galpão.

Implantação de Áreas Verdes, Proteção de Mananciais e Recuperação Ambiental

A partir do diagnóstico realizado pela SVMA, há necessidade de estabelecer e implantar ações efetivas que visem a preservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental da cidade, seja pela implantação de novos parques urbanos, pela proposição de novas unidades de conservação ou pela reabilitação de áreas degradadas.

Objetivos

Implantação de novos parques, atendendo às diretrizes do Plano Diretor Estratégico, entre os listados abaixo;

Tabela 1 – Novos Parques Propostos

Aterro Jacuí	Parque Shangrilá
Parque Alto da Boa Vista	Parque Pinheirinho d' água
Parque Emb. Sérgio Vieira de Mello	Parque Sena
Parque Campo da Vinha	Parque Prof. Lydia Natalício Diogo
Parque Colinas de São Francisco	Parque Tenente Brig. Faria Lima
Parque Darcy Silva	Parque Jacinto Alberto
Parque das Águas	Parque Jardim Herculano
Parque do Trote	Parque Ganhembu
Parque do Cordeiro	Parque Itaguaçu
Parque Ermelino Matarazzo	Parque Vila do Rodeio
Parque D. Pedro (Emurb)	Parque Sapopemba (denominado)
Parque Rincão	Parque D. Paulo Evaristo

- Implantação de parques lineares previstos no PDE e nos PDRs;
- Implantação de praças com áreas superiores a 6.000 m²;
- Reimplantação do Viveiro do Anhangüera, atualmente inativo;
- Fortalecer, subsidiar e apoiar o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos;
- Plano de Gestão, por meio do projeto Fortalecimento da Gestão Participativa da APA Capivari-Monos, aprovado pelo FNMA/MMA em 2003. A elaboração do referido plano deverá atender ao Artigo 26 inciso II da Lei supracitada;
- Elaborar e executar a Programação/Sinalização da APA Capivari-Monos;
- Implementar projeto de fortalecimento e organização do setor agrícola;
- Criação e implantação da Área de Proteção Ambiental – APA do Bororé –Colônia;
- Criação e implantação do Parque Natural da Cratera de Colônia, na Subprefeitura de Parelheiros;
- Viabilização da criação de novas Unidades de Conservação – Cabeceiras do Aricanduva, Morro do Cruzeiro, Mata do Iguatemi e Sete Praias;
- Criação e Implantação do Parque Natural da Fazenda do Carmo;
- Desapropriação de áreas para a criação de novas Unidades de Conservação;
- Nova edificação do Hospital Veterinário no Parque Anhangüera;
- Realização de levantamento arqueológico das Unidades de Conservação, a fim de identificar e preservar seu patrimônio cultural;
- Realização de levantamento fundiário das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia;
- Implantação de sinalização turística e educativa nas Unidades de Conservação existentes, a fim de divulgar e orientar usuários.

C a p í t u l o 1 3

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1. Diagnóstico

A ação da Prefeitura de São Paulo na área desta Secretaria tem por finalidade estimular a produção e a difusão da cultura de forma ampla, estabelecendo parcerias operacionais com as demais secretarias de governo e, em especial, com áreas estratégicas como Meio Ambiente, Educação e Turismo.

Nesse sentido, são formuladas neste PPA políticas públicas compatíveis com a nova dimensão que a cultura vem assumindo, seja como fonte de emprego, instrumento de desenvolvimento espiritual ou de coesão social.

Estima-se que a atividade econômica diretamente ligada à área da cultura movimenta R\$ 1,5 bilhão ao ano na cidade de São Paulo, gerando cerca de 70 mil empregos. No mundo, a indústria cultural tem tido um crescimento de 200% ao ano, constituindo-se em grande fonte de geração de renda e arrecadação de impostos.

Diante disso, a atuação da administração pública é antes de tudo normativa, indutiva e compensatória. A Secretaria Municipal da Cultura agirá no campo das políticas públicas, buscando assegurar o amplo acesso às mais diversificadas ações culturais, e o direito de expressão e fruição, atuando na promoção de eventos artísticos e no apoio aos artistas, oferecendo uma programação de qualidade, sem discriminações culturais ou de classe. Nesta perspectiva, o funcionamento do programa "Vai", que incentiva o desenvolvimento de projetos artísticos e culturais na periferia, é tão importante quanto a temporada de ópera do Teatro Municipal.

Contudo, a Secretaria não pode se limitar ao papel de produtora de eventos. Deve estabelecer um equilíbrio entre os recursos destinados à programação e os investimentos em infraestrutura, recuperando bibliotecas, teatros, casas históricas e casas de cultura, estancando o processo de deterioração do patrimônio público, promovendo sua conservação e oferecendo à população instituições em condições de prestar bons serviços.

A Secretaria Municipal de Cultura, dentro da estratégia enunciada neste PPA, deverá passar por uma reconstrução institucional, preparando suas equipes de trabalho, investindo na formação de funcionários, delegando responsabilidades e poderes e garantindo às suas instituições centrais gestões autônomas, que lhes proporcione independência e estabilidade financeira, administrativa e política. No bojo desse movimento, deverão ser implantados o Sistema Municipal de Bibliotecas, o Sistema Municipal de Museus e o Departamento de Expansão Cultural, além de elevar a nível de Departamento o Arquivo Histórico Municipal.

Em contraponto à crescente limitação de recursos orçamentários, consagrou-se uma enorme liberalidade com o uso do dinheiro público pela iniciativa privada. Ferramentas essenciais para as ações culturais, os mecanismos de incentivo fiscal precisam ser aperfeiçoados. Nesta perspectiva, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura deverá passar por um redesenho, visando resguardar o papel do poder público na formulação de prioridades, indução de investimentos e iniciativa de parcerias.

Por último, é essencial que o poder público municipal identifique suas vocações e defina os campos nos quais irá atuar, evitando reproduzir programas e eventos similares àqueles já realizados por outros órgãos de cultura. A Secretaria Municipal de Cultura deve aprofundar o reconhecimento de suas áreas de atuação, para que possa investir nas especificidades e potencialidades de cada uma delas. Nesse sentido, alguns parâmetros revestem-se de importância para a definição das linhas de trabalho da Secretaria Municipal de Cultura:

- Com a arte, busca-se um equilíbrio entre os investimentos em infra-estrutura e os recursos que são destinados à programação artística. Os órgãos e instituições da Secretaria precisam ser recuperados e reestruturados: as experiências comprovam que o público responde aos investimentos, mesmo modestos. O caso recente da revitalização do Centro Cultural São Paulo é um exemplo eloqüente.

- Com o meio ambiente, é uma aliança estratégica em que ambos ganham. Um exemplo bem-sucedido a reproduzir é expandir a experiência localizada da Escola de Iniciação Artística – EMIA, implantando esses órgãos de cultura nos parques da cidade.
- A cultura pode cooperar ainda com a educação de duas formas: como elemento facilitador, fornecendo o diferencial que dá sentido e torna os conteúdos educacionais assimiláveis e atraentes, e também como complementação, dando continuidade ao processo de formação fora do espaço da sala de aula. A educação também pode fornecer à cultura um referencial necessário para o planejamento da formação do indivíduo.
- É importante que a cultura não renuncie à sua dimensão lúdica e prazerosa, oferecendo opções de lazer de boa qualidade. Para que a programação seja eficiente é preciso conhecer o perfil do público de cada órgão. Nesse sentido, pesquisas de público regulares são imprescindíveis como instrumento de planejamento.
- Se tiver uma presença marcante nos anos de formação do indivíduo, a cultura pode criar oportunidades, despertando aptidões e talentos. A presença da cultura na escola é indispensável à completa formação da pessoa.
- Ao contrário do que se diz, as leis de incentivo infelizmente não foram capazes de desenvolver mercados para as diferentes áreas da cultura. O projeto da Secretaria é colaborar nesse sentido por meio da ativação do Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais (FEPAC) como financiador de custeio de projetos de instituições públicas não-governamentais.
- A consolidação de São Paulo como Cidade Mundial está intimamente relacionada com seu papel como cidade de turismo de negócios e cultural. O turista de negócios amplia sua estadia e transforma-se em turista cultural se o potencial cultural da cidade for desenvolvido. É esta alavancagem que multiplica a geração de empregos, renda, negócios e cultura na cidade. Por esse motivo, deve-se aproveitar ao máximo o grande potencial de São Paulo, investindo-se, por exemplo, em museus competitivos, com boas coleções e boas exposições, que atraiam o público e estejam inseridos no circuito nacional, com o objetivo de estimular o encontro de programas culturais e estrutura turística. A interação entre a Secretaria de Cultura e a São Paulo Turismo (Anhembi) se efetivará, entre outras coisas, por meio da criação de um Calendário Cultural da Cidade de São Paulo.
- Parcerias com outras Secretarias e entidades na formulação de programas de qualificação profissional. No momento em que escasseiam empregos formais na indústria e no comércio, surgem, paradoxalmente, oportunidades de emprego e crescimento profissional nas áreas ligadas à cultura, em franca expansão. Prover a qualificação de mão-de-obra é indispensável para esse desenvolvimento espontâneo.
- Apoiar manifestações de grupos populares que resistem ou se adaptam ao modo contemporâneo, sem perder suas características. O intuito não é, com uma visão paternalista, congelar essas manifestações: é incentivá-las e acompanhar o processo de sua adaptação aos novos tempos.
- São Paulo tem uma dinâmica própria de construção e reconstrução. Cabe, pois, implantar uma política patrimonial que permita a preservação dos acervos e manchas históricas, sem interromper o desenvolvimento urbano.
- Apoiar o desenvolvimento de grupos que, em torno de um universo próprio de valores, constituem sua identidade. Caso, por exemplo, dos grafiteiros, pichadores, skatistas, vegans, que possuem uma dinâmica própria. O reconhecimento dessa expressão cultural poderá transformá-la, inclusive, em fonte de renda e segurança social para esses grupos.

Dados estes parâmetros, as principais políticas definidas para o presente Plano Plurianual da Prefeitura são:

1. Modernizar e descentralizar a administração, recuperando os órgãos públicos e descobrindo as vocações das instituições a fim de implementá-las. Para tal serão implementadas alianças com todos os parceiros disponíveis, locais, nacionais e internacionais, sejam eles governamentais ou não-governamentais. O intuito é induzir a realização de programas públicos, com apelo à participação privada, mediante incentivos. A exemplo do que se adota em outros países, o poder municipal deve definir onde investir os recursos, convidando o setor privado a participar, a partir da criação de fundos combinados (*matched funds*). Não se trata de simplesmente oferecer os recursos financeiros para que o poder privado determine, segundo a sua lógica e os seus interesses, o destino dos investimentos. Em contraponto à limitação de recursos orçamentários, existe uma enorme liberalidade com o uso do dinheiro público pela iniciativa privada. É preciso confrontar situações e iniciativas que não sejam de interesse público.
2. Incentivar a cultura de exportação sobre a de importação, favorecendo a exportação de conteúdos – sejam eles paulistanos, paulistas, brasileiros –, de obras, artistas e modelos de gerenciamento. A preocupação deve ser a de garantir o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada setor – instituições, artistas e programação –, analisando suas vertentes de atuação e competitividade.
3. Mobilizar esforços para o desenvolvimento de mercados culturais internos que possam se auto-sustentar a médio e longo prazo, já que a cultura se tornou fonte de renda para muitas pessoas.
4. Garantir o cumprimento do papel do poder público, onde for imprescindível e insubstituível.

Além do quadro de restrição orçamentária com o qual o presente Plano Plurianual tem que se conformar, a austeridade com o dinheiro público é um princípio norteador, critério a ser adotado em Secretaria Municipal da Cultura tanto com recursos orçamentários como extra-orçamentários.

O objetivo é sempre promover o máximo com o mínimo, reduzindo o custeio e aumentando o investimento. Uma das formas de se reduzir os custos é eliminar os vícios da máquina administrativa. Uma medida possível e necessária é a redução dos gastos com aluguel, por exemplo. Os Departamentos hoje reunidos no prédio da Secretaria de Cultura devem ser gradativamente transferidos, retornando para prédios públicos. Essas mudanças serão realizadas considerando-se as especificidades, necessidades e características de cada área.

2 Ações gerais da Secretaria de Cultura

2.1 Ações no curto prazo

- Implantar um modelo de administração pública responsável, baseado em descentralização e autonomia.
- Reconstrução institucional da Secretaria Municipal de Cultura, que passará a delegar responsabilidades e poderes, descentralizando o que for possível de forma a permitir que, alinhados à política cultural formulada pela Secretaria, os órgãos centrais passem a ter uma gestão autônoma administrativa e financeiramente.
- A criação das autarquias do Teatro Municipal, da Biblioteca Mário de Andrade e do Centro Cultural São Paulo permitirá a implantação de conselhos que tornem as gestões mais transparentes e criteriosas no desenvolvimento dos planos de trabalho e na administração dos recursos. Dessa forma, as instituições também ficam mais resguardadas das mudanças de

- diretrizes políticas e partidárias e a administração deixa de estar centralizada na Secretaria, que assim poderá exercer melhor o seu papel de formuladora de políticas públicas.
- Fusão do Departamento de Ação Cultural Regionalizada com o Departamento de Teatro para a criação do Departamento de Expansão Cultural, que passará a programar de forma conjunta e mais racionalizada os órgãos da Secretaria Municipal de Cultura.
 - Criação e implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas, a partir de uma reestruturação do Departamento de Bibliotecas Públicas e do Departamento de Bibliotecas Infanto-juvenis. Essa classificação deixa de existir e o Sistema passa a administrar conjuntamente as 64 unidades da rede.
 - A Biblioteca Mário de Andrade, que futuramente será transformada em autarquia, será imediatamente elevada, mediante decreto, à categoria de Departamento, adquirindo maior autonomia administrativa.
 - Criação de uma Coordenadoria de Gestão visando a melhorar o padrão administrativo, instituindo controles de orçamento e de pessoal.
 - Recuperação da capacidade de investimento, por meio de convênios, parcerias e patrocínios.
 - Remanejamento de espaços, com o objetivo de reduzir despesas de aluguel e manutenção.
 - Investimento em obras de infra-estrutura e aquisição de equipamentos necessários à modernização da administração.
 - Remanejamento de quadros administrativos para serviços em que há escassez de pessoal, de forma a equilibrar as equipes de trabalho.
 - Implantação do programa de Letramento, visando à complementação da educação formal – ensino fundamental e médio – dos funcionários, inclusive dos prestadores de serviços terceirizados, em todos os órgãos de Secretaria Municipal de Cultura.
 - Aprimorar a tramitação dos processos administrativos, simplificando procedimentos e propondo, quando necessário, a sua reformulação em nível superior. É sabido que a administração municipal encontra-se em estágio atrasado com relação às suas congêneres em nível estadual e federal. A partir da experiência da Secretaria Municipal de Cultura, serão sugeridas medidas visando à desburocratização e à descentralização.
 - Implantar procedimentos e estratégias de comunicação e troca de informações entre os departamentos. Esta ação de aprimoramento da comunicação interdepartamental visa, inclusive, à economia de recursos na contratação de serviços e programação.

2.2 Ações permanentes

- Recuperar e manter as instituições públicas, da Biblioteca Mário de Andrade à Casa de Cultura de bairro. Identificar os setores organizados, que já têm alguma vocação e que precisam de incentivo e suporte para se desenvolver.
- Investir no aprimoramento profissional dos funcionários por meio de programas de capacitação e cursos de atualização.
- Estimular o corpo funcional em todos os níveis, devolvendo a capacidade de participação e envolvimento na execução e formulação dos programas. Reconhecer e localizar onde estão os bons funcionários, valorizando-os e engajando-os na administração.

Operacionalmente, estas ações dar-se-ão por sobre os seguintes grandes grupos:

- Ações para o Sistema Municipal de Bibliotecas
- Ações para a Biblioteca Mário de Andrade

- Ações para o Patrimônio Histórico
- Ações para o Centro Cultural São Paulo
- Ações para Expansão Cultural
- Ações para o Teatro Municipal.
- Ações de promoção, apoio e expansão de Atividades Culturais.
- Outras ações e parcerias

C a p í t u l o 1 4

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

Dos 170 milhões de brasileiros contabilizados pelo censo de 2000 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 14,5% são pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Na cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, dos mais de 10 milhões de habitantes, 10,32% são deficientes. O fato de residirem numa metrópole não é, para eles, sinônimo de vida melhor. Ao contrário: a cidade, completamente urbanizada, é extremamente carente em condições de infra-estrutura para pessoas nessas condições. Esses paulistanos convivem diariamente com a inacessibilidade às ruas, prédios, restaurantes e até passeios públicos. Essa não é, porém, a principal dificuldade enfrentada pela pessoa com deficiência em São Paulo - ou em qualquer outro lugar do Brasil. Uma outra, alimentada por anos de história, choca ainda mais: é o preconceito.

As maiores e barreiras

Em números gerais, são quase 25 milhões de brasileiros que possuem alguma deficiência, e por isso sentem inúmeras dificuldades em sua sociabilização. Essas barreiras são dos mais diversos tipos, e podem ser assim agrupadas:

Arquitetônicas: a falta de acessibilidade física como rampas e elevadores nas escolas, transportes coletivos, aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos em geral, hotéis e similares, museus, teatros, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos e outros locais.

Atitudinais: a incompreensão da sociedade, de uma forma geral, quanto às necessidades de uma pessoa com deficiência. É importante que todos compreendam que diferença não é sinônimo de incapacidade. É preciso que a sociedade mude de opinião e de atitude, quebre o preconceito e aceite as pessoas como elas são, pois incluir é tratar igualmente todas as pessoas, todos os cidadãos.

Comunicáveis: a falta de sinalização de locais (em atenção aos cegos e pessoas com visão reduzida) e a necessidade de intérpretes da língua de sinais para os surdos, nos principais pontos da cidade, entre outros.

Instrumentais: a falta de aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que possam ser disponibilizados em parques, escolas e passeios para que não haja distinção devido às limitações físicas, sensoriais e mentais de pessoas com esses tipos de deficiência.

Programáticas: são as barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas; barreiras que se apresentam implicitamente, mas que, na prática, impedem ou dificultam a completa inclusão das pessoas com deficiência.

O que é preciso ser feito

Um primeiro e importante passo é transformar essa São Paulo de milhares de possibilidades, eventos, roteiros, mercados, numa cidade acessível para todos os seus habitantes, sejam eles deficientes, idosos, gestantes, crianças ou adultos.

Com vistas à inclusão da pessoa com deficiência, e a fim de organizar e gerir políticas públicas que proporcionem uma melhor qualidade de vida para esta parcela da população – contando também com as pessoas que tenham (temporariamente ou não) mobilidade reduzida –, foi criada, em abril de 2005, uma Secretaria Especial incumbida desta missão.

Surge, então, a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, com a nobre e árdua tarefa de quebrar todas as barreiras que impedem a total inclusão desses cidadãos. Elencadas as dificuldades, a Secretaria definiu como primeira e primordial ação levantar a bandeira

da **acessibilidade**, cumprindo exatamente o significado semântico da palavra: garantir o acesso à comunicação, aos direitos e à mobilidade física.

As oportunidades

A carência de políticas públicas para a pessoa com deficiência no Brasil é enorme, uma vez que a grande maioria encontra-se marginalizada e excluída. Muitas dessas pessoas estão fora do mercado de trabalho, pela falta de adequação instrumental ou educacional às novas tecnologias, e atualização em relação às necessidades do mercado. Outras não conseguem se inserir por enfrentar dificuldades de locomoção – pessoas que iriam à escola, ao centro de reabilitação, ao trabalho, mas não o fazem por falta de transporte adequado e adaptado. Ainda há pessoas que não se sociabilizam pela dificuldade, simplesmente, de andar pelos passeios públicos, sejam calçadas, parques, praças e outros logradouros. Melhorar a vida dessas pessoas é mais do que uma missão: é um compromisso da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência.

A cidade de São Paulo pode despontar como um dos maiores municípios capaz de tratar dignamente uma pessoa com deficiência. Realizar esse sonho é tarefa de todos nós.

C a p í t u l o 1 5

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1 Segurança

A Segurança Pública é considerada pela população como um dos principais itens de preocupação que o poder público deve priorizar. Os números da violência em todo o País e, sobretudo, nas regiões metropolitanas, corroboram a procedência destas manifestações.

Tradicionalmente considerada como de responsabilidade dos governos federais e estaduais, sobretudo deste último, recentemente os municípios tiveram formalmente incluídos entre as suas atribuições a participação com suas Guardas Cíveis no Sistema de Segurança Pública, na proteção dos bens públicos, no apoio ao cumprimento da legislação urbana e na prevenção à violência.

Se estudos apontam correlação entre índice de desemprego e criminalidade, não é menos verdade que a desarticulação dos governos, nas ações de prevenção e nas medidas de segurança pública, também sempre foi considerada como fator que contribui para a menor eficácia do combate à violência.

A estruturação e organização da área da Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana tem como diretriz a articulação com as polícias civil e militar, atuando de forma complementar a elas. O objetivo é a integração entre os municípios e o Estado, a sintonia constante com a comunidade, estabelecendo canais de comunicação eficazes e a proteção dos bens públicos, especialmente escolas e equipamentos de grande fluxo de pessoas.

Para isso, a estrutura e a formação do contingente da Guarda Civil Metropolitana devem ser constantemente aprimorados, com investimentos em equipamentos e programas continuados de qualificação.

A atuação da Guarda Civil Metropolitana, no contexto social e comunitário, está sendo revista, com a implantação de um plano de carreira para os policiais, uma nova grade curricular, com ênfase nos direitos humanos, a criação de uma corregedoria independente e autônoma, e as Comissões Cíveis Comunitárias, que priorizarão a integração entre a Guarda Civil Metropolitana e a população, por meio de fóruns de discussão dos problemas relacionados à segurança urbana.

A atuação mais eficaz da polícia, dirigida para as áreas com maiores índices de criminalidade, é possibilitada pela implantação do InfoCrim, sistema informatizado de registro e mapeamento de ocorrências criminais nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

2 Programas

O Plano Plurianual – PPA 2006-09 da Secretaria de Governo, responsável pela orientação da Política de Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana, definiu as principais medidas e ações que permitirão a evolução da qualidade dos serviços prestados nesta área:

- Fortalecimento da Ronda Escolar, fixa e motorizada, garantindo os equipamentos necessários para o atendimento de todas as escolas municipais, e ampliando a qualificação dos guardas cíveis para esta tarefa, que requer atitudes especialmente positivas junto às crianças, pais, professores e comunidade.
- Aparentamento da Guarda Civil com aquisição de coletes à prova de balas, carros, motos, bicicletas, computadores e sistemas de comunicação modernos e integrados às demais polícias
- Apoio à ação do poder público nas ações do Departamento de Controle de Uso dos Imóveis – Contru, órgão da Secretaria da Habitação, fazendo a segurança preventiva e evitando incêndios e outros tipos de acidentes; nas ações dos agentes do Psiu – Programa de Silêncio Urbano, que cuida da observância dos limites de sons e ruídos, especialmente no período noturno, para preservar o descanso e bem estar das pessoas.

- Ampliação à proteção dos mananciais e áreas de proteção ambiental, numa ação conjunta com a Polícia Florestal e agentes de fiscalização do Ibama.
- Maior presença da Guarda Civil Metropolitana nos bairros mais distantes do Centro da Capital, levando àquelas comunidades maior proteção e ações de caráter preventivo.

C a p í t u l o 1 6

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

1. Considerações iniciais

O lazer, o entretenimento, a cultura e os negócios compõem a base do turismo da cidade de São Paulo. Todos os anos, milhões de visitantes, do Brasil e Exterior, injetam na economia paulistana valores consideráveis e geram milhares de empregos diretos e indiretos. Atividade de mão-de-obra intensiva, o setor tem uma capacidade multiplicadora única, visto promover desde a ocupação dos trabalhadores menos qualificados, até profissionais de alto nível e formação.

São Paulo se destaca em todos os segmentos básicos da atividade: no lazer e entretenimento, mantém o ano todo o maior e mais variado cardápio de opções; na cultura, apenas para citar dois exemplos, oferece ao visitante mais de cem museus e monumentos que compõem o patrimônio histórico. Nos negócios, em suas diversas manifestações – do pequeno lojista que vem à cidade se abastecer, aos participantes das feiras de negócios, passando pelos executivos em missões de investimento, prospecção ou implantação de novas atividades – São Paulo é o grande destino internacional da América Latina.

A grande missão da São Paulo Turismo SA, nova denominação da Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo, é aproveitar todas estas características. Será dada atenção para ações que estimulem o crescimento do número de visitantes, mas também o aumento na permanência dos que já recorrem à cidade, motivados principalmente pelos negócios, e que não desfrutam de tudo o que São Paulo oferece, nos mais diversos setores: de um eventual exame de saúde em hospitais com reconhecido avanço tecnológico, a uma noite memorável com shows de nível internacional e os melhores restaurantes.

São Paulo tem o maior e mais variado parque hoteleiro da região: são 1.113 hotéis, totalizando 66 mil apartamentos, nas mais diversas categorias. O transporte aéreo conta com 30 companhias em operação, que ligam a cidade a 39 destinos internacionais, além do aeroporto doméstico de maior movimento do País, Congonhas, com 13,6 milhões de passageiros atendidos em 2004. Completam o quadro do transporte os terminais rodoviários, com rotas intermunicipais, interestaduais e internacionais, com ônibus que se utilizam de acessos terrestres por 10 rodovias. E, como resultado desta superestrutura, recebemos anualmente 7,5 milhões de turistas, sendo 5,5 milhões a negócios e 2 milhões motivados pelo lazer.

Esses elementos são essenciais para a consolidação de São Paulo como centro internacional, ou, como dizem os urbanistas, Cidade Mundial.

2 Diagnóstico

2.1 O turismo no mundo

De acordo com dados divulgados pela Organização Mundial de Turismo – OMT, em 2004 foram realizadas 762,5 milhões de viagens motivadas pelo lazer, o que gerou um faturamento de US\$ 622 bilhões. Na última década e meia, o setor registrou um crescimento médio de 3,9% no total de viagens e 6,4% no faturamento. Considerando apenas os últimos dois anos, o crescimento no total de viagens foi superior a 14% ao ano (média).

Segundo outra fonte, o World Travel and Tourism Council (WTTC), atualmente o mercado de viagens e turismo (lazer e negócios, principalmente) responde por 10,4% do Produto Interno Bruto mundial, com uma produção chegando aos US\$ 4,2 trilhões. Na geração de empregos, os dados também impressionam: são 214 milhões de postos de trabalho gerados pelo setor.

As expectativas, tanto por parte da OMT quanto da WTTC, para os próximos anos, são boas. Para a primeira, em 2020 serão 1,6 bilhão de pessoas viajando, sendo 75% em trechos de curta distância (intra-regionais) e 25% em viagens de longa distância – o que interessa particularmente ao Brasil, por estar distante dos grandes pólos mundiais de emissão de turistas. O WTTC, por seu lado, também demonstra otimismo, estimando que em 2014 serão US\$ 6,9 trilhões, com o emprego de 260 milhões de pessoas.

Sob o ponto de vista dos impactos negativos, o que mais tem abalado o turismo no mundo são os atos terroristas, principalmente quando verificados em destinos com grande fluxo de visitantes – Londres e Madri são exemplos recentes. Movimentos recessivos são sentidos também diante de crises sanitárias ou de saúde, como a Febre Asiática e, fatalmente, com a lenta recuperação a ser verificada em New Orleans, nos Estados Unidos, um dos destinos americanos mais procurados pelos estrangeiros.

2.2 O turismo no Brasil

Em 2004, 4,7 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil, segundo a Embratur, gerando uma receita cambial de US\$ 3,9 bilhões. A Argentina, como sempre acontece, liderou o ranking de principal emissor, com mais de 792 mil turistas, resultado bastante inferior a 2001, quando do país vizinho vieram 1,3 milhão de visitantes.

Além da Argentina, figuram entre os cinco maiores emissores internacionais os Estados Unidos, a Alemanha, o Uruguai e a França. Tais resultados econômicos colocam o turismo entre as principais fontes de exportação do País. A distribuição de renda no turismo é bastante mais imediata, mais democrática até, do que muitas outras, uma vez que atende o comércio de luxo e o popular, os restaurantes, a hotelaria e as companhias aéreas, os grandes hotéis e as pequenas pousadas.

Mesmo com desempenho positivo na última década e meia – média anualizada de 10,9% no número de turistas, e de 7,3% na receita – o setor ainda é bastante vulnerável, sofrendo com as oscilações da economia mundial, especialmente as que ocorrem no seu principal emissor, a Argentina. Outros problemas que afetam diretamente o turismo são a imagem negativa vinculada a questões sociais, como segurança; a distância com relação aos outros grandes centros emissores, tornando a viagem ao Brasil mais cara; e os baixos investimentos em promoção.

Em 2003, o Governo Federal, por meio do Ministério de Turismo, lançou o Plano Nacional de Turismo, abrangendo o período 2003-2007, com programas a serem implementados e a meta de receber 9 milhões de visitantes estrangeiros. Estruturalmente, do ponto de vista político, a principal mudança foi o novo posicionamento da Embratur, que passou a se dedicar exclusivamente ao mercado internacional.

Em termos de previsão de evolução deste mercado, tem-se as projeções da WTTC:

Tabela 1 - Brasil – Mercado de Viagens e Turismo			
Indicador	2.004	Previsão 2.014	Cresc. anual
Viagens pessoais e turismo	60,7 bilhões US\$	142,5 bilhões US\$	3,7%
Viagens de negócios	23,2 bilhões US\$	57,3 bilhões US\$	4,3%
Empregos totais gerados pelo turismo	5,4 milhões	6,8 milhões	2,4%
Empregos gerados só no setor	2,2 milhões	2,7 milhões	2,1%
Produto Interno Bruto do Turismo	114,7 bilhões US\$	281,7 bilhões US\$	4,2%

Fonte: WTTC

2.3 O Turismo em São Paulo

A São Paulo Turismo SA é a empresa responsável pela gestão do turismo na cidade de São Paulo, compreendendo desde sua estruturação até a promoção. Além desta função, ela tem ainda duas outras: é a responsável pela administração e locação de equipamentos, como o Parque Anhembi, o Palácio das Convenções, o Autódromo de Interlagos, o Terminal Turístico de Compras 25 de Março e o Pólo Cultural; e responde como braço executor dos eventos sob a chancela da Prefeitura do Município.

Sob o ponto de vista da infra-estrutura, turística e de serviços, nenhuma cidade da América do Sul tem tantas qualidades quanto São Paulo. Atendem a cidade os dois mais movimentados aeroportos do País – Internacional de São Paulo/Guarulhos e Congonhas – consolidando-a como o *hub* na América do Sul. Do ponto de vista doméstico, além da grande oferta de vôos, São Paulo tem também uma malha rodoviária bastante adequada, que ganhará em qualidade quando for concluído o Rodoanel.

Com relação ao transporte no perímetro da cidade, merecem destaque o sistema metroviário, em fase de expansão, os táxis e a boa oferta das locadoras de veículos – praticamente todas as grandes marcas mundiais mantêm operações na cidade — com mais de 61 mil veículos de aluguel, distribuídos por quase 300 locadoras (dados de 2004).

Sobre os atrativos turísticos, culturais, de lazer e entretenimento, a cidade tem como características principais a qualidade de suas produções e a variedade de opções. O mesmo acontece com a gastronomia e, bastante importante, o segmento de compras – para consumo próprio ou para abastecimento do comércio de outras cidades. Na mesma linha de segmentação, têm ganho destaque especial dois setores bastante rentáveis: o chamado “turismo de saúde”, formado por pessoas que procuram os mais diversos tipos de tratamento e/ou exames; e o consumo de alto luxo, naturalmente fomentado pela qualidade das grifes de fama internacional que se instalaram na cidade.

Diferente da maioria dos destinos turísticos clássicos do mundo, São Paulo tem no setor de negócios – eventos profissionais em destaque – o seu grande mercado. Em um único dia chegam a acontecer na cidade 250 eventos, de pequenas convenções de vendas a feiras que reúnem mais de 100 mil pessoas. São quase 40 centros de eventos e cerca de 500 mil metros quadrados para exposições.

Naturalmente, a infra-estrutura instalada é a grande responsável pela atração de tantos eventos. E um dos grandes desafios para o crescimento do setor na cidade é, a partir da avaliação mercadológica, criar produtos que possam fazer com que o visitante, que já chega à cidade de São Paulo por motivos puramente profissionais, possa desfrutar de tudo o que ela oferece, o que aumentaria a sua permanência, elevaria seus índices de consumo e provocaria benéfico círculo virtuoso.

3. Diretrizes para os próximos quatro anos

Dentro das premissas que norteiam este Plano Plurianual as principais ações a serem desenvolvidas no setor turismo são integradas às demais áreas de que trata este Plano. Com esta concertação de esforços, o papel da São Paulo Turismo SA estará focado na gestão, principalmente interagindo com o setor privado no sentido de atingir a excelência em termos de turismo receptivo, aspecto estratégico para o desejado atingimento do status de Cidade Mundial. Esses esforços se dão no sentido de:

- Aumentar a atratividade que a cidade exerce sobre o turista
- Qualificar a oferta turística, fomentando o desenvolvimento de produtos e a prestação de serviços que assegurem a satisfação do turista
- Integração da cadeia produtiva de valor do turismo: operadoras, entidades, rede hoteleira, universidades, promotores de eventos, companhias aéreas, locadoras de veículos, agentes de viagens e outros
- Fortalecer parcerias para desenvolver programas favoráveis à imagem da cidade
- Desenvolver fontes de informação e pesquisa, bem como estruturar indicadores e processos de avaliação de programas e atividades
- Incentivar ações que levem à melhoria da auto-estima do paulistano, gerando a criação de um bom ambiente de acolhimento do turista
- Consolidar São Paulo como um destino turístico internacional e o mais completo da América Latina
- Aumentar a permanência e o gasto médio diário do turista
- Explicitar as ações da São Paulo Turismo como o órgão oficial do turismo da cidade
- Administrar o complexo Anhembi e demais equipamentos sob a gestão da São Paulo Turismo, visando o incremento do fluxo turístico e a exposição da cidade à mídia nacional e internacional
- Incentivar a construção de um grande centro multiuso de congressos e eventos, visando suprir uma carência da cidade e permitir a atração de eventos

4. Linhas de ação

Para o atendimento das diretrizes acima listadas, a São Paulo Turismo SA deverá desenvolver as seguintes linhas de ação:

- **Integração da cadeia de agregação de valor do turismo** por meio de ações conjuntas que envolvam preferencialmente, mas não necessariamente, todos os segmentos organizados do *trade* turístico, promovendo uma maior integração, com a finalidade de melhor prestar serviços aos visitantes – de lazer, negócios e eventos. Trabalhar de forma a suprir carências básicas, como informações estatísticas, de tendências e que dêem o suporte necessário às ações de todo o setor privado de turismo, além da própria São Paulo Turismo SA.
- **Apoiar e incentivar a criação de eventos que elevem o nome de São Paulo**, por meio da mobilização da cadeia produtiva de valor e utilização da *expertise* da empresa; dar maior expressão para os eventos, que já vêm sendo realizados, ou os inéditos, que promovam mundialmente e de forma positiva a imagem da cidade. Como exemplos, pode-se citar a São Paulo Fashion Week, a Bienal Internacional do Livro, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, os 100 Anos do Vôo do 14 Bis (2006) e os 100 Anos da Imigração Japonesa (2008). Todos com a fundamental participação dos veículos de comunicação, seja como mídia espontânea (sem custo), ou por meio de anúncios publicitários.
- **Participação de eventos profissionais de expressão** individualmente ou por meio de ações cooperadas, marcar presença nos principais eventos profissionais de turismo, já consolidados no calendário nacional e internacional. Por exemplo: Feira Internacional de Turismo de Madri (Fitur), Bolsa de Turismo de Berlim (ITB), Congresso e Exposição de Turismo da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), e outros considerados de importância e cuja pertinência seja confirmada pelo Conselho Municipal de Turismo.

- **Busca na captação de eventos** junto com São Paulo Convention & Visitors Bureau: realizar missões para a captação de novos eventos, profissionais ou de público consumidor, para a cidade de São Paulo.
- **Incentivo para a realização de eventos nos espaços administrados pela São Paulo Turismo SA**, utilizando os próprios equipamentos sob administração da São Paulo Turismo SA, com ênfase no Autódromo de Interlagos e o Parque Anhembi, para eventos que atendam à expectativa dos clientes, organizadores e participantes; aumentar a atratividade e melhorar a prestação de serviços para a população local; otimizar o funcionamento da própria empresa.
- **Atenção aos mercados com forte potencial de crescimento:** concentrar os esforços e recursos disponíveis em mercados com reais condições de emissão de mais turistas.
 - No Brasil
 - Interior de São Paulo
 - Belo Horizonte
 - Rio de Janeiro
 - Brasília
 - Salvador
 - Curitiba
 - Porto Alegre
 - Campo Grande
 - Florianópolis
 - Na América do Sul
 - Argentina
 - Chile
 - Na Europa
 - Itália
 - Alemanha
 - Na América do Norte
 - Estados Unidos
- **Campanhas publicitárias** - com base nos mesmos mercados acima, porém com maior atenção ao Brasil e América do Sul, lançar campanhas publicitárias que divulguem as qualidades de São Paulo como principal destino de lazer, cultura, entretenimento, eventos e negócios da América Latina.

5. Considerações finais

Nos últimos três anos, dois fatos importantes, de âmbito estadual e federal, chamam atenção e merecem uma análise um pouco mais cuidadosa quando se discute o turismo como setor econômico organizado. Em janeiro de 2003, pela primeira vez, o Brasil passou a ter um Ministério de Turismo. Em 2005, mais precisamente em junho, foi a vez de o Estado de São Paulo reconhecer a importância estratégica do setor, criando, também fato inédito, uma Secretaria de Turismo.

De parte do Município de São Paulo, a São Paulo Turismo SA, como o órgão executor de eventos na cidade, deverá ter da Administração Municipal as condições e recursos necessários para exercer o papel de Autoridade do Turismo, principalmente no que diz respeito à promoção. Pelos motivos expostos, fica patente o retorno social e econômico a ser percebido pela cidade, se e quando adotada esta postura.

Fazer a gestão do turismo, de forma a otimizar recursos e alcançar melhores resultados para a cidade, é a tarefa precípua da São Paulo Turismo, mas que não tem fim apenas nesta empresa. O envolvimento com os demais órgãos da administração pública e o Legislativo Municipal, respeitadas suas áreas de atuação e identificadas situações de maior necessidade, com certeza colocará São Paulo no patamar merecido de a grande metrópole da América Latina.

C a p í t u l o 1 7

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação da Cidade de São Paulo-SEME tem por finalidade atender os preceitos legais da Lei Orgânica do Município de São Paulo, artigos 230 a 236, no que concerne às políticas públicas dessa área.

São inúmeros os estudos e trabalhos que destacam a importância do esporte como mecanismo de inclusão social, descoberta de talentos esportivos, bem como os benefícios da prática regular e orientada da atividade física na perspectiva da melhoria da qualidade de vida e saúde da população. É importante salientar também a relevância do lazer em termos de qualidade de vida, pois este pode proporcionar ao indivíduo adequada utilização do tempo livre.

Esses aspectos são de extrema relevância para a elaboração, implantação e implementação das políticas públicas da Secretaria, com o intuito de proporcionar maior acesso à sua programação, visando ampliar a quantidade e qualidade do atendimento ao munícipe. A SEME desenvolverá programas e eventos regulares de atividades físicas, esporte, lazer, recreação, convivência e inclusão para todo e qualquer cidadão, independente de faixa etária, sexo, condição física, mental e sociocultural.

É dentro desse contexto que apresentamos o presente plano, onde estão contidas as principais ações, o que possibilitará tanto a continuidade de alguns programas, como a ampliação de outros. Teremos ainda a captação de importantes eventos esportivos de nível nacional e internacional.

Estamos buscando celebrar convênios com recursos federais, estaduais, do exterior e de instituições privadas, visando ampliar o desenvolvimento das políticas públicas de esporte, lazer e recreação. Portanto, as ações aqui apontadas refletem o que entendemos ser adequado para a Cidade de São Paulo.

ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

O objetivo dos programas é oferecer, por meio de programas regulares de atividades físicas, esporte, lazer, recreação, convivência e inclusão para todo e qualquer cidadão, independente de faixa etária, sexo, condição física, mental e sociocultural.

Na atualidade, as políticas públicas de esporte, lazer e recreação visam possibilitar que um maior número de pessoas tenha acesso à prática de diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. E observamos a necessidade de aprimorar e ampliar essas políticas. Diante disso, esta Secretaria propõe programas mais abrangentes, enfocando atividades múltiplas, visando a melhoria da qualidade de vida da população, em especial a relação existente entre atividade física e saúde.

Todos conhecem os benefícios da prática de atividade física regular e orientada no auxílio à prevenção de várias doenças, aprimoramento de comportamentos, promoção da integração, tornando-se imprescindível sensibilizar a população para mudanças de hábito de vida. Portanto, faz-se necessário que a SEME elabore e implemente ações voltadas para esse fim.

Uma das vertentes dessa política pública, que compreende o lazer, recreação e esporte, consta como direitos dos deficientes em inúmeros documentos internacionais, publicados entre 1948 (Declaração Universal dos Direitos Humanos) até os dias de hoje.

Na cidade de São Paulo existe um expressivo contingente de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, portanto cabe à municipalidade criar mecanismos que operem tanto processos de integração quanto de inclusão social dessas pessoas. O que se pretende é o uso das unidades esportivas e de lazer (Centros Educacionais e Esportivos e Centros Desportivos Municipais), por meio dos programas e projetos desenvolvidos pela SEME, por essas

peças. Além de restabelecer a responsabilidade do Departamento de Unidades Educacionais na reunificação do corpo técnico nesta Pasta.

CULTURA CORPORAL

A Cultura Corporal abrange as diferentes manifestações da expressão corporal que ocorrem por meio do esporte, dos jogos, da brincadeira, da dança, das lutas e da ginástica. As diferentes atividades corporais contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo, em especial crianças e adolescentes, bem como o exercício da cidadania. Deste setor de atividades da Secretaria fazem parte nove programas, desde aprendizagem motora para crianças de 4 a 6 anos, passando por diversas atividades para adolescentes, jovens e adultos, até atividades específicas para a terceira idade.

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

Esta área tem a finalidade de conscientizar o munícipe da importância da prática de atividade física regular, orientada e supervisionada como promotora de saúde e qualidade de vida. Deste setor fazem parte cinco programas.

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

Os Programas Complementares têm por finalidade dar suporte e ampliar os Programas Matriciais anteriormente explicitados. Fazem parte deste setor sete programas específicos.

EVENTOS ESPORTIVOS, DE LAZER E RECREAÇÃO

O Departamento de Esportes Lazer e Recreação (DEPEL) desempenha papel fundamental na SEME. Ele objetiva a implementação de atitudes promocionais que possibilitem estimular a população à prática de atividades e adquirir hábitos salutaros. A finalidade é sempre a melhoria da qualidade de vida dos paulistanos.

Também nesse sentido trabalha o Departamento de Unidades Educacionais (DUED 1), nas mais diferentes faixas etárias. Ele visa obter a sensibilização da população pela necessidade e benefícios produzidos pela atividade física, por meio do desenvolvimento de eventos e programas consistentes e com conteúdo conceitual. Os eventos nessa área são sete, desde o Programa da Melhor Idade, passando pelo Festival Arte e Movimento, até o Passeio Ciclístico da Primavera e a Taça São Paulo de Futebol Júnior, as Ruas de Lazer e os Jogos Escolares.

Os Jogos da Cidade, outra promoção da Secretaria, têm como objetivo: ativar a integração comunitária; incentivar o convívio social; estimular a cultura da paz; incrementar as relações de solidariedade; dinamizar o desenvolvimento regional; colaborar com o fortalecimento das subprefeituras; propiciar novas formas de participação esportiva; oferecer oportunidades para esportistas amadores praticarem seu esporte favorito e garantir ao público a chance de torcer por seus familiares e amigos. Ou simplesmente apreciar uma competição realizada em sua vizinhança.

O evento acontece no período de abril a novembro, envolvendo cerca de 40 mil participantes, na faixa etária acima de 16 anos. As competições acontecem nas modalidades de futebol, futsal, vôlei, basquete e handebol, ainda nas disputas de truco, natação, judô e tênis de mesa.

ATENDIMENTO À COMUNIDADE

Implica na regulamentação da Lei nº 13.718, de 8 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização dos Clubes Desportivos Municipais (CDMs), ou Clubes da Comunidade, por meio de decreto que restabelece as responsabilidades do Dueat (Departamento de Unidades Esportivas Autônomas).

Cabe ainda à SEME publicar portarias de normatização e regularização do funcionamento, destinação e utilização dos CDMs e do cadastro das entidades esportivas e associações comunitárias, informatizando e digitalizando o Dueat, e incluindo-o no Banco de Dados do Esporte na Cidade de São Paulo, por meio do portal da Prefeitura na Internet.

São também suas atribuições ampliar, intensificar e multiplicar as ações da Prefeitura nos CDMs, com escolinhas de futebol e outros esportes coletivos, modalidades olímpicas e esportes radicais, com a construção de pistas de skate e patinação, por exemplo, todos com o objetivo principal de afastar crianças e jovens das ruas, por meio de atividades esportivas e recreacionais.

Outros programas

Mais Esporte - oferece aos alunos da 1ª à 8ª série da rede de ensino de São Paulo uma complementação educacional com atividades livres de esporte e recreação, principalmente por meio das escolinhas de futebol, em horário complementar ao das aulas.

Seleção Mais Esporte – seleção de 25 a 30 adolescentes que participam regularmente das escolinhas de futebol dos CDMs, para aprimorá-los com um acompanhamento mais intensivo, orientação teórica e prática por meio de palestras, treinamentos físicos e táticos, e preparação para eventuais competições e partidas de exibição representando a Secretaria de Esportes e a cidade de São Paulo.

A Secretaria possui vários próprios para atividades esportivas, a saber:

O Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, que tem por função propiciar a formação e o aperfeiçoamento de atletas com grande potencial, desenvolver pesquisas na áreas psicológica e médica ligadas ao desporto e dar todo o apoio às seleções representativas amadoras oficiais.

Estádio Municipal do Pacaembu, inaugurado no dia 27 de abril de 1940, ganhou o nome de Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho. Hoje o Pacaembu é considerado um dos estádios mais complexos, com instalações para a prática de quase todos os esportes olímpicos: futebol, natação, boxe, vôlei, basquete, handebol, futebol de salão, atletismo, tênis.

Estádio Municipal Jack Marin, unidade esportiva voltada à prática do futebol de salão e de campo, por meio de cursos de iniciação e aperfeiçoamento aplicados às crianças de 7 a 17 anos.

Estádio Municipal de Beisebol Mie Nishi, unidade voltada à prática do beisebol, promovendo cursos de iniciação e aperfeiçoamento aplicados às crianças de 10 a 14 anos, realizando treinos e competições de caráter oficial ou não.

A Secretaria promove ou participa também de eventos internacionais, como o Campeonato Mundial de Biccross, a ser realizado no ano que vem em Toronto, no Canadá. E outros, como os III Jogos Mundiais IBSA, para deficientes visuais, os Jogos Internacionais das Polícias e Bombeiros e o Campeonato Mundial de Masters de Judô.

C a p í t u l o 1 8

Planejamento
Gestão
Saúde
Educação
Habitação
Assistência Social
Infra-estrutura
Trabalho
Transporte
Subprefeituras
Serviços
Verde e Meio Ambiente
Cultura
Deficientes
Segurança
Turismo
Esportes
Participação e Parcerias

Diagnóstico

A Secretaria Especial de Participação e Parcerias (SEPP), criada pelo decreto municipal nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005, tem como objetivo a integração entre a sociedade civil e o governo da cidade de São Paulo, sendo um canal interlocutor e aglutinador de propostas e reivindicações dos vários segmentos existentes na sociedade.

A necessidade do poder público em fundamentar a elaboração e execução de políticas que atendam efetivamente ao conjunto de demandas identificadas nos movimentos sociais, gerou novas formas de interação entre a população e os administradores públicos.

A participação do conjunto da sociedade organizada é, hoje, fator preponderante na elaboração e execução das ações públicas, que devem atingir não só a população como um todo, mas também segmentos sociais diferenciados e com gêneros e orientações distintos. Só assim, por meio da participação popular na elaboração das políticas segmentadas, é que a sociedade como um todo pode e deve controlar as ações diferenciadas..

Outra importante evolução do comportamento da sociedade é a implementação de parcerias, entre os vários segmentos e agentes sociais, na realização de programas e ações, antes atribuições exclusivas do setor público. Essas ações hoje são encaradas como de responsabilidade do conjunto de toda a sociedade.

As parcerias devem considerar o que é estratégico e passível, pelo poder público, de compartilhamento de atribuições com os segmentos privados da sociedade, sempre observando a manutenção do interesse público, por meio da elaboração das políticas necessárias, do controle exercido e da administração dos resultados obtidos.

A partir desta análise, a gestão pública deve considerar e realizar, em conjunto com os setores mais expressivos da sociedade, um trabalho de mobilização, conscientização e melhoria de condições de vida em cada uma dessas áreas.

Ações

Dada a nova forma de inserção e interação do poder público com a sociedade, a SEPP estruturou seus programas em ações a cargo de 6 Coordenadorias.

Cinco delas tratam das políticas públicas em relação a estes segmentos:

- Coordenadoria da Juventude;
- Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra;
- Coordenadoria das Mulheres;
- Coordenadoria do Idoso;
- Coordenadoria da Diversidade Sexual.
- Para integrar os esforços das coordenadorias fim e proporcionar a interação e participação da sociedade organizada nas ações, a SEPP utiliza a :
- Coordenadoria de Participação Social.

Para obter a implementação de suas políticas voltadas aos segmentos sociais, a SEPP observa nas atividades das coordenadorias fim, a garantia do critério democrático nas ações, sempre com a necessária participação dos segmentos envolvidos, resultando num efetivo controle social dos esforços.

A Coordenadoria de Participação Social funciona neste contexto, como agente de integração entre os movimentos, proporcionando o que poderíamos chamar de "transversalidade" de ações entre os diversos segmentos alvo das políticas implementadas.

Sendo assim, as coordenadorias existentes, independente dos segmentos sociais em que atuam, possuem um conjunto de políticas a serem desenvolvidas no período deste Plano Plurianual, dentre elas:

- Criação de Centros da Juventude, para promover o desenvolvimento da identidade e da autonomia dos jovens, respeitando os diversos segmentos desta parcela da população e promovendo a interação entre as diversas “tribos”, classes socioculturais e regionais.
- Implantação de Centros de Atenção para a Diversidade Sexual, criando um espaço de comunicação para a sociedade como um todo na construção e implantação de políticas públicas voltadas ao segmento GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros).
- Aumento e melhoria do atendimento jurídico à mulher vítima de violência, bem como a reforma da Casa-Abrigo Helenira de Rezende, e aumento do número destas instituições, ampliando e proporcionando não só um espaço diferenciado e especializado, mas um local de completo acolhimento às mulheres expostas à violência. Por meio de integrações e protocolos entre todos os órgãos governamentais e não-governamentais envolvidos com o tema da violência à mulher, a SEEP pretende aumentar a qualidade e principalmente a eficiência do atendimento proporcionado.
- Criar e fomentar, por meio de políticas municipais, a integração de esforços para a efetiva implementação de programas voltados à valorização dos Idosos, por meio da realização de seminários, debates, encontros e cursos para a toda a sociedade.
- Intensificar e fomentar políticas de equidade racial, em especial dos assuntos da população negra, por meio das ações voltadas a combater a desigualdade racial.

Quanto à realização de parcerias com a sociedade civil, para a melhoria do ambiente urbano, a SEEP está realizando um trabalho em sinergia com outras secretarias, em especial a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras, e o conjunto das 31 Subprefeituras, na implantação do programa de recuperação de calçadas.

Outro programa desenvolvido em interação com a Secretaria Municipal de Comunicação é a expansão dos Telecentros hoje existentes, com o objetivo de proporcionar a inclusão digital aos segmentos da população excluídos desta nova forma de linguagem de comunicação do mundo atual.

Entre outras ações contidas neste Plano Plurianual, a SEPP tem como meta a qualificação de seus servidores para atender às diversas demandas dos segmentos sociais,, bem como a implantação da estrutura física e operacional necessária.

As Audiências Públicas para Plano Plurianual 2006-2009

Com o intuito de proporcionar à sociedade civil organizada um canal direto com a atual gestão da Prefeitura do Município de São Paulo, a Coordenadoria de Participação Social da SEPP, em ação conjunta com a Secretaria Municipal de Planejamento, a Secretaria Municipal de Administração das Subprefeituras e todas as 31 Subprefeituras organizou 5 Audiências Públicas de apresentação do Plano Plurianual.

Estas audiências, que contaram com a presença de cerca de 500 pessoas e tiveram maciça participação dos movimentos sociais, criaram para a administração pública municipal um espaço, no qual os diversos anseios e demandas foram apresentados, e proporcionou aos gestores a possibilidade de ouvir as grandes necessidades locais da população.

Por meio deste esforço de aproximação da sociedade civil organizada com poder público, a Secretaria Especial de Participação e Parcerias norteará as suas ações, garantindo o critério democrático de atuação, com participação e controle social das políticas públicas.

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO VI

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As Audiências Públicas para Plano Plurianual 2006-2009

Com o intuito de proporcionar a sociedade civil organizada um canal direto com a atual gestão da Prefeitura do Município de São Paulo, a Coordenadoria de Participação Social da SEPP, em ação conjunta com a Secretaria Municipal de Planejamento, a Secretaria Municipal de Administração das Sub-Prefeituras e todas as 31 Sub-Prefeituras organizou 5 Audiências Públicas preliminares para ouvir as demandas da população.

Estas audiências, que contaram com a presença de cerca de 500 pessoas e expressiva participação dos movimentos sociais, criaram para a administração pública municipal um espaço, no qual os diversos anseios e demandas foram apresentados, e proporcionou aos gestores a possibilidade de ouvir as grandes necessidades locais da população.

Através deste esforço de aproximação da sociedade civil organizada com poder público, a Secretaria Especial de Participação e Parcerias norteará as suas ações, garantindo o critério democrático de atuação, com participação e controle social das políticas públicas.

ZONA SUL		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
Campo Limpo	Educação	Reformar escolas da região do Valo Velho.
Campo Limpo	Educação	Construir/ampliar creches da região do Valo Velho.
Campo Limpo	Habitação	Fazer intervenções em áreas de risco.
Campo Limpo	Saúde	Ampliar Posto de Saúde em Paraisópolis.
Campo Limpo	Saúde	Reformar e ampliar UBS Parque Arariba.
Campo Limpo	Saúde	Construir UBS Jd. Olinda.
Campo Limpo	Saúde	Concluir construção do Hospital M'Boi Mirim.
Campo Limpo	Sistema Viário	Carlos Cachoeira - avançar até Jardim Angela.
Campo Limpo	Sistema Viário	Via de ligação da Av. João Dias e Francisco Morato.
Campo Limpo	Sistema Viário	Ampliação Estrada Itapeperica.
Campo Limpo	Transporte	Interligar Terminal Capelinha com o Terminal Linha 5.
Campo Limpo	Transporte	Criar/ampliar linha de ônibus Campo Limpo/Jardim Apurá.
Campo Limpo	Urbanização	Remover entulho na região do Capão Redondo.
Campo Limpo	Urbanização	Executar projeto de Urbanização (desapropriação) em Paraisópolis.
Capela do Socorro	Habitação	Criar projeto habitacional para desocupação de áreas de mananciais.
Capela do Socorro	Infra-estrutura	Executar pavimentação de ruas na região.
Capela do Socorro	Sistema Viário	Pavimentar a Estrada José Augusto, que dá acesso à Chácara do Sol.
Capela do Socorro	Social	Ampliar programa ATENDE na

ZONA SUL		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
Capela do Socorro	Urbanização	região. Regularizar moradias nas Áreas de Proteção de Mananciais e mais verbas para construção de casas no Pq. Cocaia.
Capela do Socorro/ Parelheiros	Educação	Construir creche no Jd. Campinas para 120 crianças.
Capela do Socorro/ Parelheiros	Habitação	Favela Centro Alves.
Capela do Socorro/ Parelheiros	Infra-estrutura	Canalizar córrego da favela Jd. Campinas.
Capela do Socorro/ Parelheiros	Saúde	Melhorar UBS Jd. Campinas.
Capela do Socorro/ Parelheiros	Saúde	Melhorar Hospital Balneário São José.
Capela do Socorro/ Parelheiros	Sistema viário	Duplicar a Av. Belmira.
Capela do Socorro/ Parelheiros	Urbanização	Pavimentar ruas e manutenção de equipamentos públicos.
M'Boi Mirim	Desenvolvimento	Criar programas de geração de renda no bairro São Luiz.
M'Boi Mirim	Esporte/Lazer	Criar programas de cultura e esporte para a juventude do bairro São Luiz.
M'Boi Mirim	Habitação	Regularização de loteamento em áreas de proteção de manancial.
M'Boi Mirim	Infra-estrutura	Limpeza da Represa Guarapiranga ("esgoto a céu aberto").
M'Boi Mirim	Meio ambiente	Resolver questão ambiental na região do Parque do Lago
M'Boi Mirim	Planejamento	Aumentar recursos para Subprefeitura M'Boi Mirim.
M'Boi Mirim	Sistema Viário	Fazer ligação da Estrada M'Boi Mirim com Caldeira Filho.
M'Boi Mirim	Transporte	Extensão do Metrô até M'Boi Mirim.
M'Boi Mirim	Urbanização	Fazer obras de saneamento no Pq. do Lago.
Parelheiros	Educação	Criar escola técnica em Marsilac.
Parelheiros	Planejamento	Aumentar recursos para Subprefeitura Parelheiros.
Parelheiros	Social	Investir em programas sociais: Escolas e Saúde da Mulher em Marsilac.
Parelheiros	Urbanização	Pavimentar ruas (guias, sarjetas) no Jd. São Francisco.
Parelheiros	Urbanização	Ampliar iluminação pública na região.
Santo Amaro	Desenvolvimento	Incentivar novas atividades empresariais (gerar empregos).
Santo Amaro	Educação	Construir/ampliar creche/centro social no Campo Belo/Eixo Águas Espraiadas.
Santo Amaro	Esporte/Lazer	Resolver problema de 2 CDM's

ZONA SUL		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
		ocupados irregularmente no Campo Belo/Eixo Águas Espraiadas..
Santo Amaro	Esporte/Lazer	Criar parque de lazer na região da Chácara Santo Antônio.
Santo Amaro	Infra-estrutura	Canalizar Córrego Invernada na região de Campo Belo.
Santo Amaro	Infra-estrutura	Fazer desassoreamento do Córrego Traição em Campo Belo.
Santo Amaro	Infra-estrutura	Reforma da Galeria de Águas Pluviais do Jardim Marajoara.
Santo Amaro	Infra-estrutura	Canalizar córregos de fundos de vale do Jd. Petrópolis.
Santo Amaro	Infra-estrutura	Resolver problema de esgotos clandestinos e fazer pavimentação de ruas e calçadas na Chácara Santo Antônio.
Santo Amaro	Infra-estrutura	Canalizar os córregos Enchovias e Poli na Chácara Santo Antônio.
Santo Amaro	Planejamento	Ampliar tempo de discussão do orçamento público.
Santo Amaro	Planejamento	Criar políticas de longo prazo e captar verbas federais e estaduais para questões da região.
Santo Amaro	Planejamento	Atender demandas do OP 2002 e 2004.
Santo Amaro	Saúde	Melhorar o atendimento da UBS Chácara Santo Antônio.
Santo Amaro	Sistema Viário	Fazer alargamento/duplicação da Av. Vereador José Diniz.
Santo Amaro	Sistema Viário	Duplicar a Avenida Santo Amaro.
Santo Amaro	Sistema Viário	Prolongar a Av. Chucri Zaidan a partir do Shopping Morumbi até João Dias.
Santo Amaro	Sistema Viário	Ampliar avenida Interlagos com Sabará.
Santo Amaro	Social	Criar Núcleo Sócio-Educativo para atender 600 crianças, entre 7 e 15 anos, em Campo Belo .
Santo Amaro	Social	Resolver problema de crianças de rua - Ecoponto Jd. Petrópolis.
Santo Amaro	Social	Criar programas específicos/Centro Referência para idosos da Chácara Santo Antônio.
Santo Amaro	Urbanização	Criar corredor de ônibus e revitalizar Centro de Santo Amaro.
Santo Amaro	Urbanização	Suprir carência de iluminação pública Chácara Santo Antônio.
	Habitação	Fazer desapropriações na região Porto de Areia.

ZONA SUL		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
	Planejamento	Aumentar eficiência do setor público na Zona Sul.
	Sistema Viário	Recapear a Av. Manoel dos Reis Araújo (asfalto existente não resiste ao tráfego pesado).

ZONA OESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
Lapa	Educação	Construir EMEI, EMEF.
Lapa	Educação/Saúde	Não tem EMEI. Comunidade quer que as duas universidades da região prestem serviços de saúde e creche.
Lapa	Esporte/Lazer	Comunidade não pode utilizar o Pelezão (Palmeiras aluga).
Lapa	Habitação	Eliminar problemas com saneamento básico no Conjunto Habitacional Água Branca (ZEIS 1C008 e 1C005). Córrego Água Branca recebe lançamento direto de esgoto. Realizar melhorias no Conj. Habitacional.
Lapa	Infra-Estrutura	Córrego Água Preta deságua no Bairro Novo - área é imprópria.
Lapa	Infra-Estrutura	Passarela (Viaduto Lapa).
Lapa	Saúde	Necessidade de hospital.
Lapa	Saúde	Construção de UBS na Vila Ipojuca.
Lapa	Saúde	Construção de mais um Pronto-Socorro na região da Vila Leopoldina para desafogar o atual que atende Cadeião e Febem.
Lapa	Saúde	Melhorar e ampliar o atendimento na UBS da região.
Lapa	Segurança	Criar Observatório nas Subprefeituras; instalação de câmeras no Estádio do Pacaembu, Ceagesp, Metrô (para redução da criminalidade).
Lapa	Serviços	Trocar 67 lâmpadas da Rua Tonelero e Rua Ricardo Mesquita.
Lapa	Social	Resolver o problema dos moradores de rua, zona de prostituição e drogas.
Lapa	Social	Retirada de ambulantes da Rua XII de Outubro.
Lapa	Trânsito	Realizar obra viária para resolver o intenso fluxo de caminhões e ônibus que ocorre na região da rua Fortunato Ferraz/Vila

ZONA OESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
		Anastácio, saída da Anhangüera para o centro da Lapa.
Lapa	Trânsito	Alargamento da Av. Antártica; Problemas de poluição e tráfego.
Lapa	Urbanização	Realizar obras de correção e canalização do córrego Hayden (Rua Carlos Weber até Av. Imperatriz Leopoldina)
Lapa		Realizar fiscalização em terreno localizado na R. Alvarenga Peixoto (V. Anastácio - Marginal Tietê) que é utilizado como desmanche de carros.
Lapa		Nomeação de arquitetos e engenheiros aprovados em concurso de 2004.
Pinheiros	Infra-Estrutura	Urgente execução da reforma e reconstrução da canalização do Córrego Verde. Não querem piscinão na área.
Pinheiros	Planejamento	Qualificar funcionários públicos; equipar melhor a subprefeitura.
Pinheiros	Planejamento	Tornar orçamento mais acessível para leigos e maior divulgação. Melhorar gerenciamento da máquina pública.

ZONA NORTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
Freguesia / Brasilândia	Esporte / Lazer	Criar um bondinho para o Pico do Jaraguá, para fomentar o turismo.
Freguesia / Brasilândia	Habitação	Estudo da obra e projeto habitacional para a população residente na Av. Hugo Italo Merigo.
Freguesia / Brasilândia	Infra-estrutura	Retomar obras paradas do Córrego do Bananal.
Freguesia / Brasilândia	Urbanização	Regularização e urbanização do Jardim Paraná - asfalto para ruas e vielas e ponte para acesso ao jardim.
Perus	Educação	Construir uma escola no bairro do Morro Doce.
Perus	Esporte / Lazer	Criar alternativas de lazer no bairro do Morro Doce.
Perus	Infra-estrutura	Aumentar o plano de asfalto a novos loteamentos no Parque Anhangüera.
Perus	Saúde	Construir um pronto-socorro na região do Parque Vitória.

ZONA NORTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
Perus	Segurança	Implementar policiamento em praça da do Parque Anahangüera (guarda metropolitana).
Pirituba	Sistema Viário	Construir Ponte sobre o Rio Tietê: Pirituba não tem saída para a área central da cidade.
Pirituba	Social	Apoiar e investir em regularização de favelas no Jardim Felicidade.
Santana / Tucuruvi	Infra-estrutura	Saneamento e canalização do Córrego Tremembé.
Santana / Tucuruvi	Sistema Viário	Túnel sob Av. Tucuruvi, ligando a Av. Luís Dumont Villares com a Av. Dr. Antônio Maria de Laet. Eliminar congestionamento, reurbanizar o entorno da Av. Dr. Antônio M. de Laet e regularizar o curso d'água, permitindo absorção das águas pluviais.
Santana / Tucuruvi	Sistema Viário	Ligação da R. Luiz Carlos Gentile de Laet com a R. Tenente Julio Prado Neves, desta com a Av. Vereador Ângelo Bortolo, até o cruzamento da R. Manoel Gaya com a Av. Cel. Sezefredo Fagundes. Melhorar a circulação de veículos, permitindo a ligação da região Oeste (V. N. Cachoeirinha) com a Leste (Guarulhos).
Santana / Tucuruvi	Sistema Viário	Conclusão da Av. Engenheiro Caetano Álvares, ligando-a com a Av. Santa Inês, onde se inicia a R. Luiz Carlos Gentile de Laet, contornando a divisa Oeste da Invernada do Barro Branco.
Santana / Tucuruvi	Sistema Viário / Urbanização	Implementação de corredor verde ao longo do curso d'água no centro da Av. Profª. Virgília Rodrigues Alves de Carvalho Pinto, conforme previsão do Plano Diretor Regional. Realizar também a conclusão dessa via e a retirada do esgoto do córrego.
Santana/Tucuruvi	Infra-estrutura	Problema de alagamento do córrego da rua Tenente Rocha.
Santana/Tucuruvi	Sistema Viário	Solução para trânsito da praça Campo de Bagatele / Bráz Leme.
Santana/Tucuruvi	Social	A PMSP deve melhorar o tratamento dado a população moradora de rua existente na região, em especial nos que vivem próximo ao centro de

ZONA NORTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
Santana/Tucuruvi	Social	Santana. Mais atenção para Unidade de semi-liberdade da Av. do Estado.
Santana/Tucuruvi	Social	Melhorar repasse de recursos para entidades assistenciais.
Santana/Tucuruvi	Urbanização	Investimento na revitalização das áreas centrais da ZN (principalmente centro de Santana).
Santana/Tucuruvi	Urbanização	Melhorar as condições para os pedestres nas vias principais da Zona Norte.
Tremembé / Jaçanã	Esporte / Lazer	Construir um CDM na Vila Albertina.
Tremembé / Jaçanã	Sistema Viário	Construir segunda ponte sobre o córrego Tremembé, ligando Av. Antônio César Moraes com Av. Maria Amália Lopez de Azevedo.
Tremembé / Jaçanã	Sistema Viário	Aliviar o congestionamento da Rua Abílio Pedro Ramos no sentido Guarulhos. Para isso, desviar o fluxo no sentido bairro-cidade para a Rua Cirene de Oliveira Laert.
Tremembé / Jaçanã	Sistema Viário	Colocar semáforo no cruzamento Av. Jaçanã x Rua Capitão Nascimento.
Tremembé / Jaçanã	Sistema Viário	Construir mais uma ponte no córrego Piqueri (Vila Nova Galvão, Fernão Dias).
Tremembé / Jaçanã	Sistema Viário	Ampliação da Av. Nova Cantareira.
Vila Maria / Vila Guilherme	Esporte / Lazer	Reforma do Centro Esportivo Tomaz Mazoni.
Vila Maria / Vila Guilherme	Infra-estrutura	Córrego Tenente Felicíssimo da Silveira: recuperação das características naturais (despoluição, saneamento, realocação da população residente na área e arborização).
Vila Maria / Vila Guilherme	Trabalho	PMSP como parceira do comércio de rua da Vila Maria, através de projetos de revitalização de ruas comerciais.
Vila Maria / Vila Guilherme	Urbanização	Implantar o Parque do Trote, dando um novo uso a esta área e proporcionando uma grande área de lazer para a região.
Zona Norte	Desenvolvimento	Reduzir IPTU para indústrias que se localizam na marginal Tietê e próximas ao leito de ferrovias.
Zona Norte	Educação	Criar nas escolas da rede

ZONA NORTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
		municipal laboratórios de física, química e biologia.
Zona Norte	Esporte / Lazer	Criar parques lineares em todos os córregos da Zona Norte.
Zona Norte	Infra-estrutura	Problema do esgoto a céu aberto do Rio Piqueri.
Zona Norte	Infra-estrutura	Construir rede de água pluvial da Vila Nova Tietê.
Zona Norte	Infra-estrutura	Realizar obras de saneamento e canalização no Córrego da Bicicleta, na Vila São João.
Zona Norte	Saúde	Alocar em todas as UBS um clínico geral.
Zona Norte	Saúde	Aumento das verbas para saúde bucal na ZN.
Zona Norte	Segurança	Cercar a área da Serra da Cantareira para evitar invasões.
Zona Norte	Sistema Viário	Melhorar e conservar a sinalização das avenidas da Zona Norte.
Zona Norte	Trabalho	Contratação de engenheiros aprovados no concurso de 2004.
Zona Norte	Transporte	Criação de monotrilho suspenso entre Anhembi, Campo de Marte e Sambódromo.
Zona Norte	Transporte	Linhas de ônibus da ZN para Av. Rio Branco não entram no Terminal Princesa Isabel.
Zona Norte	Urbanização	Aumentar os investimentos em iluminação pública na periferia da Zona Norte.
Zona Norte	Urbanização	Não permitir a instalação do lixo em área existente no 24,5 km da Rodovia Anhangüera (Parque Anhangüera).

ZONA LESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REIVINDICAÇÃO
Vila Prudente	Esporte/Lazer	Criação de espaços para esporte e lazer na região.
Vila Prudente	Infra-Estrutura	Canalização do Córrego do Oratório
Vila Prudente	Trabalho	Pensar sobre questão de empregabilidade de Jovens e Adolescentes (1º emprego)
Vila Prudente	Transporte	Terminal de Integração de ônibus - Sapopemba e Teotônio Vilela
Aricanduva	Habitação	Reformar Praça Nelson José Sigrist e retirar moradores de rua do local.

ZONA LESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REININDICAÇÃO
Aricanduva	Infra-Estrutura	Controle das enchentes na Bacia do Aricanduva
Aricanduva	Infra-Estrutura	Limpeza dos Piscinões
Aricanduva	Saúde	Construir Pronto Socorro no Jardim Ida
Aricanduva	Sistema Viário	Av. Aguiar da Veiga - abertura parcial / córrego Taboão
Aricanduva	Sistema Viário	Construção de Ciclovias na região
Cidade Tiradentes	Habitação	Rever prestação da casa própria para moradores que não estão tendo condição financeira.
Cidade Tiradentes	Infra-Estrutura	Canalização do Córrego José Egydio Neto (+/- 2Km)
Cidade Tiradentes	Sistema Viário	Construir ponte do Conjunto Inácio Botelho para Juscelino.
Cidade Tiradentes	Social	Verba para as SAS (Assistência Social)
Cidade Tiradentes	Urbanização	Iluminação do trecho de acesso do varejão à COHAB Tiradentes.
Ermelino Matarazzo	Cultura	Rever / reformar áreas tombadas pelo patrimônio histórico que estão abandonadas (ex: área na Av Dr. Assis Ribeiro, entre Ermelino Matarazzo e São Miguel, entre outras).
Guaianases	Ambiental	Implantação do Parque Linear do Rio Itaquera.
Guaianases	Desenvolvimento	Criação de empregos baseada na lei de operação urbana Rio Verde-Jacu, com incentivos fiscais a indústrias e criação de convenções e áreas de eventos devido a proximidade do aeroporto de Cumbica.
Guaianases	Desenvolvimento	Fomento de desenvolvimento local com criação de emprego para região (parque de desenvolvimento industrial através do incentivo fiscal).
Guaianases	Desenvolvimento	Utilização de mão de obra local nos projetos de desenvolvimento local.
Guaianases	Infra-Estrutura	Canalização do Córrego Itaquera-Itaqueruna para instalação do parque linear até Cidade Tiradentes
Guaianases	Sistema Viário	Utilização da via paralela ao extra para integrar Itaquera a Guaianases
Guaianases	Sistema Viário	Instalação de vias capilares que integrem a nova Radial Leste aos bairros circundantes.

ZONA LESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVINDICAÇÃO
Guaianases	Sistema Viário	Transporte coletivo em massa e aprimoramento do sistema viário.
Guaianases	Sistema Viário	Radial até Ferraz ligando o Jd. Fanganielo.
Guaianases	Sócio-ambiental	Tombamento de áreas de nascentes dos territórios de Guaianases e Lajeado e suas desocupações até 2020.
Guaianases	Transportes	Mais linhas de ônibus que completem a radial.
Guaianases	Urbanização	Legalização dos loteamentos de áreas irregulares (ZEIS).
Guaianases	Urbanização	Ação de Usucapião: Escritório para atuação de família em situação de regularização industrial.
Guaianases	Urbanização	Parques Lineares - com habitação verticalizada lateral destinada à população local.
Itaquera	Ambiental	Informações referentes à estruturação ambiental da Pça. Jandaira.
Itaquera	Ambiental	Criação do caminho Verde ou Parque Linear no Rio Verde na R. Sonho Gaúcho, conforme Plano Diretor da região.
Itaquera	Cultura	Prédio para a Subprefeitura de Itaquera com anfiteatro para espaço cultural e biblioteca informatizada.
Itaquera	Educação	Implantar uma unidade do SENAI no prédio do antigo Shopping Artur Alvim, pois a mais próxima da Zona Leste fica na Bresser.
Itaquera	Educação	Construir bibliotecas e centros culturais para atender a demanda da região leste que tem hoje uma enorme defasagem de equipamentos culturais e educativos.
Itaquera	Educação	Incentivo às bibliotecas comunitárias.
Itaquera	Educação	Promover cursos de atualização de professores.
Itaquera	Educação	Utilizar os espaços e movimentos já existentes para o desenvolvimento cultural da região.
Itaquera	Educação	Uso e ocupação dos CEUS já existentes em trabalhos para comunidade.
Itaquera	Habitação	Construção de moradia de

ZONA LESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVINDICAÇÃO
		interesse social para os que vivem nas margens do Rio Itaquera.
Itaquera	Saúde	Reforma do Posto de Saúde da Rua Tantas Palavras
Itaquera	Saúde	Construir Posto de Saúde na Cohab Águia de Haia
Itaquera	Sistema Viário	Av. Santa Tereza - Asfaltar e iluminar
Itaquera	Sistema Viário	Interligação da Jacu-Pêssego com a Dutra.
Itaquera	Sistema Viário	Construção de uma ponte sobre o Rio Jacuperal interligando os dois lados da Av. Caetitu na altura da Av. Terra Brasileira.
Itaquera	Sistema Viário	Radial Leste - interligação com Av. Gov. Carvalho Pinto (Tibatira)
Itaquera	Transporte/ Urbanização	Implantação de uma Estação de Trem Metropolitano, com o intuito de preservar a área central do bairro.
Itaquera	Urbanização	Implantar polo Industrial. Rever Zoneamento - Desapropriar parte da área de lavoura para criar Pólo Industrial.
Itaquera	Urbanização	Saneamento básico: asfalto, esgoto, eletricidade e água encanada.
Itaquera	Urbanização	Reurbanização das duas favelas da Vila Progresso, mas sem o deslocamento dos moradores.
Itaquera / São Mateus	Urbanização	Estudar as áreas dos parques industriais de Itaquera e São Mateus.
Móoca	Urbanização	Revitalização da Av. Celso Garcia.
Móoca	Urbanização	Rever a localização complexo Febem/Tatuapé, que inviabiliza a região para o desenvolvimento.
Penha	Desenvolvimento	Criar um horto com plantas medicinais perto da Fatec.
Penha	Educação	Utilização de templos religiosos para educação de moradores de rua.
Penha	Infra-Estrutura	Canalização do Córrego Franquinho
PMSP	Ambiental	Implantação de Centros de Educação Ambiental e, todos os 96 distritos da cidade de São Paulo.
PMSP	Ambiental	Ensinar desde a pré-escola a necessidade demanuação dos

ZONA LESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REININDICAÇÃO
		recursos hídricos (estudos sobre Bacia hidrográfica).
PMSP	Cultura	Criação de um órgão para a publicação de livros e produção alternativa da comunidade.
PMSP	Gestão	Capacitação dos Funcionários da PMSP sobre GLBT.
PMSP	Planejamento	Alocar um percentual da verba orçamentária em programas específicos para minorias (negros, idosos, gays, etc.)
PMSP	Planejamento	Plano diretor deve ser respeitado pelo PPA
PMSP	Social	Criar uma Defensoria Pública Municipal
PMSP	Sócio-ambiental	Investimento em educação ambiental
PMSP	Trabalho	Comissão de concursados 2004, pede a nomeação para engenheiros e arquitetos aprovados para o ano de 2006
PMSP	Trabalho	Ajudar cooperativas de trabalho
São Miguel Paulista	Desenvolvimento	Canalização dos córregos próximo à Rua Chá dos Jesuítas.
São Miguel Paulista	Educação	Construção de Creche e EMEI na Vila Nova / Pantanal
São Miguel Paulista	Esporte/Lazer	Implantação do Parque Primavera no local do lixão desativado e abandonado há 17 anos atrás. População pede que tenha no parque uma pista de caminhada, árvores, quadras. Sabesp precisa dar laudo definitivo com relação ao risco de contaminação por gases tóxicos no local.
São Miguel Paulista	Habitação	Aumento Verba para Habitação Popular.
São Miguel Paulista	Sistema Viário	Conclusão da Jacu-Pêssego, fazendo a ligação ao aeroporto, o Porto de Santos e a via destinada a transporte de cargas.
São Miguel Paulista	Sistema Viário	Radial Leste - conclusão, ligando a Marginal Tiête à Guaianazes, facilitando a circulação local, integrando bairros na horizontalidade e servindo de alternativa à própria radial Leste.
São Miguel Paulista	Social	Implantar telecentro na Vila Nova / Pantanal
São Miguel Paulista / Itaim Paulista	Sistema Viário	Construir sistema viário para interligação São Miguel Pta.com Itaim Paulista

ZONA LESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVIDICAÇÃO
São Miguel Paulista / Itaquera	Sistema Viário	Jacu-Pêssego - finalização da interligação com a Radial Leste.
Vila Prudente / Sapopemba	Desenvolvimento	Priorizar o parque linear da adutora do Rio Claro, para implementar o comércio e geração de emprego em Sapopemba.
Vila Prudente / Sapopemba	Habitação	Urbanização das Favelas de Vila Prudente, Pq. Sta. Madalena, Planalto
Vila Prudente / Sapopemba	Habitação	Inibir ocupação indevida de áreas da COHAB Teotônio Vilela.
Vila Prudente / Sapopemba	Planejamento	Criação da subprefeitura de Sapopemba
Vila Prudente / Sapopemba	Saúde	Revisar a estrutura de saúde municipal e estadual e interações na Zona Leste
Vila Prudente / Sapopemba	Saúde	Aumentar os serviços do Hospital de Sapopemba
Vila Prudente / Sapopemba	Saúde	Implantar ambulatório na unidade de saúde para drogadicção (viciados em droga)
Vila Prudente / Sapopemba	Saúde	Construção de Posto de saúde para o Pró-Morar
Vila Prudente / Sapopemba	Trabalho	Instalação de shopping popular para vendedores ambulantes
Zona Leste	Ambiental	Criação de grupos/cooperativas de reciclagem.
Zona Leste	Ambiental	Construção de Habitação Popular para eliminar as favelas "verticalização".
Zona Leste	Ambiental	Instalação de lixeiras nas ruas.
Zona Leste	Ambiental	Arborização das Unidades Educacionais, Habitacionais e de bairros mais pobres.
Zona Leste	Cultura	Criação de um espaço público para os escritores, atores e personalidades políticas locais.
Zona Leste	Desenvolvimento	Incentivos fiscais para atração de empresas para Zona Leste.
Zona Leste	Desenvolvimento	Criação de um sistema unificado de cooperativas. Cooperativas de saúde, educação, reciclagem, limpeza, reaproveitamento alimentar, mão-de-obra e agrícola com uma central de controle governamental.
Zona Leste	Educação	Construção das Universidades públicas em São Miguel, Itaquera e Cidade Tiradentes.
Zona Leste	Educação	Aprovação do projeto de lei que garante a gratuidade de transporte

ZONA LESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVINDICAÇÃO
Zona Leste	Esporte/Lazer	para os estudantes. Investir em esporte e lazer e acompanhar de perto.
Zona Leste	Habitação	Moradia Popular - PMSP deve disponibilizar área para construir moradias populares com o apoio do Governo Federal
Zona Leste	Habitação	Não permitir concessão de áreas públicas para conjuntos habitacionais
Zona Leste	Habitação	Regularização das invasões
Zona Leste	Saúde	Criação de Centro Fisioterápico para a população carente (em especial crianças e idosos).
Zona Leste	Saúde	Criação de Centro de Psicologia Comunitário.
Zona Leste	Sistema Viário	Terminar corredores de ônibus existentes na área
Zona Leste	Sistema Viário	Ampliação da malha ferroviária e do metrô.
Zona Leste	Social	Casas de abrigo para profissionais de sexo e para portadores de HIV
Zona Leste	Social	Crédito Associativo para pessoas de baixa renda.
Zona Leste	Transporte	Melhorar o sistema de transporte coletivo com integração satisfatória entre modalidades de transportes nas microrregiões.
Zona Leste	Urbanização	Implantação de um escritório de negócios com apoio técnico na ZL, com o objetivo de atender e orientar os investimentos e empreendimentos imobiliários da região.
Zona Leste	Urbanização	Remoção de presídios instalados nas regiões periféricas e centrais da zona leste.

ZONA CENTRO-SUDESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVINDICAÇÃO
Ipiranga	Cultura	Utilizar terreno existente na Rua dos Sorocabanos com Rua Bom Pastor, perto do Parque da Independência, com área de ampliação do mesmo - evitar a construção de condomínio de prédios no local.
Ipiranga	Educação	Construção de mais creches no bairro.
Ipiranga	Educação	Construção de escolas no bairro.

ZONA CENTRO-SUDESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REININDICAÇÃO
Ipiranga	Educação	Realizar vistorias nas escolas, conferindo a falta de professores e a existência de drogas.
Ipiranga	Esporte/Lazer	Reforma e manutenção das praças como opção de lazer para idosos e crianças - 3000 idosos no bairro.
Ipiranga	Habitação	Investimento em habitação e emprego para Ipiranga, Heliópolis e região.
Ipiranga	Infra-estrutura	Canalização do Córrego Mirassol ou Vermelho na Vila Brasilina.
Ipiranga	Infra-estrutura	Melhoria na iluminação pública (substituir lâmpadas em ruas que possuem iluminação inadequada).
Ipiranga	Infra-estrutura	Concluir as obras do Córrego Ipiranga.
Ipiranga	Planejamento	Instalação de equipamentos municipais inexistentes no bairro Vila Brasilina.
Ipiranga	Planejamento	Maior participação popular durante o processo - opinar sobre o plano de ação, não apenas sobre investimentos em grandes obras.
Ipiranga	Saúde	Intensificar as ações em saúde, com aumento da área (Maior cuidado com saúde do idoso e da criança).
Ipiranga	Segurança	Iluminar a Praça Pinheiro da Cunha e implantar posto policial ou base comunitária da guarda civil metropolitana.
Ipiranga	Sistema Viário	Duplicação da Av. do Cursino (recuperando projeto antigo).
Ipiranga	Sistema Viário	Retomar obras do antigo Fura-Fila.
Ipiranga	Social	Verba para Núcleo Sócio-Educativo Vila Fachini.
Ipiranga	Social	Maior ocupação da Casa da 3ª Idade (está subocupada).
Ipiranga	Urbanização	Realizar plantio de árvores nas margens, da nascente à foz, do Córrego Ipiranga, resgatando-o como patrimônio histórico.
Ipiranga	Urbanização	Realizar serviços de podas de árvores no Jardim da Glória.
Ipiranga	Urbanização	Implementar programa de iluminação de praças.
Ipiranga	Urbanização	Alocar verba para executar obras de melhorias no entorno das novas estações do metrô na

ZONA CENTRO-SUDESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVIDICAÇÃO
Jabaquara	Cultura	região do Ipiranga. Criação de grande centro documentação e exposição no Acervo da Memória e do Viver Afro-brasileiro (já aprovado por lei). Dotar de recursos para a segurança e custo com pessoal.
Jabaquara	Educação	Creche Nosso Cantinho I em Americanópolis - no momento abriga 127 crianças, mas só recebe por 50.
Jabaquara	Educação	Aumentar o valor da verba per capita para as Creches conveniadas.
Jabaquara	Social	Axé Ilê Obá (casa tombada onde funciona uma creche para 150 crianças) - solicita: reforma na casa, aumento da verba, alimentação mais variada com entrega regular.
Jabaquara	Social	Implantação de Centros e Núcleos de Referência na Vila Fachini.
Jabaquara	Social	Ampliação dos serviços voltados para pessoas com deficiência na Vila Fachini.
Jabaquara	Social	Combater o valor absurdo cobrado por instituições privadas que cobram preços altíssimos pelos atendimentos das pessoas com deficiência.
Jabaquara	Social	Implantação de política para jovens de Americanópolis, afim de evitar criminalidade e tráfico de drogas - sugerem Centros Esportivos e cursos profissionalizantes.
Jabaquara	Urbanização	Aumentar os investimentos públicos em Americanópolis.
PMSP	Saúde	Implantar 30 unidades de AMAs em UBSs (em São Paulo).
PMSP	Saúde	Ampliar o Programa Saúde da Família.
PMSP	Social	Ampliar o Programa Renda Mínima.
PMSP	Trânsito	Realizar melhorias de sinalização, tempo dos semáforos, criar estudo de engenharia de trânsito pela CET.
Sé	Urbanização	Investir na revitalização do Centro da cidade.
Vila Mariana	Cultura	Reforma da Biblioteca Chácara do

ZONA CENTRO-SUDESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REININDICAÇÃO
		Castelo, interdita parcialmente pela prefeitura. Sugere parceria público-privada.
Vila Mariana	Cultura	Compra de acervo e outros materiais para a Biblioteca Chácara do Castelo.
Vila Mariana	Cultura	Reforma da Biblioteca Infantil Viriato Correa (Rua Senna Madureira) - R\$ 57.000,00 - valor estimado
Vila Mariana	Cultura	Reforma da Biblioteca Juvenil Zalina Rolim (Rua da Corredeira) - R\$ 77.000,00 - valor estimado
Vila Mariana	Cultura	Construção de uma nova biblioteca em Moema - R\$ 800.000,00 - valor estimado
Vila Mariana	Cultura	Reforma e compra de novos equipamentos para o Teatro João Caetano com a restauração do painel de Clóvis Graciano - R\$ 100.000,00 - valor estimado
Vila Mariana	Cultura	Criação de acessos especiais para deficientes físicos a clubes desportivos, bibliotecas e teatro - R\$ 500.000,00 - valor estimado
Vila Mariana	Cultura	Investir em cultura (ex.: há poucos cinemas no bairro).
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Recuperação dos CDM's existentes - R\$ 200.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Nova iluminação para o campo do Clube da Comunidade Jorge Tibiriçá.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pista de skate na praça Rafael Sanzio - R\$ 30.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Reforma e revitalização com instalação de equipamentos de esporte e lazer na Praça Júlio César Vanini - R\$ 50.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pequenas reformas e instalação de equipamentos e materiais no Society Bola D'Água - R\$ 20.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pequenas reformas e instalação de equipamentos e materiais na Quadra Clube Adamos de voleibol - R\$ 20.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pequenas reformas e instalação de equipamentos e materiais no Malha Clube de Malha Correia de

ZONA CENTRO-SUDESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVIDICAÇÃO
		Lemos - R\$ 20.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pequenas reformas e instalação de equipamentos e materiais no CEE Mané Garrincha - R\$ 30.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pequenas reformas e instalação de equipamentos e materiais no CDM Vila Clementino - R\$ 20.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pequenas reformas e instalação de equipamentos e materiais no CDM Modelódromo do Ibirapuera - R\$ 20.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Pequenas reformas e instalação de iluminação no campo de futebol e instalação de equipamentos e materiais no CDM Jorge Tibiriçá - R\$ 200.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Reforma, limpeza e revitalização da praça e instalação de playground na Praça Edgard D'Almeida - R\$ 50.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Ampliação do Parque Ibirapuera.
Vila Mariana	Esporte/Lazer	Contruir áreas de lazer para idosos.
Vila Mariana	Habitação	Programa Habitacional CDHU/COHAB para o desfavelamento das favelas Mário Cardim, Mauro 1, Mauro 2 e Souza Ramos 2.
Vila Mariana	Infra-estrutura	Melhoria na iluminação pública em várias ruas do bairro (substituir lâmpadas em ruas que possuem iluminação inadequada). Ex. Rua Jurandir, Rua Vieira do Minho, Rua Deputado João Bravo Caldeira.
Vila Mariana	Meio ambiente	Aumentar as verbas para manutenção de áreas verdes.
Vila Mariana	Planejamento	Criar um formato de apresentação das informações básicas do orçamento anual e plurianual que facilite o entendimento do público leigo, baseado no modelo utilizado na gestão dos prefeitos Olavo Setúbal e Reynaldo Barros (proposta em anexo).
Vila Mariana	Planejamento	Solicita permanência do Departamento de Edificações

ZONA CENTRO-SUDESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVIDICAÇÃO
		(EDIF) e do Círculo Militar na Av. IV Centenário, 1268 - Vila Mariana e sugere que a Universidade do Meio Ambiente seja instalada em um grande parque da cidade nas regiões mais carentes como o Parque do Carmo ou o Parque Guarapiranga.
Vila Mariana	Sistema Viário	Criar solução para entrada e saída de moradores nos bairros, após o término da obra da via expressa da Av. Bandeirantes.
Vila Mariana	Sistema Viário	Melhorar a acessibilidade para as Rua Rio Grande x Álvaro Alvim.
Vila Mariana	Social	Implantar Núcleo de Convivência Juvenil na Vila Mariana - R\$ 400.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Social	Fornecer recursos para o trabalho dos jovens jardineiros no Parque Ibirapuera ou alocá-los na manutenção de praças e realização de podas.
Vila Mariana	Social	Ampliar os recursos para que os agentes ambientais possam atuar no Parque Ibirapuera com a posse responsável, orientação acerca de lixo e importância da água.
Vila Mariana	Social	Solicita a ocupação total do casarão (no portão 5 do Parque Ibirapuera) com adequação arquitetônica, reforma, ampliação e projeto paisagístico. Retirar do casarão a empresa de manutenção.
Vila Mariana	Social	Concessão de espaços da Prefeitura para construção de entidades para a comunidade na Vila Nova Conceição. Ex: praças.
Vila Mariana	Social	Dar maior atenção ao atendimento das necessidades dos idosos (que são grande população no bairro).
Vila Mariana	Social	Comprar de material e recursos tecnológicos para a criação de marcenaria, inclusão digital, cozinha, costura, multimídia, ateliê artístico, brinquedoteca, etc. no Parque Ibirapuera.
Vila Mariana	Urbanização	Colocar caçamba para recolher lixo e entulho na Comunidade

ZONA CENTRO-SUDESTE		
SUBPREFEITURA	ÁREA	REINVIDICAÇÃO
		Jurandir.
Vila Mariana	Urbanização	Paisagismo, reurbanização e nova iluminação nas ruas Domingos de Moraes e Vergueiro (revitalização dos pontos de referência do bairro através de várias pequenas obras).
Vila Mariana	Urbanização	Recuperação do Largo Ana Rosa com boulevard, limpeza, implantação de base comunitária da Guarda Civil Metropolitana.
Vila Mariana	Urbanização	Reforma, revitalização e construção de grades da praça Manouki Koumerian - R\$ 50.000,00 - valor estimado.
Vila Mariana	Urbanização	Maior fiscalização do uso de calçadas por bares e comerciantes da Rua Joaquim Távora, uso este que dificulta a passagem de pedestres.
Vila Mariana	Urbanização	Novo uso para espaço existente da SABESP (Rua Carlos Petit x Vergueiro) que esta abandonado.
Vila Mariana	Urbanização	Aumentar as ações para melhoria de acessibilidade dos idosos, usuários de cadeira de rodas e carrinhos de bebê nas calçadas.
Vila Mariana	Urbanização	Intimar proprietários a consertar ou melhorar as calçadas.
Zona Centro-Sudeste	Saúde	Prestação de contas das reformas nas seguintes UBSs: Cambuci (Sé), Sta. Catarina (Jabaquara), Jd. Seckler e Água Funda (Ipiranga), Bosque da Saúde (Vila Mariana).
Zona Sul	Educação	Atender à grande demanda acumulada de creches.
Zona Sul	Educação	Nove equipamentos educacionais (CEI São Vito, CEI Sto. Stefano, CEI Hotel São Paulo, CEI Jd. Cidade Vila Nuclear).
Zona Sul	Educação	Substituição das escolas de lata.
Zona Sul	Planejamento	Alocar investimento na urbanização de Heliópolis e para terminar obra da Águas Espraiadas.
Zona Sul	Sistema Viário	Criar faixas exclusivas na Av. dos Bandeirantes - viário estratégico.
Zona Sul	Urbanização	Revitalização de centros de bairros e ruas de comércio.

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO VII

P O D E R L E G I S L A T I V O

PPA 2006/2009 da Câmara Municipal de São Paulo

Objetivo geral: O cumprimento, pelo Poder Legislativo Municipal, de suas funções constitucionais e legais.

Programa: Processo Legislativo e de Fiscalização

Objetivo: consolidar e ampliar as condições para o exercício das funções do Poder Legislativo e de seus órgãos de suporte técnico-administrativo.

Público-alvo: a população do Município.

Indicador: cumprimento das funções constitucionais.

Meta: continuidade da eficácia na realização de suas funções, com aprimoramento da gestão para elevação da eficiência e da efetividade, incluindo a adequada estruturação administrativa para as atividades-fim, em especial as consultorias legislativa e de orçamento, e a capacitação dos servidores, com o apoio, inclusive, dos recursos do Fundo Especial de Despesas da Câmara.

Valores (em R\$ mil):

2006	2007	2008	2009
249.158	259.124	269.489	280.269

Programa: Divulgação Oficial

Objetivo: tornar públicos os atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Legislativo Municipal, com caráter educativo, informativo e de orientação social.

Público-alvo: a população do Município.

Indicador: cumprimento da legislação referente à publicação de editais e outras informações legais, assim como divulgação, para a população, das ações institucionais do Poder Legislativo Municipal.

Meta: continuidade na eficácia da realização de publicações legais e ampliação quantitativa e qualitativa da divulgação, para conhecimento, pela população, das ações institucionais da Câmara Municipal.

Valores (em R\$ mil):

2006	2007	2008	2009
10.600	11.024	11.465	11.924

Programa: Suporte Administrativo

Objetivo: propiciar condições de acesso, de uso e de trabalho adequadas às atividades do Poder Legislativo Municipal.

Público-alvo: a população do Município.

Indicador: Estado geral de conservação do Edifício-sede do Poder Legislativo Municipal, em especial nos aspectos de funcionalidade, segurança e de acesso, tanto externo como interno.

Meta: Reforma e adaptação do Edifício da Câmara Municipal "Palácio Anchieta".

Valores (em R\$ mil):

2006	2007	2008	2009
12.300	12.792	13.304	13.836

Programa: Sistemas de Informação e Processamento de Dados

Objetivo: otimizar os fluxos de trabalhos legislativos, de fiscalização e administrativos, assim como seu controle.

Público-alvo: a população do Município.

Indicador: Eficiência e eficácia na execução das diversas atividades legislativas e de suporte, com ênfase na aplicação de tecnologia de informação ao processo legislativo referente aos projetos orçamentários.

Meta: Aquisição de materiais, equipamentos e serviços de informática.

Valores (em R\$ mil):

2006	2007	2008	2009
5.600	5.824	6.057	6.299